



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TIAGO ELOY ZAIDAN

**O GOLPE DE ESTADO DE 1964 E A DISPUTA DE HEGEMONIA ATRAVÉS
DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO
A EXPERIÊNCIA DA MÍDIA IMPRESSA ALAGOANA**

RECIFE – PE

2010

TIAGO ELOY ZAIDAN

**O GOLPE DE ESTADO DE 1964 E A DISPUTA DE HEGEMONIA ATRAVÉS
DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO
A EXPERIÊNCIA DA MÍDIA IMPRESSA ALAGOANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Professor Marco Antonio Mondaini de Souza

RECIFE – PE

2010

Zaidan, Tiago Eloy

O golpe de estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação : a experiência da mídia imprensa Alagoana / Tiago Eloy Zaidan. – Recife: O Autor, 2010.

266 folhas. : il., tab., graf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação, 2010.

Inclui bibliografia.

1.Comunicação - economia política. 3. Golpes de Estado–1964. 4. A Gazeta(Jornal)- Alagoas. 5.Mídia impressa – Alagoas.I. Título.

**659.3
302.23**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
CAC2010-23**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor do Trabalho: Tiago Eloy Zaidan

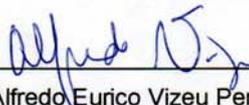
Título: "O golpe de estado de 1964 e a disputa da hegemonia dos veículos de comunicação: A experiência da mídia impressa alagoana".

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza.

Banca Examinadora:



Marco Antonio Mondaini de Souza



Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior



Michel Zaidan Filho

Recife, 24 de fevereiro de 2010.

A João Eloy (*in memoriam*)

Por ter presenteado a humanidade com Alba Maria

Agradecimentos

Não sou ninguém importante, longe disso. Mas me impressiona a quantidade de pessoas importantes que estiveram ao meu lado nessa caminhada. Pessoas sem as quais eu não teria chance alguma. A eles devo esse trabalho: ao professor e amigo Marco Mondaini, por ter confiado em mim e acolhido e orientado essa pesquisa; aos professores Alfredo Vizeu e Michel Zaidan, membros da banca, por suas contribuições e aos docentes e equipe técnica do PPGCOM, em especial à Claudinha Badaró, Luci Diniz de Melo e Zé Carlos Gomes. Agradeço também aos amigos estudantes da UFPE e do grupo de pesquisa Comulti / UFAL, que compartilharam salas de aula, produções científicas e mesas de bares comigo.

É curioso refletir e relacionar os prodígios extra-acadêmicos propiciados pelo mestrado. Sou filho de pernambucanos, neto de pernambucanos, sobrinho de pernambucanos, primo de pernambucanos e, até mesmo, futuro padrinho de uma pernambucana. Mas não sou Pernambucano. Pelo menos não no sentido estrito. Nasci e cresci em Alagoas e a UFPE, quem diria, aproximou-me da família. Ao transladar-me para Recife no começo de 2008, sem bolsa, tornei-me, de imediato, dependente de todos que carregam consigo os sobrenomes Eloy ou Zaidan. Felizmente este exército esteve ao meu lado para o que desse e viesse.

Hoje, de volta a Maceió, experimento patente saudade dos familiares. Dos cuidados de Aldinha, Betinha, Carminha, Cau, Geninha e Viviane. Das causas e parábolas dos fabulosos Nanato e Beбето. Das vivências de Elizabeth e Lourdes. Do coleguismo fraternal de Douglas e do conhecimento excepcional de Michel. De todos, enfim, inclusive aqueles não mencionados aqui.

Finalizo essa seção com o maior de todos os agradecimentos: àqueles que me inspiram e fornecem todo o suporte do qual necessito. Não me refiro a Nobéis, embora um deles seja uma cientista valorosa. Refiro-me aos meus pais: Alba e Roosevelt. Os mais importantes dentre os importantes que fizeram deste que vos escreve – nem de longe alguém importante – um mestre.

RESUMO

A despeito do mito da imparcialidade, no Brasil do pré-1964 os meios de comunicação atuaram como importantes aliados na confecção de um consenso mínimo em torno das causas propugnadas pelo bloco modernizante-conservador – artífice do golpe de Estado que assolaria o país naquela década. No início da década de 1960, o então presidente da república, João Goulart, foi alvo da oposição do bloco modernizante-conservador, que se empenhava na manutenção do capitalismo dependente do país, além de labutar pela conquista da liderança do consenso, que fundaria o novo bloco histórico, pretendo condutor do capitalismo brasileiro dali para diante. No final de março de 1964, entretanto, prevaleceu, como se sabe, o golpe de Estado de 1964 –, engendrado pelo bloco modernizante-conservador em nível nacional. Em Alagoas, o envolvimento de meios de comunicação de massa com o movimento golpista não foi exceção à regra. Aqui, especialmente o já extinto Jornal de Alagoas – integrante dos Diários Associados – e a Gazeta de Alagoas único diário remanescente do período, prestaram-se a causa modernizante-conservadora.

Palavras-chave

1. Economia Política da Comunicação; 2. Golpe de Estado de 1964; 3. Gazeta de Alagoas.

ABSTRACT

Despite the myth of impartiality, in Brazil pre-1964's media acted as important allies in the manufacture of a minimum consensus around the causes advocated by modernization-conservative block - the architect of the coup that swept the country in that decade. In early 1960, then president, João Goulart, was the target of the opposition modernization-conservative block, which was engaged in the maintenance of dependent capitalism in the country and toil by the achievement of leadership consensus, which would fund a new historical block, alleged driver of Brazilian capitalism there forward. At the end of March 1964, however, prevailed, as we know, the coup of 1964 - engendered by block modernizing-conservative the national level. In Alagoas, the involvement of means of mass communication with the motion coup was not an exception. Here, especially the now defunct Jornal de Alagoas - member of Diários Associados – and Gazeta de Alagoas unique daily remainder of the period, provided the cause of modernization-conservative.

Keywords

1.Economia Political Communication; 2. Coup of 1964; 3. Gazeta de Alagoas

SUMÁRIO DA DISSERTAÇÃO

Introdução	4
1. <i>Mídia e sociedade (Discussão teórica da comunicação)</i>	11
1.1. Reflexão crítica sobre os meios de comunicação social privados no modo de produção capitalista: vínculos, interesses e difusão de ideologias	11
1.2. Tópicos sobre as faculdades de agendamento e influência da mídia no meio social	28
2. <i>Ditadura modernizante-conservadora: uma revolução passiva (Discussão teórica da política e estudo das conjunturas)</i>	41
2.1. Discussão teórica da política: sociedade oriental, revolução passiva e sociedade ocidental	41
2.2. Os antecedentes de um baile sem máscaras: a conjuntura político-social do Brasil – da renúncia de Jânio Quadros ao golpe de Estado de 1964	50
2.3. O arriscado jogo democrático: Alagoas (Conjuntura político-social: das eleições de 1960 a 12 de abril de 1964)	71
3. <i>Mídia brasileira: guardiã da democracia?</i>	86
3.1. A comunicação do golpe: a consciência e o uso de técnicas de comunicação social pelo bloco-histórico modernizante-conservador na construção da hegemonia em torno do golpe de 1964	86
3.2. O poder de fogo da família Mello: o histórico do jornal Gazeta de Alagoas e da Organização Arnon de Mello e aspectos biográficos de seu patrono	102
4. <i>A Gazeta de Alagoas como protagonista. (A análise dos exemplares do acervo da Gazeta – 1963 / 1964)</i>	111
4.1. Matérias	115
4.1.1. Personalidades mais mencionadas	116
4.1.2. Outras personalidades mencionadas	123
4.1.3. Personalidades com menções isoladas	129
4.1.4. Causas, eventos e instituições mais mencionados	132
4.1.5. Outros eventos, causas e instituições mencionados	146
4.1.6. Eventos, causas e instituições com menções isoladas	150
4.2. Artigos e crônicas	152
4.2.1. Principais articulistas e cronistas	153

4.2.2. Outros articulistas e cronistas	168
4.2.3. Articulistas e cronistas do cenário nacional	180
4.2.4. Temas mais mencionados nos artigos e crônicas (por número de textos)	184
4.3. Convocações, notas e manifestos	187
4.3.1. Temas mais mencionados nas Convocações e Manifestos (por número de textos)	189
4.4. Informes partidários (PDC)	189
4.4.1. Temas mais mencionados nos Informes Partidários (por número de textos)	190
4.5. Números totais (todos os textos)	191
4.5.1. <i>Personalidades</i> com maior número de menções no <i>Total</i> dos textos analisados	191
4.5.2. <i>Causas, Instituições e Eventos</i> com maior número de menções no <i>Total</i> dos textos analisados	194
Considerações finais	200
Referências bibliográficas	209
Anexos	
1. Entrevista com: Carlos Mendonça	217
2. Entrevista com: Valmir Calheiros	232
3. Entrevista com Alberto Saldanha	254

Introdução

O objetivo geral desta dissertação gira em torno do estudo da participação da mídia impressa alagoana na pavimentação da hegemonia pleiteada pelo bloco-histórico modernizante-conservador de concretização do golpe de Estado de 1964, em especial do jornal *Gazeta de Alagoas* – único remanescente do período ainda em circulação e integrante do maior grupo midiático do estado. A hipótese é de que houve efetiva participação da mídia impressa alagoana na construção da hegemonia em torno dos objetivos defendidos pelo movimento modernizante-conservador golpista de 1964.

Espera-se com esta pesquisa engendrar uma reflexão, por meio de discussão teórica, sobre os meios de comunicação social privados no modo de produção capitalista: suas faculdades de agendamento, influência no meio social e os interesses políticos e econômicos envolvidos na sua exploração comercial e ideológica; investigar a conjuntura político-social do Brasil e de Alagoas no pré-1964, bem como a atuação e os interesses políticos e econômicos do bloco-histórico modernizante-conservador – imbuído da construção da hegemonia em torno do golpe de 1964 –, assim como dos proprietários dos veículos de comunicação social alinhados à articulação golpista, em especial a Organização Arnon de Mello, responsável pela publicação do jornal *Gazeta de Alagoas*. A pesquisa realizada no acervo do periódico alagoano, no recorte temporal previsto pela metodologia da dissertação, fornece subsídios para o estudo da difusão ideológica adotada pelo bloco modernizante-conservador, através dos meios de comunicação de massa, na defesa de um consenso em torno da articulação e concretização do golpe de Estado de 1º de abril.

Neste trabalho apresentamos a importância da *conquista* de um consenso - ainda que mínimo - mesmo em sociedades com fortes traços “Orientais”, como era o Brasil da primeira metade da década de 1960, como pressuposto necessário à *ascensão* de um determinado bloco-histórico - desejoso do posto de bloco dominante - e a igual pertinência da batalha das idéias no interior do próprio bloco-histórico, entre as diversas frações das classes que o compõe. Sem hegemonia alguma, o movimento modernizante-conservador iniciado com o golpe de 1964 não se sustentaria até meados da década de 1980, ainda que se valendo de aparelhos repressores, como de fato se valeu, já que uma

sustentação de poder viabilizada apenas pela coerção está sujeita a um desgaste inevitável. Trabalhamos especialmente com contribuições do filósofo italiano Antonio Gramsci, a respeito dos aspectos culturais como elementos indissociáveis das frentes políticas e econômicas em um processo de superação ou evolução de uma estrutura sócio-econômica.

Aqui, chamamos de *bloco modernizante-conservador* o grupo da elite empresarial que, com base em Gramsci (2001, p.15), possui “(...) a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços (...)”. É o que Dreifuss, também abalizado em Gramsci, chama de “elite orgânica”, a partir do conceito gramsciano de “intelectualidade orgânica” (DREIFUSS, 1986, p.161).

Na ocasião do pré-1964, o empresário, membro do bloco em questão, reagiu à “(...) mobilização da classe trabalhadora em torno das chamadas reformas de base” (ASSIS, 2001, p.22). Tal empresário, ainda, tratava-se de um intelectual orgânico que se utilizou de “sua capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas” (GRAMSCI, 2001, p.15), possuía “relações econômicas multinacionais e associadas” e firme “posicionamento anticomunista” (DREIFUSS, 1986, p.163).

A evidente tensão social da primeira metade da década de 1960 teve como epicentro o governo de João Goulart, alvo de oposição do bloco modernizante-conservador, que se empenhou na lida: pela manutenção do capitalismo dependente do Brasil; pela conquista da liderança do consenso, que fundaria o novo bloco histórico, pretendo condutor do capitalismo brasileiro dali para diante; e pela desestabilização do executivo federal e conseqüente restauração do poder de Estado. As ações da intelectualidade orgânica à burguesia conduziram ao golpe de Estado de 1º de abril de 1964, que acarretou em um dos ciclos históricos de revolução modernizante-conservadora no capitalismo brasileiro.

Na ocasião do golpe de 1964, governava o estado de Alagoas o Major Luiz de Souza Cavalcante, cujo mandato se estenderia até 1965. Cavalcante apoiou o movimento golpista e teve como sucessor o interventor General João Batista Tubino, que logo foi substituído por Lamenha Filho, eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa (ACIOLI JÚNIOR, 1988, p.26).

Para confecção do item que versa sobre a conjuntura político-social do Brasil – que abrange o período entre a renúncia de Jânio Quadros (ocorrida em 25 de agosto de 1961) e 12 de abril de 1964 – a dissertação adota a tese do sociólogo Florestan Fernandes (1975), que aponta o capitalismo brasileiro do pré-1964 como dependente, abstruso e de viabilidade fortemente influenciada por meios políticos, ou seja, em terrenos que não os econômicos, e cuja manutenção coaduna com os interesses das burguesias e dos governos dos países capitalistas desenvolvidos.

Outra obra referencial é *1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, do professor uruguaio René Armand Dreifuss (1986), que contém uma ampla investigação que expõe a intensa participação do complexo IPES / IBAD – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática – na queda do presidente João Goulart e na implantação do regime ditatorial modernizante-conservador. O estudo de Dreifuss também forneceu bases pertinentes para a confecção deste trabalho, em especial – ao lado de Florestan Fernandes – no item que versa sobre a conjuntura político-social do Brasil.

A expressão “hegemonia” (ou “consenso”), também utilizada na pesquisa, é explicada por Coutinho (1992) – que, por sua vez, baseia-se na teoria gramsciana – como “recurso principal da ação política”, a partir do “aparecimento na esfera pública de múltiplos interesses *organizados*” e da ampliação da “teoria do Estado” herdada de Marx, visando “dar conta de novos fenômenos que a socialização da política – ou seja, o processo de democratização – introduzira na vida social” (COUTINHO, 1992, p.26).

Um dos principais instrumentos de disputa de hegemonia, os meios de comunicação de massa exercem influência sobre os indivíduos, auxiliando a formação de opiniões e decisões destes e pautando os assuntos que as pessoas debaterão durante o dia. A sociedade depende da mídia para que possa obter informações que vão além do limitado ciclo de convivência de cada um de seus membros. Além da faculdade de legitimação, a mídia atua como mediadora entre as experiências coletivas e as individuais, contribui com a atividade do consumo, integra um novo conjunto de instituições produtoras e emissoras de sentido nas sociedades modernas e ocupa, sobretudo a partir do último quartel do século XX, o posto de arena dos debates

políticos. Fornece ainda um entretenimento que abstrai ao passo que possibilita uma fuga que arrefece qualquer luta por uma transformação da realidade. O poder dos detentores dos veículos emissores de bens simbólicos é maior na medida em que as posses de tais instituições são limitadas a poucos membros da sociedade, sendo as suas diretrizes éticas, algumas vezes, subordinadas a conveniências político-econômicas.

Os meios de comunicação social de exploração privada no modo de produção capitalista são difusores de ideologias de seus proprietários e / ou associados e da classe a qual pertence, representam interesses comerciais e políticos e possuem um processo de produção subordinado a vínculos econômicos e políticos. Os vínculos econômicos são de ordem publicitária, multinacional e empresarial. Os conteúdos midiáticos são, ainda, carregados por ideologias de quem o confeccionou, o profissional de imprensa, mesmo que este vise a imparcialidade.

Justificativa

Embora haja alternativas ao modelo de comunicação privado hegemônico, poucas mudanças de efeitos podem ser vislumbradas a curto prazo. Entretanto, um grande avanço será possibilitado se os receptores dos bens simbólicos produzidos pelos meios de comunicação de massa obtiverem a consciência de que o que eles ouvem, assistem ou lêem na mídia não é necessariamente o real, sendo, antes, uma construção que, mesmo nos casos bem-intencionados, jamais conseguiria atingir um grau de fidedignidade completo.

Por isso se faz imperativo a reflexão a respeito dos processos de produção dos meios de comunicação social. Sobretudo nas circunstâncias atuais, onde os meios sofrem pressões diversas, internas e externas, com vistas a defender ou perseguir interesses econômicos e / ou políticos, em função, sobretudo, de vínculos, muitos deles inerentes ao modo de produção capitalista.

Por meio desta pesquisa, espera-se contribuir com as reflexões a respeito dos meios de comunicação, principalmente no Brasil, onde a mídia é, para Jânio de Freitas (1994, p.9), um dos maiores problemas do país, com a peculiaridade de ter omitida a sua discussão. O irônico silêncio que se faz ao redor do modelo de comunicação e suas práticas imbricadas revela o quão influente é a indústria de produção de bens simbólicos.

A exposição do protagonismo midiático e sua análise, a partir do recorte do objeto da pesquisa, contribuirão com o aprendizado e com a percepção dos indivíduos do “modo como a cultura da mídia transmite representações opressivas de classe (...) capazes de influenciar pensamentos e comportamentos”, tornando-os capacitados para “manter uma distância crítica em relação às obras da cultura da mídia e, assim, adquirir poder sobre a cultura em que vivem”, o que ajudará “a induzir os indivíduos a participarem de movimentos políticos radicais que lutem pela transformação social” (KELLNER, 2001, p.83).

Em Kellner (2001, p.52), a expressão “cultura da mídia” designa a natureza, a forma, o modo de produção e a distribuição dos produtos da indústria cultural. Também para o autor, a cultura da mídia é “o lugar onde se travam batalhas pelo controle da sociedade (...) não só nos meios noticiosos e informativos, mas também no domínio do entretenimento” (KELLNER, 2001, p.54).

Uma pesquisa aprofundada sobre o protagonismo da imprensa alagoana em um determinado período da história do Brasil justifica-se na medida em que a problemática da intensa intervenção da mídia local, por meio de difusão ideológica e gerenciamento de informações, ainda são recorrentes em Alagoas. O maior periódico do estado – a *Gazeta de Alagoas* – continua pertencendo ao mesmo grupo midiático da época do golpe de Estado de 1964, a família Mello, do qual é integrante o ex-presidente da república Fernando Collor. Tal pesquisa contribuirá na identificação de elementos de intervenção protagonizados pelo maior veículo impresso do estado diante de questões atuais, sobretudo em pleitos eleitorais.

Por fim, a pesquisa é justificada pelo atual estágio de precariedade de estudos e reflexões a respeito da trajetória da mídia impressa de Alagoas, sobretudo na passagem da década de 1960, período de gestação, concretização e consolidação do golpe. A própria bibliografia existente, que trata da história dos veículos no estado, omite a participação do jornal, ou mesmo os fatos ocorridos na redação na ocasião do golpe de Estado de 1964. Um exemplo é o livro *Jornal de Alagoas, 80 anos* (JORNAL DE ALAGOAS, 1988), que versa sobre a história do extinto *Jornal de Alagoas*, em cujas cronologias apresentadas o ano de 1964 é suprimido.

O mesmo ocorre nas biografias divulgadas do patrono do maior grupo midiático de Alagoas, o jornalista, ex-governador e ex-senador por Alagoas, Arnon de Mello, onde é sumariamente omitido o seu envolvimento com o movimento conservador-modernizante que pavimentou o golpe de 1964 e geriu o país durante a vigência da ditadura militar.

Tais omissões vão ao encontro da constatação de Reis (2002, p.7), de que “quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje”, mesmo aqueles que se projetaram e / ou se beneficiaram com o êxito do movimento golpista.

Metodologia

A metodologia adotada no desenvolvimento desse projeto inclui: pesquisa bibliográfica e documental, constituída, inclusive, por consultas a acervos de periódicos (contemporâneos à articulação e concretização do golpe de Estado de 1964), e coleta de depoimentos por meio de entrevista semi-estruturada.

Os entrevistados foram selecionados a partir dos nomes considerados pertinentes para o enriquecimento do trabalho citados na pesquisa bibliográfica e documental. Os nomes consultados no processo de elaboração da dissertação foram: Valmir Calheiros – jornalista de carreira da *Gazeta de Alagoas*, contratado pelo próprio Arnon de Mello nos primórdios da década de 1960, e autor de matérias institucionais relativas à Organização Arnon de Mello –, Carlos Mendonça – também funcionário antigo da casa e atual presidente do Conselho Estratégico da Organização Arnon de Mello – e Alberto Saldanha, professor da Universidade Federal de Alagoas e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

A pesquisa aos jornais da época do golpe foi encetada nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e na Biblioteca Pública do Estado de Alagoas, onde constam coleções de diversos jornais.

O periódico cujos exemplares foram analisados, o diário *Gazeta de Alagoas*, fundada em 25 de fevereiro de 1934 pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira, passou a integrar as Organizações Arnon de Mello a partir de 1952 (SANT’ANA, 1987, p.144).

A escolha do jornal *Gazeta de Alagoas* para estudo de caso da pesquisa justifica-se pelo fato deste ser o único periódico diário local remanescente da segunda metade da

década de 1960. Na ocasião, conforme nos faz saber Gouveia (1988, p.59), além da *Gazeta de Alagoas*, havia também o *Diário de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*. Outro fator determinante para escolha do jornal *Gazeta de Alagoas* reside na ocorrência deste ser o maior periódico do estado, pertencente ao grupo midiático mais sólido e influente de Alagoas, a Organização Arnon de Mello, da qual fazem parte a *TV Gazeta* (afiliada da rede *Globo* de televisão), as rádios *Gazeta AM* e *FM*, e o portal *Gazetaweb*, braço do grupo na Internet. A Organização também conta com instituto de pesquisa e rádios no interior do estado.

Vale frisar que, mesmo no fim da década de 1960, a *Gazeta* já se destacava entre os demais periódicos no tocante à estrutura, com base no depoimento de Gouveia que afirma que, dos três jornais da época, “(...) somente a *Gazeta* possuía carro (...)” (1988, p.59). A *Gazeta* também foi o primeiro matutino do estado a valer-se de teletipo, radiofoto, telefoto e telex (SANT’ANA, 1987, p.144).

Os recortes de tempo estipulados para a pesquisa documental no acervo dos exemplares da *Gazeta de Alagoas* – do dia 6 de janeiro de 1963 a 10 de janeiro de 1963 e de 1º de maio de 1963 a 12 de abril de 1964 – justificam-se. O primeiro intervalo de datas visa abranger o dia em que se realizou o plebiscito que restabeleceu o presidencialismo no país, concedendo a João Goulart condições técnicas de implementar as reformas de base, acirrando ainda mais os ânimos da oposição conservadora. O segundo intervalo, por sua vez, inicia-se em 1963, na data em que se comemora o dia do Trabalho e na véspera da divulgação, pelas mãos de Adhemar de Barros, do *Manifesto dos Governadores* – defendendo uma posição centrista e de defesa “dos postulados democráticos” –, e conclui-se em 1964, no dia seguinte à escolha do general Castello Branco para assumir a vaga de presidente da república, em meio ao novo regime instaurado. Tais intervalos de tempo contemplam episódios decisivos como “o comício das reformas”, onde Jango confirma seu discurso (13 de março de 1964), a concretização do golpe do Estado e a posse do presidente da república interino, Ranieri Mazzilli (31 de março a 2 de abril de 1964) e a imposição do primeiro Ato Institucional (9 de abril de 1964), que teve “(...) importância como instrumento jurídico para a institucionalização do novo Estado”, conforme afirmou “Carlos Medeiros, que o redigiu” (ALVES, 1985, p.56). A pesquisa em acervos de periódicos publicados nesse período fornece subsídios para a análise de técnicas de difusão ideológica e de omissões e distorções nas informações.

1. Mídia e sociedade (Discussão teórica da comunicação)

1.1. Reflexão crítica sobre os meios de comunicação social privados no modo de produção capitalista: vínculos, interesses e difusão de ideologias

Em linhas gerais, pode-se dizer que no Brasil o capitalismo alcançou um nível de desenvolvimento pleno, ainda que por vias não tradicionais, jacobinistas. Coutinho (1988, p.106) aponta a transformação das grandes propriedades rurais em empresas capitalistas agrárias – vide o advento das usinas de cana-de-açúcar em detrimento dos antigos engenhos – e o ingresso de capitais estrangeiros – aprofundados durante a ditadura modernizante-conservadora –, aliados aos esforços de industrialização exercidos pelo Estado, como elementos de suporte à conversão do país em uma nação industrializada, urbanizada e dotada de uma esfera civil complexamente estruturada.

A peculiar modernização brasileira, calcada em bases conservadoras e não revolucionárias, transmutou a sociedade, ocidentalizando-a¹.

Todavia, tal peculiaridade teve o seu preço. Apesar da ocidentalização da sociedade brasileira, focos anacrônicos resistem em algumas regiões do país, fortemente influenciadas, ainda, por aspectos de formação social do tipo ‘Oriental’ – o contraponto da formação ‘Occidental’. Trata-se do efeito adverso do modelo modernizante-conservador, que “(...) manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a desigual distribuição de propriedade e de renda (...)” (COUTINHO, 1988, p.125).

O estado de Alagoas, com seus indicadores econômicos e sociais atrasados, consiste em um exemplo emblemático dessa situação. Sua frágil economia, baseada na cana-de-açúcar, no algodão e em poucas indústrias têxteis, a incidência de latifúndios e as elevadas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo coadunam com a insipiente modernização política e econômica experimentada por esta unidade da federação ao longo de sua trajetória (BALLOUSSIER, 2000, p.129).

É baseada em uma sociedade com tais particularidades – em respeito ao recorte geográfico da pesquisa – que engendramos, neste capítulo, a reflexão sobre os meios de

¹ O conceito de ‘sociedade Occidental’ – e seu contraponto, a ‘sociedade Oriental’ – não se refere ao posicionamento geográfico. Por ‘Occidental’, entenda-se: uma sociedade dotada de “(...) um Estado ‘ampliado’, ‘complexo’, ‘maciço’, no qual o crescente protagonismo das massas se traduz na criação de uma rede articulada de ‘aparelhos privados de hegemonia’” (COUTINHO, 1988, p.118).

comunicação social privados, partindo da exposição e justificativa da afirmação de que os meios de comunicação particulares são, a despeito das máximas que costumam envolvê-los – como o de co-responsáveis basilares pela formação e manutenção da democracia –, empreendimentos permeados por interesses privados e políticos. Tais interesses são oriundos, sobretudo, dos vínculos políticos e econômicos (publicitário, empresarial e multinacional) que os enlaçam, e são encetados por meio de difusões das ideologias de seus proprietários e das classes a que estes pertencem. Apontamos também a existência de difusões de ideologias dos próprios profissionais dos meios de comunicação, uma vez que, como sujeitos, são também sujeitos ideológicos, embora nesse caso a possibilidade de dissimulação para fins pessoais dê-se em menor grau (HULTENG, 1990, p.251).

O presente trabalho não possui a pretensão de exemplificar a tese, listando um sem número de casos que maculam a grande mídia no desempenho de suas funções, expondo as estratégias utilizadas. O objetivo é de, apenas, abordá-la teoricamente. Logo, apenas alguns poucos exemplos, vistos como necessários para o desenvolvimento da tese, são engendrados ao longo do texto. O estudo ilustrativo de cada um dos casos, sugeridos pela tese, é complexo e está sempre vinculado a uma conjuntura particular e imprescindível, o que demandaria um trabalho distinto ao proposto por esta dissertação. Destarte, tais apontamentos justificam a desabilitação desse capítulo da função de tratar de exemplificações expositoras de arrojados estratégicos com a necessária competência.

Vários autores corroboram, por meio de suas literaturas, a denúncia do aspecto mercantil e ideológico dos meios de comunicação privados dentro do modelo sócio-econômico vigente. Parte deles foi consultada na confecção deste trabalho. Antecipamos os nomes de Pedrinho Guareschi, para quem os meios de comunicação compõem o quadro de fetiches do capitalismo na labuta por sua legitimação (1987, p.18); Gustavo Fortes Said, que aponta a subordinação do fluxo das produções simbólicas dos meios de comunicação de massa à lógica do modo de produção capitalista: dos grandes centros para os centros periféricos (1999, p.74); e John Hulteng, defensor da tese de que, ao contrário do final do século XVIII, hoje os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de relativamente poucos emissores, de quem dependemos para obter impressões do mundo real – algo somente conseguido se engendrado um fluxo honesto e objetivo de informações (1990, p.24-25).

Por meio deste capítulo espera-se contribuir com as reflexões a respeito dos meios de comunicação, sobretudo no Brasil onde a mídia é, para Jânio de Freitas (1994, p.9), um dos maiores problemas do país, com a peculiaridade de ter omitida a sua discussão. O irônico silêncio que se faz ao redor do modelo de comunicação e suas práticas imbricadas elucubra o quão influente é a indústria de produção de bens simbólicos.

Processo de produção

Ao relativizar os atuais modelos hegemônicos de mídia com o modelo oitocentista de imprensa, Muniz Sodré mostra-se pessimista:

A imprensa que cada vez mais se produz no interior do “bios” midiático tende a descomprometer-se com o tipo do jornalismo que, mesmo buscando a sua viabilidade econômica, se pautava pelo espírito publicista, isto é, pelo princípio crítico da visibilidade ou da publicidade (*Offentlichkeit*), erigido por Kant como traço marcante do Iluminismo e hoje retomado no pensamento de Habermas como ideal normativo da esfera pública (SODRÉ, 2002, p.194).

A partir do modelo de comunicação proposto por Miranda (1998, p.38-39), no qual, sinteticamente, temos o emissor, a mensagem, o canal e o receptor, podemos constatar que, no modo de produção capitalista temos o emissor como o trabalhador (o jornalista), a mensagem como mercadoria (a notícia / informação), o canal como o meio de produção (o jornal, com o seu aparato logístico – estrutural) e, por fim, o receptor como o consumidor (o leitor do jornal). Logo, conforme observa Miranda, temos nos meios de comunicação de massa, sobretudo na mídia impressa, uma reprodução do “modelo clássico fabril da alienação básica do trabalho” (1998, p.39).

Com a conversão dos meios de comunicação em propriedades privadas, o emissor das mensagens, o jornalista, perde a autonomia na transmissão da mensagem ao receptor e distancia-se de seu produto final (CAPARELLI, 1986, p.45). Como elemento atenuante da alienação do jornalista perante a sua mensagem, o seu trabalho, de apurar e transmitir informações, é fragmentado, cabendo-lhe, ao fim, apenas um elemento parcial do processo total. Dentro dessa espécie de linha de montagem, uma mensagem original passa por sucessivas etapas de “tratamento” nas mãos do redator, do editor e, até mesmo, do possuidor do periódico, “numa microvisão da realidade, tudo conforme pautas pré-estabelecidas, linhas editoriais, interesses de classe nitidamente configurados” (MIRANDA, 1998, p.47).

Também é passível da autoridade censora dos proprietários dos meios de comunicação o artigo de opinião que, embora, a princípio, seja exceção à fragmentação do processo produtivo sofrido pelas reportagens, também é sujeito a influências e enquadramentos, “nos mesmos processos de padronização, de seleção comercial ou política de temáticas, de homogeneização ideológica que atinge a elaboração da informação-notícia e dos processos da comunicação social como um todo” (MIRANDA, 1998, p.45-46).

Outro espaço que merece ser frisado é a seção de cartas dos leitores. Sobre este instrumento – também não imune aos processos de enquadramento e padronização – Fausto Neto afirma:

Sabemos que a seção Carta dos Leitores é uma invenção dos processos editoriais para estabelecer certas possibilidades de interação, que são instituídas e reguladas por eles, com os receptores. As regras destes “contratos” são definidas sob certas condições organizacionais e éticas, o que torna o dispositivo jornalístico, num primeiro momento, receptor do discurso do leitor. Num segundo momento, se converte em organizador da estratégia discursiva, na medida em que as possibilidades para que os materiais dos leitores sejam viabilizados, na esfera da edição, requerem a presença de outros mecanismos que, fugindo ao controle dos leitores, passam a organizá-los a seu modo. O conjunto de enunciados contém operações enunciativas através das quais os discursos jornalísticos instituem alguns dos mecanismos de legitimação de sua atividade (FAUSTO NETO, 2002, p.181).

Todavia, embora esteja funcionando dentro da lógica organizacional da produção dentro do modelo capitalista, os meios de comunicação produzem um bem diferenciado dos demais. Trata-se de emissores de bens simbólicos que, por meio das insígnias, arquétipos de conduta e estereótipos, possuem a faculdade de reproduzir os elementos-chaves para a manutenção da produção (CAPARELLI, 1986, p.58-59).

O processo de produção de notícias pelas agências internacionais é apresentada em um estudo de Al Hester (1976 apud GUARESCHI, 1987, p.36 – 37). A análise mostra que entre o fato e a notícia publicada há diversos atravessadores que possuem seus próprios preconceitos, ideologias e formação. Tudo começa com um pequeno número de pauteiros, que decidem o que merece ser convertido em notícia. Depois de confeccionada, a notícia passa por uma nova seleção: deve-se ou não ser enviada para os veículos de comunicação pelo mundo e, em caso afirmativo, para quais veículos. O processo não se encerra com o recebimento da notícia pelo veículo de comunicação. Na redação ela pode passar por uma nova edição, sendo resumida,

justaposta com outra notícia ou, até mesmo, reescrita; sempre conforme a satisfação das necessidades ou os julgamentos do veículo e de seu editor ou diretor.

A agência internacional de notícias *AP*, em seu *bureaux* da América Latina, produzia e enviava para o escritório de Nova Iorque 1 636 notas informativas. Em Nova Iorque apenas parte dessas notícias era selecionada e re-enviada para todo o mundo, incluindo o próprio EUA e a América Latina. Das notas enviadas pelo escritório latino-americano da *AP*, 13,81% tratavam de informações sobre crimes e violência. Todavia, após a seleção procedida em Nova Iorque, as informações relativas a crimes e violência envolvendo a América Latina saltou para 47,66% do montante das notas habilitadas a serem espalhadas por todo o mundo para os clientes da agência (AL HESTER, 1976 apud GUARESCHI, 1987, p.37).

Difusão de ideologias

No clássico *Ideologia alemã*, Marx e Engels (2004, p.78) defendem que ao longo da história, as idéias da classe dominante foram, necessariamente, as idéias dominantes da época. Isso porque, ao passo em que a classe no poder detinha os meios de produção materiais, possuíam também, nas palavras dos autores, os meios de produção espirituais. Os meios de produção espirituais seriam responsáveis pela transmissão das idéias da classe dominante para aqueles que não possuíam tal meio de produção espiritual. Podemos interpretar os meios de produção espirituais como as indústrias de bens simbólicos, onde estão inseridos os meios de comunicação social.

Os meios de comunicação são parte imanente da difusão de ideologias de uma classe hegemônica na sociedade. Caparelli (1986, p.43) constata que a imprensa, no modo de produção capitalista, age no sentido de seu reforço e expansão, contribuindo decisivamente para a naturalização da dominação da classe hegemônica.

Nesse sentido,

(...) no exercício de sua função ideológica, ligada ao capital, a mídia é cada vez mais requisitada a cumprir o papel de divulgadora e introdutora do capitalismo, tarefa que, diante da complexificação da sociedade, com menos força é gradualmente desempenhada por outras instituições. Utilizando-se de avançadas redes digitais, as indústrias da cultura são hoje os principais veículos de apresentação e divulgação do viver capitalista, agora renovado com as pseudovantagens da sociedade global (BRITTOS & MIGUEL, 2008, p.38).

Sarti (1979, p.231), por sua vez, afirma que, agora, mais do que nunca, a ideologia está sendo utilizada com instrumento para a composição e manutenção de uma “‘mentalidade capitalista’ homogênea pairando acima dos conflitos de classe”; Isso em complemento as ações repressivas, que por si só, não se mostraram suficientes. Tal transmissão cultural, que possibilitou a aceitação dos valores e condutas de interesse da classe hegemônica, teve participação mister dos meios de comunicação, vista pela autora como componentes de mais uma “requintada indústria no mercado”, com vistas a alcançar, sobretudo, os chamados países do “terceiro mundo”.

Também Muniz Sodré discorre sobre as relações ideológicas entre o modo de produção hegemônico e a mídia:

A mídia fala do mundo para vendê-lo ou para agilizá-lo em termos circulatórios – sua verdadeira agenda é a do liberalismo comercial. Sua moral utilitarista, com o mercado como vetor de mudanças (portanto, um moral liberal de comerciantes, anglo-saxônica em seu velho acento liberal sobre o individualismo e mercado), não contempla a utilidade social, pelo contrário, é privatista e redutora da sensibilidade quanto ao coletivo (2002, p.193).

Sobre as agências de notícias de âmbito internacional, Guareschi (1987, p.62) aponta que, suas operações chocam-se com os interesses dos países de terceiro mundo, sobretudo aqueles que estão protagonizando internamente mudanças estruturais de base. Assim, não raro, grupos nacionais de libertação ou de oposição a regimes opressores ou reacionários são descritos com relutância. Para Guareschi, as agências, em seus critérios de seleção de notícias, baseiam-se nos interesses dos países de centro do sistema transnacional, não as interessando, logo, notícias que abordem aspectos críticos, ou que possam induzir a reflexão sobre ruptura com o *status quo*.

São inúmeros os exemplos dos usos dos meios de comunicação a serviço de difusões ideológicas de classe. Caparelli (1986, p.84) cita o caso do rádio que, no Brasil, atuou como um mediador dos discursos das classes hegemônicas para as demais classes da sociedade. Por meio de tais discursos a manutenção de um modelo que favorecia a uma determinada classe em detrimento dos demais estratos da sociedade foram justificados e protegidos, graças aos esforços de desvio de atenção de problemas nevrálgicos do modelo adotado.

Os meios de comunicação privados também são difusores de ideologias de seus proprietários, que muitas vezes se confundem com a difusão ideológica de uma classe

hegemônica. Isso porque, na maioria das vezes, o proprietário do meio de comunicação é parte da classe hegemônica, até por ser o dono do meio de produção. Assim, muitos dos interesses, valores e condutas são semelhantes e, por vezes, compartilham com a reprodução do *status quo* que os favorecem (CAPARELLI, 1986, p.64).

O proprietário pode difundir a sua ideologia no veículo de comunicação que detém por meio de pressões sobre a redação. Até mesmo amigos e sócios do proprietário podem beneficiar-se do poder de pressão, constringendo jornalistas diante de seus compromissos com a ética da profissão (HULTENG, 1990, p.185). Alguns profissionais, como forma de protesto, demitem-se do posto. Todavia, mesmo essa forma de resistência não se mostra suficiente.

Como se não bastassem as infusões ideológicas que uma notícia pode sofrer por parte do proprietário, em defesa de sua classe ou de seus interesses pessoais mais específicos, um conteúdo jornalístico é passível de carregar crenças ideológicas de quem o escreveu e / ou o fotografou, ou seja, do próprio profissional de imprensa. Tal constatação parte do pressuposto de que a imparcialidade, em uma produção jornalística, é, na realidade, um referencial a ser perseguido, e não algo possível de se alcançar plenamente.

A título de ilustração a respeito de tal problemática, citamos o caso fornecido por Hulteng (1990, p.162-163), o da função de *Copydesk*. Aqui, o profissional de imprensa desfia o material a ser publicado ou transmitido, aperfeiçoando-o e praticando pequenas alterações com vistas a torná-lo mais atraente ou objetivo. Por menor que sejam as modificações, tais mudanças podem acarretar distorções no momento da recepção do material pelo leitor, telespectador ou ouvinte.

Também as imagens podem carregar forte conteúdo ideológico de seus captadores. Hulteng (1990, p.224-225) frisa a fotografia. Aqui um fotógrafo pode eleger um ângulo determinado, transmitindo uma mensagem diferente do fato que efetivamente ocorreu.

Tais verificações dão mostra da possibilidade de difusão ideológica ser praticada pelo próprio profissional de imprensa, seja consciente ou inconscientemente, já que a ideologia é algo inerente ao homem. Todavia, é imperativo salientar que, mesmo com tal possibilidade de inculcar suas ideologias no material que produzem, genericamente, os profissionais de coleta e

processamento de notícias de escalões baixos “(...) não têm tanto poder como os redatores e editores no uso dos meios de comunicação para fins pessoais” (HULTENG, 1990, p.251).

Interesses envolvidos

Como qualquer dono de meio de produção no modo de produção capitalista, o proprietário de um grande jornal, ou outros meios de comunicação de massa, possui interesses particulares. Dentre eles há o iminente interesse do lucro, obtido – geralmente – com publicidade e propaganda, necessários, inclusive, para a sobrevivência do próprio veículo. A comercialização de publicidade configura-se em um dos principais elementos de barganha de governos e grupos internacionais perante um veículo, possibilitando influenciar e pressionar os meios de massa a atenderem os seus próprios interesses (GUARESCHI, 2005, p.140-141).

Tamanha é a importância da parcela relativa à publicidade nos lucros e na sobrevivência de um veículo de comunicação que há uma notável tendência das mídias em concentrarem-se geograficamente nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. É nos grandes centros que se encontra a maior parcela do mercado consumidor do país. Esse público consumidor interessa aos anunciantes e o interesse dos anunciantes é mister para os meios de comunicação privados - comerciais. As demais localidades são marginalizadas na medida em que as redes concentram a produção de seus produtos midiáticos nos centros, restando as demais emissoras espalhadas pelo território brasileiro o título de afiliadas, repetindo a produção encetada, em sua maioria, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A intenção da concentração da produção passa pela redução de custos, sempre com vistas ao lucro (DIAS, 1979, p.262 – 264).

Uma das primeiras vítimas do resultado deste modelo são os regionalismos que acabam, pelo artifício de cominação, padecendo em detrimento de uma standardização que expõe em profusão as classes médias dos centros Rio e São Paulo como modelo para todo o Brasil, fenômeno esse fruto de uma mídia que produz *de* e *para* os grandes centros, negligenciando as demais localidades, vistas como menos lucrativas.

Para Hulteng (1990, p.242) é aqui, no comercial, mais do que em qualquer outro aspecto, que o confronto com a ética na prática do jornalismo se dá com maior ênfase. Seja emissora de rádio ou televisão, ou ainda uma publicação como revista ou jornal, a mídia, dentro do modelo de propriedade individual, tornou-se um empreendimento e assim pode ser classificada (HULTENG, 1990, p.184).

Em seu livro, *Os desafios da comunicação: problemas éticos*, Hulteng (1990) apresenta uma miríade de citações de profissionais da imprensa que confirmam a tese de que os meios de comunicação privados, no modo de produção capitalista, têm no interesse comercial um de seus pilares. O editorialista do *Pittsburgh Post-Gazette*, Halph Hallow (1972, p.40 apud HULTENG, 1990, p.151), por exemplo, afirma sobre a mídia que “(...) é ainda a economia e não os elevados princípios profissionais do quarto poder, que determina os parâmetros dos empreendimentos jornalísticos (...)”, e completa afirmando que tal observação “(...) não é novidade para a maioria dos jornalistas em atividade”.

Por sua vez, o então diretor de notícias da *KWTV* de Oklahoma City, Richard Townley (1974, p. 6 – 11 apud HULTENG, 1990, p.172) afirma que uma espécie estereotipada de telespectador médio dos noticiários de televisão está servindo de referencial e, conseqüentemente, influenciando os telejornais. Dentre as características do telespectador médio está o fato deste nunca ter freqüentado a universidade, nunca ter visto um exemplar do *New York Times*, não possuir o hábito da leitura, praticamente não lendo “o que quer que seja” e, geralmente, ignorar as notícias da televisão. A idéia de se produzir um telejornal para este tipo de espectador passa por interesses comerciais, uma vez que com isso espera-se “(...) dar ao público aquilo que ele deseja”, com vistas a obter maiores índices de audiência.

Ainda sobre a lógica de obtenção de audiência por meio da exibição de amenidades ao gosto do público médio, o jornalista Walter Cronkite (1973, p. 37 – 40 apud HULTENG, 1990, p.175) escreveu: “buscar a preferência do público através da apresentação das notícias que ele quer ouvir, significa não compreender a função da divulgação das notícias numa democracia”.

Com o objetivo de obterem dividendos para os meios de comunicação privados, consultores recomendam a submissão dos programas jornalísticos às diretrizes comercialmente bem-sucedidas dos programas de entretenimento. E tal estratégia também vem sendo utilizada em outros meios que não o eletrônico, como nos jornais impressos (HULTENG, 1990, p.174 – 175).

O entretenimento é, aliás, uma das modalidades mais valorizadas no todo das programações eletrônicas. Na América Latina, segundo fazem saber Nordenstreng e Tapio Varis (1979, p.61), boa parte do tempo integral é destinada a modalidades como espetáculos de variedades e infantis, filmes, seriados e melodramas; esta última, uma das especialidades

da brasileira rede Globo. Enquanto a cancha consagrada a programas de entretenimento ocupa mais de três quartos do total da antena das estações, menos de um quinto do tempo é destinado a emissões de cultura e educação, ao passo em que apenas 5% a 6% da transmissão é dedicada a informações e atualidades.

Tais números decorrem de outra estatística, também informada por Nordenstreng e Tapio Varis (1979, p.58). Essa dá conta de que 93% das emissoras da América Latina, na época da pesquisa, e com exceção de Cuba, eram exploradas comercialmente.

Do favorecido entretenimento, revelado pela pesquisa citada acima, boa parte é oriunda do exterior do país exibidor. Trata-se dos chamados “enlatados”, preferíveis pelas emissoras comerciais por saírem mais barato à produção própria. Isso porque o veículo elaborador do programa, já abrandou o seu custo de produção ao exibi-lo em seu próprio país de origem. Tal sistema de importação de programas de entretenimento do exterior – geralmente possuidores de bom nível técnico – alcança mídias diversas como emissoras de televisão, rádio e redes ou salas individuais de exibição cinematográfica. O apelo do entretenimento, inclusive, não é exclusividade da televisão. Vide as emissoras de rádio, que dedicam boa parte do tempo à execução de musicais, cuja maioria – em algumas estações – é de origem norte-americana (DIAS, 1979, p.261).

O nível de submissão às práticas consideradas antiéticas dentro de um meio de comunicação que se propõe a oferecer jornalismo pode variar de um órgão para outro. Há casos em que a desproporção entre a responsabilidade jornalística e o interesse pela obtenção de lucro torna-se visível. Há outros, entretanto, em que os interesses comerciais influem no conteúdo de forma mais sutil, o que pode ser mais freqüente, inclusive. Nesses casos, a amenização dos fatos, sobretudo locais, é o artifício mais comum para se evitar confrontos que possam prejudicar os lucros (HULTENG, 1990, p.241).

Os interesses comerciais podem não ser os únicos envolvendo meios de comunicação. Alguns veículos são facultados a interesses políticos, em momentos determinados, por seus proprietários, para promovê-los ou mesmo denegrir seus inimigos (HULTENG, 1990, p.248 e p.268).

No Brasil, muitos meios de comunicação regionais são utilizados com finalidades políticas, agindo não como instrumento democrático e sim como fator de desequilíbrio em

processos eleitorais. Nessas circunstâncias, dissimulações – como o falseamento de fatos – e favorecimento que levem a votos, são utilizados. Como quesito complicador, a posse de meios de comunicação regionais por forças políticas da localidade é prática generalizada no país (CAVALCANTI FILHO, 1994, p.35 - 36).

Vínculos existentes

O papel da publicidade para o êxito e sobrevivência dos meios de comunicação privados faz dela um dos pilares de sustentação do modelo de exploração da mídia no modo de produção capitalista. Nessa região ela é praticamente a única fonte financiadora dos meios (GUARESCHI, 1987, p.26). O dado apresentado por Caparelli (1986, p. 64-65) confirma: 78,8% das expensas industriais do jornal *O Estado de São Paulo* é coberto pela publicidade.

No caso da grande maioria das emissoras de rádio e televisão, a publicidade é responsável por 100% da fonte de financiamento (SARTI, 1979, p.255). Nordenstreng e Tapio Varis (1979, p.58), apontam que, na América Latina, 26%, em média, do tempo total das transmissões das emissoras de televisão são ocupadas por inserções publicitárias.

A dependência por anunciantes faz com que se crie um vínculo dos meios de comunicação com quem anuncia, ou com que se espera que se anuncie. A falta de recursos oriundos de inserções publicitárias pode inviabilizar um jornal. Este foi, na visão de Caparelli (1986, p.64-65), um dos problemas enfrentados pela imprensa denominada de alternativa, que seguia uma linha editorial mais independente, já que, aqui, as inserções publicitárias chegavam a cobrir, no máximo, apenas um quarto dos custos.

Seguindo o mesmo raciocínio, Faraone (1979, p.160) afirma que, em função da barganha da publicidade, “a estrutura de poder não depende nem mesmo fundamentalmente da posse”. Logo, mesmo que, em regime cooperativo, um jornal fosse fundado pelos próprios profissionais da imprensa, abordando os fatos com um enfoque independente, este não demoraria a sentir na sua rentabilidade o preço de sua autonomia. Este foi o “calcanhar de Aquiles” da imprensa alternativa.

Faraone (1979, p.160) também esclarece que um boicote a um veículo de comunicação pode ser exercido diretamente – quando o anunciante cessa os anúncios na emissora ou na publicação – ou indiretamente, quando, por meio de pressão a outros potenciais anunciantes,

coíbem-se os anúncios em uma emissora ou publicação. O que torna a pressão de um anunciante sobre o outro eficiente são os vínculos contratuais e / ou ligações a estabelecimentos financeiros, nacionais ou estrangeiros, que “(...) se vinculam aos mesmos centros de poder” (FARAONE, 1979, p.160).

Dois dos principais anunciantes nos meios de comunicação brasileiros são o governo e as instituições multinacionais. Como efeito do poder de pressão que estes podem exercer há, para Sarti (1979, p.258), o risco de, respectivamente, encetar-se uma tendência à “estatização indireta” dos meios brasileiros e ocasionar complicações para a soberania do país.

Caparelli (1986, p.11) cita o caso da televisão, que se mantém com a publicidade, “(...) estreitando o elo entre a indústria de bens culturais e a indústria de bens tradicionais voltados para o consumo...”. Isso explica o papel, exercido pela televisão, de forte aliada do consumo, e a afirmação de Guareschi (1987, p.75) de que este meio “(...) está quase que, exclusivamente, montada para satisfazer às necessidades de mercado dos produtos de bens de consumo que patrocinam e financiam a programação”.

O caso *Globo – Time - Life*, descrito por Guareschi (1987, p. 46 – 47), revela outra espécie de vínculo econômico as quais os meios de comunicação social privados podem ser submetidos: o vínculo multinacional. Em 1962, a *Globo*, então ainda em implantação, acenou positivamente para a proposta da *Time-Life*, que oferecia um valor superior a 5 milhões de dólares. O grupo norte-americano estava levando a cabo a sua estratégia de diversificação e a *Globo* valeu-se da ajuda para montar um aparato que lhe permitia transmissões com qualidade técnica superior. A entrada de capital estrangeiro continuou pelos anos subseqüentes e a *Globo* foi ao ar em 1965. A quantia oriunda do exterior chocava-se com a legislação brasileira, que impedia a entrada de capitais internacionais nos meios de comunicação locais, com vistas à manutenção da soberania. A infração resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, em 1967, declarou o acordo *Globo – Time – Life* como ilegal. O país, entretanto, desde 1964, já vivia a conjuntura do regime militar. O presidente de então, General Castello Branco, diante da constatação da CPI, agiu de forma amena, concedendo um prazo para regularização da ocorrência.

O próprio Guareschi (1987, p.47) aponta ainda que a *Globo*, além de “(...) servir de canal de entrada do capital estrangeiro no país, como já acontecera nos outros países da América Latina”, teve participação ativa no arrefecimento da opinião pública contra a

imposição do regime ditatorial militar instaurado a partir de 1964, fornecendo, na medida do possível, elementos legitimadores para os golpistas.

Ainda no escopo econômico, outro vínculo que pode comprometer um meio de comunicação é o empresarial. Não raro, meios de comunicação são possuídos por conglomerados industriais que, segundo Hulteng (1990, p.184), “(...) vão de negócios bancários a produtos químicos”. Os proprietários dos veículos de comunicação podem ser donos de outros negócios ou possuírem investimentos em um determinado setor econômico, como o rural.

Há dados que comprovam tais ligações. Já em 1979 uma pesquisa mostra que na Argentina, os jornais responsáveis por 95% da circulação em Buenos Aires são possuídos por clãs oligárquicos, grandes proprietários de terras e representantes do setor produtivo nacional e estrangeiro que agem como associados ou donos. O quadro é parecido na Colômbia, onde os jornais de massa da capital, de Medellín e de Cali também são dominados pela oligarquia campestre e política (FARAONE, 1979, p.156-157).

A tendência era, da mesma forma, observada no México. Aqui, a principal cadeia de jornais do país é de posse de um empresário do ramo das bicicletas e pecuária. O proprietário do segundo jornal em influência, na época da pesquisa, é, além de detentor de outros meios de comunicação, proprietário de indústrias têxteis, ferro, aço e distribuição de automotivos (FARAONE, 1979, p.158).

Hulteng (1990, p.55) explica que, nessas circunstâncias, fatalmente, mesmo que sem uma pressão direta oriunda dos superiores, a cobertura de uma greve em uma das empresas do proprietário do jornal, por exemplo, será dissimulada. O vínculo empresarial faz-se sentir da mesma forma quando materiais de relações públicas de uma organização cujo diretor está vinculado chegam a uma redação (HULTENG, 1990, p.192).

Ocorre, em alguns países, conforme nos faz saber Faraone (1979, p.159), que certos periódicos representam, na maior parte do tempo, interesses empresariais específicos de interesse de seu proprietário, que, não raro, possui vínculos em outros setores mercantis. Assim, vêem-se jornais que dedicam espaço para os interesses específicos do empresariado agrícola, comercial ou industrial, mas, sem nunca se distanciar do apoio aos interesses empresariais.

Tal estreitamento ideológico é potencializado pelos grandes grupos de mídia, pois:

(...) a concentração da mídia nas mãos de poucos titãs estreitam as margens de diversidade, na medida em que a conformação dos conteúdos obedece, de um lado, às injunções mercadológicas globais (aí incluídas determinadas sinalizações da audiência) e, de outro, às diretivas e às conveniências de seus controladores. À medida que essa configuração se cristaliza, reduz-se o campo de manobra para um desenvolvimento equilibrado e estável dos sistemas de comunicação e acentuam-se descompassos estruturais, no quadro de desnacionalização de áreas estratégicas da vida social. (MORAES, 2008, p.129)

Os vínculos que enlaçam os meios de comunicação não se restringem ao campo econômico. Há, além desse, o campo político.

No Brasil os vínculos políticos estão fortemente presentes nos meios de comunicação privados. O formato de distribuição pelo Estado de concessões para transmissões de emissoras de televisão e rádio deixa ao cargo do presidente da república, ao menos teoricamente, a faculdade de dar “(...) a palavra final sobre quem explorará a título precário (...)” (CAPARELLI, 1986, p.23) os nacos de espaços no espectro público. Caparelli (1986, p.23) revela que durante o regime militar, mais precisamente no período entre 1964 e 1979, foram distribuídas 112 concessões para a exploração da difusão televisiva pela iniciativa privada, bem mais que as 33 concessões autorizadas nos anos imediatamente anteriores, de 1950 a 1964.

Sobre as distribuições de concessões pelo Estado, Caparelli (1986, p.80) afirma serem “(...) ditadas por apadrinhamentos políticos ou por simples desdobramentos do poder econômico (...)”. O poder de irradiar bens simbólicos em massa é concedido a grupos que representam os mesmos interesses político e econômicos, desfavorecendo, assim, a pluralidade das idéias em pleno espectro público.

E o controle das concessões não é o único instrumento de vinculação dos meios de comunicação privados ao Estado. Por ser um dos grandes anunciantes, o governo detém ainda o poder de “censura econômica” (CAPARELLI, 1986, p.79). Conceitualmente, para Caparelli (1986, p.80), o Estado não pode ser visto com um ser abstrato e objetivo, com vistas apenas ao bem comum. Seu sentido para “Estado” é crítico.

Um caso emblemático de distribuição de concessões como fomento ao vínculo político dos meios de comunicação foi encetado entre 1985 e 1988, durante o governo do presidente José Sarney, que, na época, pleiteava apoio para a aprovação do mandato de cinco anos e um tópico referente ao sistema de governo a ser definido pela nova carta constitucional. Na ocasião, uma grande quantidade de concessões foi outorgada, sobretudo para “políticos, parlamentares, ex-parlamentares e chefes políticos ou grupos empresariais com ligações com partidos ou grupos políticos”, ao passo em que nenhuma das concessões foi destinada a “(...) instituições da sociedade civil não governamental, sindicatos ou cidadãos comuns sem vinculação partidária ou com grupos políticos outros” (ALVES, 1999, p.109). Números fornecidos por Antunes (1994, p.111) dão conta de que no período, 1 028 frequências do espectro, que praticamente esgotou-se, foram abonadas – para viabilizar emissoras de rádio e televisão – por meio do então ministro das comunicações Antônio Carlos Magalhães.

Muitos políticos passaram a enveredar no ramo da comunicação. Este caso exemplifica a tese de que não só o Estado exerce pressões que possibilitam o vínculo político com os meios, mas, conforme afirma Faraone (1979, p.159), os próprios proprietários dos meios de comunicação, são, não raro, políticos em atividade.

Embora os meios de comunicação privados apregoem o seu importante papel na formação e manutenção da democracia, durante o regime ditatorial militar brasileiro iniciado em 1964, a relação íntima entre a grande mídia e o poder autoritário fez dos veículos de massa um dos setores mais privilegiados pelo regime, ao lado das empreiteiras e dos estabelecimentos financeiros e exportadores (CAVALCANTI FILHO, 1994, p. 34 – 35).

Na ocasião, benefícios como “(...) subsídios indecorosos, conversões sistemáticas de débitos em publicidade, financiamentos generosos a juros modestíssimos, apoio a atividades paralelas” e “publicidade farta dos grandes agentes econômicos do governo (...)” (CAVALCANTI FILHO, 1994, p.35), contribuíram com o desenvolvimento das grandes corporações da comunicação social brasileira.

Por outro lado, em determinados momentos da história do Brasil, não estar vinculado a determinadas forças de poder poderia significar o estrangulamento do órgão de comunicação. Inúmeras ameaças – algumas delas concretizadas –, imposições e demais tipos de pressões, inclusive sobre anunciantes, oriundas do Estado, vitimaram os chamados órgãos da imprensa alternativa durante o regime militar ocorrido no Brasil. Nessa ocasião, mesmo outros órgãos

de imprensa privados e de massa contribuíram para o arrefecimento dos veículos autônomos, como foi o caso do jornal *O Estado de São Paulo*, que não imprimia alguns jornais alternativos (CAPARELLI, 1986, p.55-57).

Com a redemocratização, inúmeros casos de protagonismo político da mídia no Brasil ainda são relatados. Ao comentar a sequência de manchetes publicadas pela revista IstoÉ entre fevereiro e maio de 2001 - em referência a quebra do sigilo do painel do Senado e ao então senador Antônio Carlos Magalhães, que culminaria com a sua renúncia -, Fausto Neto engendra reflexões sobre o posicionamento dos meios como atores políticos. Mais especificamente sobre a capa da IstoÉ de 25 de abril - onde se lê "Só falta cassar" -, Fausto Neto afirma:

Esta capa rompe com as características relacionadas com as rotinas que orientam a produção de outras capas, quando reduz a atualidade a uma dimensão temática. Ela é submetida a várias operações que articulam, ao mesmo tempo, diferentes enunciações translingüísticas em torno de modalizações discursivas de várias naturezas. O discurso jornalístico abandona seu tom inferencial e explicita claramente as intenções de sua agenda (2002, p.175).

Seleções, edições, omissões, ênfases e amenizações estão presentes nos produtos dos meios de comunicação de massa, que carregam em si a ideologia de quem escreveu a notícia, a ideologia do proprietário ou associados, por meio de pressões implícitas ou explícitas, e, ainda, possíveis censuras de anunciantes ou governos, motivadas por interesses comerciais ou políticos.

Conforme antecipado anteriormente, embora haja alternativas ao modelo de comunicação privado hegemônico - alternativas essas que por si só mereceriam uma nova dissertação -, a curto prazo poucas mudanças de efeito podem ser vislumbradas. Imprescindível então seria o desenvolvimento da consciência por parte dos receptores dos bens simbólicos produzidos pelos meios de comunicação de massa de que o que eles ouvem, assistem ou lêem na mídia, não é necessariamente o real, sendo, antes, uma construção portadora de um grau de *fidedignidade absoluta* meramente referencial.

Por isso se faz imperativo a reflexão a respeito dos processos de produção dos meios de comunicação social. Sobretudo nas circunstâncias atuais, onde os meios sofrem pressões diversas, internas e externas, com vistas a defender ou perseguir interesses econômicos e / ou

políticos, em função, sobretudo, de vínculos – como visto ao longo do capítulo –, muitos deles inerentes ao modo de produção capitalista.

1.2. Tópicos sobre as faculdades de agendamento e influência da mídia no meio social

Os meios de comunicação de massa estão continuamente exercendo influência sobre os indivíduos, ainda que estes não percebam ou neguem. E tal influência ocorre de forma arrebatadora, modelando – ou ao menos auxiliando – a formação de opiniões e decisões, que se sentirão em diversas esferas e atividades – das urnas eleitorais aos diálogos familiares – e contribuindo com a pauta dos assuntos que debateremos durante o dia, em nossas conversas, aparentemente pessoais (HULTENG, 1990, p.16).

Sobre as mensagens proferidas pela mídia, partilhando do poder de agendamento das discussões entre os indivíduos na esfera pública, Thompson (1998, p.100) afirma, introduzindo o conceito de “elaboração discursiva”, serem elas “... elaboradas, comentadas, clarificadas, criticadas e elogiadas pelos receptores que tomam as mensagens recebidas como matéria para alimentar a discussão ou o debate entre eles e com outros”.

Thompson (1998, p.100) vai além, ao acrescentar que a audiência de uma mensagem da mídia e o processo de elaboração discursiva obtido a partir dessa mensagem pode ser acrescida por indivíduos que, embora não tenham interagido com o conteúdo original, da mídia, tomam parte no assunto através da assimilação do tema possibilitado pelo contato face-a-face com algum receptor efetivo da mensagem. Tal assertiva é ilustrada pelos casos em que um indivíduo toma conhecimento de uma discussão, originada em um programa de televisão, graças à mediação de um amigo, que assistiu ao programa e o inteirou sobre a matéria, incluindo-o no processo de elaboração discursiva.

Por interação “face-a-face” entenda-se o intercâmbio ocorrido “... num contexto de co-presença”, estando os participantes presentes e partilhando de “... um mesmo sistema referencial de espaço e de tempo” (THOMPSON, 1998, p.78).

Venício Lima, em seu trabalho *Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil*, relaciona sete teses “(...) coerentes com a perspectiva teórica que atribui à mídia importância fundamental nas sociedades contemporâneas” (2009, p.15).

São elas: 1) “a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em

particular, a esfera da política”, 2) “não há política nacional sem mídia”, 3) “a mídia está exercendo várias das funções tradicionais atribuídas aos partidos políticos”, 4) “a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais”, 5) “a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político”, 6) “as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político” e, finalmente, 7) “as características específicas da população brasileira historicamente potencializaram o poder da mídia no processo político, sobretudo, no processo eleitoral (mas essa realidade está mudando rapidamente)” (LIMA, 2009, p.19-29).

Guareschi (2000, p.39), por seu turno, desenvolve uma contundente afirmação sobre a influência das mídias, ao alegar ser “impossível entender qualquer fenômeno fora do grande capítulo da comunicação”.

E, de fato, dados apontados pelo mesmo autor dão conta de que os adultos do ocidente passam de 25 a 30 horas por semana com vistas para a televisão, o que ainda não inclui o tempo despendido no consumo de bens simbólicos emitidos pelas emissoras de rádio e pelos impressos: jornais, livros e revistas (GUARESCHI, 2000, p.39). O consumo dos produtos midiáticos é um dos principais absolventes do tempo livre da população.

Destarte, como observa Guareschi (2000, p.43), é praticamente impossível conceber o mundo a partir da contemporaneidade sem a mídia e, principalmente, sem o papel desempenhado por ela. A bem da verdade, a mídia caminhou *pari passu* com o desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas.

Política

Uma das grandes faculdades dos meios de comunicação é o seu poder de legitimar causas, pessoas, organizações e movimentos sociais, dotando-os de prestígio e elevando os seus conceitos perante a sociedade (CAPARELLI, 1986, p.31). O contrário também existe, podendo a mídia contribuir no desgaste dos mesmos.

Gerações de norte-americanos puderam presenciar *cases* memoráveis, com a capacidade de ilustrar o poder da mídia, durante a guerra do Vietnã e diante do episódio conhecido por *Watergate* (HULTENG, 1990, p.31). A veloz e praticamente simultânea derrocada da experiência “socialista real”, no leste europeu, em 1989, também pode ser

elencada aqui como exemplo da influência midiática, embora, neste caso, sabe-se, outros fatores convergiram para o evento. Todavia, nos moldes como ocorreu o conjunto de lances em meados de 1989, é inegável a contribuição dos meios de comunicação social, envolvidos ativamente nas transformações na medida em que propiciaram notícias instantâneas dos eventos que borbulhavam em nações limítrofes e um fluxo arrebatador de imagens do mundo capitalista ocidental (THOMPSON, 1998, p.105).

Somados a estes casos, outros episódios por todo o mundo acabaram coadunando para a formação de uma conhecida e desagradável expressão: “a imprensa (ou os meios de comunicação) é (são) o quarto poder”. A respeito de tal expressão, Jânio de Freitas (1994, p.10) acrescenta que, na realidade, no caso brasileiro, diante de tamanha capacidade da mídia de determinação de decisões nos três poderes institucionais (legislativo, executivo e judiciário), a expressão mais cabível seria: “os meios de comunicação são o primeiro poder”.

Ante as evidências, não resta dúvida a Thompson (1998, p.104) de que as imagens e informações mediadas contribuíram decisivamente, em certos acontecimentos, para a confecção de ações coletivas, ações estas que, sem a mídia, não teriam se manifestado da mesma forma.

Contudo, no tocante à mudança e formação da opinião pública, o maior impacto que os meios de comunicação têm obtido é através de impressões construídas ao longo de um extenso período (HULTENG, 1990, p.16).

Do ponto de vista político, o campo jornalístico atua, a partir da posse de um poder de influência ameaçadoramente amplificado, de modo a contribuir para o enfraquecimento da independência do campo político e, conseqüentemente, amainar intensamente a delegação de faculdade dos políticos e representantes institucionais. Isto porque, seguindo a pertinente linha de raciocínio de Bourdieu (1997, p.115-116), a imprensa, quando não se vale de seus poderes críticos diretos, parte do instrumento da pesquisa de opinião, obtendo as tendências e reivindicações diretas do público; estas permeadas por altivas doses de passionalidades impensadas e pela influência exercida pela própria imprensa, preterindo e desprezando a mediação que deveria ser exercida por agentes e entidades socialmente delegados, como os sindicatos e partidos políticos.

Ela, a imprensa:

“(...) despoja todos os mandatários e todos os porta-vozes de sua pretensão (...) ao monopólio da expressão legítima da ‘opinião pública’ e, ao mesmo tempo, de sua capacidade de trabalhar em uma elaboração crítica (e por vezes coletiva, como nas assembleias legislativas) das opiniões reais ou supostas de seus mandantes” (BOURDIEU, 1997, p.115).

Tais despojos podem ser nocivos à coletividade na medida em que ocorrem sob a influência de um campo – o campo jornalístico – que é, por sua vez, influenciado forte e crescentemente pela lógica comercial. Isto em detrimento do campo político, desgastado pelos recorrentes apelos demagógicos, potencializados com o oferecimento de dados das pesquisas de opinião (BOURDIEU, 1997, p.115-116).

Há de se considerar o fato de que,

(...) muitas emissoras de rádio AM brasileiras, ainda hoje, se caracterizam por exercer o papel de canalizadoras das demandas populares através de programas comandados por radialistas, muitos dos quais, têm se transformado, com sucesso, em políticos profissionais (...). Mais recentemente, o jornalismo de televisão vem também assumindo esse papel de canalizador de demandas através do chamado “jornalismo comunitário” (LIMA, 2009, p. 23).

Quanto à arena política, se antes os debates políticos ocorriam diante da reunião de cidadãos, em espaços públicos como praças e ruas, a partir, sobretudo, dos últimos anos do século XX, ouve uma nítida transladação da arena de discussão de idéias em direção às transmissões da mídia (GUARESCHI, 2000, p.45). É por meio dos veículos de comunicação que o jogo de propostas ocorre, quase que de modo integral, nos dias de hoje, a despeito das estratégias de comícios e contatos corpo-a-corpo, ainda usualmente utilizadas em campanhas políticas. A este respeito, afirma Venício Lima (2009, p. 26): “Os eventos políticos (convenções partidárias, comícios, debates, inaugurações, visitas, viagens, pronunciamentos públicos etc.) passaram a ser planejados como *eventos para a TV*”.

Já no começo da década de 1970, os professores de jornalismo Maxwell Mccombs e Donald Shaw (1972), no clássico artigo “*The agenda-setting function of mass media*”, refletiram sobre o importante papel exercido pelos meios de comunicação de massa na formação da “agenda” de pautas de uma campanha eleitoral, na medida em

que não apenas apresentam assuntos como também podiam atribuir-lhes importância e posicionamento, influenciando, inclusive, os temas dos discursos dos candidatos.

Informação

Nem todas as investidas de persuasão são bem-sucedidas. Em muitos casos consegue-se apenas a audiência do *target*, mas não o seu compartilhamento com relação ao conteúdo da mensagem bradada. Esta é uma característica natural em interlocuções democráticas. No entanto, a despeito da “sociedade aberta” de Popper e da liberdade de contestação, pressuposta em sociedades que se valem da retórica, o discurso da mídia costuma ser acachapante, não só em seu apelo (“eu mostro o mundo exatamente como ele é”), como também em suas refrações transmitidas (“o mundo é assim”). De forma geral, em uma sociedade midiaticizada – como a nossa –, os indivíduos “escolhem” por deixar o seu livre arbítrio – atributo que cerca a retórica – de lado, aceitando muito do que vêem ou ouvem como sendo estritamente verdadeiro.

O poder de persuasão de um cidadão comum não é o mesmo do telejornal do horário nobre. Se, na década de 1960, um cidadão reunisse um grupo de pessoas e bradasse, soberanamente, em praça pública, que dois homens pisaram na lua, seguramente não causaria a mesma sensação que a mídia quando, com imagens toscas e um discurso estridente e repetitivo, anunciou como históricos os passos de Aldrin e Armstrong na Lua. Sobre o assunto, Silverstone (2002, p.69) reflete: “Como sabíamos que o que estávamos vendo na TV estava realmente acontecendo e não sendo encenado num terreno baldio em algum ponto de Hollywood ou da Florida?”.

Mais adiante o professor inglês arremata, “Fomos levados a acreditar em algo de que não temos nenhuma prova independente” (SILVERSTONE, 2002, p.69). E assim ocorreu a persuasão da vitória norte-americana em uma subguerra, a espacial, em meio à guerra Fria.

Não estamos julgando aqui a veracidade, propriamente dita, do episódio “viagem à Lua”. A intenção é refletir, a despeito da pegada de Armstrong no satélite natural da Terra, como a mídia nos faz acreditar tão rápido em algo tão novo e peculiar.

Tal reflexão parece ser bem complexa, entretanto, o próprio Silverstone fornece boas pistas. Para persuadir alguém de algo novo, aproveitando a deixa dos antigos

retóricos, deve-se utilizar como base elementos comuns à audiência, que a faça identificar-se tal qual como nas telenovelas, onde o telespectador se posiciona como um dos personagens. A forma mais eficiente de causar uma aquiescência em um público vasto e heterogêneo é valendo-se do senso-comum, dos lugares-comuns, dos clichês e dos estereótipos. Com base neles faz-se um indivíduo conservador acreditar em algo aparentemente novo, e, por isso, achar-se um progressista.

Dependemos dos profissionais de comunicação e dos veículos para que possamos obter informações que vão além do nosso limitado ciclo de convivência. É por meio dos dados emitidos pela mídia que construímos boa parte das percepções de cenas e acontecimentos do mundo (HULTENG, 1990, p.94). Portanto, muitas das informações e idéias que chegam até nós dependem do fluxo que a mídia de massa controla.

A mídia atua como mediadora entre a experiência coletiva e a individual para aqueles que a consomem. Na mediação, que se espera honesta, as interpretações da realidade e de valores produzidas pelas entidades da sociedade passam pelo crivo dos meios de comunicação que, antes de expô-las, efetuam uma seleção, organização e, até, uma transformação (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.68), segundo os seus critérios, para só então deliberar sobre uma forma de divulgação.

Marshall McLuhan, célebre intelectual que dedicou boa parte de seus estudos as tendências da comunicação, apontava os meios de comunicação como extensão do homem; como um instrumento que possibilitava o alargamento das funções naturalmente possuídas pelo ser humano. Como exemplo, pode-se citar a visão humana, atributo importante e útil ao homem. Com os meios de comunicação, todavia, o atributo da visão humana ganharia uma extensão incalculável, uma vez que agora, graças às imagens oriundas dos veículos de comunicação, podemos ver cenas e presenciar momentos ocorridos em todo o globo terrestre, ou, mais modestamente, onde houver um instrumento de comunicação para registrar e emitir o fato. Contudo, mesmo aprazendo-se da “ampliação” da visão humana, as imagens fornecidas pela mídia não são tão confiáveis quanto aquelas registradas pelos olhos humanos, pois nem sempre elas nos informam seguramente (HULTENG, 1990, p.238).

A tese que aponta os meios de comunicação como extensão do homem traz consigo, implicitamente, a confiabilidade das imagens jornalísticas. A este respeito Hulteng (1990, p.238) discorre com propriedade: “(...) essa confiança implícita não é sempre honrada. A ética central do jornalismo é algumas vezes distorcida, manipulada e mesmo mutilada”.

Padrões de consumo

Na medida em que consumindo nós nos afastamos – ao menos em tese – da homogeneização, acabamos nos identificando com subgrupos que, por escolha ou influência, consomem o mesmo estilo, demonstrando, em ao menos um dos aspectos que levam ao consumo (ansiedade, desejo, etc.) uma semelhança compartilhada.

As decisões de consumo em uma sociedade não são formadas de modo estritamente autônomo. A mídia contribui sobremaneira com a atividade do consumo na proporção que, por meio de sua programação convencional ou patrocinada, ou ainda de seus comerciais publicitários, ensina-nos o que consumir. Os meios de comunicação formais, e até mesmo os informais, são parceiros importantes do mercado no tocante a apresentação de novos bens de consumo aos indivíduos incorporados ao sistema de consumo. Além de incumbir-se da apresentação, à mídia cabe o papel de ampliar o consumo dos produtos já existentes.

Um exemplo notório pode ser observado no público infantil. Bastam algumas semanas de exibição de um novo personagem de animação em uma rede de televisão bem-sucedida em termos de audiência para que produtos licenciados da criatura protagonista sejam requisitados por inúmeros consumidores mirins.

Dênis de Moraes faz saber que:

Somando as opções das redes de TV aberta no Brasil, o volume diário de desenhos animados, seriados e filmes infanto-juvenis ultrapassa 180 horas. Cinco corporações norte-americanas (Disney, Time Warner, News Corp., Viacom, Discovery Communications) respondem por 95% das programações. O avassalador apelo publicitário agregado visa à aceleração contínua da demanda e à fidelização da audiência. (...). As enunciações massivas ascendem essa precoce predisposição, do mesmo modo que a mídia procura canalizá-las como valorizadas moedas de troca junto aos anunciantes. (MORAES, 2008, p.115)

A exposição seguida da comercialização vem sendo bastante adotada por influentes emissoras que transmitem via cabo, como a norte-americana *Cartoon Network*. Esta, por sinal, vem obtendo êxito no que se propõe a ensinar: a consumir e o que consumir. E a *Cartoon* não é o único exemplo; da mesma forma que as crianças não são as únicas a “aprenderem” com a mídia. As novelas, permeadas por merchandising, são apenas um dos exemplos mais corriqueiros de apelo ao consumo direcionado aos adultos.

Os conteúdos exibidos pelos meios de comunicação de massa na América Latina são importantes difusores de estereótipos, muitos deles pró-norte-americanos (GUARESCHI, 1987, p.60). Pesa o fato de que boa parte das programações desses veículos, sobretudo os filmes, são oriundos do exterior. Para Guareschi (1987, p.70) tais importações trazem consigo não apenas o entretenimento colonizador, mas, principalmente, a indução ao consumo de produtos supérfluos, como modelos de automóveis, bebidas sofisticadas e artigos decorativos, em detrimento de necessidades basilares como a educação e a saúde.

Na medida em que preenche lacunas materiais e emocionais dos indivíduos, trabalhando com o fetiche, a fantasia e, eventualmente, com a necessidade prática dos consumidores, o consumo incitado cumpre o seu dever econômico de sustentar o modo de produção capitalista e a sua “crise quase perene de superprodução” (SILVERSTONE, 2002, p.151). O elixir para o mercado é o ciclo contínuo de produção e consumo frenético, a despeito do esgotamento dos recursos naturais do planeta.

A desesperada necessidade de um consumo permanente nos faz constatar mais um paradoxo. Embora o consumo seja efetivado e, até certo ponto, incentivado, como forma de satisfazer ausências físico-emocionais, por outro lado – por meio de propagandas e outras formas de manipulação de mensagens e imagens – o mesmo consumo é sustentado, ininterruptamente, com base em satisfações nunca perfeitamente atendidas.

Tudo é consumível e consumido. Automóveis, feriados religiosos e modas de estação. Consumimos a mídia, com todo o seu aparato de novelas, filmes, telejornais, desenhos animados, etc., na medida em que, conforme frisa Silverstone (2002, p.150), somos consumidos por ela.

Cultura e entretenimento

Mesmo finda a fase infanto-juvenil, a brincadeira não se esvai. Ao contrário. O ato de brincar continua presente na realidade adulta e com funções ainda complexas. Brincando, seja no carnaval de rua ou jogando futebol, auto-exploramos-nos e, da mesma forma, o fazemos com a sociedade onde estamos inseridos.

Trata-se de momentos de escapamento; de uma espécie inofensiva, quando dentro dos limites de tolerância da sociedade e do Estado, de desabafo sobre a vida desencantada e cotidiana, repleta de regulamentos e punições. Por meio de tais momentos lúdicos é permitido transcender o dia-a-dia, zombando e/ou parodiando o que fazemos em momentos “normais” que, provavelmente, voltaremos a protagonizar no dia seguinte: a nossa função social, em uma sociedade marcada pela sofisticação normativa.

Entretanto, não é somente em avenidas, estádios e clubes que encontramos a prática da brincadeira. Na sociedade midiaticizada em que vivemos podemos assistir ao carnaval ou ao jogo de futebol na poltrona da sala de estar. O arsenal eletrônico é vasto: jogos de computador, internet, televisão e muitos outros meios. Aliás, grande parte dos índices de audiência dos meios de comunicação de massa são oriundos das brincadeiras “virtuais”, que nos “divertem” ao passo em que nos garantem uma familiar segurança, advindo de seus clichês e riscos limitados.

Quando assistimos a uma novela e nos identificamos com um personagem, em tese, mantemo-nos imunes a perder algo na vida real (além de tempo), mesmo se o “mocinho” arruinar-se na trama. Há ainda o agravante de que o protagonista raramente termina o folhetim como o perdedor. E, com a vitória do personagem, sublimamos qualquer realidade desagradável.

Contudo, à margem dos argumentos dos positivistas e neopositivistas da comunicação, a brincadeira fornecida pela indústria cultural, com suas estandarizadas e repetitivas fórmulas, abstrai na medida que exerce um controle psicológico; faz esquecer o que não deve ser esquecido e, finalmente, possibilita uma fuga que arrefece, de certa forma, uma esperança de luta pela transformação da realidade que cerca o indivíduo.

A cultura de massa age selecionando e incorporando elementos tradicionais das culturas locais, moldando-os a sua estrutura massificadora. Por meio de tal operação, a indústria cultural, através dos meios de comunicação, desempenha uma seleção daquilo que constituirá a memória de uma sociedade e aquilo que será relegado ao esquecimento (SAID, 1999, p.65).

Said (1999, p.65) arremata ao afirmar que:

“(...) são os veículos de comunicação – sejam eles de massa ou não – que constroem grande parte das representações sociais que constituem a memória de uma sociedade e, desta forma, reposicionam as relações de poder no imaginário popular”.

Tamanho é a evidência da influência que exerce o jornalismo, e, por meio dele, a lógica de mercado, no campo da produção cultural, que Bourdieu (1997, p.101-102) afirma, de modo lacônico, não haver nenhuma novidade radical em tal assertiva.

Comportamento

Os meios de comunicação de massa integram um novo conjunto de instituições produtoras e emissoras de sentido nas sociedades modernas. Neste bojo, a televisão, como exemplo de mídia, acaba por substituir antigos produtores de sentidos, como os parentes dos indivíduos, padres e demais líderes religiosos e, até mesmo, os terapeutas. A um clique do controle remoto descortinam-se sugestões e soluções para os mais variados problemas dos humanos modernos, incluindo aqueles tradicionais, que atravessam gerações e mantêm-se sujeitos a crises, como os campos da sexualidade e da atividade profissional de uma pessoa (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.67).

Um caso evidente de como os veículos de comunicação possuem a faculdade de influenciar padrões de comportamento das sociedades onde atuam têm como protagonistas as grandes indústrias alimentícias destinadas ao nutrimento de bebês. As bem-elaboradas campanhas promocionais contribuíram, em grande parte, para uma mudança de hábito nociva, ao induzir as mães a adotarem o alimento industrializado em substituição ao leite materno (GUARESCHI, 1987, p.70).

As crianças, certamente, compõem um dos grupos mais influenciados pelos meios de comunicação de massa. Com a popularização do aparelho de televisão e de suas transmissões, gradativamente aumentaram também o número de telespectadores

infantis, que, por meio da programação televisiva, passaram a entrar em contato com o mundo adulto em uma velocidade bastante superior ao observado antes do advento da popularização desse veículo. Como efeito do contato das crianças com os valores do universo adulto, nota-se um encurtamento da infância das crianças, que se tornam adultas cada vez mais cedo (CAPARELLI, 1986, p.93).

Por sua vez, entre os adultos, os programas de cunho policial, que adotam conteúdo e discurso superficial e popularesco, além de infringirem vários artigos inerentes aos direitos humanos, cumprem um papel social de controle, por meio do fortalecimento de normas sociais estabelecidas. E não é apenas esta modalidade de programa que coaduna com tal função. A partir do momento em que se noticia um desvio de conduta condenável pela sociedade, acompanhado por uma mostra de punição, como consequência da ação, acaba-se – não necessariamente propositadamente – contribuindo para a intimidação de ações que transgridam as normas sociais exigidas pelos membros da sociedade (CAPARELLI, 1986, p.95), ajudando a moldar comportamentos.

Outra ruptura produzida pelo desenvolvimento e expansão da recepção dos meios de comunicação diz respeito ao advento da confiança dispensada aos conteúdos simbólicos emitidos pela mídia, em detrimento da confiança antes destinada aos conteúdos emitidos por interações face-a-face e por elementos ocupantes de postos de autoridade nas diferentes localidades. Estas últimas vêm sendo gradualmente substituídas, com suas credibilidades, conforme se amplia o acesso aos frutos da primeira (THOMPSON, 1998, p.159-160).

A confiança nos produtos da mídia, inclusive, cria a turva idéia de que o jornalismo reflete os acontecimentos tal qual um espelho perfeito reflete uma imagem de algo diante de si. Trata-se da expressão “espelho do mundo”, bastante difundida entre os consumidores médios de jornais. Tal visão encobre o fato de que, na realidade, o reflexo do mundo projetado pelos jornais são reflexos de fragmentos desse espelho (SEABRA, 2002, p.110), fragmentos estes dispostos, em muitos casos, conforme a conveniência do proprietário ou do grupo que administra o veículo.

São várias as formas de poder em uma sociedade. Além dos tradicionais poderes econômicos e políticos, Guareschi (2000, p.64) aponta o poder simbólico, onde

constaria a mídia. Este modo de poder, sobretudo com o grande desenvolvimento alcançado pelos meios de comunicação, cresceu sobremaneira em importância. E aqui que reside a força de legitimação, elemento que está na base do poder simbólico e que confere importância ao seu detentor. O poder dos detentores das instituições emissoras de bens simbólicos é ainda maior na medida em que seu número é limitado a poucos membros da sociedade.

Venício Lima, entretanto, admite ser um erro comum “(...) acreditar na eterna onipotência da mídia” (2009, p.34). José Marques de Melo também sugere prudência:

A mídia exerce influência, mas não determina rupturas históricas. Estas ocorrem como produto das contradições socioeconômicas e que assumem dimensões políticas incontrolláveis em conjunturas especiais. Nesses momentos, o papel da mídia é decisivo, como ficou evidente nos episódios que marcaram a derrocada do “socialismo real” na Europa do Leste. (...). Mas é preciso relativizar o papel dos meios de comunicação, como mediadores sociais e como catalisadores de situações políticas preexistentes. Nunca como agentes revolucionários, capazes de produzir transformações independentemente das forças vivas em confronto numa sociedade. (MELO, 1991, p.121)

Por seu turno, Michael Kunczic (2002, p. 294) afirma não ter dúvida “(...) de que os meios de comunicação de massa constituem um aspecto relevante do processo de mudança social (...)”, apesar de ser somente um aspecto em meio a muitos. Em seguida, perfilha que “Os meios de comunicação de massa operam sob condições demasiado complexas” (KUNCZIC, 2002, p. 295).

Ainda assim, para o autor, “(...) em nenhuma circunstância se pode supor que os meios de comunicação de massa são impotentes. Muito pelo contrário: ainda que normalmente essa influência seja difícil de medir, ela pode ser imensa” (KUNCZIC, 2002, p. 295).

Quando às mensagens transmitidas, em *O processo de Relações Públicas*, Hebe Wey (1986, p. 38) assevera que “(...) devemos considerar que os efeitos dos meios de comunicação de massa sobre a audiência raramente incidem diretamente sobre ela em correspondência ao intento do comunicador, no que se refere ao conteúdo da comunicação”, pois, antes, as mensagens “(...) são afetadas pelas condições psicológicas individuais, pelas predisposições e pelos *elementos culturais*, pelo *tipo de socialização*

recebido, pela adaptação aos padrões culturais e pela filiação a grupos ou públicos dos elementos que integram a audiência” – com frisos da autora.

Wey (1986, p. 38) conclui propugnando que “(...) toda a carga social que cada pessoa traz em si, pode operar para bloquear ou modificar o efeito desejado pelo comunicador”.

Para Kunczic (2002, p. 315), mesmo a fixação de uma agenda pelos meios de comunicação está atrelada a algumas variáveis, tais como: situação social dada, o meio de comunicação em si – tópico exemplificado pelo autor como a credibilidade do veículo, porte da audiência, etc. – e, finalmente (e principalmente) os receptores, que podem, por exemplo, já ter suas próprias agendas. Logo, “(...) os meios de comunicação não afetam a proeminência dos assuntos em todas as pessoas da mesma forma”.

Mesmo o denodo do poder da publicidade e da propaganda – que tem como claro objetivo influenciar as atitudes de seus públicos-alvo – tem sido atenuado. Embora admita que a propaganda política, desde tempos remotos, tem sido aplicada para influir nas considerações e decisões do homem, José Benedito Pinho (2001, p.168) – estudioso da comunicação organizacional e das relações públicas - defende que “(...) nenhuma propaganda, por si só, contribui para uma mudança de opinião”. E completa: “Os fatores que influem na formação das opiniões individuais, posteriormente reveladas no fenômeno da opinião pública, são a educação, a vida familiar e a participação nos grupos primários (...)”, aos quais Pinho classifica como “fatores básicos no processo de comunicação”, enquanto os meios de comunicação de massa, os grupos de pressão e a propaganda constituir-se-iam, apenas, em “fatores complementares”.

Contudo, é inegável que os meios de comunicação, nos dias de hoje, contribuem com a legitimação de discursos e práticas políticas, dentre outros, por meio de um sem-número de formas de manifestações (ALVES, 1999, p.106-107). E por meio de sua intervenção, são publicizados campos sociais distintos, outrora fadados a atomização invisível diante de toda a sociedade.

A força exercida pelos meios de comunicação, aliás, desconhece as fronteiras, tornando as demarcações limítrofes formais das nações em entidades obsoletas (CAVALCANTI FILHO, 1994), aproximando o mundo e tornando viável a globalização.

2. Ditadura modernizante-conservadora: uma revolução passiva (Discussão teórica da política e estudo das conjunturas)

2.1. Discussão teórica da política: sociedade oriental, revolução passiva e sociedade ocidental

A teoria gramsciana abrange os conceitos de “Oriente” e “Ocidente”. Aqui, tais termos não possuem correspondência com aspectos geográficos, destinando-se, antes, à abordagem de aspectos histórico-políticos (COUTINHO, 2001, p.109).

“Oriente”, em Gramsci, representa as sociedades que, ao contrário do que é verificado nas sociedades “ocidentais”, não possui uma relação equilibrada entre o Estado e a sociedade civil, prevalecendo o primeiro e a sua força coercitiva. No “oriente” a sociedade civil é primitiva e o estágio de seu processo de socialização da política ainda não contempla a consolidação dos chamados “aparelhos privados de hegemonia”, que “(...) são ‘privados’ precisamente porque a adesão aos mesmos é voluntária e não obrigatória (...)” (COUTINHO, 1988, p.120).

A contraposição “oriental” aos “aparelhos privados de hegemonia” parece coadunar com a categoria authuseriana de “aparelhos ideológico de Estado”, conceito que, segundo Coutinho (1988, p.120), é apropriado, somente, para abordar “(...) os aparelhos ideológicos nas sociedades onde o Estado ainda não se ‘ampliou’, ou seja, nas sociedades que não viveram (...) um processo de ‘ocidentalização’”.

A identificação das sociedades “orientais” e “ocidentais”, contudo, não se encaixa nos moldes estruturalistas, sendo por demais complexas para tal. Uma vez “oriental”, um país pode tornar-se “ocidental” e, uma vez “ocidental”, pode ainda possuir traços “orientais” e vice e versa. “Oriente” e “Ocidente” podem conviver dentro de um mesmo espaço, especialmente no bojo de processos de “ocidentalização” engendrados “pelo alto”.

Revolução passiva

A “ocidentalização pelo alto”, que pode ser chamada ainda de “revolução passiva” ou “revolução restauradora”, ocorre como uma reação da classe dominante ao que Gramsci chama de “subversivismo esporádico”, “elementar” e “desorganizado” das

massas populares, fruto de um processo de “democratização fundamental”, nas palavras de Paulo Freire.

Segundo a teoria de Freire, o epíteto “sociedade fechada” aplica-se, tradicionalmente, às nações que possuem, em comum, um passado colonial, em que as suas decisões econômicas são engendradas em outra sociedade, ou seja, externamente, na metrópole (ou matriz). Assim, o que se vê é um passado de “sociedade satélite”, periférica, e não reflexiva. Marcantes, da mesma forma, nas sociedades fechadas são: as suas rígidas estruturas sociais, que dificultam a mobilidade vertical ascendente de seus membros; a forte tendência a premiar parte favorecida de seus membros por meio de herança e não de merecimento; e a estrutura educacional, que, nessas circunstâncias, aparece como um instrumento poderoso de manutenção do status das camadas favorecidas, corroborando, como em um ciclo vicioso, com a dicotomia trabalho manual – trabalho intelectual.

Em oposição à “sociedade fechada” está a “sociedade aberta” – par de categorias paralelas a “oriental” e “ocidental”. A transição de uma “sociedade fechada” para uma “sociedade aberta” dá-se quando se inicia um processo chamado de “desalienação” – para utilizar os termos de Freire –, implicando em mudanças e na pesquisa por novas empreitadas históricas e suas respectivas realizações por parte da sociedade. Nessas circunstâncias, ocorre, também, um processo de “democratização fundamental”, marcado pelo ímpeto crescente das massas populares em participar do jogo democrático. Tal fenômeno ocorre, entretanto, de forma “ingênua” e sem organização, fruto da carência histórica de experiências que possibilitassem ao povo a prática da participação.

O temor preventivo das frações dominantes constituintes do *stablishment* – temor de uma revolução de “baixo”, de inspiração jacobinista – leva-as, inicialmente a partir de um acordo, a uma antecipação às pressões populares, com vistas a evitar uma radicalização revolucionária “de baixo”, o que poderia levar a uma ruptura de fato. Destarte, a “revolução passiva” de Gramsci revela os subsídios teóricos do lema “mudar para não mudar”, na medida em que as classes dominantes acatam algumas demandas das classes populares ao passo em que preservam elementos anacrônicos, repondo-os sob novas formas, conciliando-os com o moderno e mantendo-os vivos. É aqui que entra o termo modernização-conservadora, de Barrington Moore Jr., utilizado neste

trabalho: ao manter elementos arcaicos, da velha ordem, em um contexto relativamente novo – que a própria classe dominante tratou de, sob sua liderança, forjar –, modificações efetivas ocorrem, em direção, inclusive, de uma “ocidentalização”.

As mudanças trazidas pela modernização-conservadora, também, embora não signifiquem ruptura e estejam sob o controle da classe dominante, representam avanços sobre os quais podem ser arquitetadas novas conquistas das classes subalternas e transformações reais (COUTINHO, 1988, p.109). Deste modo, ainda que sob auspícios reacionários, a “revolução passiva” não pode ser interpretada como uma simples contra-revolução (COUTINHO, 2001, p.107), pois, apesar de servir emergencialmente aos propósitos da classe dominante, acaba - em alguma medida – a título de efeito colateral, trazendo à baila demandas outrora marginalizadas.

As “revoluções restauradoras” ou “pelo alto” são levadas às vias de fato por meio de ditaduras sem hegemonia, calcadas na coerção, o que torna inevitável o fortalecimento da chamada “sociedade política” – composta pelos aparelhos militares e burocráticos de coerção – em detrimento da “sociedade civil” e de seus “aparelhos privados”, prezados nas sociedades ocidentais (COUTINHO, 1988, p.116).

Entretanto, mesmo nas ditaduras sem hegemonia - alicerçadas na coerção -, mais próximas do oriente, a classe dominante e o seu aparelho de “Estado-coerção” não podem prescindir de, pelo menos, um mínimo de consenso – elemento não completamente dispensável –, mesmo aqui, onde há uma supremacia dos instrumentos de coerção e a disputa pelo consenso não é prioritária (COUTINHO, 1988, p.112-114).

A obtenção de tal consenso passa por uma disputa de posições que envolvem aspectos culturais, transmissão de idéias e educação. Somado às revoluções políticas, econômicas e sociais, deve haver uma revolução cultural que, por meio de uma reforma intelectual e moral, componha uma “vontade coletiva” (COUTINHO, 1981, p.121) que legitime e forneça apoio às mudanças. São constatadas, assim, três frentes interdependentes – que serão decisivas na luta entre blocos-históricos¹ distintos –, a

¹ Sobre ‘Bloco histórico’: “(...) formado pela união de duas superestruturas: a sociedade civil e a sociedade política” (REIS), um bloco histórico consiste em “(...) um agrupamento de forças sociais organizadas em uma plataforma comum” (MORAES, 2005, p.66). Plataforma esta desenvolvida a partir de um consenso, cuja formação é liderada por uma ‘classe dirigente’ – uma das forças de um bloco histórico –, que, habilmente, incorpora algumas demandas de outros grupos sociais, aglutinando-os em torno de sua causa revolucionária.

frente política, a econômica e, por fim, não menos importante que as duas primeiras, a frente cultural.

Um bloco não pode desprezar a importância dos aspectos culturais da sociedade que pretende mudar. Por isso, em vez de análises preconceituosas das raízes culturais de um povo, mesmo que estas sejam aparentemente “alienantes”, deve-se entender onde reside o apelo bem-sucedido de tais traços culturais e encontrar neles elementos que possam ser utilizados pela classe revolucionária como instrumento a favor das mudanças sócio-culturais desejadas (COUTINHO, 1981, p.60). O repúdio a formas culturais enraizadas, como o culto à religião católica em países latinos, por exemplo, constituir-se-á mais numa barreira a interação da classe que se pretende hegemônica com os demais setores da sociedade do que numa arma da mudança na ordem político-social.

Logo, um consenso, em alguma medida, é oportuno. A começar pelos esforços de agregação entre as diferentes frações da própria classe dominante, que resultará na composição de um bloco histórico que liderará a “revolução passiva”. No interior desse bloco, uma fração da classe dominante será hegemônica.

É de suma importância que haja uma superação, por parte do estrato da classe que esteja pleiteando a hegemonia, de juízos sumamente corporativistas, ligados a interesses imediatos e específicos de sua fração. Isso porque é necessário que a classe que pleiteia a hegemonia assuma um papel de classe nacional (COUTINHO, 1981, p.56), que consiga congregar as reivindicações de outras classes, para que assim possam agrupar-se.

Dessa forma, somar-se-á a esse bloco, frações da classe subalterna, que serão assimiladas ou cooptadas com vistas a dotar o grupo de um potencial de transmissão de representatividade. É o que Gramsci chama de “transformismo”. Tais aglutinações interclassistas podem ser “moleculares” - quando a incorporação de personalidades de classes da oposição ocorre individualmente ao bloco conservador - ou podem ser de grupos inteiros (COUTINHO, 1988, p.114), causando baixas importantes no seio das classes marginalizadas.

A defesa e a divulgação de uma frente teórica e ideológica², apesar da incipiência da sociedade civil nas sociedades orientais, não deixam de contribuir com os objetivos propugnados pelo bloco pleiteador da “revolução passiva”, na medida em que sua elaboração atua no sentido de unificar concepções de mundo e articulá-lo com o agrupamento dominante, o que, em último caso, contribuirá com o arrefecimento da organização de possíveis manifestações de oposição à autocracia explicitada através da ditadura.

E os meios de comunicação são pertinentes obreiros do consenso mínimo, contribuindo com a difusão de orientações gerais e de influências não apenas extrabloco – levando, aos membros de outras classes, conteúdos permeados por princípios e medidas de valor – como intrabloco, selando a parceria dos diferentes estratos em torno da liderança do estrato hegemônico.

Reconhece-se que a classe dominante é, geralmente, a emissora das idéias dominantes, sobretudo por disporem dos meios de comunicação de massa privados. Marx e Engels (2004, p.78) vão além ao afirmarem que, necessariamente, “As idéias [gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes (...)”. Contudo, o fato é que, as idéias, tornadas hegemônicas, contribuíram para que seus emissores tornassem-se a classe dominante.

Ainda, na labuta de uma classe para tornar-se hegemônica, cabem aos intelectuais respeitáveis papéis. Losurdo (2006, p.261) defende que um esforço intenso seja empreendido para tornar um grande número de intelectuais simpáticos à causa da classe que pleiteia a hegemonia. Com a adesão de intelectuais, um bloco-histórico debilita e desarticula a classe oponente, além de encorpar o “capital de conhecimento”, necessário, sobretudo, às “classes subalternas” (LOSURDO, 2006, p.261). É inerente, aos grupos que almejam o domínio hegemônico e de poder, a conquista de boa parcela dos intelectuais denominados “tradicionais” (GRAMSCI, 2001, p.19).

Por “intelectuais tradicionais”, um conceito de Gramsci (2001, p.16-17), entenda-se: aqueles que são oriundos de uma formação sócio-econômica anterior, que, em função de uma revolução, ou evolução, acabou superada, sem, entretanto, extinguir

²Trabalhamos aqui com o sentido gramsciano de “ideologia”. Assim, “ideologia” representa um sistema de valores construído historicamente por uma classe ou bloco de classes.

as suas categorias de intelectuais. Estes intelectuais “pré-existem” aos intelectuais orgânicos da nova ordem sócio-econômica e, relativamente desvinculados, autoqualificam-se como independentes. Um exemplo clássico de intelectuais tradicionais são os sacerdotes da Igreja Católica; outrora fortemente vinculados à ordem sócio-econômica (na idade média).

Contudo, é mister frisar que a formação de quadros intelectuais que dependam exclusivamente da adesão de intelectuais oriundos de classes que não aquelas que compõem a classe revolucionária pode acarretar problemas para o movimento de ruptura, sobretudo diante de crises na história. Nessas circunstâncias, partes significativas de tais intelectuais podem se afastar da causa, desguarnecendo o agrupamento histórico, principalmente na frente da batalha das idéias. Esta é, certamente, uma das principais justificativas em defesa da formação de intelectuais orgânicos à classe revolucionária. Embora a ligação de um intelectual a uma determinada classe possa se dar por meio das idéias, o vínculo entre ambos torna-se mais sólido quando as ligações abarcam também sentimentos e paixões, não se restringindo somente às idéias. Entretanto, a semelhança da “extração social” do intelectual vinculado à causa não determina necessariamente sua fidelidade à aliança revolucionária (LOSURDO, 2006, p.268); além do que, o sentimento corporativista não pode tornar-se um empecilho à interação da classe revolucionária com os demais setores da sociedade, o que poderia dificultar a formação de um bloco-histórico, elemento necessário numa disputa de hegemonia.

Todavia, a despeito das ressalvas, é incontestável a importância da formação de intelectuais orgânicos à classe que deseja tornar-se hegemônica. Os intelectuais orgânicos são aqueles criados organicamente por um grupo social essencial de determinado modo de produção econômico, dando-lhes “(...) homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político (...)” (GRAMSCI, 2001, p.15). Ainda sobre os intelectuais orgânicos, Gramsci (2001, p.16) afirma que “(...) são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.

Ocidente

A conquista do poder político para a implantação de uma nova ordem sócio-econômica, tal qual defendida por Marx e Engels (2004, p.61) é, de fato, uma das frentes basilares no empenho de uma determinada classe para se alçar ao posto de grupo dominante. Todavia, não é a única frente. A pertinente contribuição de Gramsci ao estudo da ascensão de uma classe ao poder apontou a importância da busca por um consenso por meio de uma “batalha de idéias” no campo da sociedade civil.

Intelectual engajado, Gramsci – com a distinção entre “oriente” e “ocidente” – mais do que estudar as diferenças histórico-políticas entre as sociedades do globo, objetivava “(...) definir diferentes tipos de estratégias revolucionárias” (COUTINHO, 2001, p.113), levando em conta o estágio do desenvolvimento da sociedade civil de cada nação e a medida da ampliação de seus Estados. Enquanto no “oriente” – termo cunhado por Gramsci a partir da análise da Rússia czarista – a estratégia de “guerra de movimento” era concebível (o que explicava o sucesso da revolução russa), no “ocidente”, por seu turno, o caminho adequado seria o da “guerra de posições”. Ou seja, um bloco histórico em uma sociedade efetivamente identificada como “ocidentalizada”, ainda que por vias de uma “revolução passiva”, não pode prescindir da conquista da hegemonia civil, por meio de uma longa batalha de idéias, para encetar a sua revolução.

Tal disputa por posições em uma espécie de “batalha das idéias” tornou-se ainda mais pertinente após o fenômeno da “laicização do Estado” (COUTINHO, 1981, p.96), a partir das revoluções burguesas e da implantação dos regimes liberais, que tornaram instituições importantes como a Igreja e, até certo ponto, o sistema escolar, aparelhos da esfera da sociedade civil, tornando-se assim, pelo menos em tese, instituições “privadas” e sujeitas à batalha das idéias em seu cerne. Como no “ocidente” o Estado deixa de ser “tudo”, não basta a conquista deste para a inversão da correlação de forças que modifiquem a estrutura social, pois outras “casamatas” e “fortalezas” de ordem “privada” são tão importantes ao compósito das conquistas necessárias para fins de uma revolução quanto o poder do Estado.

Sem a conquista de intelectuais tradicionais e a formação de intelectuais orgânicos à classe revolucionária, e sem uma expressiva conquista no campo da penetração social por meio das idéias e da cultura, o poder do Estado, ainda que já conquistado, torna-se precário, com amplas chances de exaustão. Uma suposta revolução (ruptura da continuidade de uma estrutura sócio-econômica) engendrada *por*

uma minoria, ainda que *para* a maioria, porém sem um consenso com amplos estratos da sociedade, tende a fracassar; ou, no caso de um primeiro sucesso, terá dificuldades para consolidar-se, mantendo-se precariamente até o seu esgotamento.

Não basta que uma ruptura seja engendrada *para* o povo. É preciso que a ruptura seja consensual. Para que isso ocorra é necessário, antes, a conquista da hegemonia que, por meio da batalha das idéias compunha uma coesão das classes dominadas em torno da supressão da estrutura sócio-econômica vigente. Reformas culturais e a indissolubilidade destas com a revolução político-econômica são pressupostos para o sucesso da modificação da ordem político-econômica³.

Trata-se, certamente, de um processo menos “glamouroso” do que em uma “revolução explosiva” – termo do qual se vale Carlos Nelson Coutinho (1986, p.59) na coletânea *As esquerdas e a democracia* –, engendrada violentamente. Contudo, a disputa de idéias na sociedade civil, verdadeiro campo de batalha “ocidental”, apresenta-se como via coerente com o nível de complexidade alcançado pelas sociedades e pelos Estados, não à toa, adjetivados como “ampliados”. Nessas circunstâncias, o peso dos meios de comunicação – no “ocidente”, verdadeiros “aparelhos privado de hegemonia” – faz-se ainda mais imperativo na medida em que suas faculdades coadunam com a difusão de uma nova cultura e de novas concepções de mundo (MORAES, 2009, p.78-80).

A batalha por posições, com vistas ao consenso, continua em curso. O sistema educacional e as escolas são, talvez, os exemplos mais profícuos de tal tese, embora sejam apresentadas, dissimuladamente, como “universalmente aceitas”, “neutras” e “desprovidas de ideologia”. Para o pedagogo Paulo Freire (1985, p.26): “Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político”. Freire ainda afirma ter sido a burguesia a responsável pela sistematização da educação que lhe interessava; isso antes mesmo desta tornar-se a classe dominante. Porém, somente após a tomada do poder, a

³ Como bem encetou a burguesia no campo da educação, como nos faz saber Paulo Freire (1985, p.27): “Os burgueses, antes da tomada do poder, simplesmente não poderiam esperar da aristocracia no poder que pusesse em prática a educação que lhes interessava”. Ainda Freire (1985, p.27-28): “A educação burguesa (...) começou a se constituir, historicamente, muito antes mesmo da tomada do poder pela burguesia”.

burguesia, já como classe dirigente, concluiu a sistematização e viabilizou a sua generalização (FREIRE, 1985, p.27-28).

Também na produção de obras culturais está presente a batalha das idéias. Na literatura as obras são permeadas por ideologias ou por estilhaços de ideologias de classes distintas. Nos livros, a disputa de posições está presente na escolha dos protagonistas e na recriação da realidade a partir de uma seleção de dados do mundo real, além das influências sofridas pelo autor da obra, influências estas relativas à cultura, à ideologia e à classe social do escritor (YUNES e PONDÉ, 1989, p.40-41).

2.2. Os antecedentes de um baile sem máscaras: a conjuntura político-social do Brasil – da renúncia de Jânio Quadros ao golpe de Estado de 1964

Já nos primórdios da década de 1950, um intenso debate entre os propugnadores de modelos de desenvolvimento distintos movimentou o país. Setores de composição do bloco modernizante-conservador defendiam, de modo basal, a abertura de mercado, o capital estrangeiro e o rígido controle orçamentário. Em contrapartida, a corrente nacional-desenvolvimentista pregava o fortalecimento da indústria nacional e a intervenção estatal na economia, inclusive com a criação de estatais, além de admitir com ressalvas o capital estrangeiro. É neste bojo que Getúlio Vargas é eleito em 1950, optando, como presidente, pelo segundo modelo de desenvolvimento.

O governo de Vargas (que já havia ocupado a presidência como ditador entre 1930 e 1945) foi marcado pelo nacionalismo – com restrições ao capital estrangeiro e às remessas de lucro das empresas estrangeiras no país, além da criação de estatais energéticas e a advocacia do monopólio estatal do petróleo – e pelo atendimento de demandas trabalhistas. Vargas delegou João Goulart para o Ministério do Trabalho e, em maio de 1954, decretou aumento de 100% no salário mínimo. Apesar de flertar com o apoio popular, uma ferrenha oposição contribuiu com a desestabilização de seu governo. As pressões tornaram-se ainda mais contundentes após atentado a Carlos Lacerda – liderança da oposição – que culminou com a morte de seu segurança, o militar Rubens Vaz da Costa. As investigações do crime apontaram o chefe da segurança de Vargas, Gregório Fortunato, como mandante do atentado, aprofundando a crise.

Pedidos de afastamento do presidente, aliados a constantes ataques proferidos por importantes grupos de mídia – em esquema semelhante ao que seria adotado mais tarde contra João Goulart –, levaram Getúlio ao suicídio, em pleno palácio do Catete, no dia 24 de agosto de 1954. Na ocasião, em Carta-Testamento que se tornaria célebre, o presidente comentou os ataques que sofrera, especialmente através de grupos de mídia, como as Organizações Globo: “Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa”. Na mesma carta, Vargas também versa sobre setores engajados em torno do bloco-histórico modernizante-conservador: “Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me

chefe de uma revolução e venci. (...). A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho”¹.

Com a morte do presidente, assume o vice Café Filho, que promove uma reviravolta gerencial, aproximando-se da União Democrática Nacional (UDN) e atendendo as demandas conservadoras. O suicídio de Vargas, entretanto, causa grande comoção popular e a radicalização das pressões em defesa dos princípios modernizante-conservadores acabam estrategicamente adiados até a década seguinte.

Jânio - Jango

No início da década de 1960 as multinacionais são maioria entre as indústrias de grande porte alojadas no Brasil (ASSIS, 2001, p.29) e a tensão social é evidente, marcada pelo acirramento ideológico entre as esquerdas e as forças de direita. Na esfera da política nacional, esse período é marcado pelo empenho de João Goulart para ocupar o cargo que lhe é de direito, o de Presidente da República. Jango, como é conhecido Goulart, é eleito vice-presidente na eleição de outubro de 1960, que alça Jânio Quadros ao palácio do planalto. Este último, todavia, renuncia ao cargo em agosto de 1961 (REIS, 2002, p.21).

Jânio Quadros experimenta uma cinematográfica ascensão política. Ocupa, sucessivamente, diversos cargos de 1947, quando se elege suplente de vereador, até 1960 quando obtém 48 % dos votos para presidente da república (ZAIDAN, Sem Data, p.36). Sua eleição para presidente é beneficiada pela “ressaca” pós-governo Juscelino Kubitschek, marcado pelo endividamento do país, fruto, sobretudo, da construção da nova capital federal, Brasília.

No cargo máximo do executivo nacional, os sete meses de Jânio geram desconfiança nos conservadores, graças a sua política externa progressista. Internamente, no entanto, Quadros mostra-se conservador e, em pouco tempo, vê-se sem base política, o que dificulta a sua governabilidade. No dia 25 de agosto de 1961, Jânio renuncia ao cargo de modo surpreendente, sem explicações claras ou objetivas. Suas justificativas não passam de evasivas réplicas que, por muitos anos, alimentam diversas teorias. O fato é que a sua renúncia é responsável por uma fulgurante crise institucional no país.

¹ Carta-Testamento de Getúlio Vargas transcrita de Balloussier (2000, p.31).

Por sua vez, por demonstrar tendências reformistas progressistas – como a promessa da defesa das reformas agrária, educacional e bancária (ASSIS, 2001, p.29) – Jango provoca imediata e exasperada oposição nos setores conservadores da sociedade, que obstaculizam sua posse. É desse período a campanha cívico-legalista do então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, Leonel de Moura Brizola, que ficaria conhecida como “Rede da Legalidade” e visava garantir o cumprimento da constituição, propugnando a posse do vice-presidente eleito. A viabilidade da “Rede” foi possibilitada pela ocupação militar da rádio Guaíba, de Porto Alegre, uma das principais emissoras da região e integrante, à época, do grupo midiático Caldas Júnior. A partir de então as mensagens legalistas passaram a ser retransmitidas por outras emissoras, como a rádio Gaúcha, amplificando sua repercussão (CALDAS & MACHADO, 1987, p.70-71).

A encampação da rádio Guaíba, por Leonel Brizola, ocorreu sob protestos de seu proprietário, Breno Caldas, que mais tarde apoiaria o golpe modernizante-conservador. Em depoimento a José Antônio Pinheiro Machado, o próprio Breno Caldas (1987, p.69) relembrou o episódio da “Rede da Legalidade”: “O Brizola veio ao telefone, me cumprimentou e disse: ‘Dr. Breno, eu quero avisá-lo que eu resolvi encampar a rádio Guaíba. Já ocupei os transmissores lá na ilha e vou ocupar agora aqui o centro, e quero lhe dar conhecimento disso’”. Caldas admitiu ainda que “(...) quando terminou o negócio, nós fizemos lá as contas de quantas horas a rádio ficou no ar a serviço da Legalidade e deu uma coisa ridícula... 25 contos de réis... Mandeí a conta e eles pagaram” (CALDAS & MACHADO, 1987, p.71).

A movimentação de Brizola no Rio Grande do Sul, com o apoio do III Exército, foi decisiva para a posse de Goulart, ainda que sob regime parlamentarista – solução negociada entre os blocos antagônicos. Somente com o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, após um curto e conturbado período parlamentarista, João Goulart passa a governar o país em regime presidencialista, acirrando ainda mais a insatisfação do bloco modernizante-conservador² e de alas militares conservadoras.

² Aqui, chamamos de *bloco modernizante-conservador* o grupo da elite empresarial que, com base em Gramsci (2001, p.15), possui “... a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços...”. É o que Dreifuss, também abalizado em Gramsci, chama de “elite orgânica”, a partir do conceito gramsciano de “intelectualidade orgânica” (DREIFUSS, 1986, p.161).

No mesmo mês, o bloco modernizante-conservador apresenta suas reivindicações e teses no seio do Primeiro Congresso Brasileiro para a Definição de Reformas de Base, realizado na Faculdade de Direito de São Paulo e veementemente coberto pelos jornais *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e *Folha de São Paulo*. A respeito da propriedade e coesão dos frutos do evento, Dreifuss conclui que “(...) mostrava-se claramente que a elite orgânica empresarial desenvolvia não só uma campanha estruturada para alcançar o poder, mas também um programa de governo” (1986, p.244). Programa este dos quais muitas das proposições sairá do papel a partir do golpe de Estado de 1964.

Movimentos populares

Já na passagem da década de 1950 para a década de 1960, um vigoroso movimento de infusão de consciência e interesse de classe é destinado às massas por um corpo de protagonistas de segmentos heterogêneos, que abarca estudantes – por meio da Ação Popular (AP), da Juventude Universitária Católica (JUC) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outras entidades –, intelectuais, partidários e militantes de partidos políticos – especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade – embora relativamente tolerado –, e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, clérigos católicos – sobretudo sob influência da teoria social cristã, que culminaria com a Teologia da Libertação –, militantes sindicais – agregados a entidades como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – e até mesmo setores militares e, por fim, dos diversos programas de alfabetização via método de Paulo Freire. Tal movimento visa à emersão, na massa, de “... um senso de consciência de seu verdadeiro e potencial valor a fim de prepará-las como participantes e beneficiárias da mudança social” (DREIFUSS, 1986, p.282).

Um dos pilares da mobilização popular de defesa às reformas, o movimento estudantil, liderado pela UNE, passa a envolver-se na lida por demandas de cunho progressista que vão além do campo educacional, sobretudo a partir do advento da Ação Popular em seu meio, com a eleição de Aldo Arantes para presidente da instituição em 1961.

Com o acirramento dos ânimos entre os movimentos populares e o bloco modernizante-conservador, o movimento estudantil universitário liderado pela UNE

reforça sua plataforma de esquerda, apoiando decisivamente, inclusive, junto a União Metropolitana de Estudantes (UME), a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), a Associação Metropolitana de Estudantes Secundários (AMES) e diretórios acadêmicos diversos, o marcante comício das reformas, realizado em 13 de março de 1964. Aqui, o presidente da república, o reformista João Goulart, discursa enfaticamente contra o latifúndio e o imperialismo, ladeado pelo então presidente da UNE, José Serra.

No período anterior ao golpe de Estado de 1964, a Igreja, por sua vez, representa um importante palco de disputa de posições pela hegemonia. No interior da hierarquia Católica, sobretudo no chamado baixo clero, posicionamentos progressistas de personalidades como frei Tomás Cardonell e padre Henrique de Lima Vaz somam-se aos apelos reformistas de organizações como a Juventude Operária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica e, vinculada a esta, a Ação Popular.

Também no meio rural as reivindicações populares fazem-se presentes, embaladas, maiormente, pelas discussões em torno da reforma agrária; causa essa endossada por ocasião do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores e Agricultores, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte.

No meio urbano, por conseguinte, o movimento dos trabalhadores protagoniza múltiplas greves, expediente utilizado em profusão, especialmente a partir dos primeiros anos da década de 1960, como forma de pressão ao atendimento de suas demandas.

Ao analisar o contexto dos anos 1960, em que os movimentos populares, com a decisiva participação do movimento estudantil, conseguem uma repercussão relativamente grande, Paulo Freire apresenta a tese da transição das “sociedades fechadas” para as “sociedades abertas”, marcado por uma “democratização fundamental”.

Pode-se dizer que o Brasil vive essa transição (FREIRE, 1979, p.65) na medida em que a sua população passa a exigir um posto que não o de platéia, apenas³. O mesmo pode-se dizer da América Latina – a despeito de vários elementos tradicionais

³ Essa emersão, todavia, não ocorreu de modo aparelhado. Freire (1979, p.66) frisa que, ao contrário, deu-se de forma “ingênua” e sem organização, fruto da carência histórica de experiências que possibilitassem ao povo a prática da participação.

reacionários, especialmente no campo educacional – e mesmo de países de outras regiões sócio-políticas, que, igualmente, começam a ingressar no processo de transição.

Tal ímpeto transformador, necessariamente acompanhado por exigências, entretanto, não é conciliável com os interesses das elites que, por sua vez, agem de maneira torpe e com relativa agressividade. Diante das massas e de suas ações em uma sociedade de transição: “As elites acham que isso é um absurdo e criam instituições de assistência social para domesticá-las. Não prestam serviços, atuam paternalisticamente, (...). Procura-se tratá-las como crianças para que continuem sendo crianças” (FREIRE, 1979, p.37).

Também o sociólogo Florestan Fernandes admite o estabelecimento, em certo momento, de uma situação potencialmente pré-revolucionária, em função de uma crise intestina na burguesia nacional e em seu poder, que se depara com o compósito da industrialização intensa aliada aos adensamentos da desigualdade no desenvolvimento interno e do vínculo dependente com as nações hegemônicas imperialistas. O processamento de tal contexto acarreta em um acirramento das subversões e incompatibilidades sociais que, somada a desarticulação da própria dominação burguesa, e de seu desgaste – fruto das divergências entre os interesses específicos dos estratos que a compõem –, “(...) inibiam ou paralisavam as potencialidades sociodinâmicas da dominação burguesa e restringiam substancialmente a eficácia política do poder burguês, cronicamente pulverizado e oscilante” (FERNANDES, 1975, p.322).

A reação aos movimentos que causam em certa medida um efeito intimidador na classe dominante é marcada pela hostilidade. Como estratégia para amplificar a eficiência da repressão às pressões que, porventura, possam solapar os interesses burgueses, as chamadas “pressões dentro da ordem” – mesmo aquelas decorrentes do radicalismo burguês – são vinculadas às “pressões contra a ordem”, atribuindo-lhes, destarte, a pecha de demandas ilegítimas, subversivas, imorais e, até mesmo, comunistas (FERNANDES, 1975, p.330). Prevalece, portanto, a sociedade política e as suas máquinas de coerção.

Isso a despeito do fato de que a própria burguesia poderia ter tirado proveito das pressões, especialmente aquelas “dentro da ordem”, para suplantar problemas

elementares, como as das contradições primárias que despojam as classes operárias e destituídas, prejudicando a articulação destas com os interesses da própria burguesia. A classe dominante conta, ainda, na ocasião, com um propagado, embora questionável, clima de reformismo de caráter nacionalista, o que facilitaria a manobra que, ao fim, poderia ser benéfica às camadas hegemônicas nacionais. Contudo, tal processamento implicaria numa operação de superação de interesses moldados pelo atrelamento de dependência às nações imperialistas e pelo díspar desenvolvimento interno (FERNANDES, 1975, p.333-334), superação esta que a burguesia dependente, pouco ousada, não se dispôs a encampar, adotando antes a postura defensiva e reacionária de desvelamento do caráter autocrático de sua dominação – uma ditadura sem hegemonia.

O capitalismo brasileiro: dependente e associado

Pode-se descrever o capitalismo brasileiro do pré-1964, e, portanto, anterior à revolução modernizante-conservadora, como dependente, abstruso e de viabilidade fortemente influenciada por meios políticos, ou seja, em terrenos que não os econômicos. Sua manutenção coaduna com os interesses das burguesias e dos governos dos países capitalistas desenvolvidos, na medida em que:

a) Faz-se em detrimento da fomentação de uma burguesia de caráter nacionalista nas nações capitalistas periféricas, que poderia acarretar uma transladação rumo ao capitalismo de Estado ou socialismo que concorreria com os interesses diretos das nações burguesas hegemônicas (FERNANDES, 1975, p.293);

b) Atuam como parceiros necessários, fortes e articulados nacionalmente, diante do aprofundamento da transformação capitalista. A importância da parceria pôde ser averiguada com o advento do mundo bipolar, após a segunda guerra mundial, onde as burguesias dos países capitalistas periféricos e subdesenvolvidos exerceram um profícuo papel propugnador do capitalismo satélite ante a ameaça sedutora dos regimes socialistas (FERNANDES, 1975, p.294).

Nesse sentido, pode-se dizer que a burguesia brasileira é um caso bem-sucedido, sob a ótica imperialista, de parceira dependente do capitalismo internacional.

Dentre os fatores que explicam os papéis cabíveis e assumidos pela burguesia brasileira no contexto global do modo de produção hegemônico estão: as características

da sociedade brasileira, abrangendo-se, aqui, aspectos demográficos, econômicos e sociais, que viabilizam um rápido crescimento econômico e de industrialização; o intenso fornecimento de assistência técnica e política, por parte das nações capitalistas desenvolvidas; a identificação e a colaboração efetiva do círculo militar com a classe burguesa e o movimento socialista revolucionário deficiente, marcado pela falta de organicidade (FERNANDES, 1975, p.310), e pelo ingênuo processo de “democratização fundamental” vivido pelas massas.

Também, seja por meio de programas de treinamentos e reciclagens de grupos – civis ou militares – de profissões variadas no exterior, ou através de instruções difundidas por instituições e governos estrangeiros, é operado na burguesia brasileira um ajuste de discurso que privilegia convicções relacionadas “(...) à ‘unidade do hemisfério’, à ‘interdependência das nações democráticas’ e à ‘defesa da civilização ocidental’”, em detrimento de “... suas quinquilharias históricas libertárias, de origem européia (...)” (FERNANDES, 1975, p.314-315).

Importadas, as ideologias e utopias da burguesia das nações hegemônicas são, em certo sentido, encampadas pela burguesia das nações periféricas. Estas, por seus turnos, assumem discursos de ordem mundial de defesa do modo de produção capitalista e da propalada civilização cristã - ocidental e democrática, o que acarreta, perante os problemas e resoluções nacionais internos, um incremento na intensidade da alienação do ponto de vista filosófico, histórico e político e a geração de uma indiferença na proporção em que tais problemas “(...) não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o ‘equilíbrio do sistema capitalista mundial’, ou, ainda, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista” (FERNANDES, 1975, p.316).

Por fim, ainda a respeito do vínculo de parceria entre as burguesias dependentes e imperialistas, Florestan Fernandes frisa que há o interesse recíproco de ambas as burguesias de se “(...) manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo (...)” e “(...) impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (1975, p.294), isso, a custo da adoção de medidas extremadas de classe – a semelhança do golpe de Estado engendrado no Brasil em 1964. Assim agindo, a burguesia das nações periféricas não apenas garante vantagens e privilégios como, concomitantemente, zela pela sobrevivência da própria classe em seu território e do

próprio modo de produção, o que justifica a força do elemento político inserta no bojo da conduta desta, diferindo-a, ao menos em tipicidade, do comportamento observado no capitalista em estágio maturado (FERNANDES, 1975, p.296).

Consenso burguês

Ao passo que as múltiplas pressões – inclusive aquelas “dentro da ordem”, patrocinadas, em alguns casos, por setores da própria burguesia – passam a ser vistas como potenciais ameaças às diversas camadas da classe dominante, esta é levada a articular uma unidade, ainda que débil, baseada em interesses comuns dos estratos que a compunham. O fruto desse laborioso consenso, a princípio entre os segmentos da burguesia, é a formação do bloco histórico modernizante-conservador.

A primeira ação exercida pelos intelectuais orgânicos do segmento urbano-industrial de capital multinacional ou associado, que lideraria o bloco, é o trabalho de conscientização dos empresários e das distintas frações da classe dominante da necessidade destes preocuparem-se além dos lucros comerciais de seus negócios para se envolverem em ações de defesa conjunta de classe. Pois, “seria necessário agir como uma classe e ser capaz de liderar politicamente uma reação burguesa contra o Executivo, restituindo-o a seu controle” (DREIFUSS, 1986, p.169).

Tal conscientização das classes produtoras é inerente à criação do complexo IPES / IBAD – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Contudo, mesmo após a criação deste, a “campanha de conscientização”, no seio da burguesia, tem seqüência, adquirindo, inclusive, maior desenvoltura, acarretando na gradual conquista de líderes empresariais de centenas de organizações, de capital internacional e associado, que supririam o instituto classista dos recursos necessários (DREIFUSS, 1986, p.169). Importante, também, nesse contexto, é a Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, que acabou sendo “(...) determinante nas posições adotadas pela elite militar e civil no Brasil (...)” (DOCKHORN, 2002, p. 59).

O bloco modernizante-conservador abarca, além de segmentos empresariais com múltiplas perspectivas – cuja união fora possibilitada e alimentada em função da ameaça de “democratização fundamental” protagonizada pelas classes populares –, outros segmentos estranhos à classe dominante, propriamente dita, como frações da classe média, que são incorporadas como forma de dotar o bloco de uma aparência

representativa e de amplificar a agregação em torno dos objetivos da intelectualidade orgânica burguesa. Do mesmo modo, busca-se incorporar intelectuais, estudantes universitários, jornalistas e, principalmente, militares.

O fato é que os intelectuais orgânicos da fração empresarial multinacional e associada possuem a consciência da importância da ajuda e da anuência da maioria da população, para assim liderar vitoriosamente o consenso que fundaria o novo bloco-histórico modernizante-conservador, pretendo condutor do capitalismo brasileiro dali para diante. Sem hegemonia alguma, aliás, o movimento modernizante-conservador não se sustentaria até meados da década de 1980, ainda que se valendo de instrumentos repressores, como de fato se valeu, já que uma manutenção de poder viabilizada apenas pela coerção, ainda que exasperada, não é plausível.

A insatisfação, em variados níveis, com relação ao governo reformista nacional de Goulart, acaba, oportunamente, servindo de mote agregador de grupos dispersos em torno da causa dos intelectuais orgânicos modernizante-conservadores. Também a agenda da “autodefesa coletiva dos interesses materiais comuns” – visto que, em comum, os estratos são membros da classe possuidora – contribui com a formação do compósito burguês (FERNANDES, 1975, p.335-336).

A agregação de extratos da classe média acarreta na inclusão, ainda que simbólica, no plano de ação da burguesia intelectual, de demandas dos novos aliados, atendimento esse necessário para a obtenção e um consenso que se propõe hegemônico no país. Trata-se, a bem da verdade, conforme nos faz saber Dreifuss (1986, p. 252), de uma dissimulação dos reais interesses do bloco, que atendem, na realidade, as demandas peculiares da fração multinacional e associada, hegemônica, que marginaliza, na prática, as reivindicações não só de outras classes como também de extratos da própria classe dominante, que partilham de posições distributivas.

Todavia, é mister frisar que, “não obstante sua estrutura aparentemente global, o IPES evitou tornar-se heterogêneo demais para não solapar a efetiva ação de classe” (DREIFUSS, 1986, p.180).

Apesar do êxito que obtêm, os intelectuais orgânicos da burguesia encontram algumas dificuldades na constituição de seu consenso. Dificuldades que passam pelo

delicado setor rural, onde ainda rege, poderosamente, uma tradicionalista elite oligárquica e reacionária até para os padrões capitalistas multinacionais e associados.

No segmento ruralista constam ainda frações burguesas rurais modernas e agroindustriais de capital internacional e associado. Mesmo com as divergências marcantes entre os extratos modernos e oligárquicos que compõem as associações rurais, uma conciliação é visada pelo IPES, que age pela intelectualidade orgânica da elite. Isso porque o bloco não pode prescindir dos latifundiários, na medida em que estes são decisivos como fornecedores de fulcro financeiro, e úteis na contenção dos trabalhadores do campo (DREIFUSS, 1986, p.180-181).

Dificuldades à parte, “... um número de associações rurais e importantes líderes rurais de classe, a maior parte do setor moderno de café e gado e setor agroindustrial, operariam sob a égide do IPES...” (DREIFUSS, 1986, p.181).

Embora tenha adotado um tom conciliatório no diálogo com os setores oligárquicos camponeses, o consenso burguês busca pavimentar um discurso de centro com vistas a tornar-se mais atrativo à sociedade civil – então mais incipiente e menos fortalecida que a sociedade civil de hoje – e, assim, poder disputar, com os reformistas do executivo federal, espaço entre os moderados, especialmente da classe média, segmento-chave na disputa de posições. Também protagoniza uma disputa interna, no seio da classe possuidora dominante, pela liderança do novo bloco histórico e, conseqüentemente, das transformações capitalistas no Brasil. É nesse bojo que se empreendem esforços por dissociar os capitalistas modernizante-conservadores daqueles que patrocinavam o retrógrado aparelho político oligárquico (DREIFUSS, 1986, p.240), ainda que o bloco modernizante-conservador, como visto, não abrisse mão do apoio dos ruralistas reacionários, basilares no prélio contra a “subversão”.

Criação do IPES / IBAD

Fruto de reuniões empresariais informais sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro – centradas no debate da necessidade de mudanças nos planos econômicos e políticos e motivadas pelo temor à onda reformista-progressista e pelo crescimento do entusiasmo dos movimentos sociais – a criação do complexo IPES / IBAD pelos intelectuais orgânicos da fração empresarial multinacional e associada dá-se com vistas, primordialmente, a realizar ações contra o governo de posicionamento reformista

nacionalista do presidente João Goulart, e dos segmentos da sociedade alinhados a ele, vistos como de tendências esquerdistas.

Também em outras nações latino-americanas, a partir do fim da década de 1950, entidades congêneres ao IPES são constituídas, sempre sob a pecha da promoção da manutenção da “liberdade política e econômica”, conquanto o resultado de suas atividades tenha contribuído para a onda de golpes de Estado que varrem a América Latina a partir das décadas subseqüentes.

O advento oficial do IPES, em 29 de novembro de 1961, é saudado por importantes veículos de comunicação impressa, como o Jornal do Brasil, O Globo, o Correio da Manhã e, até mesmo, o Última Hora, conforme cita Dreifuss (1986, p.163).

Com tamanho apoio da mídia privada, não é de se estranhar que o IPES, desde a sua fundação, possua uma reputada imagem perante o público em geral, imagem essa calcada em clichês como a de instituição “constituída por respeitáveis empresários e intelectuais”, com fins “educacionais” e “filantrópicos”. Objetivando preservar tal reputabilidade, as operações ilegais e ilegítimas dos intelectuais orgânicos à burguesia, em suas ações de classe, expediente que seria utilizado em profusão daí em diante, “(...) não tinham suas despesas contabilizadas nos orçamentos ‘oficiais’ e nos balanços” (DREIFUSS, 1986, p.207).

A partir de núcleos nas duas principais cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, o IPES torna-se “(...) uma rede nacional de militantes grupos de ação (...)”, que unificava diferentes frações ideológicas sob os compartilhados pilares das “relações econômicas multinacionais e associadas”, “posicionamento anticomunista” e, finalmente, a “(...) ambição de readequar e reformular o Estado” (DREIFUSS, 1986, p.163).

A arregimentação de novos membros para o IPES funciona inspirado em moldes virais: “Os fundadores (...) organizavam e recrutavam um núcleo de 50 membros, cada um encarregado de trazer cinco outros, e eles, por sua vez, outros cinco” (DREIFUSS, 1986, p.164).

Não demora à expansão do IPES ser levada a cabo, estendendo sua atuação para outras cidades-chave – como Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba e Manaus,

dentre outras – e ampliando consideravelmente o número de membros que o compõe, chegando a 500 associados em meados de 1963, contra os 80 constituintes iniciais. Antes disso, em 1962, sua arrecadação em São Paulo já se mostrava significativa, superando, inclusive, as expensas orçamentárias e a renda divulgada oficialmente (DREIFUSS, 1986, p.201). Contudo, mesmo com a notável arrecadação, a saliente expansão da instituição classista exige ainda mais recursos, constatação que leva os grandes colaboradores de vanguarda do IPES a ampliarem as suas contribuições, corroborando com o crescimento da entidade e servindo de exemplo para outros empresários.

Arrecadação

Os esforços de arrecadação, aliás, fazem-se permanentemente e por meio de estratégias diversas e, não raro, sofisticadas. O setor sob a alcunha de “Grupo de Integração” responsabiliza-se pelo ofício de incorporar novos membros ao IPES, fazendo-os engajar-se com intensidade variável politicamente e, sobretudo, financeiramente, contribuindo com as propugnais atividades classistas da entidade.

Há, ainda, as arrecadações especiais, que possibilitam o ingresso em grande escala de recursos, destinados a eventos como as peremptórias eleições legislativas de outubro de 1962.

Como forma de não expor os contribuintes e o próprio IPES, estratégias de dissimulação de doações são empregadas, tais como doações por intermédio de associações de classe, que possibilitam a omissão da identificação do colaborador individual, dentre outros métodos. “À medida que os fundos cresciam, bem como o número de fontes, novos meios de ‘desembaraçar’ as contribuições teriam de ser encontrados” (DREIFUSS, 1986, p. 204).

O complexo IPES / IBAD recebe, da mesma forma, recursos oriundos do exterior, principalmente dos Estados Unidos. Recursos estes destinados não apenas por empresas privadas estrangeiras – 297 delas sediadas nos Estados Unidos e 101 originárias de outros países –, mas, como nos faz saber Dreifuss (1986, p.205), também da CIA, o serviço secreto norte-americano. Os recursos oriundos do exterior são canalizados para o IPES via IBAD.

Estão entre as empresas que colaboram financeiramente com os intelectuais orgânicos burgueses do complexo IPES / IBAD a Texaco, a Shell, a Esso do Brasil, a Standart Oil of New Jersey, a Bayer, a Shering, a General Eletric, a IBM, a Coca-Cola, a Cia. de Cigarros Souza Cruz, a Belgo-Mineira e a automobilística General Motors (DREIFUSS, 1986, p.207). Nota-se, entre estas, a intensa intromissão, via colaboração financeira, de organizações estrangeiras nos rumos políticos, sociais e econômicos internos do Brasil.

O apoio empresarial ao IPES não se dá apenas por meio de recursos de ordem financeira. São disponibilizados, também, serviços e equipamentos pertinentes ao funcionamento da entidade e a execução de suas ações. Dreifuss (1986, p.204 – 205) cita o exemplo da Varig S.A., do empresário Rubem Berta, que coloca os serviços da companhia à disposição, dentre outros casos.

Funcionamento

No princípio da emergência do complexo IPES / IBAD, diante da constatação da escassez de empresários detentores de consciência de classe, o coordenador geral do IBAD, Ivan Hasslocher cunha apontamentos importantes – que inspirariam o funcionamento do complexo da intelectualidade orgânica burguesa –, a despeito do extravagante elitismo de seu teor, tais como: “as grandes reformas da história do mundo têm sido apresentadas por minorias às maiorias (...)”, e:

“Um grupo minoritário, coeso em torno de ideais construtivos e solidamente ali cercados muito poderá fazer e à medida que se forem verificando os resultados do seu trabalho, então, novos elementos serão atraídos a colaborar e o grupo se tornará mais representativo. A admissão desses novos elementos, contudo, deveria ser condicionada à sua adesão formal – não só à linha ideológica como à linha de ação definida pelo grupo fundador” (HASSLOCHER, 1962, p.14-15 apud DREIFUSS, 1986, p.166).

Se, a princípio, o IPES carece, em volume, de intelectuais orgânicos em suas fileiras, compensa com o nível de preparação daqueles que desde já o integram. Trata-se, de fato, de uma entidade competente cujo esforço empreendido pode ser exemplificado pela disciplina e pelo número periódico de reuniões que realiza. As mensagens que divulgam os seus posicionamentos são emitidas através de artifícios diversos, entre os quais o racional uso da comunicação social e a realização de cursos

sobre temáticas políticas e econômicas. Sua estrutura interna – organizada em torno de Grupos de Estudo e Ação – abrange uma diversa gama de temáticas política e ideológicas, em diversas áreas, das forças armadas à Igreja e do congresso à mídia.

Compõem os seus Grupos de Estudo e Ação: o Grupo de Levantamento de Conjuntura – responsável por acompanhar, avaliar, apurar e estimar o impacto de acontecimentos políticos, nos diversos campos, com vistas a elaborar táticas e mesmo interferir o seu curso –, o Grupo de Assessoria Parlamentar – encarregado pela rede parlamentar do IPES, ajudando congressistas “amigos” e embasando a campanha contra o presidente João Goulart em plena capital federal –, Grupo de Opinião Pública – a quem cabe influenciar a opinião pública segundo os interesses da intelectualidade orgânica burguesa –, Grupo de Publicações / Editorial – que, trabalhando em conjunto com o Grupo de Opinião Pública, encarrega-se de esparzir, por todo o país, impressos com conteúdo ideológico do bloco modernizante-conservador – e o Grupo de Estudo e Doutrina – responsável pelo estudo e preparação de conteúdos para proverem as atividades dos Grupos de Levantamento de Conjuntura e de Publicações / Editorial. Além das bases das teses e diretrizes dos intelectuais orgânicos da elite, o Grupo de Estudo e Doutrina engendra estudos para confecção de projetos de lei e emendas, levadas ao congresso por meio de parlamentares aliados ao IPES (DREIFUSS, 1986, p.186-196).

Embora haja, entre os fundadores, aqueles que defendam a adoção de um caráter clandestino pelo IPES, decide-se por operar o instituto com a ciência do público, modo conveniente a algumas de suas tarefas (DREIFUSS, 1986, p.164). A despeito de tal medida, contudo, procura-se dotar o IPES de uma discricção que marcaria suas atividades, expondo, em seu lugar, entidades congêneres como a Ação Democrática Popular (ADEP), o IBAD, a Promotion S.A. e a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE).

A superexposição a qual é submetido o IBAD, fruto da canalização dos atributos às atividades do bloco modernizante-conservador no seio do complexo IPES/IBAD, é posta em prova em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), motivada, entre outros motivos, pelas interferências ilegais em assuntos políticos nacionais – como ocorre na ocasião do pleito legislativo de outubro de 1962 –, e pelo associado envolvimento de aportes internacionais e de corporações particulares. Na ocasião, é

investigado, do mesmo modo, o IPES. Porém, apenas o IBAD é avaliado como culpado, sendo, por esse motivo, fechado, ao passo em que o IPES é inocentado (DREIFUSS, 1986, p.207).

Por ocasião da CPI, algumas medidas emergenciais são adotadas pelo IPES, através de reunião extraordinária. O teor das medidas gira em torno, sobretudo, da proteção de informações sigilosas relativas ao complexo IPES/IBAD, tais como: a identidade de seus contribuintes, o conteúdo de documentos com a faculdade de incriminar o IPES, carro-chefe do complexo que deve ser preservado, além de resguardar aqueles indivíduos contratados que, notoriamente, estão a serviço do IPES, e, por tal vínculo, podem macular a imagem ou, da mesma forma, prejudicar a entidade diante de uma investigação.

No complexo, “O IBAD agia como unidade tática (...)”, ao passo que o IPES “(...) operava como centro estratégico (...)” (DREIFUSS, 1986, p.164).

Ação

Já a partir de 1945, a burguesia brasileira vale-se, em sua lida pelo controle da sociedade civil e do poder de Estado, de recursos dos mais diversos, dos ideológicos aos materiais, obtendo, destarte, poder de penetração em variadas camadas da sociedade civil e do Estado nacional (FERNANDES, 1975, p.338). Nessa faina, cumpriram importante papel os estratos burgueses presentes em grande escala no interior do Estado, exercendo atividades burocráticas e dotados de poder estatal.

A ação ideológica de múltiplas frentes organizada pela intelectualidade orgânica burguesa, acentuada no período entre 1962 e 1964, “(...) significou uma mobilização conjuntural para o golpe (...)” (DREIFUSS, 1986, p.229), que precedeu, racional e estrategicamente, a efetiva intervenção militar – que viria a, de fato, destituir o presidente João Goulart e seria responsável, desde então, pela contenção dos movimentos populares. Para tal são difundidas discussões de temas de interesse do bloco modernizante-conservador, muitas das quais adotadas pela plataforma política do regime iniciado em 1964, e, especialmente, um clima artificial de crise social e econômica no país, por meio de mensagens, midiáticas ou não, que beiram a histeria e incitam o crescimento e o enrijecimento da oposição ao reformismo de Jango. Outro artifício amplamente utilizado é o fomento de mobilizações de oposição ao executivo

federal, de modo a demonstrar uma suposta força – residente também nas massas – das causas do bloco modernizante-conservador.

A intensa campanha política e ideológica empreendida por setores dominantes da sociedade civil, com vistas à deposição de Goulart e a implantação radicalizada de demandas da elite, conduz a tese de que o golpe de 1964 não é, como generalizadamente costuma-se afirmar, um movimento conspirativo militar, apenas; sendo antes um evento decorrente de uma prévia e laboriosa disputa de hegemonia por segmentos organizados em blocos-históricos distintos, da qual sai vencedor aquele que detém os meios de produção e, por conseguinte, o poder econômico.

Após os primeiros passos, quando os resultados das ações do IPES se mostram tímidas, os intelectuais orgânicos do consenso burguês conseguem, de modo bem-sucedido, infundir nos segmentos dominantes, intermediários e militares, “(...) primeiro a idéia de resistência contra o governo, depois o consenso e a urgência quanto à sua derrubada” (DREIFUSS, 1986, p.165). E, para isso, contam com o profícuo apoio da mídia privada brasileira, que, na ocasião, está alinhada ao bloco modernizante-conservador. É, sobretudo, através da mídia que a elite organizada empreende a sua feroz oposição ao presidente João Goulart, denegrindo-o sistematicamente.

A reação bravia da burguesia organizada faz-se não só contra os a gestão reformista de João Goulart, seus aliados e os movimentos populares. Também são vítimas de pressões, especialmente de ordem econômica, setores do empresariado que não se alinham ao bloco hegemônico das classes dominantes, especialmente no tocante ao posicionamento com relação ao governo federal (DREIFUSS, 1986, p.167).

A perseguição concebida contra os empresários “desviados” também é estendida a profissionais de imprensa e intelectuais. Aqueles que, supostamente, compartilham com pontos de vista esquerdistas são, por meio da contribuição do Grupo de Opinião Pública do IPES, insertos em uma relação alcunhada de “Levantamento da infiltração comunista na imprensa”, cuja divulgação amplificada em importantes segmentos formadores de opinião traz, consigo, denúncias como a de “manipulação da opinião pública” por parte dos relacionados (DREIFUSS, 1986, p.234).

Em outra frente, interessados na estrutura rizomática e nacional da Igreja na sociedade – que propiciava a interlocução, deveras necessária, do bloco modernizante-

conservador com vários dos movimentos sociais populares de base –, os intelectuais orgânicos da burguesia dedicam-se a disputar posições junto ao clero, especialmente por meio da conquista de intelectuais e personalidades públicas católicas. Aqui, aos esforços das classes dominantes soma-se o importante apoio da organização Opus Dei, distinguida por seu caráter conservador (DREIFUSS, 1986, p.254). O empenho rende ao bloco burguês desfalques na gama de apoiadores do reformismo, aquela época, pleiteado pelos movimentos sociais.

No campo estudantil, o IPES contrapõe-se a UNE e a UBES, além de outras entidades de cunho popular, não apenas por meio de campanhas adversas ao movimento dos estudantes, mas, também, de modo mais arrojado, treinando ativistas estudantis alinhados à causa da intelectualidade orgânica burguesa e fornecendo-lhes suporte técnico e, principalmente, financeiro (DREIFUSS, 1986, p.283). Igualmente, envolve-se nas atividades eleitorais das entidades estudantis, com vistas a propiciar a eleição de pares ideológicos propugnais da causa anti-reformista, bem como contribui com as publicações produzidas por estudantes aliados.

Como forma de se contrapor aos governos de tendência esquerdista no nordeste brasileiro, especialmente à plataforma de Miguel Arraes no estado-chave de Pernambuco, os intelectuais orgânicos do IPES visam, por meio da promoção de projetos desenvolvimentistas, alavancar a unidade federativa do Rio Grande do Norte, que deveria servir de mostruário para ações positivas patrocinadas pelas empresas privadas. Com este fim, é estabelecida a Companhia de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, a CODERN (DREIFUSS, 1986, p.296).

A oposição das classes dominantes aos movimentos populares rurais, por seu turno, vale-se da “(...) promoção de sindicatos rurais organizados por um segmento do clero católico, esforço que coincidiu com aquele de setores conservadores da igreja” (DREIFUSS, 1986, p.300).

A demanda da reforma agrária – tamanho os efeitos prejudiciais dos grandes latifúndios – é, aquela altura, relativamente aceita pela sociedade, de modo que o complexo IPES / IBAD vê-se na iminência de acatá-la, “(...) pelo menos pró-forma (...)” para que, assim, seja possível “(...) conquistar emocional e racionalmente os camponeses” (DREIFUSS, 1986, p.300). Todavia, mesmo acatada de forma estratégica

e limitada, a causa da reforma agrária gera insatisfação no segmento dos grandes proprietários rurais, o que torna delicado o relacionamento destes com o bloco modernizante-conservador.

Além do IPES e do IBAD, movimentos paralelos como a Associação Cristã de Moços e a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas exercem papéis proícuos na lida contra os movimentos populares. São, contudo, entidades de pressão femininas organizadas, como a União Nacional de Associações Femininas e Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que, por meio de ações engendradas por donas-de-casa de classe média, principalmente aquelas integrantes dos núcleos familiares de militares, comerciários e tecnoburocratas, contribuem, mormente, para a desestabilização do governo reformista nacional de João Goulart e com a vituperação exasperada aos movimentos “subversivos”, muitos dos quais de inspiração comunista. A atuação de tais movimentos organizados femininos faz-se presente, sobretudo, nos importantes Estados de Minas Gerais, São Paulo e da extinta Guanabara (DREIFUSS, 1986, p.294).

É, porém, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, empreendida após o comício das reformas de 13 de março de 1964, que maior impacto causa na sociedade civil e demonstra a força da mobilização feminina organizada da classe dominante. A esta, realizada em São Paulo e Rio de Janeiro, seguem-se marchas de menor porte nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Santos.

As manifestações da oposição culminam com o golpe de Estado de direita, ocorrido na madrugada de 1º de abril de 1964, sob o comando do General Mourão Filho. Jango não reage e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, é empossado presidente da república. A consolidação do golpe se dá nos dias seguintes, com a imposição do Ato Institucional primeiro (AI-1), em 9 de abril de 1964, e com a escolha do novo e efetivo presidente da república do regime militar, o General Humberto de Alencar Castello Branco, em 11 de abril de 1964.

Com a ditadura devidamente instalada, líderes estudantis são presos, universidades são invadidas, a União Nacional dos Estudantes é interdita e um novo período de modernização conservadora é efetivamente engendrado no Brasil.

Modernização-conservadora

A modernização-conservadora levada a cabo durante a ditadura consolidou a revolução capitalista brasileira, promovendo o desenvolvimento das forças produtivas e dotando o país de um parque industrial moderno. Todavia, ao passo em que a introdução do modo de produção capitalista no Brasil completava-se, o país não se desvencilhava de fortes traços anacrônicos, chegando, em alguns casos, a acentuá-los. Assim, a modernização de nosso capitalismo ocorreu *pari passu* com a manutenção de extremados índices de desigualdade social e déficits de cidadania (COUTINHO, 2001, p.108), cenário que se estende à revolução capitalista no campo, que gerou as empresas capitalistas agrárias. No meio rural, não houve um rompimento com os latifúndios pré-capitalistas, havendo, ao contrário, a manutenção de elementos de estruturas arcaicas.

Tais efeitos, aparentemente contraditórios, são conseqüentes do modelo de modernização do capitalismo no Brasil, decorrido pela via da “revolução passiva”, “pelo alto”, que não rompeu completamente com os elementos do Brasil “oriental”, ocidentalizando-o a despeito disso. Mas não uma ocidentalização convencional, fruto de uma revolução jacobinista, e sim de uma transição que reproduz o velho sob novas formas, ao passo em que encampa algumas demandas das classes subalternizadas – com vistas à obtenção de um consenso mínimo –, mas sem romper, em nenhum momento, com a dependência ao capitalismo internacional, o que torna o Brasil pós-ditadura um exemplo de “ocidente periférico”, ainda subalternizado no cenário do movimento do capital internacional, e atravessado por “orientes” – por elementos anacrônicos (COUTINHO, 2001, p.112).

Mondaini (2008, p.59) destaca que a reação agressiva da classe dominante, que caracteriza o golpe de Estado, interrompe um seguimento de amadurecimento da prática democrática no país, iniciado a partir de 1945 e amplificado nos anos 1950. Nesse período, imediatamente anterior à concretização do movimento modernizante-conservador de 1964, um variado leque da sociedade civil – ainda embrionária – mobiliza-se em torno de demandas, especialmente as classes trabalhadoras urbanas e camponesas, que reivindicam transformações estruturais para o Brasil.

Contudo, próximo ao desfecho da ditadura, a partir da segunda metade da década de 1970, o desenvolvimento do país, ainda que “pelo alto”, elitista e antipopular, leva ao crescimento, a diversificação e a consolidação da sociedade civil brasileira, irônico paradoxo que nem mesmo a repressão do regime consegue conter. Encorpados,

os movimentos de massa – que culminam com as manifestações das Diretas Já – cumprem papel decisivo no bojo que levará ao colapso da ditadura, na medida em que, após duas décadas, o consenso mínimo articulado pela burguesia já não é capaz de remediar a insatisfação popular contra a autocracia iniciada em 1964 (COUTINHO, 1988, p.123).

Na parca paisagem da incipiente sociedade civil do pré-1964, a suposta tolerância democrática burguesa no Brasil é substituída por uma aberta autocracia⁴; medida extremada exercida a partir do momento em que o “jogo democrático” – nas palavras de Florestan Fernandes (1975, p.340) – supera os limites consentidos pela classe dominante. Ato contínuo ocorre a intervenção da burguesia hegemônica, que tem em vista restaurar a ordem burguesa dependente, ainda que por meio de uma ditadura de classe aberta, que no caso brasileiro contou com o apoio invariável do capital internacional.

⁴ Além do Brasil, são exemplos de países vitimados por ditaduras conservadoras: a Indonésia (1965), a Grécia (1967), a Turquia (1971), a Bolívia (1971), o Uruguai (1972), o Chile (1973), o Peru (1975) e a Argentina (1976), dentre outros (TRINDADE, 2002, p. 198).

2.3. O arriscado jogo democrático: Alagoas (Conjuntura político-social: das eleições de 1960 a 12 de abril de 1964)

O estudo da conjuntura de Alagoas no pré-1964 descortinou a existência, na época, de dois blocos antagônicos – bastante heterogêneos em seus bojos. Os dois grupos disputavam com afinco, em Alagoas, o poder de Estado. Cada grupo, inclusive, valia-se de seus próprios jornais de circulação de massa. Tratavam-se dos blocos: populista-trabalhista e do tradicional bloco conservador, agregado em torno da União Democrática Nacional (UDN) e da classe dos usineiros. A Gazeta de Alagoas – da Organização Arnon de Mello – e o Jornal de Alagoas – dos Diários Associados – representavam os interesses do bloco conservador, ao passo em que o Diário de Alagoas – que circularia até o início dos anos 1970 – assumia a expressão do grupo trabalhista (Vide entrevista com Alberto Saldanha). Havia ainda o semanário A Voz do Povo, que, por sua vinculação ao Partido Comunista, “(...) não tinha a tranqüilidade suficiente para existir”, nas palavras de Saldanha, o que não raro impingia, à sua circulação, o estado de clandestinidade.

A disputa entre os dois blocos averiguados em Alagoas seguia a tendência do embate verificada no cenário nacional: trabalhismo-reformista versus conservadores modernizantes (Vide entrevista com Alberto Saldanha). Contudo, a despeito de uma possível disputa de hegemonia – ainda que incipiente – prevaleceu o segundo grupo; não pela obtenção de um consenso na sociedade, mas por meio de uma ditadura sem hegemonia, apoiada pelo então governador de Alagoas, Luiz Cavalcante, e que culminaria com a desmobilização dos movimentos sociais e das esquerdas no estado das Alagoas (MIRANDA, 2004, p.10).

Mostra exemplificativa da variedade presente no compósito do bloco populista trabalhista pode ser observado através de suas lideranças mais expressivas: Silvestre Péricles e Muniz Falcão. Embora ambos possuíssem características semelhantes no tocante ao posicionamento trabalhista e fossem estranhos às forças golpistas de 1964, o primeiro costumava ser menos tolerante com os comunistas, ao contrário de Muniz (Vide entrevista com Alberto Saldanha). Em todo caso, Muniz devia a Silvestre o seu advento na vida pública no estado (LINS, 2009, p.2). Pode-se afirmar que tal grupo possuía um

posicionamento relativamente mais à esquerda, embora nem todos os membros do bloco populista-trabalhista possuíssem, necessariamente, ligações orgânicas com as esquerdas ou mesmo não encampassem todas as suas demandas.

No ensejo, apesar da repressão, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) mantinha-se atuante. Liderado por Jaime Amorim de Miranda, a organização contava, em seus quadros, com intelectuais – como Dirceu Lindoso, Rubem Ângelo, José Casado, Valter Pedrosa e Petrucio Lages –, líderes sindicais e operários – como José Graciano e Gilberto Soares Pinto – e jovens oriundos do movimento estudantil – como Zito Cabral, Selma Bandeira, Anivaldo Miranda, Manuel Lisboa e Odijas Carvalho (MIRANDA, 2004, p.4-5).

O PCB era o responsável pela publicação do impresso popular *A Voz do Povo*, que visava transmitir idéias socialistas e de organização sindical aos trabalhadores. Em um contexto de intensa intolerância no meio rural, o jornal *A Voz do Povo* cumpriu o importante papel de acolhedor de denúncias trazidas por delegações de trabalhadores do campo, vítimas de violência por suas militâncias em propugnação de sindicatos rurais ou de direitos trabalhistas básicos (MIRANDA, 2004, p.7).

A articulação trabalhadora no campo contava com a ação do PCB e de setores da esquerda católica, entidades que também se faziam presentes no seio do movimento estudantil, cuja articulação institucional dava-se em torno da União Estadual dos Estudantes de Alagoas (UEEA), do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Alagoas (DCE-UFAL) e da União dos Estudantes Secundários de Alagoas (UESA). Em contrapartida à mobilização da juventude de esquerda, a organização de inspiração integralista denominada Patrulha Nacional Cristã disputava espaço em congressos estudantis. A Patrulha Nacional Cristã era liderada pelo ultraconservador Wanilo Galvão (MIRANDA, 2004, p.7), à época ativo articulista do jornal *Gazeta de Alagoas*.

O movimento operário, por seu turno, pululava a partir das categorias dos trabalhadores das indústrias têxteis - em Maceió e na região metropolitana –, do porto de Jaraguá, do setor gráfico e ferroviário, dos Correios e Telégrafos e dos petroleiros. Também se destacavam as categorias dos rodoviários, liderado por Rubens Colaço, e dos bancários, liderado por Roland Benamour (MIRANDA, 2004, p.6).

A influência do PCB fazia-se sentir no movimento sindical, e estendeu-se, até mesmo para setores do pequeno e médio empresariado, como os comerciantes do centro de Maceió (MIRANDA, 2004, p.6), que chegaram a organizar greve durante o governo do conservador Luiz Cavalcante.

Com o golpe, o líder pecebista, Jaime Amorim de Miranda passou a ser perseguido. Sequestrado em fevereiro de 1975, já no Rio de Janeiro, jamais foi encontrado. Há suspeita de que Miranda teria sido arremessado, de helicóptero, em alto mar (LINS, 2009, p.4).

Por sua vez, o bloco conservador encontrava no estrato dos agroindustriais da cana-de-açúcar a sua liderança. Hegemônicos desde a consolidação da modernização dos antigos engenhos de cana-de-açúcar, em um processo relâmpago e eficiente ocorrido nas primeiras décadas do século XX (LINS, 2009, p.5), os empresários das usinas modernas arregimentaram ainda industriais urbanos – detentores de menor poder político e econômico – e demais estratos de agropecuaristas, como plantadores de cana, fornecedores das usinas.

Embora a revolução das usinas tenha se dado já no século XX, é mister frisar que os embriões da modernização dos engenhos já podiam ser verificadas na década de 1870, com a instalação de três engenhos de vanguarda que alavancaram a superação da manufatura dos “coronéis”. Eram eles os engenhos Brasileiros, Leão e Sinibú (LINS, 2009, p.5). Apesar da introdução de fórmulas modernas do modo de produção capitalista, as usinas representaram a manutenção da cana-de-açúcar e seus derivados como elementos basais da economia do estado, base esta que perdurava desde os tempos em que Alagoas ainda era parte do território de Pernambuco, ainda no século XVI (sua emancipação política viria apenas em 1817). Também não alterava o cenário de concentração fundiária e a visão elitista no tocante a relação do latifundiário com os trabalhadores (Vide entrevista com Alberto Saldanha).

Mesmo marginalizados dentro do bloco conservador, as lideranças latifundiárias do agreste e do sertão e remanescentes dos ultrapassados engenhos – estrato da classe dominante considerado mais “rústico” – mantinham-se como importantes aliados. Contudo,

não sem certa desconfiança e despeito com o crescente poder conquistado pelos usineiros – “cosmopolitas” da cana-de-açúcar (LINS, 2009, p.5).

Segundo o Censo de 1960, o estado de Alagoas possuía 1 271 062 habitantes, dos quais 428 228 (33,69%) residiam nos perímetros urbanos e 842 834 (66,31%) residiam nas zonas rurais. 170 134 alagoanos residiam na capital Maceió (IBGE, 1962, p.3-11), cidade que – no início da década de 1960 – detinha 15 dos 54 cinemas do estado e o único teatro em funcionamento de Alagoas. Também se concentrava na capital a maior quantidade de bibliotecas em funcionamento: 23 em Maceió e apenas 14 nas demais cidades do estado. Em 1962 os três diários matutinos e o único diário vespertino de Alagoas eram maceioenses. Entre os periódicos não diários, apenas um situava-se fora da capital¹ (IBGE, 1964, p.348-357).

Economicamente, Alagoas beneficiava-se dos recursos do programa Aliança para o Progresso, idealizado pelo presidente norte-americano John Kennedy, e pela ampliação do mercado internacional para a produção sucroalcooleira do estado, especialmente para os Estados Unidos, que se voltaram para a produção brasileira após o embargo à ilha de Cuba – recém-saída de sua revolução comunista (SURUAGY, 2007, p.30).

Governo Muniz Falcão

Para uma melhor compreensão do delineamento dos dois blocos históricos distintos, é pertinente o estudo da conjuntura de Alagoas na década de 1950, mais precisamente a partir do dia 3 de outubro de 1955, data em que Muniz Falcão elegeu-se governador do estado, com o decisivo apoio de Silvestre Péricles, derrotando Afrânio Lages, candidato de Arnon de Mello (LINS, 2009, p.3). Com a derrota, Lages precisaria esperar o golpe de 1964 para, durante a ditadura, ser agraciado com o cargo máximo do executivo estadual.

Como governador, Muniz Falcão destacou-se por posicionamentos vanguardistas e até mesmo de composição com quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em seu governo, o PCB emplacou dois secretários de Estado: o general Henrique Oest e a sua

¹ Dados relativos à imprensa periódica destinada ao grande público e transmissora de informações de interesse geral.

esposa Paula Oest, que ocuparam – respectivamente – a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Educação (MIRANDA, 2004, p.9).

Segundo fez saber o historiador Douglas Apratto Tenório (1995, p.231), Muniz também nomeou uma “(...) professora negra para direção de uma tradicional escola pública de Maceió (...)”, o que “(...) provocou forte reação de ilustres figuras, correndo abaixo-assinado e estabelecendo-se pressões (...)”. Mas a histeria da conservadora elite alagoana não foi suficiente e a nomeação foi mantida.

Pode-se afirmar que os anos Muniz Falcão marcaram um período de relativa tranqüilidade no funcionamento do PCB alagoano e, especialmente, do jornal do partido, *A Voz do Povo*, que chegou a funcionar na rua do Comércio, no centro de Maceió, e a alcançar uma pertinente circulação (Vide entrevista com Alberto Saldanha).

Todavia, no bojo de uma batalha de posições – com vistas à obtenção do poder do Estado – nenhuma ação é imune a reações. A insatisfação das classes dominantes no estado podia ser medida nas ocasiões das viagens oficiais do então governador ao interior. Na época, em compensação à precariedade da indústria hoteleira na região, era comum a recepção e a hospedagem do governador em exercício ser providenciada pelas destacadas famílias, em suas casas, dos municípios visitados. Durante o mandato de Muniz, relatos dão conta de boicotes à sua recepção, como no ensejo da visita do mandatário estadual ao aristocrático município de Penedo, nas margens do Rio São Francisco (TENÓRIO, 1995, p.231).

Mas a oposição não se restringia à falta de hospitalidade. Liderado por Teotônio Vilela e Arnon de Mello, o bloco conservador agregado em torno do estrato agroindustrial da cana-de-açúcar exerceu uma intensa oposição que não se ateu somente às vias institucionais convencionais. Um polêmico processo de impeachment foi engendrado a partir de 1957 contra o governador, o que acabou culminado com uma das passagens mais marcantes da história do estado de Alagoas: o episódio do tiroteio na Assembléia Legislativa. Envolvendo simpatizantes e, sobretudo, opositores de Muniz Falcão, o evento acabou somando-se ao vasto repertório da tradição de violência política de Alagoas e do nordeste brasileiro (BALLOUSSIER, 2000, p.129), maculando-os nacionalmente.

No tiroteio, o partidário e sogro de Muniz Falcão, o deputado Humberto Mendes, acabou assassinado. Em contrapartida, o deputado oposicionista Carlos Gomes de Barros levou um tiro no pescoço e sobreviveu à custa de uma longa internação. O processo de impeachment alagoano repercutiu pelo Brasil, por seu ineditismo, o que acabou atraindo jornalistas de outras regiões. Dente estes estava o jovem repórter da revista O Cruzeiro Márcio Moreira Alves – que mais tarde, durante a ditadura, experimentaria a berlinda após, como deputado federal pelo MDB do Rio de Janeiro, proferir contundente discurso contra o regime modernizante-conservador, o que culminaria com o AI-5. A cobertura do tiroteio na casa legislativa estadual deixou marcas em Moreira Alves. O repórter acabou alvejado – ao que tudo indica, acidentalmente – na altura da coxa (LINS, 2009, p.3).

Apesar dos discursos do bloco conservador contra Muniz, que invariavelmente explorava o fato deste não ser alagoano, rotulando-o como forasteiro, o governador contava com a simpatia da população (TENÓRIO, 1995, p.221), o que possivelmente corroborou com a não confirmação do impedimento. Embora mais desgastado e ainda sob cerrada vigilância da oposição oligárquica, Muniz conseguiu concluir o mandato, que se estendeu até 1960.

Pernambucano de Araripina, Muniz Falcão nasceu em 6 de janeiro de 1915. Filho de pequenos agricultores e pecuaristas, partiu para Alagoas apenas em 1942, para entrar para a história do estado. Chegou a convite do interventor varguista Ismar de Góes Monteiro (parente de Silvestre Péricles), para chefiar a Delegacia do Trabalho no estado. Poucos anos antes, em 1937, havia ingressado no serviço público, através de concurso, e chegara a trabalhar no gabinete do ministro do trabalho (TENÓRIO, 1995, p.223-224).

Sua missão em Alagoas era cumprida com rigor. No seio de um capitalismo dependente e com fortes doses de anacronismos, onde os setores têxtil e, especialmente, agroindustrial da cana ainda resistiam a aplicação das mais comezinhas leis trabalhistas, Muniz Falcão incomodou a ponto de, em 1945, após a queda de Vargas, ser exonerado do cargo – conquista do bloco conservador, após pressão na administração federal. Transferido para a Bahia, Muniz só retornaria a Alagoas em 1947, quando da eleição de Silvestre Péricles para governador do estado (TENÓRIO, 1995, p.229). Com a proteção do

governador, Muniz deu prosseguimento ao seu trabalho de propugnação da legislação trabalhista, criando sindicatos, inclusive.

Valendo-se do depoimento de Odilon de Souza Leão Filho, Apratto Tenório (1995, p.227-228) menciona uma das incursões de Muniz ao interior,

(...) à Usina Serra Grande, feudo inacessível da família Lira quando indo criar o sindicato local foi recebido com hostilidade por um grupo intimidatório de agentes do empresário com trabalhadores coagidos portando faixas que diziam ‘não queremos sindicatos. Estamos satisfeitos sem ele’ quase não o deixando saltar do veículo que o trazia da capital.

A atuação como delegado do trabalho alavancou a carreira política do pernambucano, que se elegeu deputado federal por duas legislaturas consecutivas na década de 1950. Sua atuação na câmara rendeu a citação de seu nome, por Afonso Arinos de Melo Franco, como um dos membros mais atuantes da história daquela casa legislativa (TENÓRIO, 1995, p.229).

Eleições de 1960

As eleições de 3 de outubro de 1960 levaram 123 976 eleitores às urnas em Alagoas (IBGE, 1964, p.387) e, além de definir o sucessor de Muniz Falcão no palácio dos Martírios, envolveu os cargos de prefeito e de presidente da república. O pleito transcorreu com relativa tranqüilidade no estado, com exceção de Palmeira dos Índios, que precisou contar com intervenção federal (OLIVEIRA, 1979, p.27).

Determinadas a retomar o poder de Estado, as diversas estilhas do bloco conservador uniram-se em torno de uma candidatura única, a de Luiz Cavalcante, apesar da resistência inicial dos “caciques” Arnon de Mello e Rui Palmeira (OLIVEIRA, 1979, p.27). Arnon de Mello, um dos responsáveis pelo ingresso de Cavalcante na vida pública, contudo, acabaria – após a eleição – migrando para a oposição, o que pode ser facilmente constatado através do noticiário de seu jornal, Gazeta de Alagoas, no período.

Entretanto, “o eleitorado entendia que a oposição de Arnon de Mello era meramente circunstancial, mais em função de homens (sua briga com Luiz Cavalcante) que de princípio” (OLIVEIRA, 1979, p.31).

De fato, mais do que integrarem o mesmo bloco, Mello e Cavalcante eram oriundos da mesma fração modernizante-conservadora urbana simpática ao capital multinacional ou associado, estrato hegemônico no interior do bloco que lideraria a modernização capitalista-dependente brasileira durante o regime iniciado em 1964.

Além da classe dos agroindustriais da cana-de-açúcar, a candidatura de Cavalcante reuniu o estrato dos plantadores de cana, de onde provinha o destacado político conservador Lamenha Filho. Ao usineiro Teotônio Vilela foi destinado – na composição da chapa – o posto de vice-governador (LINS, 2009, p.5).

O sucesso da aglutinação no seio do bloco conservador não se repetiu entre os situacionistas. Três candidatos dividiram o prestígio de Muniz Falcão e o eleitorado trabalhista. Eram eles: o deputado Abrahão Moura – mais próximo de Muniz –, o paradoxal Silvestre Pércles – ex-governador –, e o deputado Ary Pitombo. O resultado do pleito confirmou o erro estratégico do trio. Ao passo em que Silvestre obteve o maior número de votos na capital, o munizista Abrahão Moura venceu no interior. A Cavalcante restou o segundo lugar tanto em Maceió quanto no interior, o suficiente para somar mais votos no total e eleger-se governador com uma margem pouco convincente de menos de 2 mil votos (OLIVEIRA, 1979, p.28).

A vitória devolveu ao bloco conservador o poder de Estado às vésperas do movimento golpista de 1964, uma conquista estratégica e de refluxo dos movimentos sociais, justamente entre os estados de Pernambuco e Sergipe, onde os progressistas Miguel Arraes e Seixas Dória, respectivamente, eram eleitos. O domínio do bloco conservador só não se tornou completo em função do surpreendente e destoante sufrágio do radialista Sandoval Caju para a prefeitura de Maceió, vitória pouco provável em um pleito que contava com candidaturas de peso como as do deputado Jorge Quintela – incontestado candidato do bloco conservador –, do ex-prefeito e ex-deputado Joaquim Leão – pelo Partido Trabalhista Brasileiro – e do ex-deputado estadual e federal Cleto Marques Luz – nome mais organicamente ligado à fração munizista (CAJU, 1991, p.148-149).

Tornado famoso por meio do programa radialístico Tribuna do Povo – retirado do ar nas eleições –, Sandoval Caju adotou como estratégia a realização de comícios relâmpagos, que costumavam arregimentar um bom número de presentes (CAJU, 1991, p.149).

Cavalcante e Caju

Devidamente empossado Luiz Cavalcante não prescindiu de nomes experientes para compor o seu secretariado, como os reputados médicos Deraldo Campos e Ib Gato Falcão, que assumiram as pastas da educação e da saúde, respectivamente (ALBUQUERQUE, 2000, p.233-234).

Contudo, o novo governador ousou ao nomear “(...) três jovens recém-saídos da faculdade e da adolescência (...)” (ALBUQUERQUE, 2000, p.233). Eram eles: José de Melo Gomes, que ocupou a pasta da Viação, Everaldo Macedo, no gabinete do governador, e um certo Divaldo Suruagy, que se tornaria um fenômeno da política alagoana, na pasta da fazenda (ALBUQUERQUE, 2000, p.233). Em pouco tempo o trio passaria a ser chamado, jocosamente, de “jardim infantil”, alcunha inicialmente burilada pela oposição (OLIVEIRA, 1979, p.33).

Então com 24 anos e recém-formado em economia, Suruagy destacou-se e obteve a confiança de Cavalcante. Mais tarde, em seu livro Chefe de Estado (1994, p.54), admitiria: “surpreendeu-me o convite. Jamais imaginaria a possibilidade de assumir a Secretaria da Fazenda e da Produção do Estado de Alagoas. (...) Muito jovem ainda, não poderia, nem nos meus mais caros devaneios, alimentar a idéia de ser o responsável pelo emprego do dinheiro público alagoano”.

Tão cedo quanto o seu ingresso na política foi a sua ascendência. Na eleição executiva seguinte, o jovem secretário da fazenda elegeu-se prefeito da capital, desbancando o seu colega de bloco-histórico, o deputado Theobaldo Barbosa – o preferido de Arnon de Mello – e o candidato do bloco trabalhista de Muniz Falcão, o comerciante Wilson Lucena (OLIVEIRA, 1979, p.34). A partir de então, Suruagy “passearia” pelos mais diversos cargos do executivo e legislativo alagoano, até o seu derradeiro e desastroso

mandado de governador iniciado em 1995, que culminaria com um novo tumulto na Assembléia Legislativa e com a sua renúncia em 1997.

A construção de escolas de 1º e 2º grau, a inauguração dos hospitais José Carneiro e de Arapiraca e da maternidade Santa Mônica e a criação do Instituto de Pensão e Aposentadoria do estado (IPASEAL), são apontados como as principais realizações do governo Luiz Cavalcante (ALBUQUERQUE, 2000, p.236-237). Bem relacionado com os Estados Unidos, articulou estágio para professores naquele país e recebeu honrarias da Agência Internacional de Desenvolvimento (USAID), através de seu secretário de Educação, Deraldo Campos (ALBUQUERQUE, 2000, p.235-237).

Carismático, enquanto governador costumava protagonizar peculiares momentos de descontração: não raro, ocupava-se com crianças na praça em frente ao palácio, onde se misturava a ponto de chegar a brincar de peão e a soltar pipa, além de comprar e dividir guloseimas com os meninos (ALBUQUERQUE, 2000, p.232). Tal atitude, recorrente, nem sempre era bem vista, especialmente pela oposição, como é possível detectar no prisma do depoimento de Sandoval Caju (1991, p.190), seu desafeto político:

Deixando, quase sempre, sobre a mesa de despachos, centenas de processos administrativos, à espera de sua assinatura, em Maceió, juntava-se, às vezes, a um bando de moleques de rua e, no meio deles, sentava-se no chão das calçadas, a chupar roletes de cana, laranjas e pitombas, na mais ruidosa ‘confraternização’...

Por ser devotado anticomunista e feroz opositor do presidente João Goulart, Cavalcante – com era de se esperar – enfrentou as oposições de seus perseguidos e de setores mais progressistas da sociedade (SURUAGY, 2007, p.31). Somado a estes, havia ainda a oposição circunstancial de Arnon de Mello e de seu jornal.

Nascido em Rio Largo – na grande Maceió – e radicado em Capela, zona da mata alagoana, Cavalcante era engenheiro e militar de carreira. Ingressou no Exército na cidade do Recife e chegou ao posto de General (SURUAGY, 1994, p.54), embora continuasse a utilizar a patente de Major em suas campanhas políticas. Seu ingresso na vida pública deu-se justamente durante o governo de Arnon de Mello, quando fora convidado a retornar a Alagoas para ocupar a diretoria geral da comissão de Estradas e Rodagens. Além de

governador, Cavalcante cumpriu mandatos como deputado federal e senador da república (SURUAGY, 1994, p.54-55).

Enquanto na esfera estadual Cavalcante beneficiava-se da hegemonia de seu bloco na Assembléia Legislativa, na capital a Câmara de Vereadores não esperou sequer o desfecho do primeiro mês de mandato do novo prefeito para providenciar um requerimento de impeachment. A animosidade entre o executivo e o legislativo municipal foi intensa desde o princípio e acentuou-se após a desastrosa atitude de Caju de proibir a entrada do vereador da oposição e acadêmico de medicina Domício Falcão nas dependências do hospital municipal. A estouvada medida e sua justificativa foram encaminhadas por meio de ofício ao diretor do hospital, Jayme de Melo. No documento, lia-se:

Sr. Diretor: acabo de tomar ciência, por informante fidedigno, de que desaforado indivíduo dizendo chamar-se Domício Falcão, (...) ontem, no primeiro horário, por ocasião da chegada aí, do carro ‘Simca Chambord’, enviado para servir de ambulância provisória (...), fez cáustica censura ao ato, usando palavras insultuosas contra o dirigente-mor do município – o que não pode ser tolerado passivamente, sem que o governo municipal recém instalado nesta comuna corra o risco de sofrer total desmoralização perante os milhares de habitantes da capital. Face ao exposto determino seja proibida, a partir desta data, a entrada nesse nosocômio do aludido provocador (...). Reconheço a drasticidade da medida que venho de tomar, julgo-a, porém, adequada e necessária à preservação da autoridade constituída, gratuitamente vilipendiada. Maceió, 03 de fevereiro de 1961. (ass.) Sandoval F. Caju, prefeito municipal (CAJU, 1991, p.162).

A medida foi o estopim para a primeira tentativa de impeachment contra Caju, o que acabou não ocorrendo em função do grande apoio popular ao prefeito.

Administrar Maceió com a parca finança municipal não era tarefa fácil. Uma das primeiras medidas de Sandoval Caju depois de eleito foi o de disponibilizar, em caráter emergencial, o automóvel do gabinete ao hospital de pronto socorro municipal, que recebia pacientes de todo o estado e que, na ocasião, não possuía viatura própria. O fato é lembrado pelo próprio Caju em seu livro de memórias com o sugestivo título *O Conversador* (1991, p.160): “Vitorioso no pleito, (...) convoquei o desenhista municipal, Lauro Menezes, a quem incumbi a colocação de três cruzeiras brancas de esparadrapo nas laterais e traseira do automóvel (...) único veículo do gabinete (...)”.

No mais, seu mandato – interrompido pelo regime ditatorial modernizante-conservador – ficou marcado pela revitalização de praças, o que lhe valeu o epíteto de o prefeito das praças (BARROS, 2005, p.191).

Nascido em 16 de novembro de 1923, em Bonito de Santa Fé, Paraíba, Sandoval Ferreira Caju, além de radialista, foi advogado, ofício que exerceu, sobretudo, após o golpe de 1964, na cidade do Recife, embora continuasse residindo em Maceió (CAJU, 1991, p.163). Também foi poeta, com publicações como *Poesia despida*, de 1969 (BARROS, 2005, p.191).

Golpe de Estado

O plebiscito de 1963 levou 105 651 alagoanos às urnas (IBGE, 1964, p.387). Por ocasião da apuração do resultado do pleito, a Gazeta de Alagoas divulgou, em 9 de janeiro de 1963, que, no total das três zonas eleitorais de Maceió, o ‘sim’ obteve 2.171 votos, ao passo em que o ‘não’ foi a preferência de 26.159 eleitores. Em Arapiraca, a segunda maior cidade do estado, a vitória do ‘não’ também foi expressiva, com 4.062 votos contra os 462 votos do ‘sim’ (ALAGOAS também..., 1963, p.1). É oportuno lembrar que o ‘não’ significava a oposição do eleitorado à emenda que havia instituído o parlamentarismo no Brasil.

A despeito de toda a disputa – ou de esforços de disputa – entre os blocos conservador e trabalhista, às vésperas do dia 1º de abril de 1964, em Alagoas, o primeiro grupo levava ampla vantagem. Representado no executivo estadual por Luiz Cavalcante, com significativa maioria na Assembléia e entre os congressistas nacionais, as oligarquias tradicionais encontravam como único empecilho a prefeitura de Maceió. Todavia, Sandoval Caju – acuado pela oposição e sem vinculações orgânicas ou ideológicas com as esquerdas – não preocupava. “Coisa nova, mesmo, entre as elites, só um temor ‘preventivo’ pelas possíveis e prováveis influências esquerdizantes vindas do grande vizinho, o estado de Pernambuco, governado pelo ‘subversivo’ Miguel Arraes” (LINS, 2009, p.6).

Temor que alcançou o ápice quando da articulação do primeiro grande comício no centro de Maceió, previsto para o dia 28 de março de 1964 e com as presenças confirmadas

dos líderes reformistas-trabalhistas Miguel Arraes e Leonel Brizola. A tensão tornou-se evidente com a profusão de rumores de que Arraes e Brizola seriam assassinados durante o evento por pistoleiros contratados para este fim. Um grupo de proteção foi organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores. Mas o comício não foi realizado. Luiz Cavalcante, por meio da Secretaria de Segurança, proibiu o evento e valeu-se de repressão para certificar-se da não realização do ato (SURUAGY, 2007, p.31-32).

Poucos dias depois, no amanhecer de primeiro de abril, os alagoanos foram surpreendidos pela ostensiva presença de soldados do Exército, devidamente armados, em prédios públicos e logradouros (LINS, 2009, p.7). Iniciava-se a mais longa ditadura brasileira. O governador Luiz Cavalcante, que desde a renúncia de Quadros já se solidarizava com os conspiradores, somou esforços ao movimento golpista desde a madrugada, chegando: a reunir o seu secretariado, a checar “(...) o seu dispositivo para fechar o Estado, quando necessário” e a oferecer “(...) tropas ao IV Exército para dominar qualquer possível confusão ou resistência” (ALBUQUERQUE, 2000, p.231). *Pari Passu*, os governadores dos vizinhos estados de Pernambuco e Sergipe eram depostos.

Não demorou e as prisões de líderes como Jaime Miranda, José Alípio Vieira Pinto, Dirceu Lindoso, Teófilo Lins e Roland Benamour renunciaram as trucidades com a qual o Brasil conviveria dali por diante. Jaime Miranda, como já visto, tornar-se-ia desaparecido político; o sindicalista Rubens Colaço, agonizou torturado (MIRANDA, 2004, p.5) ao passo em que o líder político José Moura Rocha – oriundo do movimento estudantil e advogado por formação – não apenas foi preso, como colocado na mesma cela onde estavam encarcerados “(...) dois assassinos condenados num júri onde Moura havia sido um dos advogados de acusação (...)” (LINS, 2009, p.8).

O jornal semanal *A Voz do Povo*, do PCB – que, anos antes, durante o governo Muniz Falcão, tinha vivido os seus anos áureos – foi incendiado por indivíduos da extrema direita, ligados à polícia civil e ao grupo Patrulha Nacional Cristã, que, como já visto, era liderado pela ultraconservador Wanilo Galvão (MIRANDA, 2004, p.5). O incêndio acarretou na destruição de todo o arquivo do *A Voz do Povo*, privando as gerações subseqüentes de consultar o acervo de um dos maiores símbolos da esquerda alagoana nos anos 1950/1960.

No dia 28 de abril, foi a vez do prefeito de Maceió voltar a ser importunado. Mesmo negando qualquer simpatia pela ideologia marxista (CAJU, 1991, p.176), Sandoval Caju foi afastado do cargo. Após tentar, sem sucesso, constituir sua defesa perante a justiça, acabou cassado e suspenso em seus direitos políticos através do Ato Institucional nº 1.

Caju (1991, p.181-182) frisa, em seu livro de memórias, que, ato contínuo ao seu afastamento da prefeitura, diante de sua intenção de impetrar um mandato de segurança, nenhum dos advogados procurados aceitaram o caso, ao passo em que o próprio interessado, bacharel em direito, ainda não possuía inscrição na Ordem, o que o impossibilitava de engendrar a sua autodefesa.

O ex-prefeito menciona ainda o então governador Luiz Cavalcante como o grande responsável por sua cassação, na medida em que “(...) aproveitando-se da oportunidade que o maldito golpe militar de 1964 proporcionava às figuras nulas e desprestigiadas do país” e “movido por um despeito idiota e venenoso, tratou de enodoar o meu nome perante as autoridades plantonistas”, tendo em vista a eliminação de um rival no cenário político (CAJU, 1991, p.169).

No ano seguinte, o pleito que elegeria o sucessor de Cavalcante foi marcado por práticas de “suborno perseguições, embuste, corrupção, violências” e “arbitrariedades” (TENÓRIO, 1995, p.232), o que não impediu a vitória de Muniz sobre o senador udenista Rui Palmeira, o candidato da ditadura.

Contudo, a despeito da larga vantagem angariada nas urnas, Muniz foi impedido de tomar posse, sob o pretexto de não ter obtido a maioria absoluta dos votos (QUEIROZ, 1999, p.122). Tal impedimento ocorria, ironicamente, na eleição seguinte ao pleito que havia eleito com uma margem bastante inferior a de agora o conservador Luiz Cavalcante, que chegou, inclusive, a perder na capital e no interior.

O presidente golpista, general Castelo Branco, nomeou, então, o interventor João José Batista Tubino, que assumiu o estado por oito meses (OLIVEIRA, 1979, p.32), até ser substituído pelo proprietário rural Lamenha Filho (1966-1971). Os demais governadores do período ditatorial foram Afrânio Lages (1971-1975), Divaldo Suruagy (1975-1978) – que

se descompatibilizou do cargo para assumir vaga na Câmara Federal; com isso, concluiu o mandato o deputado Geraldo Melo e, depois, o desembargador Ernani Dorvillé –, Guilherme Palmeira (1979 – 1982) – que se descompatibilizou do cargo para assumir vaga no Senado Federal e Teobaldo Barbosa concluiu o mandato –, e, finalmente, após a eleição direta para governador, em 1982, Divaldo Suruagy (1983-1986) – que se descompatibilizou do cargo para assumir vaga no Senado Federal; José de Medeiros Tavares concluiu o mandato. (QUEIROZ, 1999, p.127-130).

Profundamente abalado pelo impedimento, Muniz Falcão – então com 51 anos – foi vencido por um câncer em 14 de junho de 1966, no Hospital Português, no Recife (TENÓRIO, 1995, p.233). No mesmo dia, era sepultado também o bloco populista-trabalhista, que, completamente desarticulado pela ditadura, encerrava o seu ciclo em Alagoas. Uma comovente e grande manifestação popular – interpretada como o primeiro ato de massa no estado contra a ditadura modernizante-conservadora (LINS, 2009, p.2) – compôs a marcha fúnebre do ex-delegado do trabalho ao cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió. Sobre o seu túmulo, uma clara demonstração de pesar de um povo tolhido por uma oligarquia violenta: milhares de títulos de eleitor rasgados depositados aos montes pelos presentes; ato derradeiro, que como bem frisa o historiador Apratto Tenório (1995, p.220), remetia a uma cena de clamor de Fedra ou Antígona.

3. Mídia brasileira: guardião da democracia?

3.1. A comunicação do golpe: a consciência e uso de técnicas de comunicação social pelo bloco-histórico modernizante-conservador na construção da hegemonia em torno do golpe de 1964

A consciência por parte de membros da intelectualidade orgânica burguesa, da importância do uso da comunicação social como instrumento de disputa de hegemonia pode ser verificada já na primeira metade da década de 1950, quando o tecnocrata e empresário anticomunista Paulo Ayres Filho agiu, de forma vanguardista na defesa dos interesses de sua classe. Na ocasião, Ayres Filho, motivado pelo preocupante movimento de democratização fundamental, inspirou-se na *Foundation of Economic Education*, de Nova York, para iniciar uma embrionária distribuição de panfletos entre amigos, que pregavam tópicos de seu interesse, como a restrição da participação do Estado na economia. Paulo Ayres Filho, que havia ocupado o posto de diretor do Banco do Brasil na gestão Jânio Quadros, dava-se, inclusive, ao trabalho de traduzir tais impressos confeccionados pela instituição nova-iorquina, antes da distribuição (DREIFUSS, 1986, p.162-163).

Também Brandão (2001, p.40) revela que, “desde a metade da década de 50, as forças de direita buscaram nas técnicas e na dominação de Relações Públicas uma forma de divulgação mais persuasiva e menos explícita do que a conhecida ‘propaganda política’(...)”.

Mais tarde, com o advento do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), um de seus líderes, o afamado escritor José Rubens Fonseca, militante do bloco modernizante-conservador, sintetizou a importância da utilização de técnicas de comunicação social e de grupos de mídia, especialmente os impressos, para os intentos do IPES, apontando-os como instrumentos para a ocupação do cerne da discussão ideológica e política (DREIFUSS, 1986, p.234).

O IPES, propugnador das causas intelectuais orgânicas às classes dominantes, lançado oficialmente no dia 29 de novembro de 1961 (DREIFUSS, 1986, p.163), foi uma das principais organizações geridas pela ala intelectual conservadora a utilizar, com eficiência, técnicas científicas de comunicação no intento de desarticular a sustentação de Jango na presidência e pavimentar um golpe de direita no país.

Outros membros dos quadros da burguesia modernizante-conservadora, da mesma forma, citaram a comunicação como necessária. É o caso do intelectual orgânico Arlindo Correia, citado por Dreifuss, que sagrava a comunicação, mais precisamente a publicidade, como elemento basal na conquista de estratos da classe média na lida contra “o avanço comunista”. No ensejo, Corrêa chegou a comemorar o fato de que “a classe média não fica totalmente infensa às emoções sócio-políticas, se elas contiverem um elemento de aparente racionalismo” (CORREIA, 1962, p.3-4 apud DREIFUSS, 1986, p.292). Correia propugnou, ainda, a utilização da mídia, a distribuição de panfletos e, em um estágio posterior, a organização de comícios públicos.

Na mesma linha, em um dos filmes de curta metragem divulgados pelo IPES, intitulado *Conceito de empresa*, é recomendado: “utilize as armas do inimigo. Lance mão de palestras de esclarecimento, gravações, o rádio, a televisão e a força mais eficiente e direta de propaganda moderna: o cinema” (ASSIS, 2001, p.26).

A implicação natural da consciência da importância do uso da comunicação pela intelectualidade orgânica burguesa foi a aproximação de militantes do bloco modernizante-conservador a profissionais da mídia, especialmente da televisão, como produtores, atores e diretores. Por outro lado, a mesma consciência levou os intelectuais orgânicos da burguesia a ações de pressão e perseguição, engendrada contra aqueles profissionais da comunicação que não compartilhavam, ao menos no tanto que o IPES ansiava, com a causa antirreformista e anticomunista do estrato burguês hegemônico. Inseto nesse bojo, esteve o colunista humorístico conhecido por Arapuã, que assinava materiais, considerados inadequados pelo IPES, no jornal Última Hora. O posicionamento do profissional acarretou na sua saída do jornal, em 1962 (DREIFUSS, 1986, p.248-249). O próprio jornal Última Hora foi vítima de boicote, chegando, por isso, “(...) a circular naqueles tempos com minguadas quatro páginas” (ASSIS, 2001, p.60).

As pressões não se restringiam aos profissionais da imprensa, estendendo-se aos próprios veículos de comunicação. Aqueles que não se posicionavam da forma como qual aguardava os intelectuais orgânicos da elite, minoravam comercialmente, fruto de pressões exercidas sobre os anunciantes (DREIFUSS, 1986, p.297); pressões essas engendradas, de maneira especial, pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) – entidade criada em

1962 e considerada o braço feminino do IPES –, prejudicando, sobremaneira, os veículos pró-reforma e de orientação esquerdista, desequilibrando, terminantemente, a disputa por hegemonia na mídia. Tal ação estratégica engendrada pela burguesia leva ao extremo a assertiva de Domenico Losurdo (2006, p.246) de que “A difusão em massa da teoria revolucionária, ou melhor, de uma teoria crítica da sociedade, é obstaculizada de vários modos pela classe dominante”.

Somadas a tais pressões no campo da comunicação, ações também foram concebidas contra empresas e entidades que, da mesma forma, não se alinhavam aos intelectuais burgueses hegemônicos, que, por seus turnos, valeram-se da mídia para exercer várias de suas campanhas de direcionamento da opinião pública contra os não agrupados em torno do bloco-histórico liderado pelo estrato multinacional e associado da burguesia.

Por sua atuação, convergente com interesses multinacionais e associados, diretoras da CAMDE foram convidadas pelos partidos Republicano e Democrata a conhecerem os Estados Unidos e algumas das suas instituições. Ainda foram protagonistas de uma edição especial da revista *Reader's Digest* (ASSIS, 2001, p.60), tradicional aliada da política exterior estadunidense.

Os objetivos basais do composto de atividades ideológicas empreendidas pelos intelectuais orgânicos hegemônicos do bloco modernizante-conservador eram, dentre outros: “(...) causar um impacto ideológico em públicos selecionados e no aparelho do Estado”, “(...) infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita (...)”, incitar “(...) percepções negativas do bloco popular nacional-reformista” (DREIFUSS, 1986, p.231) e influenciar e agregar os diversos estratos das classes dominantes e até mesmo de outros grupos, como a classe média, obtendo um consenso em torno do bloco modernizante-conservador, sob a sua liderança. A assimilação de grupelhos contendores, interiores à própria classe dominante, e de frações das camadas subalternas eram imprescindíveis à formação de um consenso mínimo, sem o qual se tornava inviável a manutenção do poder de Estado em longo prazo, pois, valendo-se de coerção, somente, não era possível a manutenção da posição pela classe que almejava a hegemonia.

Constava ainda, assinalado como “em curto prazo”, o objetivo da destituição do presidente da república, João Goulart, e o refreamento das mobilizações populares acarretadas pelo processo denominado por Paulo Freire de “democratização fundamental”.

Já os discursos capitais adotados pelos intelectuais orgânicos hegemônicos do bloco modernizante-conservador abrangiam: ataques à oligarquia rural, ao comunismo, ao socialismo e à corrupção do populismo – no caso dos três últimos, apresentados em conjunto, acabavam relacionados entre si, perante a opinião pública – e a defesa do argumento que arrolava a relativa prosperidade do Brasil e as melhorias nos padrões de vida da população à iniciativa privada, em detrimento dos métodos socialistas e de intervenção estatal (DREIFUSS, 1986, p.231-232).

Uso de técnicas de comunicação

A gama de artifícios empregada pelos intelectuais orgânicos modernizante-conservadores era ampla e extrapolava as técnicas de comunicação social propriamente dita. Dentre as iniciativas e canais mais utilizados na lida pela conquista de um mínimo de hegemonia necessário para a pavimentação do golpe de Estado de abril de 1964 estiveram: a publicação e divulgação de livros, panfletos, jornais, revistas e folhetos; a realização de palestras, simpósios, conferência através da imprensa e debates públicos; o emprego de filmes, peças teatrais, desenhos animados e programas e propagandas em emissoras de rádio e televisão; e, finalmente, as publicações de artigos e informações de interesse em jornais (DREIFUSS, 1986, p.232), que, unidos, representavam grande circulação.

Em tais empreendimentos, diretamente relacionados à mídia ou não, os intelectuais orgânicos da elite valeram-se do apoio e / ou acordo com diversas editoras – que em muitos casos contribuíram com o acolhimento de trabalhos oriundos de entidades propugnais de classe, como o IPES –; artistas de cinema, televisão e de teatro; literatos, dentre os quais José Rubens Fonseca, como já visto, Raquel de Queiroz e Nélida Piñon (DREIFUSS, 1986, p.234); e profissionais e especialistas das mais variadas habilitações da comunicação social, como relações públicas, jornalistas, publicitários e cineastas, além de agências publicitárias multinacionais de grande porte.

Uma das atividades exercidas por literatos e intelectuais, como Raquel de Queiroz, constituía no trabalho de adaptação da linguagem de materiais destinados a empresários e políticos a um público mais vasto; atividade essa que contou ainda com o apoio de jornalistas como Wilson Figueiredo, do Jornal do Brasil (DREIFUSS, 1986, p.234).

Na parceria com as editoras, por sua vez, o IPES valeu-se, com relativa freqüência, da estratégia da compra de lotes de impressos cujos conteúdos eram propugnais à causa do bloco modernizante-conservador, viabilizando-o, assim, comercialmente. Esse foi o caso da obra *Pluralismo e liberdade*, de autoria do empresário e jurista Miguel Reale, lançado em 1963 pela editora Saraiva (DREIFUSS, 1986, p.237). As compras eram feitas direta ou indiretamente – por meio de outras entidades integradas por membros do IPES – e possibilitavam, em alguns casos, o advento de livros que, sem apoio, possivelmente representariam prejuízos imódicos às casas editoriais.

Marcante foi a publicação do notabilizado livro *UNE - Instrumento de subversão*, de Sônia Saganfredo, publicado em São Paulo, pela G.R.D. editora, sob subvenção do IPES e, até mesmo, ajuda americana, o que possibilitou um preço de capa modesto, de modo a contribuir para a popularização da obra (DREIFUSS, 1986, p.289-290). Seu conteúdo, fortemente permeado por deferimentos ao movimento estudantil, integrou o bojo da campanha intelectual orgânica burguesa contra as mobilizações nacional-reformistas empreendidas por estudantes, principalmente o segmento universitário.

Contam entre os títulos divulgados pelo IPES, os exemplos citados por Denise de Assis (2001, p.23): *Continuísmo e comunismo*, de Glycon de Paiva; *Como os vermelhos preparam uma arruaça*, de Eugene H. Metherin; *As defesas da democracia*, de Gustavo Corção, e o clássico *1984*, de George Orwell.

Ainda no campo editorial, a intelectualidade orgânica à burguesia agia por meio do Instituto Universitário do Livro (IUL), criado em 1962 pelo IPES com vistas a atuar na distribuição de livros a um baixo custo, e a publicação e divulgação de obras – livros folhetos e apostilas – coerentes com a política ideológica do IPES.

Grupos de mídia

Imbuídos nos propósitos do bloco modernizante-conservador, os grupos de mídia, mormente, também desempenharam papéis fundamentais, conferindo visibilidade às causas da intelectualidade orgânica à elite e, em certa medida, amplificando – com as suas coberturas – as mobilizações dos estratos da classe média alinhados e aparelhados pelo complexo IPES/IBAD. Mantinham, diretamente ou por intermédio de algum membro diretor, relacionamento com o complexo, grupos importantes como os Diários Associados – do magnata Assis Chateaubriand, proprietário de rádios, jornais e emissoras de televisão –, a Folha de São Paulo – cujo gestor, Octavio Frias, era associado ao IPES –, O Estado de São Paulo – Membro de um grupo que detinha ainda o Jornal da Tarde e a rádio Eldorado de São Paulo –, O Globo – de propriedade do grupo de Roberto Marinho, que possuía ainda a rádio Globo, de alcance e influência amplificada –, o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa – o qual um dos sócios era o político conservador Carlos Lacerda –, o Correio do Povo, do Rio Grande do Sul, e as emissoras de televisão Record e Paulista (DREIFUSS, 1986, p.233).

O impresso O Globo distinguiu-se dentre os demais veículos midiáticos brasileiros em sua relação “harmoniosa” com a organização Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), promovendo-a e dando visibilidade às suas causas e ações. Foi, inclusive, no auditório do jornal O Globo, no Rio de Janeiro, que se engendrou a primeira reunião da CAMDE.

Em O Globo, ainda, eram produzidas e publicadas, como notícias, matérias sem qualquer indicação de fonte, ao passo que na Tribuna da Imprensa as páginas do periódico foram disponibilizadas ao IPES para a publicação - sem atribuição de autoria, inclusive - de artigos (DREIFUSS, 1986, p.233).

Já os jornais paulistas O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, no ensejo do XXIII Congresso Anual da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado entre 22 e 28 de julho de 1963, em Santo André (SP), agiram com especial hostilidade, destacando-se inclusive, dentre os veículos, que, de forma geral, também reagiram negativamente, publicando conteúdos adversos ao movimento dos estudantes e a mobilização de Santo André (DREIFUSS, 1986, p.285).

A “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade” foi observada com entusiasmo pelo jornal Folha de São Paulo, em cuja manchete de capa do dia 20 de março de 1964

anunciou: “São Paulo parou ontem para defender o regime”. Ato contínuo à chamada, lê-se:

“A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a revolução de 32, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a ‘Marcha da Família com Deus, pela Liberdade’” (PRIMEIRA PÁGINA, 1985, p.59).

É sabido que após a renúncia de Quadros o país assistiu a intensas movimentações contrárias e favoráveis à posse do vice-presidente eleito. A despeito disso, o tradicional *Jornal do Commercio*, lançado em 1827 no Rio de Janeiro, anunciou – em 30 de agosto – em editorial: “Notícias dignas de crédito, procedentes de todo o país, informam que está assegurada a ordem pública sem necessidade de adoção de providências extraordinárias. (...). Só há um homem neste país que procura criar um clima diferente: o governador...” (SANDRONI, 2007, p.478). A crítica do jornal é destinada ao gestor gaúcho Leonel Brizola, líder da “rede da legalidade”.

No mesmo editorial é afirmado ainda: “as Forças Armadas mantêm-se vigilantes e com um único propósito: assegurar a ordem interna, o respeito à propriedade privada e a tranqüilidade da família brasileira neste transe difícil” (SANDRONI, 2007, p.479).

O *Jornal do Commercio*, em sua edição de 14 de março de 1964, também desfere críticas a posição de Goulart durante o comício da Central do Brasil, realizado no dia anterior. Postura diferente da adotada diante da manifestação do bloco modernizante-conservador, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, empreendida em 19 de março. Dois dias após a Marcha, esta ainda é louvada pela publicação:

“Anteontem, em São Paulo, uma das mais populosas cidades do mundo, todo um povo saiu às ruas em nome de Deus e da liberdade. A passeata, sob a égide do apóstolo do Brasil, José de Anchieta, foi um movimento coletivo que incluirá o 19 de março, dia de São José, no calendário cívico do Brasil”.

Mais adiante é dito:

“O povo paulista não saiu às ruas para fazer uma revolução, mas precisamente, para demonstrar, por simples ato de presença, que o governo jamais poderá impunemente fazê-la, pois a força popular, o sentimento nacional mobilizar-se-á contra a arruaça com a mesma

facilidade com que armou aquela passeata pacífica” (SANDRONI, 2007, p.482).

Após o evento ocorrido entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, quando o governo Goulart é derrubado, o Jornal do Commercio segue a linha golpista, ao afirmar, em primeira página, no editorial “Primeiro limpar”, no dia 2 de abril: “Livrou-se o país de uma era de pesadelo. É preciso consolidar esse triunfo” (SANDRONI, 2007, p.485). Tal consolidação viria em 9 de abril, com a decretação de um Ato Institucional, episódio também gabado pelo jornal:

“O Ato Institucional ontem firmado pelos três ministros militares é um mal necessário. Nenhum democrata acolhe com entusiasmo providências drásticas, limitativas dos direitos e garantias individuais. Mas o que ora ocorre neste país é o resultado de três anos de caos onde a incompetência disputou a com *[sic]* cupidez um campeonato trágico” (SANDRONI, 2007, p.486).

Da mesma forma, o Jornal do Commercio apoiou a escolha do General Humberto de Alencar Castelo Branco para presidente do país, em meio ao novo regime. É mister frisar que desde 1959 tal veterana publicação integrava as organizações Diários Associados, do magnata Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello.

Chateaubriand e seus impressos e emissoras cumpriram – especialmente a partir de 1963 – importante papel no desequilíbrio da disputa de hegemonia entre os blocos-históricos articulados na época. O proprietário dos Associados, segundo publicação institucional editada pela própria Fundação Assis Chateaubriand, “(...) preparava a opinião pública – através de seus artigos diários e da atuação dos Diários Associados –, para a necessidade de um basta à radicalização pregada por Brizola e pelos chamados ‘Generais do povo’” (CARNEIRO, 1999, p.432).

A popular revista O Cruzeiro, importante mídia controlada pelo grupo, colaborou com os esforços contra João Goulart veiculando uma série de artigos de autoria de David Nasser denunciando “atos antidemocráticos do regime janguista” e reportagens de Glauco Carneiro, direto do nordeste, desferindo críticas às Ligas Camponesas de Francisco Julião e até mesmo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), responsabilizando-as pelo “(...) clima de intranqüilidade instaurado na região (...)” (CARNEIRO, 1999, p.432).

Em 1963, o repórter de O Cruzeiro, Glauco Carneiro, participou de dois concursos de monografias realizadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), obtendo o primeiro lugar na categoria “Jornalista”, e o segundo na categoria “Universitário” (CARNEIRO, 1999, p.432).

Não havia dúvidas quanto às convicções do controlador da revista O Cruzeiro e do Jornal do Commercio. Ainda segundo o livro editado pela Fundação Assis Chateaubriand, “Se havia personalidade no Brasil que jamais poderia ser acusada de anti-americana era Chateaubriand, que desde os anos 20 era apontado como elemento a serviço daqueles interesses” (CARNEIRO, 1999, p.434).

O apoio do magnata das comunicações seguiu-se mesmo após o êxito do movimento articulado pelo bloco modernizante-conservador, culminando com a Campanha do Ouro para o bem do Brasil, em que os Associados convocaram os brasileiros a doarem jóias para o governo militar, sob a pecha de, assim, auxiliar no pagamento da dívida externa. As sedes dos jornais e emissoras da organização serviram de postos de recolhimento da campanha (CARNEIRO, 1999, p.432-433).

Mais tarde, ironicamente, Chateaubriand e João Calmon – quadro de confiança do empresário e presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) –, tornaram-se avessos ao novo regime por se julgarem prejudicados pela política modernizante-conservadora, ligada aos interesses dos conglomerados de comunicação norte-americanos. É desta época o ilegal acordo entre a TV Globo das organizações Roberto Marinho e a estadunidense Time-Life, denunciada por João Calmon, sem, todavia, resultados concretos. A questão remete a 1962, data do acordo obscuro entre Roberto Marinho e o grupo Time-Life. A legislação do Brasil não permitia a entrada de capital estrangeiro nos meios de comunicação. Por esse motivo, o investimento do grupo estadunidense se fez de modo indireto. O grupo Abril, de Victor Civita também foi acusado de manter associação ilegal com a Time-Life; contravenções estas, supostamente acobertadas pelo regime golpista, sabidamente pró-Estado Unidos.

Em 30 de julho de 1967, Assis Chateaubriand desabafaria: “(...) em março de 1964, O Cruzeiro havia perdido 70 % da sua publicidade estrangeira. Victor Civita, que se fez neutro, recebera quase tudo para ele. Ficou sendo o grande beneficiário da revolução (...)” (CARNEIRO, 1999, p.438).

Dreifuss (1986, p.233 - 234) cita ainda os jornais: Diário de Pernambuco – de Recife, que publicava a coluna anticomunista Periscópio, de autoria de Paulo Malta – e os paranaenses: Diário do Paraná e Imprensa Nova.

Embora fosse considerado relativamente liberal e se proclamasse partidário da reforma agrária, o jornal Correio da Manhã, matutino carioca fundado em 1901, por seu turno, em seu editorial do dia 14 de março de 1964 não se furtou a proferir críticas aos atos de João Goulart durante o comício da Central do Brasil, realizado no dia anterior: “(...) acrescentamos o desejo de que o comício de ontem fique sendo o último dessa espécie. Pois o país precisa de trabalho e de segurança e não de comícios que só fazem contribuir para a intranqüilidade geral” (ANDRADE, 1991, p.15).

Antes, em 8 de março de 1964, o mesmo jornal havia publicado, também em editorial:

“Ainda se continuam ampliando os setores radicais da esquerda e da direita, com o fim quase confessado de eliminar o centro, isto é, amordaçar todos aqueles que não rezam pela cartilha revolucionária nem pela cartilha fascista. Querem fazer desaparecer as forças do equilíbrio. Querem obrigar o país a desabar por um lado ou por outro lado” (ANDRADE, 1991, p.17).

As vésperas do golpe, a postura vacilante do Correio da Manhã foi substituída por uma oposição aberta ao presidente, como demonstra os editoriais “Basta!” e “Fora!”, veiculados, respectivamente, em 31 de março e 1º de abril de 1964, “ambos refletindo praticamente a posição de toda a imprensa brasileira, que, (...) estava contra Jango” (ANDRADE, 1991, p.24).

Aqui, Goulart é acusado de levar a cabo uma política que estaria “perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la a guerra civil”. O desfecho do editorial “Basta!” é inequívoco: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!”. Incisivo da mesma forma é o primeiro parágrafo do editorial “Fora!”: “A nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do governo. (...). Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia” (ANDRADE, 1991, p.25).

No estado do Ceará, Márcia Vidal (1994, p.56) faz saber que o periódico O Povo, o mais influente órgão da imprensa local em meados da década de 1960, envolvia-se ativamente na política, tomando partido por facções, especialmente as

convergentes com os interesses da agremiação conservadora União Democrática Nacional (UDN). A autora chega a citar que tal posicionamento político aberto, em períodos eleitorais, prejudicava financeiramente o jornal, pois, em consequência da insatisfação dos aliados a outros partidos, a circulação de O Povo sofria redução, o que refletia nas precárias condições de trabalho a qual eram submetidos os seus funcionários, profissionais da comunicação.

Os baixos salários impingiam aos jornalistas a busca por fontes suplementares de renda. “Muitos enveredavam pelo ramo das relações públicas que estava na moda à época, embora a maioria não soubesse direito em que consistiam as relações públicas” (VIDAL, 1994, p.56).

Em depoimento a José Antonio Pinheiro Machado, o herdeiro e diretor da Companhia Jornalística Caldas Júnior – que controlava a rádio Guaíba e o jornal Correio do Povo, ambos gaúchos –, o jornalista Breno Caldas (1987, p.79) afirma ter tido boa relação com os presidentes militares; e vai além:

“A revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – nós não tínhamos ligações políticas com ninguém –, mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho” (CALDAS e MACHADO, 1987, p.78).

Anos antes, em 1961, a rádio Guaíba foi protagonista do episódio da “rede da legalidade” liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, que encampou a emissora, ainda que sob protestos de Breno Caldas, como parte dos esforços em propugnação à posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

Em São Paulo, agregou-se à lida doutrinadora do IPES o recém-criado jornal *Notícias Populares*, lançado pelo empresário Herbert Levy, ligado ao IPES e a agremiação conservadora União Democrática Nacional (UDN). Voltado para o nicho de leitores de baixa renda e de classe média baixa, o *Notícias Populares* propôs-se a batalhar por posições, com vistas ao consenso em torno do bloco burguês, no interior do grupo à qual destinava-se, o de consumidores de mídias populares.

Somado a uma vasta de rede mídias, especialmente impressas, de portes distintos, espalhados pelo Brasil, o IPES contava, da mesma forma, com o apoio de agências de notícias, fundamentais da disseminação dos materiais da intelectualidade

orgânica burguesa pelos meios de comunicação dos confins do país; chegou, até mesmo, a administrar uma agência, a *Planalto*, que fornecia, gratuitamente, conteúdo para impressionantes 800 jornais e emissoras de rádio pelo Brasil (DREIFUSS, 1986, p.235).

Produção de impressos

O IPES, ao mesmo tempo, produzia, editava e publicava materiais impressos próprios, bem como financiava, traduzia e distribuía o que lhe fosse de interesse. Muitas das publicações da intelectualidade orgânica da elite não eram identificadas como vinculada ao IPES, visando preservá-lo. Apenas aquelas harmônicas a um instituto de pesquisa configuravam a exceção a não identificação. No *portfolio* da entidade, livros, livretos, cartilhas, revistas, folhetos e panfletos exibiam mensagens ideológicas pertinentes à causa do estrato dominante hegemônico no bloco burguês, ora por meio de conteúdos deturpados, ora por meio de “(...) mentiras declaradas ou ficção” (DREIFUSS, 1986, p.236).

Da mesma forma, a CAMDE, além de contribuir na distribuição dos materiais oriundos do complexo IPES / IBAD, igualmente produzia os seus próprios impressos; estes, destinados especialmente às cônjuges de militares, de servidores públicos e de integrantes de entidades sindicais orientadas pelo trabalhismo.

A organização Campanha da Mulher pela Democracia, aliás, incumbia-se da exibição de faixas com dizeres anticomunistas e competentes pôsteres de apelo emocional, dentre os quais, um em que é visualizada uma criança “(...) conclamando os cidadãos a votarem ‘em um Democrata para que amanhã eu possa ainda ser livre’” (DREIFUSS, 1986, p.297), além de contribuírem com conferências e reuniões públicas doutrinadoras.

Entre os exemplos de materiais impressos produzidos ou subsidiados, em, ao menos, uma das etapas da cadeia de produção, pelo complexo IPES / IBAD, esteve: a *Cartilha para o Progresso* – com tiragem de mais de um milhão de cópias, distribuídas como encarte na edição dominical de diversos jornais brasileiros e como suplemento de revista, versando positivamente sobre a Aliança para o Progresso –, e revistas de aparência acadêmica – como a *Cadernos Brasileiros*, *Convivium* e *Síntese*, destinada a públicos julgados como relativamente intelectualizado. Em contraposição, destinado ao dilatado segmento da população com habilidade de leitura limitada, as mensagens

propugnais aos valores da iniciativa privada e de oposição ao comunismo do complexo IPES / IBAD eram adaptadas em cartuns e charges.

Crianças e adolescentes de classe média também eram visadas pelo IPES, que as distinguiam como possíveis condutoras de mensagens ideológicas aos pais. Foi imbuído desse propósito que o IPES de São Paulo viabilizou a distribuição na rede escolar do impresso *Uma escola social*, de Dom Emílio Jordan, dentre outros materiais (DREIFUSS, 1986, p.288).

As diversas modalidades de mídias impressas, de maneira especial os jornais, também possibilitaram, sobretudo entre 1962 e 1964, o escoamento de inúmeros manifestos – maiormente assinados por entidades de classes profissionais – apoiados e patrocinados pelos intelectuais do bloco modernizante-conservador. Dentre os manifestos, Dreifuss (1986, p.235) menciona: o Manifesto à nação (1963) – oriundo do Centro Democrático de Engenheiros, em São Paulo –, o Manifesto das enfermeiras às forças armadas (1963) – onde as forças armadas chegam a ser convocadas a intervir contra o governo de João Goulart –, o Manifesto dos estudantes de direito da universidade Mackenzie (1963) – articulado em um meio considerado um dos focos de resistência da direita à mobilização esquerdista no movimento universitário –, e o extenso manifesto *Para o Brasil, para o seu progresso e para a felicidade de seu povo, contra a desordem, a irresponsabilidade e a demagogia* – ajeitado por associações empresariais, sindicatos patronais, federações e pelo Lyons Clube. Houve ainda o *Manifesto das classes produtoras* e o *Manifesto e carta de princípios democráticos do Paraná*, dentre outros.

Televisão e rádio

Na mídia televisiva o complexo IPES / IBAD valeu-se do apoio das emissoras, que retransmitiam os programas produzidos pela intelectualidade orgânica burguesa no Rio de Janeiro e em São Paulo. No ofício da distribuição dos programas, foi de grande valia o suporte logístico fornecido pelas agências aéreas aliadas.

A *TV Cultura*, por exemplo, exibiu uma série de programas de entrevistas que contemplou uma miríade de convidados, concatenados com as causas do bloco modernizante-conservador, oriundos de setores variados da sociedade, ao passo que, na

região sul do Brasil, a *TV Paraná* destacou-se por dois programas políticos considerados basais, tutelados pelo IBAD (DREIFUSS, 1986, p.247-248).

Bem aceitos no meio urbano e altamente eficientes perante espectadores analfabetos das áreas menos favorecidas do país, os filmes de curta metragem difundidos pelo IPES também somaram forças às atividades de mobilização de setores da classe média e da burguesia e de doutrinação no seio dos demais segmentos sociais.

Seus qualificados roteiros, atribuídos ao escritor José Rubem Fonseca tinham como tônica a defesa do engajamento do empresariado e da modernização das empresas e a crítica ao comunismo e aos comunistas – os quais, aliados aos movimentos sociais, supostamente prejudicavam os investimentos no país, impedindo a “evolução da nação”.

Segundo José Louzeiro, o conteúdo dos curtas – permeados por conselhos e ameaças –, teria ainda como objetivo: “(...) fazer cabeças, despolitizar. Induzir os mais humildes (...) a entender que não é nada difícil passar do estado de miséria ao estágio das riquezas, desde que os infelizes tenham sorte, ganhem na loteria ou consigam bons casamentos” (LOUZEIRO, 2001, p.31).

Bem produzidos, com “(...) imagens que são de bom nível ainda hoje” (LOUZEIRO, 2001, p.34), os filmetes de 8 a 10 minutos e meio contaram com a assinatura do reputado cineasta e fotógrafo Jean Manzon e de Carlinhos Niemayer, embora este último tenha negado o seu envolvimento com o IPES (ASSIS, 2002, p.25).

Tão notável quanto a qualidade da incursão dos intelectuais modernizantes-conservadores ao cinema foi o alcance da exibição dos curtas, que contou com o suporte de caminhões adaptados para projetar as produções de Jean Manzon em favelas e bairros de periferia e grêmios estudantis. Sessões de exibição foram organizadas por empresários, para seus funcionários, com o fulcro da Mesbla S.A., doadoras dos equipamentos de projeção necessários. A divulgação dos filmetes contou ainda com o empenho do SESI e do SENAC, além dos demais integrantes do sistema “S”, que visavam alunos e trabalhadores. Espaços mais sofisticados também foram contemplados com a projeção dos curtas, possibilitando a audiência das classes mais providas. Aqui figuram os clubes de serviços como Lyons e Rotary e clubes sociais, como o Monte Líbano, situado em São Paulo (ASSIS, 2001, p.42-43).

Os títulos produzidos pela Jean Manzon Films S.A. para o IPES foram: *O Brasil precisa de você; Nordeste, problema Nº 1; História de um maquinista; A vida marítima; Depende de mim; A boa empresa; Uma economia estrangulada; O IPES é o seguinte; Portos paráliticos; O que é o IPES?; Criando homens livres; Deixem o estudante estudar; Que é a democracia? e Conceito de empresa* (LOUZEIRO, 2001, p.36-39).

A mídia rádio também foi priorizada como veículo de doutrinação. Tratava-se, especialmente na época, de uma opção popular que alcançava as massas sem acesso à televisão. Aqui, como na TV, o IPES agiu profusamente por meio de patrocínio a programas pertinentes à linha editorial propugnada pela intelectualidade orgânica da elite, sem, todavia, expor-se. Foi o caso de conteúdos transmitidos pela rádio *Tupi*, de São Paulo – notadamente anticomunista e destinado às classes trabalhadoras (DREIFUSS, 1986, p.249).

A expansão de transmissões doutrinadoras no rádio deu-se ágil e progressivamente através dos anos. Já em 1961 o IBAD ofertava programas de radiodifusão em 34 cidades importantes; em 1962 o IBAD possuía 51 programas em horário nobre, somente durante a semana – número que se dilatava, em seu auge, a mais de 80 exposições semanais, para todo o país. Dois programas da intelectualidade orgânica à burguesia, o *Congresso em revista* e *A semana em revista*, chegaram a ser transmitidos por 82 estações radiodifusoras. Também uma alternativa a *Cadeia da legalidade* – movimento engendrado por Leonel Brizola, importante político aliado ao reformismo e identificado com a esquerda – foi compreendida pela estratégia do bloco modernizante-conservador – a partir de outubro de 1963 – que, para tal, contou com mais de 100 estações de rádio de todo o país (DREIFUSS, 1986, p.249).

As eleições legislativas de outubro de 1962 – consideradas, no ensejo, uma prioridade para o bloco burguês – fornecem subsídios para um estudo de caso a respeito da utilização de recursos de propagação ideológica por parte do bloco modernizante-conservador, diligência essa que seria mantida e intensificada até o golpe de abril de 1964.

Na ocasião, grande soma de aporte financeiro foi despendida em meio à estratégia midiática do complexo liderado pelo IPES que contou com um sem número de programas, muitos dos quais para a televisão, permeados pela preocupação em

fazerem-se inteligíveis para o grande público, através de uma linguagem acessível. Dentre as personalidades, participantes dos programas, destacaram-se o deputado udenista Pedro Aleixo – que versou sobre as eleições e a crise de autoridade –, a escritora Raquel de Queiroz – que considerou o tema “falso nacionalismo” –, e Leda Collor de Mello, esposa do político alagoano Arnon de Mello, proprietário do grupo midiático da qual integra o jornal *Gazeta de Alagoas*, e mãe do futuro presidente da república Fernando Collor de Mello, – que abordou a “cooperação da empresa privada na previdência social” (DREIFUSS, 1986, p.247).

O alcance das mensagens modernizantes-conservadoras, às vésperas das eleições de 1962, foi notável. Somente os programas patrocinados pela *Promotion S.A.*, braço do complexo IPES / IBAD, entre julho e setembro daquele ano, foram transmitidos e retransmitidos em mais de 300 emissoras de rádio e televisão espalhadas pelo país (DREIFUSS, 1986, p.248).

O fato é que, mesmo após o golpe, já na fase de consolidação e legitimação que os militares visam para o movimento, as práticas, genericamente denominadas pelos militares como de *relações públicas*, fortalecem-se e se institucionalizam. O coronel Hernani d’Aguiar, integrante da equipe do general Costa e Silva, que em breve sucederia Castello Branco no poder, chega a cursar relações públicas em 1966 e, segundo Brandão (2001, p.42), “se apaixonara pelo tema”.

3.2. O poder de fogo da família Mello: o histórico do jornal Gazeta de Alagoas e da Organização Arnon de Mello e aspectos biográficos de seu patrono

Arnon de Mello nasceu em 19 de setembro de 1911 no engenho de propriedade de seu pai, Manuel Afonso de Mello, onde hoje está o município de Rio Largo, na grande Maceió (AL) (GAIA e LOPES, 2005, p. 190). Os negócios da família, no entanto, não progrediram, antes sendo brutalmente golpeados pela crise açucareira da década de 1920. Diante das circunstâncias, de filho de dono de engenho, Arnon passou a *office-boy* de um armazém de açúcar na zona portuária da capital alagoana (CALHEIROS, 2002, p.4).

Dentro em breve, ingressaria no ramo da comunicação, como agenciador de assinaturas do extinto Jornal de Alagoas, do jornalista Luiz Magalhães Silveira. Na época, agenciou, também, assinaturas do jornal O Estado de São Paulo, o que lhe possibilitou o complemento da renda (CALHEIROS, 2007, p.E9). Ainda no Jornal de Alagoas, estreou no ofício do jornalismo, carreira a qual se dedicaria no Rio de Janeiro, para onde se trasladou na década de 1930.

Na então capital federal, o jovem jornalista foi correspondente da recém-criada Gazeta de Alagoas e passou pelas redações dos jornais Vanguarda, Diário de Notícias, Diário Carioca – do qual chegou a ser proprietário (CALHEIROS, 2007, p.E2) – e O Jornal, e aproximou-se do magnata dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, de quem foi funcionário. Arnon conquistou a confiança do empresário e recomendou a Chatô (como Chateaubriand era conhecido) a incorporação do Jornal de Alagoas pelo grupo dos Diários Associados (CALHEIROS, 2007, p.E9), o que, de fato, acabou ocorrendo em 8 de julho de 1936.

Mesmo morando no Rio, Arnon passou a diretor do periódico onde outrora fora *office-boy*. Foi durante a sua direção, mais precisamente em 1940, que o Jornal de Alagoas passou a adotar, pioneiramente no Estado, a máquina rotoplana para a impressão (SANT'ANA, 1987, p.47).

Apesar de seu envolvimento com a grande imprensa, as atividades de Arnon não se restringiam aos jornais. Entre 1931 e 1942 o jornalista alagoano publicou três livros-reportagens que se tornariam *best-sellers* na época: *Os sem trabalhos na política* (1931),

lançado na esteira da revolução de 1930; *São Paulo venceu!* (1933), fruto de suas atividades como correspondente de guerra durante o movimento constitucionalista de 1931, e *África* (1942), editada pelo prestigiado Jose Olympio, versando sobre impressões de viagem ao continente africano (GAIA e LOPES, 2005, p.190). Sua incursão editorial valeu-lhe uma cadeira na Academia Alagoana de Letras, em março de 1945 (CALHEIROS, 2002, p.5).

Paralelamente à prática do jornalismo, Arnon cursou Direito na faculdade hoje vinculada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e advogou. Por volta de 1940, enveredou no ramo imobiliário em sociedade com o colega Roberto Marinho (GAIA e LOPES, 2005, p.191). Posteriormente, na década de 1970, Mello e Marinho voltariam a engendrar uma parceria, com a filiação da TV Gazeta, de Arnon, à TV Globo.

No plano pessoal, o futuro patrono da Organização Arnon de Mello casou-se, em 1939, com a gaúcha Leda Collor, filha do influente político Lindolfo Collor, marcante ministro do trabalho de Getúlio Vargas (CALHEIROS, 2007, p.E2). O primeiro contato entre ambos ocorreu durante a concessão de uma entrevista de Lindolfo Collor ao então repórter Arnon, quando Leda apresentou-se (Vide entrevista com Valmir Calheiros). A esposa de Arnon foi sintetizada da seguinte forma por Pedro Collor (1993, p.27), filho do casal: “minha mãe, com sua postura quase luterana, era muito recatada, não admitia deslizes. Uma pessoa muito fechada”.

De volta a Alagoas, Arnon envolveu-se no jogo político-partidário, tornando-se um dos maiores “caciques” do Estado. Seu carisma e sua intimidade com a comunicação social contribuíram com a sua trajetória vitoriosa. Nos pleitos em que disputou, não hesitava em dispender recursos financeiros nas campanhas, utilizando estratégias vanguardistas, que incluíam a contratação de agência de publicidade (CALHEIROS, 2007, p.E2) e, até mesmo, a confecção de uma revista em quadrinhos, onde era discorrida, a sua trajetória, de modo epopéico (GAIA e LOPES, 2005, p.192).

Na primeira metade da década de 1950, Arnon incrementou a sua capacidade persuasiva ao somar ao seu poder político o jornal Gazeta de Alagoas, matutino que se tornaria o pilar de seu grupo de comunicação.

A Gazeta de Alagoas

Maceió era uma cidade com 130 mil habitantes quando, em 25 de fevereiro de 1934, o jornalista pernambucano Luís Magalhães Silveira fundou a Gazeta de Alagoas (CALHEIROS, 2007, E1). O mesmo Silveira já havia criado, em 1908, o Jornal de Alagoas, da qual se desfez em 1933 (Vide entrevista com Valmir Calheiros). Por várias décadas, a Gazeta e o Jornal de Alagoas foram os dois matutinos mais importantes do Estado, até a extinção do segundo, em 1993 (GAIA e LOPES, 2005, p.191). Além de ambos, em 1934, outros dois diários circulavam em Alagoas. Ainda assim, era comum o leitor alagoano consumir jornais pernambucanos, como o Diário de Pernambuco, e, até mesmo, do sudeste, como o carioca Jornal do Brasil e o paulista O Estado de São Paulo (CALHEIROS, 2007, p.E1).

Aliado político do grupo de Fernandes Lima, liderança antagônica à oligarquia Malta – hegemônica no início do século XX –, a Gazeta de Alagoas contava com Arnon de Mello como correspondente na capital federal. Poucos anos depois, Lêdo Ivo, então com 18 anos, ingressaria na redação do matutino, onde se manteria até mudar-se para o Rio de Janeiro, onde se tornaria poeta e imortal da Academia Brasileira de Letras (UM JORNALISMO..., 2009, p.A42).

Apenas em 1952, quando a Gazeta não mais pertencia a Silveira, o matutino passou à propriedade de Arnon, então governador do Estado. Segundo Valmir Calheiros (Vide entrevista), nos anos imediatamente anteriores a incorporação do jornal pela Organização Arnon de Mello, o diário pertencia a uma cooperativa ligada a Silvestre Péricles de Góes Monteiro, tradicional desafeto político de Arnon, e “não vendia mais que 200 exemplares (...)”. Pouco mais tarde, em 1955, o criador dos maiores impressos de Alagoas, Luís Silveira, morreria com a visão bastante comprometida, faz saber Calheiros, e praticamente impossibilitado de ler qualquer linha de jornal.

De posse da Gazeta, Arnon de Mello não titubeou em usá-la em seu favor, o que pode ser constatado, por exemplo, no dia 19 de setembro de 1963, quando, em decorrência de seu aniversário, a Gazeta trouxe em primeira página a manchete: *Aniversaria o senador do povo*. Na matéria que se seguia, lia-se:

(...). O renomado homem público, como ex-governador do Estado de Alagoas, fez grandiosos trabalhos, num período de cinco anos de governo; é, ainda destacado membro da Academia Alagoana de Letras, gozando posição de destaque nas letras nacionais, com publicação de vários livros.

O grande conceito político-social que granjeou entre o povo alagoano provém – sem dúvida – do seu largo espírito de amizade e, sobretudo, interesse por aqueles humildes da chamada ‘comunidade dos não privilegiados’. Não tem medido esforços, no Senado Federal e nos cargos que anteriormente ocupou condignamente, no sentido de atender às gritantes reivindicações do bravo povo alagoano.

As páginas do diário também serviam aos aliados ou políticos com os quais o ex-repórter simpatizava, como o conservador Carlos Lacerda – louvado através de sua administração no governo da Guanabara. É o que pode ser constatado, exemplificativamente, na edição de 1º de dezembro de 1963, na matéria *Guanabara constrói praias artificiais e Maceió despreza suas praias naturais*, onde se lia:

Desde o verão passado a população da Guanabara está freqüentando uma nova praia que foi construída em menos de 40 dias pelo governo Carlos Lacerda: a Praia de Botafogo que, com seus 800 metros de extensão recebe milhares de pessoas de todos os pontos da cidade, sem contar os turistas que a procuram.

Com eloquência voraz, as manchetes da Gazeta também se dedicavam a minar desafetos políticos, como prefeito de Maceió entre 1961 e 1964, Sandoval Caju – que teve os seus direitos políticos cassados após o golpe modernizante-conservador de 1964 (BARROS, 2005, p.191).

Outra vítima recorrente da oposição gazeteana foi o general Luiz Cavalcanti, governador do Estado entre 1960 e 1966, oposição esta inspirada pela disputa de cargos e liderança regional, apesar de Arnon e Cavalcanti integrarem o mesmo bloco-histórico e ambos terem apoiado o golpe de 1964.

O diapasão descuidado das críticas chegavam a conferir aos textos – pretensamente jornalísticos –, traços indesejados de comicidade, como podem ser averiguados nas Gazetas de 9 de novembro de 1963 – com manchete *Governador inautêntico castiga povo maceioense com inumano aumento nas tarifas do SAEM: água só no palácio* –, de 5 de janeiro de 1964 – onde lê-se o título *Enquanto o governador ri no palácio os talhadores assaltam o povo: carne a mil* – e de 14 de março de 1964 – com a manchete *Crianças morrem à míngua por culpa do governador desumano*.

A curiosa matéria *Governador de Alagoas lê o “Lobato infantil”*, publicada na Gazeta em 15 de março de 1964, parece sugerir que Luiz Cavalcanti possuía alguma debilidade mental:

O governador de Alagoas, sr. Luiz Cavalcanti, confessou a maneira como está usando seus momentos de lazer - que devem ser muitos, uma vez que vem dizendo [sic] um governo unanimemente considerado lastimável. Ele se entrega, no momento à leitura de toda a coleção infantil de Monteiro Lobato, tendo iniciado a série por “Emília no país da gramática”. A revelação foi feita durante um almoço do governador com o presidente da “Eletrobrás”, Paulo Richer, no Clube Internacional, no Rio. Embora o assunto do encontro fosse o interesse da “Eletrobrás” em participar do capital da Companhia de Eletricidade de Alagoas, o governador não sabia falar em outra coisa senão nas obras de Monteiro Lobato.

Em 1964, seguindo a linha de seu proprietário, a Gazeta de Alagoas também apoiou o movimento golpista, a ponto de não ter problemas com a repressão durante a ditadura. Carlos Mendonça (Vide entrevista), funcionário da Gazeta desde 1956 e atual presidente do Conselho Estratégico da Organização Arnon de Mello chegou a afirmar que “(...) a revolução [o golpe] precisava dos organismos de imprensa corretos. E a Gazeta dava aquilo que eles rigorosamente mandavam”, e completa, “esse problema, daquele período, não abalou em nada a Gazeta de Alagoas”.

Ainda assim, Valmir Calheiros (Vide entrevista), especialista na história institucional da Gazeta, recorda que, durante a ditadura, dois ou três censores freqüentavam a redação a ponto de parecerem repórteres do próprio jornal.

Trajetória política

Eleito em 1950, Arnon ocupou o governo de Alagoas de 1951 a 1956, comandou – no ano seguinte ao término de seu mandato – o movimento de *impeachment* e desgaste contra o governador Muniz Falcão (LOPES, 2005, p.196) – liderança populista desvinculada dos tradicionais grupos políticos locais – e emplacou três mandatos consecutivos no senado federal (1963 – 1983), sendo o último como senador biônico, em plena ditadura. Logo em seu primeiro ano no congresso, no dia 4 de dezembro de 1963, envolveu-se no grotesco episódio do tiroteio com o também senador por Alagoas Silvestre Péricles.

Segundo nos faz saber Pedro Collor, recorrendo à memória de sua irmã, Ana Luiza – também filha de Arnon –, o evento desenrolou-se após Silvestre bradar, em tom eloquente: “ – Seu filho da puta! – provocado, papai sacou a arma e deu três tiros: um para cima e outros dois em direção a Silvestre. Um deles ricocheteou numa cadeira e

atingiu Kairala” (MELLO, 1993, p.31). José Kairala, suplente de senador pelo Estado do Acre, ainda chegou a ser socorrido pelo já bem-reputado cirurgião cardiovascular Adib Jatene, então de passagem por Brasília (LOPES, 2005, p.194). Todavia, apesar dos esforços, o senador acreano regressaria sem vida ao seu Estado.

No dia seguinte a tragédia, a Gazeta de Alagoas trouxe a seguinte manchete principal: “Silvestre tenta matar Arnon com revolver em punho gritando impropérios: tumulto”, ao que se segue:

Brasília, 4 – Na sessão de hoje do Senado Federal, exatamente às 15 horas e 10 minutos, no momento em que o senador Arnon de Melo iniciava seu discurso anunciado para esta tarde, ocorreu um tiroteio no plenário daquela casa legislativa. (...).

TESTEMUNHOS – Brasília, 4 – Segundo o testemunho de vários senadores, o senhor Silvestre Péricles sacou de seu revolver no momento em que o senhor Arnon de Mello iniciava o seu discurso. De imediato, o senador Arnon de Mello, sacando de seu revolver, atirou para o chão, a fim de amedrontar o senador agressor. Originou-se, de imediato, o tumulto, com vários outros disparos. (...).

FERIDO – Brasília, 4 – Em consequência do tiroteio verificado hoje no plenário do Senado, foi ferido o senador José Caiala [sic], do Acre. (...).

Nos dias subsequentes, manchetes da Gazeta tomaram partido, depreciando, indiscretamente, Silvestre Péricles. Estiveram entre elas: *Causa do incidente no Senado: De há muito o sr. Silvestre Péricles vinha ameaçando o senador Arnon de Mello*, de 6 de dezembro de 1963; *Silvestre furibundo: “Se Arnon falar, encho sua boca de balas” - depoimento do senador Lino de Matos, que ouviu Silvestre minutos antes da reunião*, de 10 de dezembro de 1963; *Silvestre diz que matará Arnon e Auro e desrespeitará o Senado: irá armado*, de 11 de dezembro de 1963; *“Silvestre, provocador sórdido”*, de 13 de dezembro de 1963; *“Silvestre está na idade da pedra lascada”*: *“Última Hora” do Rio chama Silvestre de “Brucutu”*, de 13 de dezembro de 1963; *Silvestre às gargalhadas depois da tragédia*, de 28 de dezembro de 1963; e *“Arnon não poderia deixar-se vilipendiar por um energúmeno”*: *Dário Magalhães fixa as diferenças entre o difamador e o difamado*, de 29 de dezembro de 1963.

Dono de um temperamento intempestivo – no fatídico 4 de dezembro de 1963, também teria sacado uma arma (GAIA e LOPES, 2005, p.189) – Silvestre Péricles (1896 – 1972) construiu uma extensa carreira política. Foi, além de senador, deputado

federal (1946 – 1951) e governador de Alagoas – eleito em 1947. Foi, ainda, ministro do Tribunal de Contas da União e procurador-geral da justiça militar. Em 1945, partiu como chefe da delegação brasileira para a XVII Conferência Internacional do Trabalho, em Paris. Com a extinção dos partidos políticos, durante a ditadura modernizante-conservadora, optou pelo MDB. Membro da tradicional família Góes Monteiro, da qual fazia parte Pedro de Góes Monteiro (1889 – 1956), ministro da guerra na década de 1930, Péricles possuía uma biografia permeada por polêmicas. Somente em 1950, quando era governador, foi apontado como mandante do assassinato do pai do deputado Oséias Cardoso, político ligado a Arnon de Mello, além de envolver-se em um tiroteio com o próprio irmão, Ismar de Góes Monteiro, que acabou ferido (BARROS, 2005, p.19). Também como governador foi acusado de seqüestrar e abandonar próximo a divisa com Pernambuco, os deputados estaduais comunistas – eleitos em 1945 – André Papini de Goés, José Maria Cavalcanti e Moacir Rodrigues de Andrade (LINS, 2009, p.4).

Os tiros no plenário renderam a Arnon de Mello um processo, do qual foi absolvido em 29 de junho de 1964, não sem antes amargar sete meses na base aérea de Brasília, a espera do julgamento (MELLO, 1993, p.31). Durante este período, a Gazeta publicou diversas manchetes de solidariedade e propugnando a sua inocência, como: *Arnon atirou para amedrontar Silvestre: não foi de sua arma o tiro que atingiu Kairala*, de 7 de dezembro de 1963; *Câmara de Coruripe unânime: Irrestrita solidariedade a Arnon e repúdio ao tresloucado Silvestre*, de 17 de dezembro de 1963; *“Se não tivesse reagido, Arnon não teria razão para continuar vivendo”*: *O juiz Eliezer, no Rio, diz que “a covardia não deve ser o clima moral de um senador”*, de 25 de dezembro de 1963; e *Senhoras do Estado do Rio fazem promessas para que Arnon seja logo absolvido*, de 9 de fevereiro de 1964.

Gestão dos negócios de comunicação

Sob a tutela da família Mello, a Gazeta de Alagoas – em meados da década de 1950 – foi o primeiro veículo do Estado a contar com uma mulher, como jornalista (SERQUEIRA, 2007, p.D3). Arlene Miranda, a repórter pioneira, possuía apenas 15 anos de idade (EM DEFESA..., 2009, p.A56). A contratação de jovens secundaristas, aliás, configurava uma política recorrente de Arnon de Mello, dedicado contentor de despesas quando o assunto era recursos humanos. O empresário e político “(...)

mantinha a estrutura gazeteana com um mínimo de profissionais, geralmente com salários muito aquém de suas necessidades” (LOPES, 2005, p. 195).

Boanerges Lopes (2005, p. 195), traz à tona o episódio em que o presidente do sindicato dos jornalistas, Aldo Ivo, atendendo a solicitação de sua classe, tentou conversar com Arnon de Mello sobre a precariedade em que se encontravam os seus funcionários. A apresentação da demanda, levada a cabo com extrema polidez, acabou sutilmente marginalizada no diálogo entre o sindicalista e o patrão, pois, com “(...) perspicácia, Arnon desviou o tema com um discurso sobre a profissão, enfatizando considerá-la um sacerdócio (...)”. A seguir, ao perceber-se engabelado, “(...) Ivo prontamente se manifestou: ‘senador, concordo com o senhor, mas os jornalistas da Gazeta estão passando fome’. (...) Arnon de Mello postou-se em pé, estendeu a mão ao presidente do sindicato dos jornalistas e encerrou a conversa com uma frase indignada: ‘um jornalista deve alimentar-se de notícias, meu filho’”.

A despeito do destrato com o quadro funcional, constantes investimentos estruturais garantiram à Gazeta posições de vanguarda. O matutino da família Mello foi o pioneiro em Alagoas no uso do teletipo (1968) – fruto de um convênio com a *United Press International* (UPI) –, radiofoto e telefoto (1973) e telex (1975), também em decorrência de convênio, desta feita com a UPI e com a agência de notícias AJB (SANT’ANA, 1987, p. 47-49).

Mais recentemente, nos primórdios dos anos 1990, durante a superintendência de Pedro Collor, a Gazeta experimentou, por um curto e exclusivo período de tempo, o cargo de *Ombudsman*, *case* inédito na mídia alagoana, confiado ao jornalista Dênis Agra (1950 – 1992) (GAIA e LOPES, 2005, p.193). Em 1995, o matutino foi o primeiro jornal do Estado – e o terceiro do nordeste – a ingressar na rede mundial de computadores (CALHEIROS, 2007, p. E1).

Paralelamente a modernização do jornal, outros veículos somaram-se à Organização Arnon de Mello. Na década de 1970, mesmo com as dificuldades financeiras – decorrentes do endividamento da Organização durante a superintendência de Fernando Collor de Mello –, a TV começou a ser instalada, sob a batuta de Pedro Collor. Em 1975 a TV Gazeta entrou no ar, como afiliada da rede Globo (MELLO,

1993, p.43), emissora onde o primogênito de Arnon, Leopoldo Collor de Mello, era alto funcionário.

No final da mesma década, Arnon realizou o sonho de testemunhar o ingresso de um dos seus filhos na política. Tratava-se de Fernando Collor, que graças à influência do pai e o forte poder de barganha do grupo de comunicação da família, tornou-se prefeito biônico de Maceió.

Pari passu ao orgulho, Arnon definhava paulatinamente. Um diagnóstico realizado em Nova Iorque acusou a enfermidade. Paralisia supranuclear progressiva. Em 1981, embora ainda cumprisse mandato de senador, a transferência para Maceió foi inevitável. Por dois anos, o velho cacique da política alagoana, temido por seus veículos de comunicação, manteve-se sobre uma cama até, finalmente, falecer na madrugada de 29 de setembro de 1983. O estopim foi a paralisação do diafragma (MELLO, 1993, p.68).

De herança, à família, o *ex-office-boy* do Jornal de Alagoas deixou um portentoso legado político, uma imobiliária semidesativada no Rio de Janeiro e a organização de comunicação que leva o seu nome, a maior do Estado. A prezada unidade familiar – mantida precariamente durante os seus últimos anos de vida –, entretanto, ruiu com a sua morte, duramente abalada pela disputa dos espólios patrimoniais e políticos (MELLO, 1993, p.67).

Atualmente o jornal Gazeta de Alagoas é líder no Estado, com uma circulação diária de 10 mil exemplares, durante a semana, e de 15 a 20 mil exemplares aos domingos (Vide entrevista com Carlos Mendonça), possui o seu próprio instituto de pesquisa, o GAPE – especialmente pouco confiável no bojo de processos eleitorais pleiteados por membros do clã Collor de Mello ou correligionários mais próximos –, e duas sucursais – a de Arapiraca, criada em 1996 (COBERTURA..., 2009, p.A71), e a Costa Dourada, em Maragogi, fundada no ano seguinte (SUCURSAIS..., 2009, A73). Além do impresso, do parque gráfico e da TV, a Organização Arnon de Mello conta ainda com as rádios Gazeta AM e FM de Maceió, FM de Arapiraca, AM de Pão de Açúcar, o portal de internet Gazetaweb e o Instituto Arnon de Mello, braço social do grupo, dedicado a preservação da memória do patrono da organização, totalizando de 700 a 750 funcionários diretos (vide entrevista com Carlos Mendonça).

4. A Gazeta de Alagoas como protagonista (A análise dos exemplares do acervo da Gazeta - 1963 / 1964)

A pesquisa realizada com o acervo da Gazeta de Alagoas restringe-se aos jornais publicados entre os seguintes intervalos: de *6 de janeiro de 1963 a 10 de janeiro de 1963* e de *1º de maio de 1963 a 12 de abril de 1964*. O primeiro intervalo de datas visa abranger o dia em que se realizou o plebiscito que restabeleceu o presidencialismo no país, permitindo a João Goulart tornar-se, efetivamente, o gestor da nação e, conseqüentemente, com condições técnicas de implementar suas reformas de base, acirrando ainda mais os ânimos da oposição conservadora. O segundo intervalo, por sua vez, inicia-se em 1963, na data em que se comemora o dia do Trabalho e na véspera da divulgação, pelas mãos de Adhemar de Barros, do *Manifesto dos Governadores* – defendendo uma posição centrista e de defesa “dos postulados democráticos” –, e conclui-se em 1964, no dia seguinte à escolha do general Castello Branco para assumir, de forma concreta, a vaga de presidente da república, em meio ao novo regime instaurado. Assim, são contemplados episódios decisivos, como “o comício das reformas”, onde Jango confirma seu discurso (13 de março de 1964), a concretização do golpe do Estado e a posse do presidente da república interino, Ranieri Mazzilli (31 de março a 2 de abril de 1964) e a imposição do primeiro Ato Institucional (9 de abril de 1964), que teve “importância como instrumento jurídico para a institucionalização do novo Estado”, conforme afirmou “Carlos Medeiros, que o redigiu” (ALVES, 1985, p.56).

A pesquisa no acervo do periódico alagoano, no recorte temporal previsto pela metodologia da dissertação, fornece subsídios para o estudo da difusão ideológica adotada pelo bloco modernizante-conservador, através dos meios de comunicação de massa, na defesa de um consenso em torno da articulação e concretização do golpe de Estado de 1964.

Arnon de Mello acompanhava as edições da Gazeta mesmo quando ausente da redação – falta constante, pois, no intervalo abrangido pelo recorte temporal da pesquisa, o empresário da comunicação ocupava uma das vagas alagoanas no Senado Federal e chegou a ser, inclusive, detido na base aérea de Brasília, em conseqüência do conflito com Silvestre Péricles no plenário do Congresso. Destarte, fosse por correio ou por telefone (Vide

entrevista com Valmir Calheiros), opção mais provável, Arnon exercia controle sobre o conteúdo editorial de seu jornal.

Todavia, mesmo sem a sua orientação direta, uma linha de conduta editorial implícita regia a redação. Nas palavras de Valmir Calheiros (Vide entrevista), “nós próprios sabíamos qual era a lei do jornal. Nós sabíamos quais eram os adversários do senador”, e completa: “Tinha alguns que a gente sequer tratava o nome, se referia. ‘– Fica lá; tu não existe’”.

O legado da conduta editorial do impresso da Organização Arnon de Mello foi o apoio ao golpe de 1964. “A Gazeta era sempre quem dava as notícias e, veja, a revolução [o golpe] precisava dos organismos de imprensa corretos. E a Gazeta dava aquilo que eles rigorosamente mandavam”, faz saber Carlos Mendonça (Vide entrevista), atual presidente do Conselho Estratégico da Organização.

Foram selecionados para análise trechos de matérias, artigos, crônicas, notas, manifestos e informes partidários – sem preferência de posicionamento ideológico – cujos temas propostos por seus conteúdos coadunavam com o recorte temático de interesse da pesquisa (basicamente política e economia, ainda que tratadas de forma indireta).

A pesquisa documental no acervo do jornal Gazeta de Alagoas no período estipulado pelo recorte da dissertação revelou que alguns pares de termos não eram distinguidos apropriadamente pelo jornal – como *expropriação de terras* e *reforma agrária*, ou partido *comunista* e *comunista* –, de modo que seus usos no bojo das matérias, artigos e manifestos representavam, não raro, o mesmo conceito. Por este motivo, e em função da funcionalidade da classificação e tabulação da pesquisa, algumas expressões estão agrupadas juntas neste trabalho.

O material recolhido na pesquisa documental ao acervo da Gazeta de Alagoas está dividido em: a) *Matérias*; b) *Artigos e crônicas*; c) *Convocações, notas e manifestos* e d) *Informes partidários*. Os manifestos e convocações publicados como reportagens ou no bojo de matérias encontram-se agrupados junto às *Matérias*.

Dentro do universo dos textos publicados na Gazeta de Alagoas inseridos no recorte temporal previsto pela pesquisa, foram selecionados para análise os textos que:

- a) Fazem referência direta ou possuem algum vínculo com a temática proposta pela pesquisa – disputa de forças sócio-econômica e política no pré-1964;
- b) Forneçam pistas para o desvelamento do *problema* da dissertação – do protagonismo da mídia impressa alagoana – especialmente do jornal Gazeta de Alagoas – na disputa de forças que antecederam o golpe de 1964;
- c) Permitam, através de análise textual de conteúdo, revelar a exposição de um caráter favorável ou desfavorável a uma personalidade, evento, causa¹ ou instituição;
- d) Cedem espaço para exposição de idéias e/ou denúncia, direito de resposta, ou publicam citação direta ou referência indireta de opinião e/ou posicionamento de uma personalidade sem a realização de edições tendenciosas.

Textos de conteúdos e posicionamento pouco claros e evasivos foram excluídos.

Nesta pesquisa, buscamos identificar, por meio da análise textual do conteúdo nos exemplares da Gazeta de Alagoas do período pesquisado, as aparições favoráveis e desfavoráveis e os espaços cedidos para exposição de idéias de personalidades importantes do cenário político-econômico e social no bojo do recorte temporal da pesquisa. Também visamos identificar as aparições favoráveis e desfavoráveis de causas, eventos e instituições nas páginas da Gazeta de Alagoas.

Por aparição de personalidade, evento, causa ou instituição em um texto (que pode ser matéria, artigo, crônica, manifesto, informe partidário ou nota) em circunstâncias *favoráveis* entenda-se:

- a) Quando publicada uma notícia explicitamente positiva / favorável ao seu respeito;
- b) Quando o seu nome é citado ou mencionado favoravelmente e uma citação de outrem publicada na manchete ou no corpo de uma matéria do jornal;

¹ Por “causa”, entenda-se: interesse e tema pelo qual se toma partido.

- c) Quando o texto oferece alguma visibilidade as suas ações, sem que estas sejam acompanhadas por críticas ou contestações;
- d) Quando o nome é apontado, no bojo de um texto, como vítima de uma manobra “maquiavélica” por inimigos “sabotadores” e “conspiradores”.
- e) Quando o nome é mencionado ou citado como exemplo de demonstração de respeito à legalidade e à ordem;
- f) Quando uma tese ou afirmações de sua autoria é acolhida como fonte incontestada, inspirando um texto (especialmente matéria) e/ou manchete.

Por aparição de personalidade, evento, causa ou instituição em um texto em circunstâncias *desfavoráveis* entenda-se:

- a) Quando publicada uma notícia explicitamente negativa / desfavorável ou tendenciosamente desfavorável ao seu respeito;
- b) Quando houver suspeições sobre as intenções de uma pessoa, evento, causa ou instituição, ou sobre a origem de seus recursos;
- c) Quando o seu nome é mencionado ou citado no bojo de uma acusação proferida por outrem;
- d) Quando é apresentado no texto como insuflador, manipulador, articulador de estratégias, golpes e conspirações;
- e) Quando o seu nome é apontado como membro integrante, articulador ou apoiador de atividades rotuladas pelo próprio texto como de subversão, agitação e/ou ilícitas.

Por *cessão de espaço* a uma *personalidade* em um texto entenda-se:

- a) Espaço cedido para exposição de idéias e/ou denúncias sem o encetamento de uma edição tendenciosa prejudicial por parte do jornal;

- b) Espaço cedido para direito de resposta sem o encetamento de uma edição tendenciosa prejudicial por parte do jornal;
- c) Publicação de citação de posicionamento e/ou opinião ou exposição de versão sem o encetamento de uma edição tendenciosa prejudicial por parte do jornal.

Nos casos em que um mesmo texto foi publicado mais de uma vez, constam, nos números apresentados por esta pesquisa, apenas os dados da publicação original. Ou seja, não estão contemplados nas tabulações dos números da pesquisa na Gazeta os dados referentes às republicações de um texto já computado.

Os textos – selecionados para análise – publicados e republicados na Gazeta de Alagoas dentro do recorte temporal desta pesquisa foram:

- *Voz da América: Programação* (Vide *Convocações, Notas e Manifestos*);
- *Nossos Rosários Contra o Ódio* (Vide *Convocações, Notas e Manifestos*) e
- *Ao Povo Alagoano* (Vide *Convocações, Notas e Manifestos*).

Os temas (personalidades, causas, eventos ou instituições determinadas) cujas aparições foram mais recorrentes na pesquisa do acervo da Gazeta estão acompanhados por gráficos (em formato de pizza fragmentada) que apontam o número de textos com aspectos *Favoráveis, Desfavoráveis* ou com *Cessão de Espaço*, relativos ao tema correspondente.

Um mesmo texto pode abordar aspectos favoráveis e desfavoráveis de uma pessoa, causa, evento ou instituição, bem como ceder espaço para exposição de teses, denúncias, etc. (no caso de personalidades).

4.1. Matérias

Informações relativas aos temas (Personalidades, Causas, Eventos, Instituições) abordados pelas matérias publicadas na Gazeta de Alagoas no recorte temporal previsto pela pesquisa.

Cada personalidade e instituição apresentadas aqui seguem acompanhadas por uma breve consideração biográfica / conceitual, com enfoque na ocasião do recorte temporal da pesquisa. Informações biográficas / conceituais mais detalhadas, entretanto, encontram-se no corpo dos capítulos anteriores deste trabalho.

4.1.1. Personalidades mais mencionadas

Os nomes das personalidades aparecem, aqui, da forma como são usualmente mencionados nas matérias e em ordem alfabética.

Adhemar de Barros

Adhemar Pereira de Barros (1901 – 1969). Empresário e político anticomunista, foi governador de São Paulo.

Além de menções favoráveis nas páginas da Gazeta, Adhemar de Barros contou – na mesma medida - com cessões de espaço, onde foram divulgadas declarações suas. Tais cessões de espaço foram potencializadas na maioria das ocasiões (6 vezes) por virem acompanhadas de menções, ao seu nome, em circunstâncias favoráveis, que poderiam se dar, inclusive, no próprio título das matérias. É o caso da edição de 26 de março de 1963, onde se lê, numa manchete estampada na primeira página: “*São Paulo disposto a lutar pela ordem e legalidade: AB*”. AB, aqui, refere-se às iniciais de Adhemar de Barros, o que fica claro no decorrer da matéria.

Datas das matérias com aparições	Status
26 de setembro de 1963	Favorável, Espaço
3 de maio de 1963	Favorável
3 de janeiro de 1964	Favorável, Espaço
15 de fevereiro de 1964	Espaço
18 de fevereiro de 1964	Favorável, Espaço
28 de fevereiro de 1964	Favorável, Espaço
19 de março de 1964	Favorável, Espaço
22 de março de 1964	Favorável, Espaço



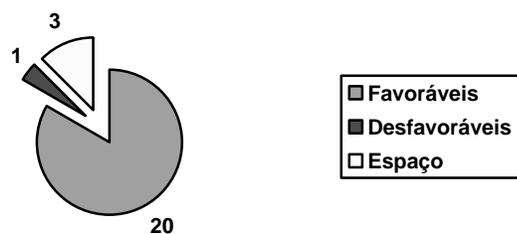
Carlos Lacerda / Governador da Guanabara

Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914 – 1977). Governador udenista da Guanabara e opositor marcante do presidente João Goulart.

Nenhuma outra personalidade apareceu em matérias, em circunstâncias favoráveis, mais do que Carlos Lacerda. 20 matérias foram publicadas com este status. Em várias ocasiões, por circunstância favorável entenda-se elogios diretos ao caráter do jornalista e político. Em outros ensejos, o nome de Lacerda surgia em meio a propagandas explícitas de sua atuação como governador da Guanabara. Esta, aliás, foi uma das formas mais proeminentes, adotadas pela Gazeta de Alagoas, de se louvar e propagar positivamente o nome do udenista. É o que se lê, por exemplo, numa das manchetes de primeira página da edição de 23 de janeiro de 1964 da Gazeta: “*Lacerda entregará mais de 64 escolas até março*”, ou ainda na manchete: “*Lacerda constrói em cinco anos o que os outros fizeram em 400*”, publicado em 8 de novembro de 1963. Honrarias e homenagens recebidas por Lacerda também receberam consideráveis espaços no jornal. A única aparição em circunstância desfavorável do governador da Guanabara entre as matérias da Gazeta ocorreu em 1 de outubro de 1963, por ocasião da divulgação da nota assinada pelos ministros militares condenando uma entrevista de Lacerda a um jornal norte-americano em que o udenista teria vilipendiado o país, em sua ânsia de denunciar a infiltração e a subversão comunista no Brasil.

Datas das matérias com aparições	Status
4 de maio de 1963	Favorável, Espaço
1 de outubro de 1963	Desfavorável
15 de outubro de 1963	Favorável
17 de outubro de 1963	Favorável
24 de outubro de 1963	Favorável
26 de outubro de 1963	Favorável
8 de novembro de 1963	Favorável

1 de dezembro de 1963	Favorável
18 de dezembro de 1963	Favorável
18 de dezembro de 1963	Favorável
20 de dezembro de 1963	Favorável
28 de dezembro de 1963	Favorável
28 de dezembro de 1963	Favorável
3 de janeiro de 1964	Favorável
15 de janeiro de 1964	Favorável
18 de janeiro de 1964	Favorável
23 de janeiro de 1964	Favorável
8 de fevereiro de 1964	Favorável
15 de fevereiro de 1964	Espaço
18 de fevereiro de 1964	Favorável
18 de fevereiro de 1964	Favorável
22 de março de 1964	Favorável, Espaço



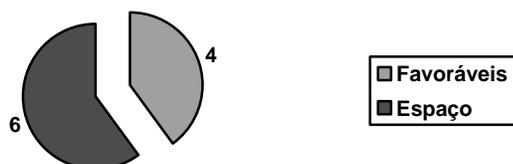
João Calmon

João Calmon (1916 – 1998). Jornalista e político conservador era, na ocasião, deputado federal.

Ao lado de Adhemar de Barros (com 7 cessões de espaço), João Calmon foi a personalidade que mais cessão de espaço obteve nas matérias da Gazeta. É o que ocorre em praticamente todas as matérias em que é citado (6 das 8 em que aparece). Em nenhuma matéria o nome do político capixaba aparece em circunstâncias desfavoráveis. Parte considerável das cessões de espaço destinadas pela Gazeta a Calmon deveu-se a repercussão e transcrição de longas citações entre aspas do deputado conservador em ataques a Leonel Brizola. Nesse sentido, somente no dia 4 de julho de 1963, duas matérias foram publicadas: “*Calmon respondeu na Câmara novas acusações de Brizola*” (exibida em primeira página) e “‘Brizola não disse a verdade’ – final: escândalo das estradas da produção”. As matérias em circunstâncias favoráveis vinculam-se a sua liderança à frente

da *Cadeia da Democracia*, à sua visita a Alagoas e à sua militância “patriótica” e “cívica” contra o comunismo.

Datas das matérias com aparições	Status
2 de julho de 1963	Espaço
3 de julho de 1963	Espaço
4 de julho de 1963	Espaço
4 de julho de 1963	Espaço
19 de janeiro de 1964	Favorável
21 de janeiro de 1964	Favorável, Espaço
21 de janeiro de 1964	Favorável
28 de fevereiro de 1964	Favorável, Espaço

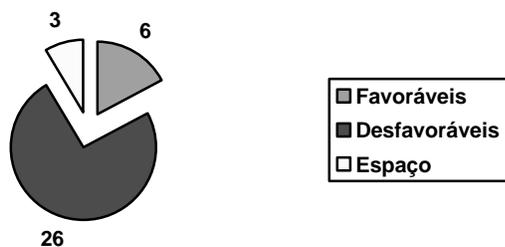


João Goulart / Jango / Chefe do Executivo / Chefe de Governo / Presidente

João Belchior Marques Goulart (1918 – 1976), também conhecido como Jango. Reformista, assumiu a presidência sob o regime parlamentarista. Somente com o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 foi restituído o presidencialismo.

Exaustivamente mencionado pela Gazeta – o que era de se esperar, em função do cargo que ocupava –, Goulart foi o campeão absoluto entre as personalidades mencionadas em matérias em circunstâncias desfavoráveis (26 ocasiões). Apesar da ferrenha oposição do jornal – clarificado pelos dados que seguem abaixo – Goulart foi a liderança reformista que mais constou em matérias com cessão de espaço (em 3 matérias) e em circunstâncias favoráveis (6 matérias) – nada que se compare às 20 matérias em circunstâncias favoráveis de Carlos Lacerda e às sete matérias com cessão de espaço de Adhemar de Barros, especialmente levada em consideração a incrível proporção de matérias desfavoráveis destinadas ao então presidente da república, frequentemente taxado como culpado por toda a sorte de problemas sócio-econômicos elencados pelas matérias da Gazeta.

Datas das matérias com aparições	Status
10 de janeiro de 1963	Favorável
4 de junho de 1963	Desfavorável
4 de junho de 1963	Desfavorável
20 de agosto de 1963	Espaço
1 de setembro de 1963	Desfavorável
5 de setembro de 1963	Desfavorável
27 de setembro de 1963	Desfavorável
1 de outubro de 1963	Favorável
15 de outubro de 1963	Desfavorável
24 de outubro de 1963	Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
17 de novembro de 1963	Favorável
19 de novembro de 1963	Desfavorável
22 de novembro de 1963	Desfavorável
13 de dezembro de 1963	Desfavorável
4 de janeiro de 1964	Desfavorável
18 de janeiro de 1964	Desfavorável
19 de janeiro de 1964	Desfavorável
19 de janeiro de 1964	Desfavorável
24 de janeiro de 1964	Desfavorável
7 de fevereiro de 1964	Desfavorável
18 de fevereiro de 1964	Desfavorável
18 de fevereiro de 1964	Desfavorável
14 de março de 1964	Favorável, Espaço
17 de março de 1964	Favorável
19 de março de 1964	Desfavorável
20 de março de 1964	Favorável, Espaço
21 de março de 1964	Desfavorável
21 de março de 1964	Desfavorável
26 de março de 1964	Desfavorável
3 de abril de 1964	Desfavorável
3 de abril de 1964	Desfavorável
11 de abril de 1964	Desfavorável



Leonel Brizola

Leonel de Moura Brizola (1922 – 2004). Líder de esquerda, deputado federal pela Guanabara na ocasião.

Leonel Brizola detém a façanha de ter sido mencionado em circunstâncias desfavoráveis em 100% das matérias analisadas em que é citado, quase sempre por meio de declarações de desafetos políticos, como João Calmon, cujos ataques eram veiculados com roupagem de furo jornalístico ou notícia, sem considerar a provável imparcialidade da fonte. É o que ocorre na exaustiva série de acusações e ataques proferidas por Calmon a Brizola numa série de quatro extensas matérias publicadas ininterruptamente entre 2 e 4 de julho de 1963 (somente em 4 de julho foram duas matérias). Aqui, o político capixaba se atém à atuação de Brizola como governador do Rio Grande do Sul. Apesar da gravidade dos ataques, não foi concedido qualquer direito de resposta ao político gaúcho – como propugna o bom-senso da prática do jornalismo.

A única matéria com cessão de espaço a Leonel Brizola foi identificada em 14 de março de 1964, quando da repercussão do Comício das Reformas, realizado no dia anterior. Aqui, breves trechos do discurso de Brizola no evento foram publicados sob a manchete “*Brizola atacou violentamente Congresso Nacional: no comício*”.

Datas das matérias com aparições	Status
9 de maio de 1963	Desfavorável
28 de junho de 1963	Desfavorável
2 de julho de 1963	Desfavorável
3 de julho de 1963	Desfavorável
4 de julho de 1963	Desfavorável
4 de julho de 1963	Desfavorável
19 de novembro de 1963	Desfavorável
22 de novembro de 1963	Desfavorável
13 de dezembro de 1963	Desfavorável
24 de dezembro de 1963	Desfavorável
1 de janeiro de 1964	Desfavorável
4 de janeiro de 1964	Desfavorável
10 de janeiro de 1964	Desfavorável
18 de janeiro de 1964	Desfavorável
27 de fevereiro de 1964	Desfavorável
28 de fevereiro de 1964	Desfavorável
14 de março de 1964	Desfavorável, Espaço
21 de março de 1964	Desfavorável

25 de março de 1964	Desfavorável
31 de março de 1964	Desfavorável



Miguel Arraes

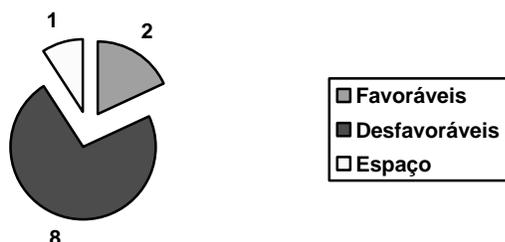
Miguel Arraes de Alencar (1916 – 2005). Líder de esquerda e governador de Pernambuco.

Em suas matérias a Gazeta de Alagoas mostrou-se implacável com os principais líderes do bloco reformista. Com Miguel Arraes não foi diferente. Foram oito matérias com menções em circunstâncias desfavoráveis contra duas matérias com menções em circunstâncias favoráveis e apenas uma com cessão de espaço. De modo geral e com raras exceções, o então governador de Pernambuco aparece como um agente da subversão, mais preocupado em perturbar e em agitar do que em governar o seu estado, que – através de insinuações, reforçadas pelos textos dos articulistas e cronistas – estaria entregue a camponeses subversivos e mergulhado no mais completo caos social.

Como é possível observar no quadro abaixo, as menções em circunstâncias desfavoráveis a Miguel Arraes tornam-se mais contundentes com a proximidade da radicalização modernizante-conservadora da madrugada de 1 de abril de 1964. Mais da metade das menções ao político cearense radicado em Pernambuco ocorrem a partir da segunda quinzena de março de 1964. É neste bojo que se encontra a matéria: “*A convite do CGT Arraes esteve em Minas para agitar*”, veiculada na edição de 18 de março de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
30 de maio de 1963	Espaço
25 de agosto de 1963	Desfavorável
15 de setembro de 1963	Desfavorável
14 de março de 1964	Favorável
18 de março de 1964	Favorável, Desfavorável

25 de março de 1964	Desfavorável
25 de março de 1964	Desfavorável
26 de março de 1964	Desfavorável
31 de março de 1964	Desfavorável
11 de abril de 1964	Desfavorável



4.1.2. Outras Personalidades Mencionadas

Em ordem alfabética.

Anilda Leão

Anilda Leão (1923 -) é escritora, atriz e militante feminista.

Datas das matérias com aparições	Status
2 de agosto de 1963	Favorável, Espaço
14 de agosto de 1963	Favorável, Espaço
22 de setembro de 1963	Favorável, Espaço

Armando Falcão

Armando Ribeiro Falcão (1919 -). Político cearense articulador, em 1962, da aliança PSD – UDN no Ceará, evitando a vitória das esquerdas no seu estado e elegendo-se, pela quarta vez consecutiva, à Câmara Federal, onde se alinhou ao bloco modernizante-conservador.

Datas das matérias com aparições	Status
23 de outubro de 1963	Favorável
22 de novembro de 1963	Favorável, Espaço
30 de janeiro de 1964	Espaço

Bilac Pinto

Olavo Bilac Pinto (1908 – 1985). Líder da bancada da UDN na Câmara dos Deputados e presidente do Diretório Nacional da UDN a partir de 1963.

Datas das matérias com aparições	Status
4 de janeiro de 1964	Favorável, Espaço
24 de janeiro de 1964	Favorável, Espaço
10 de abril de 1964	Favorável

Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro (1922 – 1997). Antropólogo e político foi chefe da casa civil da presidência no governo João Goulart.

Datas das matérias com aparições	Status
24 de outubro de 1963	Desfavorável
18 de fevereiro de 1964	Desfavorável, Espaço
18 de fevereiro de 1964	Desfavorável
11 de abril de 1964	Desfavorável

D. Adeldo Machado

De orientação conservadora, foi Arcebispo de Maceió no período entre 1963 e 1976. Faleceu em 1983.

Datas das matérias com aparições	Status
4 de agosto de 1963	Favorável
10 de agosto de 1963	Favorável
3 de abril de 1964	Favorável

D. Jaime Câmara

Jaime de Barros Câmara (1894 – 1971). Religioso conservador. Cardeal do Rio de Janeiro de 1943 a 1971.

Datas das matérias com aparições	Status
7 de março de 1964	Espaço
12 de abril de 1964	Favorável, Espaço

Fernando Bastos de Ávila

(1918 -). Religioso conservador, catedrático de sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e assistente eclesiástico da “Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas”. Realizou palestras em Maceió a convite dos setores conservadores da sociedade local.

Datas das matérias com aparições	Status
4 de agosto de 1963	Favorável
9 de agosto de 1963	Favorável
10 de agosto de 1963	Favorável

Fidel Castro

(1926 -). Presidente revolucionário cubano.

Datas das matérias com aparições	Status
22 de junho de 1963	Desfavorável
28 de fevereiro de 1964	Desfavorável
4 de abril de 1964	Desfavorável

General Castelo Branco

Humberto de Alencar de Castello Branco (1897 – 1967). Chefe do Estado-Maior do Exército durante o governo Goulart, Castello Branco assumiu a presidência após o golpe de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
3 de abril de 1964	Favorável
8 de abril de 1964	Favorável
12 de abril de 1964	Favorável

Herbert Levy

Herbert Victor Levy (1911 – 2002). Empresário, banqueiro e político udenista, como deputado federal por São Paulo representava os interesses dos proprietários rurais.

Datas das matérias com aparições	Status
8 de janeiro de 1963	Espaço
10 de janeiro de 1963	Espaço
18 de agosto de 1963	Espaço

Ildo Meneghetti

(1895 – 1980). Político conservador e governador do Rio Grande do Sul. Apoiou o golpe de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
4 de janeiro de 1964	Espaço
22 de março de 1964	Favorável

João Agripino

João Agripino de Vasconcelos Maia Filho (1914 – 1988). Senador da república apoiou o golpe de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
8 de fevereiro de 1964	Espaço
10 de abril de 1964	Favorável

João Pinheiro Neto / Presidente da SUPRA

(1928 – 2006). Presidente, desde julho de 1963, da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), órgão do Governo Federal.

Aqui, constam apenas menções referentes ao titular da SUPRA – João Pinheiro Neto. As menções à instituição encontram-se no tópico SUPRA.

Datas das matérias com aparições	Status
1 de março de 1964	Desfavorável
17 de março de 1964	Espaço
11 de abril de 1964	Desfavorável

John Kennedy

John Fitzgerald Kennedy (1917 – 1963). Presidente norte-americano morto no exercício do mandato. Idealizou a Aliança para o Progresso.

Datas das matérias com aparições	Status
20 de agosto de 1963	Espaço
29 de agosto de 1963	Favorável, Espaço

Josafá Macedo

Ruralista e presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM).

Datas das matérias com aparições	Status
21 de dezembro de 1963	Espaço
27 de fevereiro de 1964	Favorável
3 de abril de 1964	Favorável

Juscelino Kubitschek

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902 – 1976). Presidente da república de 1956 a 1961 elegeu-se senador por Goiás em 1962.

Datas das matérias com aparições	Status
22 de junho de 1963	Espaço
22 de novembro de 1963	Favorável

Lyndon Johnson

(1908 – 1973). Presidente norte americano, sucessor de John Kennedy – morto no exercício do mandato –, de quem Johnson era vice.

Datas das matérias com aparições	Status
20 de dezembro de 1963	Favorável
11 de janeiro de 1964	Favorável, Espaço

Magalhães Pinto

José de Magalhães Pinto (1909 – 1996). Governador de Minas Gerais, eleito por uma coligação liderada pela UDN, foi marcante opositor de João Goulart e propugnador do golpe de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
15 de fevereiro de 1964	Espaço
3 de abril de 1964	Favorável, Espaço
3 de abril de 1964	Favorável

Osvino Ferreira Alves

(1897 – 1981). Militar fiel ao presidente João Goulart, foi nomeado presidente da Petrobrás em janeiro de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
22 de novembro de 1963	Desfavorável
18 de janeiro de 1964	Desfavorável
11 de abril de 1964	Desfavorável

Padre Lages

Religioso progressista de Minas Gerais, militante de movimentos sociais.

Datas das matérias com aparições	Status
21 de dezembro de 1963	Desfavorável

23 de fevereiro de 1964	Desfavorável
-------------------------	--------------

Paulo Freire

Paulo Régis Neves Freire (1921 – 1997). Educador que idealizou a *pedagogia do oprimido* – considerada subversiva após o golpe. A partir de janeiro de 1964, foi convidado a coordenar o Programa Nacional de Alfabetização no governo João Goulart.

Datas das matérias com aparições	Status
23 de outubro de 1963	Favorável
6 de fevereiro de 1964	Desfavorável

Peri Bevilaqua

Peri Constant Bevilacqua (1899 – 1990). Militar, assumiu o comando do II Exército (São Paulo) e acabou afastado do cargo, após sucessivas indisposições com o movimento sindical. Em seguida foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Datas das matérias com aparições	Status
25 de setembro de 1963	Desfavorável, Favorável
26 de setembro de 1963	Favorável, Espaço
27 de setembro de 1963	Favorável
27 de setembro de 1963	Favorável

Sobral Pinto

Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893 – 1991). Foi jurista e defensor dos direitos humanos, embora tenha apoiado, no princípio, o golpe de 1964, que iniciou uma longa ditadura violadora dos direitos humanos.

Datas das matérias com aparições	Status
1 de setembro de 1963	Favorável
25 de outubro de 1963	Espaço

Sônia Seganfredo

Sônia Seganfredo (1937 -), escritora e militante de direita, é autora do controvertido livro *UNE, instrumento de subversão*, obra que depreciava a União Nacional dos Estudantes, pilar do movimento estudantil.

Datas das matérias com aparições	Status
28 de setembro de 1963	Espaço

30 de outubro de 1963	Favorável, Espaço
-----------------------	-------------------

4.1.3. Personalidades com Menções Isoladas

Em ordem alfabética.

Côn. Helio Lessa

Religioso e conferencista anticomunista.

Datas das matérias com aparições	Status
22 de março de 1964	Favorável, Espaço

Eurico Dutra

Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974). Militar e presidente da república de 1946 a 1951, após o golpe de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
15 de fevereiro de 1964	Espaço

General Costa e Silva

Arthur da Costa e Silva (1902 – 1969). Militar, perde o comando do 4º Exército no governo Goulart. Integra o corpo de conspiradores do golpe de 1964, após o qual se tornaria o 2º presidente da ditadura.

Datas das matérias com aparições	Status
3 de abril de 1964	Favorável

Luís Carlos Prestes

Luís Carlos Prestes (1898 – 1990). Líder comunista – com o golpe – tem os direitos políticos cassados e passa a viver no exílio. Na trajetória de sua militância progressista, integrou o alto comando da Coluna Prestes (década de 1920) e liderou a intentona comunista (em meados da década de 1930).

Datas das matérias com aparições	Status
11 de abril de 1964	Desfavorável

Ney Braga

Ney Aminthas de Barros Braga (1917 – 2000). Militar, liderança do Partido Democrata Cristão e governador do Paraná.

Datas das matérias com aparições	Status
28 de junho de 1963	Favorável

Paulo de Tarso

Paulo de Tarso Santos (1927 -). Ministro da educação e cultura do governo Goulart.

Datas das matérias com aparições	Status
28 de junho de 1963	Favorável

Raul Roa Kouri

Embaixador cubano, Raul Roa Kouri (1936 -) é filho do intelectual, político e diplomata cubano Raúl Roa García.

Datas das matérias com aparições	Status
18 de agosto de 1963	Desfavorável

Seixas Dórea

João de Seixas Dórea (1917 -). Apesar de construir sua trajetória na UDN, como governador de Sergipe aproximou-se do PTB, apoiou Goulart e resistiu ao golpe de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
14 de março de 1964	Favorável

Outras Personalidades

Nas *Matérias* pesquisadas no acervo da Gazeta de Alagoas são mencionadas, ainda, em ocasiões isoladas, as seguintes personalidades (com as respectivas ocupações à época): Abelardo Jurema (Ministro da Justiça), Abel Rafael (político mineiro vinculado ao PRP), Agnelo Mendes de Moraes (militar anticomunista), Aguiar Dias (ministro que teve seus direitos políticos suspensos pelo AI 1), Albino Silva (presidente da Petrobrás), Alcino Salazar (secretário de justiça da Guanabara), Aníbal Mendes Magalhães (militante político), Anísio Rocha (político), Antônio Assunção (religioso), Antônio Carlos Werneck (presidente da Cruzada Estudantil Democrática de Petrópolis) Antônio Pires (secretário de segurança interino do governo do Rio Grande do Sul), Ari Franco (presidente do Tribunal

Superior Eleitoral), Aristóteles Luís Drumond (presidente do Grupo de Ação Patriótica), Armando de Moraes Ancora (militar do 1º Exército – GB e integrante do movimento golpista de 1º de abril), Arnaldo Cerdeira (político), Atos Vieira Andrade (político), Augusto Amaral Peixoto (militante anticomunista), Bonifácio Andrade (político), Caio Mário da Silva (professor), Canavarro Pereira (militar do 1º Exército – GB e integrante do movimento golpista de 1º de abril), Carlos Antônio Montenegro (membro da diretoria da Associação Petropolitana de Estudantes), Carlos Alberto Carvalho de Oliveira (estudante da Faculdade Nacional de Direito), Che Guevara, Clovis Campelo (militante político), Clóvis Salgado (vice-governador de Minas Gerais), Costa Cavalcante (participou da redação do AI 1), Cristóvão Mourão (militante comunista), Daniel Krieger (senador), Danilo Nunes (político udenista), Dante Pellacani (membro do CGT), Dean Rusk (secretário do Departamento de Estado), Décio Palmerio Escobar (militar do I Exército – GB e integrante do movimento golpista de 1º de abril), Dias Menezes (político paulista do PTN), Dnar Mendes (político udenista mineiro), Elói Dutra (vice-governador da Guanabara), Emilton Sá Rego (estudante), Enoque Saraiva (militante político), Eremildo Viana (professor), Ernani Sátiro (deputado federal – PB), Felinto Muller (participou da redação do AI 1), Francisco Ortega Reyes (cubano anticomunista), Gilberto Freyre (sociólogo), Gustavo Borges (secretário de segurança da Guanabara), Hamilton Nogueira (político udenista), Hélio Valdir Queiróz (membro da diretoria da Associação Petropolitana de Estudantes), Henry Ford, Humberto Cavalcanti (religioso), Jânio Quadros, Jari Braga (estudante de Direito e diretor do Restaurante Universitário da Universidade de Alagoas), João Cleofas (militante de oposição a João Goulart), João Evangelista (militante político), João Xavier de Andrade (membro da diretoria da Associação Petropolitana de Estudantes), Joaquim Ferreira (militante político), Jorge Xavier (militante político), José Aranha (secretário do interior interino do governo do Rio Grande do Sul), José Bezerra Leite (político), José Bonifácio (1º secretário da Câmara dos Deputados), José de Melo (professor), José Maria Alkmin (deputado mineiro do PSD), José Medeiros Leite (religioso), José Moura (conferencista), Josenildo Ferreira (estudante e ex-presidente da União dos Estudantes Secundários de Alagoas), José Serra (líder estudantil), Luís Fernando Ferreira (presidente do Centro Acadêmico da Escola Paulista de Medicina), Luís Serafim (militante político), Luiz Gonzaga Mero (religioso cearense), Luna Pedrosa (militar do 1º

Exército – GB e integrante do movimento golpista de 1º de abril), Martins Rodrigues (participou da redação do AI 1), Maurício Goulart (político paulista do PTN), Max Costa (político ligado à Frente de Mobilização Popular), Múcio Ataíde (político), Napoleão Barbosa (presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas), Neiva Moreira (político ligado à Frente de Mobilização Popular), Oromar Osório (militar do 1º Exército – GB e integrante do movimento golpista de 1º de abril), Oscar de Oliveria (arcebispo de Mariana – MG), Osni Duarte (desembargador com direitos políticos suspensos pelo AI 1), Padre Calazans (senador), Papa Paulo VI, Pedro Aleixo (político), Plínio Cabral (chefe da Casa Civil do governo do Rio Grande do Sul), Rudá Iguatemi Villanova (estudante da Faculdade Nacional de Direito), Raimundo de Brito (Secretário de Saúde da Guanabara), Raimundo Padilha (político), Raul Brunini (presidente da Assembléia Legislativa da Guanabara), Roberto Rezende (membro do governo de Minas Gerais), Rubens Paiva (político), Samuel Weiner (jornalista), Sérgio Magalhães (político), Souza Aguiar (militar do 1º Exército – GB e integrante do movimento golpista de 1º de abril), Suzanne Labin (escritora francesa anticomunista), Ulisses Guimarães (político), Valdo Domingos Ciaro (presidente do Diretório Regional Estudantil da UDN – SP), Vitorino Freire (participou da redação do AI 1), Vitraziano Leonel (advogado e fazendeiro) e Zaire Nunes (político gaúcho).

4.1.4. Causas, Eventos e Instituições mais mencionados

Em ordem alfabética.

CGT

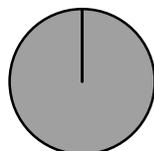
Comando Geral dos Trabalhadores. Criado durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado em 1962, em São Paulo, congregava entidades dos trabalhadores.

Aqui, nas matérias com menções a causas, eventos e instituições, mais, até, do que nas referências a personalidades, o posicionamento político da Gazeta de Alagoas no contexto do pré-1964 é explícito, na medida em que, diante de alguns termos, como *CGT*, *Comunismo*, *Esquerda*, *Partido Comunista*, *Supra* e *UNE*, como se verá adiante, todas as matérias foram desfavoráveis. O contrário também ocorre. No caso do conjunto de termos

Forças Armadas / Exército / Generais, em todas as matérias analisadas, as circunstâncias das aparições eram favoráveis.

Genericamente, o Comando Geral dos Trabalhadores aparece como uma confraria de subversivos radicais e intolerantes, preocupado em pavimentar uma guerra civil calcada na luta de classes, o que vai de encontro a uma almejada “harmonia social”, que coadunaria com o espírito cristão. Metade das matérias com menções ao CGT, sempre em circunstâncias desfavoráveis, concentra-se no mês de março de 1964; o que revela um endurecimento de discurso às vésperas do arremate golpista. É nesse contexto que se encontra a manchete: *“Arrogante e intolerante o CGT investe contra o país”*, publicada em primeira página na edição de 20 de março de 1964 da Gazeta.

Datas das matérias com aparições	Status
7 de junho de 1963	Desfavorável
25 de setembro de 1963	Desfavorável
26 de setembro de 1963	Desfavorável
27 de setembro de 1963	Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
23 de janeiro de 1964	Desfavorável
26 de fevereiro de 1964	Desfavorável
13 de março de 1964	Desfavorável
18 de março de 1964	Desfavorável
20 de março de 1964	Desfavorável
21 de março de 1964	Desfavorável
22 de março de 1964	Desfavorável
25 de março de 1964	Desfavorável
25 de março de 1964	Desfavorável
26 de março de 1964	Desfavorável
10 de abril de 1964	Desfavorável



16

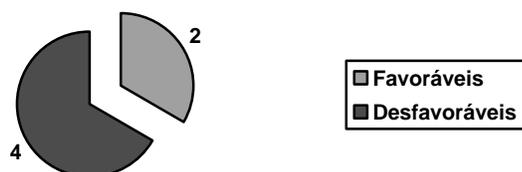
■ Desfavoráveis

Comício das Reformas / Comício de 13 de Março

Realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, aglutinou as forças do bloco reformista. Contou com um marcante discurso à esquerda do presidente João Goulart, que, na ocasião, anunciou decretos de nacionalização de refinarias de petróleo e de desapropriação de terras.

No tocante as referências ao comício das reformas, no Rio de Janeiro, foram publicadas o dobro de matérias em circunstâncias desfavoráveis em comparação com as matérias com menções em circunstâncias favoráveis. Aqui, contudo, ao contrário do que pôde ser observado diante de outros termos, como *UNE*, por exemplo, a Gazeta de Alagoas manteve-se mais discreta e menos explícita. Como exemplo de menção em circunstância favorável pode-se citar a matéria “‘Comício das Reformas’ com mais de 200 mil pessoas: tudo calmo”, de 14 de março de 1964. Dentre as matérias com menções desfavoráveis, constam textos que denunciam o gasto de uma grande soma de dinheiro para a viabilização do comício – insinuando suspeição.

Datas das matérias com aparições	Status
13 de março de 1964	Desfavorável
13 de março de 1964	Desfavorável
14 de março de 1964	Favorável
14 de março de 1964	Favorável
19 de março de 1964	Desfavorável
21 de março de 1964	Desfavorável



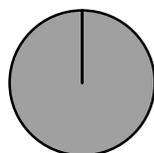
Comunismo / Comunização / Ideologia Comunista

Nas matérias analisadas, o conjunto de termos Comunismo / Comunização e Ideologia Comunista aparecem – de modo geral – como meros adjetivos pejorativos. Devidamente reduzidos, os termos perdem toda a carga sócio-política e histórica. Apesar de esvaziado em seu significado, o Comunismo não deixa de ser abordado como algo

perigoso, a ponto de inspirar manchetes impactantes como esta, publicada no dia 12 de abril de 1964, portanto após o golpe: “*D. Jaime Câmara: Eliminar comunismo é como matar em legítima defesa*”.

Não há, nas matérias, preocupação em dialogar com estes termos e nem explicá-los – nem mesmo sob um prisma ideológico conservador. O contrário ocorre em alguns artigos e manifestos partidários veiculados na própria Gazeta, em que se tenta discutir ou argumentar – ainda que sem conhecimento de causa ou com dados não necessariamente verídicos – contra o comunismo, mas, antes, admitindo-o como uma alternativa societária, e não como um mero xingamento.

Datas das matérias com aparições	Status
1 de agosto de 1963	Desfavorável
23 de outubro de 1963	Desfavorável
23 de outubro de 1963	Desfavorável
24 de dezembro de 1963	Desfavorável
23 de janeiro de 1964	Desfavorável
28 de janeiro de 1964	Desfavorável
15 de fevereiro de 1964	Desfavorável
27 de fevereiro de 1964	Desfavorável
6 de março de 1964	Desfavorável
10 de março de 1964	Desfavorável
14 de março de 1964	Desfavorável
14 de março de 1964	Desfavorável
19 de março de 1964	Desfavorável
22 de março de 1964	Desfavorável
26 de março de 1964	Desfavorável
3 de abril de 1964	Desfavorável
11 de abril de 1964	Desfavorável
12 de abril de 1964	Desfavorável



18

■ Desfavoráveis

Esquerdas / Esquerdistas / Esquerdizantes / Esquerda Radical

A Gazeta de Alagoas não faz concessões às esquerdas, inserindo-as em 13 matérias analisadas sempre em circunstâncias desfavoráveis. As esquerdas e os esquerdistas aparecem nas matérias como um grupo de agitadores e responsáveis por constantes pavimentações de crises: “*Esquerdas querem criar uma nova crise política*”, manchete publicada na Gazeta em 19 de maio de 1963.

Com exceção de Goulart, o jornal, não raro, emprega a alcunha *Esquerdista* para adjetivar os principais líderes do bloco reformista, especialmente o político gaúcho Leonel Brizola. Nesses ensejos, *Esquerdista* – empregado como adjetivo –, em várias oportunidades, segue ainda acompanhado por mais um adjetivo, em regra pejorativo, como *agitador*.

Com significado – interpretado a luz do contexto em que o termo se encontra no bojo do texto - frequentemente mesclado com os significados de *Esquerdas*, a expressão *Esquerda Radical* é apresentada na matéria “*Radicais da esquerda em campanha contra Goulart*”, de 28 de junho de 1963, como aquela que “(...) congrega os elementos políticos afinados pelo diapasão do deputado Leonel Brizola (...)”.

Datas das matérias com aparições	Status
19 de maio de 1963	Desfavorável
28 de junho de 1963	Desfavorável
15 de setembro de 1963	Desfavorável
25 de setembro de 1963	Desfavorável
26 de setembro de 1963	Desfavorável
18 de fevereiro de 1964	Desfavorável
23 de fevereiro de 1964	Desfavorável
27 de fevereiro de 1964	Desfavorável
10 de março de 1964	Desfavorável
29 de março de 1964	Desfavorável
31 de março de 1964	Desfavorável
4 de abril de 1964	Desfavorável
4 de abril de 1964	Desfavorável



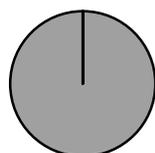
Forças Armadas / Exército / Generais

Como pode ser verificado no quadro e no gráfico abaixo, a Gazeta de Alagoas, em suas matérias, mostrou-se arrebatadoramente simpática às Forças Armadas, ao Exército e aos generais, vistos como protetores da família e defensores da pátria contra o perigo comunista – apoiado por Moscou.

Quatro das nove matérias publicadas em circunstâncias favoráveis às forças militares foram veiculadas após o 1º de abril, ou seja, após o golpe de Estado. Nelas, aos elogios explícitos – que já vinham sendo veiculados desde 1963, quando ainda se noticiava o plebiscito que restabeleceu o presidencialismo – somaram-se as congratulações pela atitude “corajosa” e propugnadora da pátria que desencadearam a concretização do golpe de 1964, que há anos era articulado. É desse período, imediatamente posterior ao golpe, a matéria “*Democracia brasileira vence mais uma etapa da agitação comunista*” (3 de abril de 1964), onde se lê: “A rápida solução da crise político-militar – iniciada com a rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos e encerrada com a fuga do Sr. João Goulart – deve-se à atuação decisiva de vários generais (...)”. Também entre os artigos e crônicas há menções positivas às Forças Armadas e congratulações por sua atuação golpista – apresentado, tal qual nas matérias, sempre através de eufemismos como o evasivo e paradoxal: “vitória da democracia”.

Datas das matérias com aparições	Status
8 de janeiro de 1963	Favorável
26 de setembro de 1963	Favorável
1 de outubro de 1963	Favorável
18 de janeiro de 1964	Favorável
24 de janeiro de 1964	Favorável
3 de abril de 1964	Favorável

4 de abril de 1964	Favorável
10 de abril de 1964	Favorável
12 de abril de 1964	Favorável



■ Favoráveis

9

Governo / Governo da União / Governo da República / Governo Federal

Termos referentes ao cargo máximo do Executivo Federal – ocupado, na ocasião das matérias listadas abaixo, por João Goulart.

Além das 26 matérias com menções em circunstâncias desfavoráveis ao conjunto de termos *João Goulart / Jango / Chefe do Executivo / Chefe de Governo / Presidente*, outras 14 matérias com menções em circunstâncias desfavoráveis foram dirigidas, indiretamente, a João Goulart, por meio de conteúdos adversos dirigidos ao cargo: *Governo / Governo da União / Governo da República / Governo Federal*.

Aqui, tal como diante do próprio nome do presidente da república, o governo é taxado como o responsável pelos problemas sócio-econômicos elencados pelas matérias do jornal, além de, frequentemente, ser apontado por meio de insinuações ou citações de opositores como fraco e sem rumo.

Datas das matérias com aparições	Status
5 de maio de 1963	Desfavorável
2 de junho de 1963	Desfavorável
18 de agosto de 1963	Desfavorável
1 de outubro de 1963	Favorável
17 de outubro de 1963	Desfavorável
12 de dezembro de 1963	Desfavorável
20 de dezembro de 1963	Desfavorável
21 de dezembro de 1963	Desfavorável
4 de janeiro de 1964	Desfavorável
21 de janeiro de 1964	Desfavorável
26 de fevereiro de 1964	Desfavorável

13 de março de 1964	Desfavorável
20 de março de 1964	Desfavorável
21 de março de 1964	Desfavorável
3 de abril de 1964	Desfavorável



Partido Comunista / Comunistas

Aqui, verifica-se um fenômeno idêntico ao observado nas matérias em que se mencionam o conjunto de termos *Comunismo / Comunização e Ideologia Comunista*. Em ambos os casos – seja diante do termo *Comunismo* como do termo *Comunista*, tais palavras aparecem – de modo geral – como meros adjetivos pejorativos, reduzido sem suas significações sócio-políticas e históricas. Como nas matérias não há qualquer preocupação conceitual (em explicar – ou ao menos tentar – o que é ser comunista), o termo torna-se por demais abstrato e seu uso sugere tudo que é mau ou anti-divino.

É mister frisar que, no ensejo do recorte temporal da pesquisa, o Partido Comunista encontrava-se na ilegalidade – embora fosse relativamente tolerado. Diante da condição em que se encontrava o Partido, os textos da Gazeta, tendem – como um todo –, a referir-se ao PC como um ente abstrato – embora não o fosse, na realidade. O termo Partido Comunista adquire status de agremiação política – ainda que em circunstância desfavorável e com o friso de ilegal – quando da discussão em torno de sua legalização. Diante disso, é publicado, por exemplo, a manchete: “*A legalização do PC é mais uma afronta a Deus: D. Jaime Câmara*”, veiculado em 7 de março de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
23 de junho de 1963	Desfavorável
28 de junho de 1963	Desfavorável
6 de agosto de 1963	Desfavorável
17 de agosto de 1963	Desfavorável

18 de agosto de 1963	Desfavorável
1 de setembro de 1963	Desfavorável
12 de setembro de 1963	Desfavorável
20 de setembro de 1963	Desfavorável
26 de setembro de 1963	Desfavorável
27 de setembro de 1963	Desfavorável
1 de outubro de 1963	Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
30 de outubro de 1963	Desfavorável
22 de novembro de 1963	Desfavorável
12 de dezembro de 1963	Desfavorável
21 de dezembro de 1963	Desfavorável
16 de janeiro de 1964	Desfavorável
19 de janeiro de 1964	Desfavorável
19 de janeiro de 1964	Desfavorável
23 de janeiro de 1964	Desfavorável
25 de janeiro de 1964	Desfavorável
26 de janeiro de 1964	Desfavorável
15 de fevereiro de 1964	Desfavorável
15 de fevereiro de 1964	Desfavorável
23 de fevereiro de 1964	Desfavorável
26 de fevereiro de 1964	Desfavorável
28 de fevereiro de 1964	Desfavorável
28 de fevereiro de 1964	Desfavorável
28 de fevereiro de 1964	Desfavorável
5 de março de 1964	Desfavorável
7 de março de 1964	Desfavorável
21 de março de 1964	Desfavorável
22 de março de 1964	Desfavorável
22 de março de 1964	Desfavorável
25 de março de 1964	Desfavorável
25 de março de 1964	Desfavorável
26 de março de 1964	Desfavorável
29 de março de 1964	Desfavorável
31 de março de 1964	Desfavorável
3 de abril de 1964	Desfavorável
4 de abril de 1964	Desfavorável
4 de abril de 1964	Desfavorável
10 de abril de 1964	Desfavorável



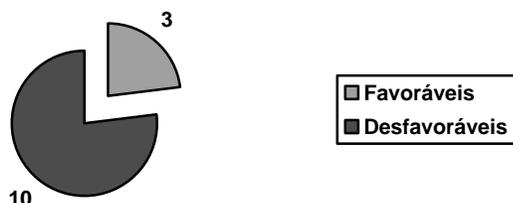
Reforma Agrária / Projeto de Expropriação de Terras

Aqui, por reforma agrária, entenda-se o projeto de reforma agrária propugnado pelo bloco reformista-trabalhista de João Goulart. Este tema, aliás, ocupava uma das posições basilares na agenda do governo federal. Previa a desapropriação de terras improdutivas com pagamentos efetuados em títulos da dívida pública.

As matérias de cunho desfavorável são maioria (mais que o dobro das favoráveis). Especialmente através de citações de opositores da reforma agrária, elencados no seio de agremiações políticas conservadoras ou entidades ruralistas, o par de termos *Reforma Agrária / Projeto de Expropriação de Terras* são mencionados em circunstâncias desfavoráveis. Em alguns casos, são colocados em dúvida os reais objetivos da propugnação da Reforma Agrária, como observado na matéria “*Reforma (PTB) teria fins eleitorais*”, veiculado na edição de 10 de maio de 1963, onde se lê: “A propalada reforma agrária não visa a desapropriar terras, mas desapropriar eleitores da UDN e do PSD – foi a denúncia que fez ontem à Câmara, em longo discurso, o Deputado José Bonifácio (...), diante de um plenário que o ouviu atentamente”.

Datas das matérias com aparições	Status
5 de maio de 1963	Desfavorável
10 de maio de 1963	Desfavorável
30 de maio de 1963	Favorável
1 de junho de 1963	Favorável
2 de junho de 1963	Desfavorável
9 de agosto de 1963	Favorável
1 de setembro de 1963	Desfavorável
21 de dezembro de 1963	Desfavorável
30 de janeiro de 1964	Desfavorável
7 de fevereiro de 1964	Desfavorável

26 de fevereiro de 1964	Desfavorável
27 de fevereiro de 1964	Desfavorável
22 de março de 1964	Desfavorável

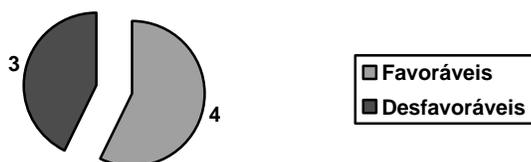


Reformas de Base / Reformas

Os conceitos de *Reformas de Base* e *Reformas*, aqui, são utilizados a partir do modelo propugnado pelo bloco reformista-trabalhista de João Goulart. Tratavam-se da plataforma do governo reformista de João Goulart, que propugnava, especialmente, as reformas agrária, educacional e bancária.

Curiosamente mencionada bem menos que a específica Reforma Agrária – esta sim, bastante polemizada pelo jornal –, as Reformas de Base compuseram o mais equilibrado dos quadros dentre as Instituições, Causas, Eventos e Personalidades mencionadas com maior frequência pelas matérias do jornal Gazeta de Alagoas no recorte temporal da pesquisa. Quatro matérias em circunstâncias favoráveis contra três desfavoráveis. Sobre este assunto, a Gazeta postou-se de forma mais comedida, concedendo espaços via citações para posicionamentos a respeito. Foi o que ocorreu na edição de 30 de maio de 1963 (“*Arraes defende emenda para Reforma Agrária*”), numa das raras cessões de espaço a Miguel Arraes – que assim teve a oportunidade de posicionar-se a favor das Reformas e da Reforma Agrária, inclusive.

Datas das matérias com aparições	Status
30 de maio de 1963	Favorável
9 de agosto de 1963	Favorável
5 de março de 1964	Desfavorável
20 de março de 1964	Favorável
26 de março de 1964	Desfavorável
3 de abril de 1964	Desfavorável
14 de setembro de 1963	Favorável



Supra

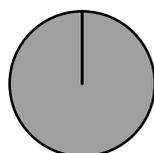
Superintendência da Política Agrária, entidade do Governo Federal responsável pela implantação da reforma agrária. Era presidida por João Pinheiro Neto.

A Supra configurou entre as matérias analisadas como uma das unanimidades negativas. Foram 11 matérias com menções em circunstâncias desfavoráveis em 11 matérias com menções publicadas. Além destas, duas matérias com menções desfavoráveis foram destinadas a João Pinheiro Neto, presidente da Supra, além de uma cessão de espaço. Tanto para Supra quanto para João Pinheiro Neto, não houve matérias com menções em circunstâncias favoráveis.

Com tal posicionamento explícito referente à entidade federal da Reforma Agrária, a Gazeta, embora incoerente com os princípios éticos do jornalismo, manteve-se coerente com o seu posicionamento diante do par de termos *Reforma Agrária / Projeto de Expropriação de Terras* – que, como se viu, foi, mormente, de oposição à causa – além de evitar qualquer espécie de confronto com os latifundiários alagoanos – estrato hegemônico da classe dominante no estado.

Datas das matérias com aparições	Status
2 de junho de 1963	Desfavorável
26 de setembro de 1963	Desfavorável
21 de dezembro de 1963	Desfavorável
21 de dezembro de 1963	Desfavorável
16 de janeiro de 1964	Desfavorável
30 de janeiro de 1964	Desfavorável
7 de fevereiro de 1964	Desfavorável
23 de fevereiro de 1964	Desfavorável
27 de fevereiro de 1964	Desfavorável
28 de fevereiro de 1964	Desfavorável

22 de março de 1964	Desfavorável
---------------------	--------------



11

■ Desfavoráveis

UNE – União Nacional dos Estudantes / Presidente da UNE

Órgão de representação dos estudantes universitários fundado em 1937.

Mencionada em circunstâncias desfavoráveis em todas as matérias em que apareceu a UNE é apresentada como entidade subversiva e inimiga da democracia, regime contra qual a entidade estudantil era frequentemente acusada de articular atentados.

Em contraponto à UNE, entidades estudantis conservadoras, como os Diretórios Estudantis da UDN, eram apresentadas como legítimas representantes dos estudantes. Da mesma forma, ao passo que militantes da UNE jamais eram ouvidos, diversas citações de líderes de entidades estudantis conservadoras eram publicadas.

Também são criticados os patrocínios da Petrobrás à UNE.

Datas das matérias com aparições	Status
23 de julho de 1963	Desfavorável
26 de setembro de 1963	Desfavorável
28 de setembro de 1963	Desfavorável
23 de outubro de 1963	Desfavorável
24 de outubro de 1963	Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
26 de outubro de 1963	Desfavorável
30 de outubro de 1963	Desfavorável
6 de fevereiro de 1964	Desfavorável
26 de fevereiro de 1964	Desfavorável
21 de março de 1964	Desfavorável
3 de abril de 1964	Desfavorável



União Soviética / Rússia / Moscou / Representações Soviéticas

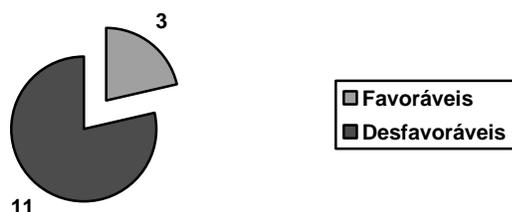
Foram 11 as matérias publicadas na Gazeta com menções em circunstâncias desfavoráveis à União Soviética. As três matérias em que foram encontradas menções em circunstâncias favoráveis trouxeram também menções em circunstâncias adversas. É o caso – por exemplo – da matéria “*Anilda Leão fala sobre o povo e costumes soviéticos*”, veiculada na sexta página da Gazeta de 2 de agosto de 1963. Aqui, a atriz e escritora Anilda Leão versa sobre a sua passagem pelos países do bloco soviético, incluindo a própria Rússia, por ocasião de sua participação no Congresso Internacional de Mulheres, realizado na União Soviética. Em seus depoimentos, transmitidos através de citações, embora cautelosa e admitindo desconfiança em relação aos locais por onde estivera, Leão desmistifica algumas questões. É dito, por exemplo: “A igreja que predomina na URSS é a ortodoxa. Existe, porém, em plena atividade, a igreja Católica. Algumas das nossas congressistas não perdiam missa aos domingos. (...) Existe, portanto, liberdade de culto”.

A viagem de Anilda Leão à União Soviética também foi a pauta da matéria de 14 de agosto de 1963 (“*Entrevista com Anilda Leão*”), ao passo que uma palestra com o religioso cearense Luiz Gonzaga Mero inspirou a matéria de 22 de agosto do mesmo ano. Em comum entre ambos, a conjugação de menções à União Soviética em circunstâncias favoráveis e desfavoráveis.

Tais matérias, entretanto, configuram-se exceções – como pode ser verificado no quadro abaixo –, uma vez que as demais matérias, em geral, apresentavam a URSS como financiadora de golpes truculentos e como um mero celeiro de “escravos”.

Datas das matérias com aparições	Status
1 de agosto de 1963	Desfavorável

2 de agosto de 1963	Favorável, Desfavorável
6 de agosto de 1963	Desfavorável
14 de agosto de 1963	Favorável, Desfavorável
22 de agosto de 1963	Favorável, Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
8 de fevereiro de 1964	Desfavorável
15 de fevereiro de 1964	Desfavorável
7 de março de 1964	Desfavorável
14 de março de 1964	Desfavorável
26 de março de 1964	Desfavorável



4.1.5. Outros Eventos, Causas e Instituições Mencionadas

I Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina

Evento sindical que deveria se realizar no fim de janeiro no estado de Minas Gerais. Mal visto pela mídia – com três matérias na Gazeta onde se lê menções desfavoráveis ao congresso – e sob pressão da sociedade mineira, acabou transferido, as vésperas de sua abertura, para Brasília.

Datas das matérias com aparições	Status
25 de janeiro de 1964	Desfavorável
26 de janeiro de 1964	Desfavorável
28 de janeiro de 1964	Desfavorável

Aliança para o Progresso

Programa de apoio econômico, de cunho estratégico, no bojo da guerra fria, criado pelo governo americano e destinado à América Latina.

Datas das matérias com aparições	Status
16 de julho de 1963	Favorável
20 de agosto de 1963	Favorável
11 de janeiro de 1964	Favorável

8 de fevereiro de 1964	Desfavorável
8 de março de 1964	Favorável

Ato Institucional

Editado logo após o golpe, o primeiro Ato Institucional da ditadura forneceu bases para a cassação de mandatos e para a suspensão de direitos políticos.

Datas das matérias com aparições	Status
10 de abril de 1964	Favorável
11 de abril de 1964	Favorável

Comício das Reformas em Alagoas (29 de março)

Comício articulado pelos movimentos sociais e entidades como CGT e UESA, previsto para o dia 29 de março de 1964, em Maceió, em defesa das reformas de base. O evento, que contaria com a presença de lideranças de esquerda – como Miguel Arraes –, acabou proibido e reprimido pelo governo do estado.

Datas das matérias com aparições	Status
25 de março de 1964	Desfavorável
25 de março de 1964	Desfavorável
26 de março de 1964	Desfavorável
29 de março de 1964	Desfavorável
31 de março de 1964	Desfavorável

Cuba / Embaixada Cubana

País insular, localizado no norte do Mar do Caribe, Cuba tornou-se visível no mapa geopolítico mundial após a revolução de 1959, liderada pelo esquerdista Fidel Castro; revolução esta que acarretou em um rompimento com os Estados Unidos.

Datas das matérias com aparições	Status
18 de agosto de 1963	Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
23 de novembro de 1963	Desfavorável
8 de fevereiro de 1964	Desfavorável
28 de fevereiro de 1964	Desfavorável

Governo de Pernambuco / Autoridades de Pernambuco

Este tópico contempla as menções ao cargo *Governo de Pernambuco* – ocupado, na ocasião das matérias listadas abaixo, por Miguel Arraes – e menções à expressão genérica *Autoridades de Pernambuco*.

Datas das matérias com aparições	Status
13 de março de 1964	Desfavorável
14 de março de 1964	Desfavorável

IBAD

Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Entidade propugnadora das causas modernizantes-conservadoras fundada em 1959.

Datas das matérias com aparições	Status
25 de agosto de 1963	Favorável
1 de setembro de 1963	Favorável
5 de setembro de 1963	Favorável

Iniciativa Privada / Industrial / Fortunas Particulares / Elites

Tal conjunto de termos é consenso entre todas as matérias da Gazeta de Alagoas em que é citado.

Datas das matérias com aparições	Status
22 de maio de 1963	Favorável
18 de julho de 1963	Favorável
10 de março de 1964	Favorável
10 de março de 1964	Favorável
26 de março de 1964	Favorável

Ligas Camponesas

Surgida em Pernambuco em meados da década de 1950, sob a liderança de Francisco Julião, propugnava a reforma agrária e a luta contra a exploração no campo.

Datas das matérias com aparições	Status
15 de setembro de 1963	Favorável
6 de fevereiro de 1964	Desfavorável
26 de fevereiro de 1964	Desfavorável

Marcha da Família com Deus pela Liberdade / Marcha em Família

Reação conservadora e anticomunista – organizada no início de 1964 – ao comício das reformas de 13 de março de 1964. A série de marchas somou esforços em propugnação ao golpe de Estado de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
21 de março de 1964	Favorável
22 de março de 1964	Favorável
22 de março de 1964	Favorável

Movimento Democrata Feminino / CAMDE

A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) tratava-se de um movimento conservador e anticomunista feminino que somou esforços em favor do golpe de 1964. Articulado no Rio de Janeiro inspirou congêneres em todo o país, inclusive em Alagoas.

Datas das matérias com aparições	Status
23 de outubro de 1963	Favorável
22 de março de 1964	Favorável
3 de abril de 1964	Favorável

Petrobrás / Funcionários da Petrobrás / Administração da Petrobrás

Estatal brasileira do petróleo criada no começo da década de 1950, durante o último governo Vargas, é considerada um símbolo da ação do Estado no mercado.

Datas das matérias com aparições	Status
23 de outubro de 1963	Desfavorável
25 de outubro de 1963	Desfavorável
12 de dezembro de 1963	Desfavorável
9 de fevereiro de 1964	Desfavorável
13 de março de 1964	Desfavorável

Rede da democracia / Cadeia da Democracia (Organizado por João Calmon)

Movimento radiofônico organizado por João Calmon e liderado pelas emissoras Tupi, Globo e Jornal do Brasil, que somou esforços com vistas à desestabilização do governo João Goulart e à pavimentação do golpe de 1964.

Datas das matérias com aparições	Status
19 de janeiro de 1964	Favorável
14 de março de 1964	Favorável

Secretaria de Segurança Pública – AL / Polícia Política

Tópico inerente às menções ao aparelho de repressão política institucional articulado em Alagoas após o golpe.

Datas das matérias com aparições	Status
31 de março de 1964	Favorável
4 de março de 1964	Favorável
7 de abril de 1964	Desfavorável

UDN / Dirigentes Udenistas

União Democrática Nacional. Partido conservador formado após o Código Eleitoral de 1945.

Datas das matérias com aparições	Status
4 de maio de 1963	Favorável
10 de maio de 1963	Favorável
18 de fevereiro de 1964	Favorável
21 de março de 1964	Favorável

UESA – União dos Estudantes Secundários de Alagoas

Entidade considerada um dos pilares da “infiltração” comunista em Alagoas.

Datas das matérias com aparições	Status
14 de setembro de 1963	Favorável
25 de março de 1964	Desfavorável
7 de abril de 1964	Desfavorável

4.1.6. Eventos, Causas e Instituições com Menções Isoladas

I Seminário de Reformas de Base e Problemas Estudantis

Evento realizado em Palmeira dos Índios (AL) sob a coordenação da União dos Estudantes Secundários de Alagoas.

Datas das matérias com aparições	Status
14 de setembro de 1963	Favorável

China

País asiático que, na ocasião, já havia vivenciado a sua revolução comunista.

Datas das matérias com aparições	Status
---	---------------

1 de agosto de 1963	Desfavorável
---------------------	--------------

Estados Unidos / Embaixada dos EUA

Potência capitalista – com grande influência sobre o Brasil – que rivalizou, durante a Guerra Fria, com a União Soviética.

Datas das matérias com aparições	Status
16 de outubro de 1963	Favorável, Espaço

Patrulha Nacional Cristã

Entidade alagoana ultraconservadora liderada pelo integralista Wanillo Galvão.

Datas das matérias com aparições	Status
3 de abril de 1964	Favorável

PTB

Partido Trabalhista Brasileiro. Agremiação política dotada de perfil ideológico identificado com o trabalhismo. Formado após o código eleitoral de 1945.

Datas das matérias com aparições	Status
10 de maio de 1963	Desfavorável

Voz da América

Transmissão radiofônica norte americana destinada à América Latina como parte dos esforços ideológicos dos Estados Unidos no bojo da Guerra Fria.

Datas das matérias com aparições	Status
29 de agosto de 1963	Favorável

Outras Instituições

Nas *Matérias* pesquisadas no acervo da Gazeta de Alagoas são mencionadas, ainda, em ocasiões isoladas, as seguintes *Instituições e Eventos*: ADEP, Associação Comercial – AL, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, Associação Paulista de Medicina, CACO, Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Mackenzie, Clube dos Lojistas – Maceió, Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Confederação Nacional dos Círculos Operários, Confederação Rural Brasileira, Congresso de Mobilização Democrática, Conservatório Brasileiro de Música – secção Alagoas, CPOS, Diretório

Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Alagoas, Fábrica Nacional de Motores, Federação das Indústrias – AL, Frente Parlamentar Nacionalista, Fundação Rockefeller, SESI, Jornal Última Hora, Lyons Clube de Maceió, Movimento de Reforma (MR), Movimento Sindical Democrático (MSD), PSD, Rede Ferroviária Federal, Sindicato do Petróleo – Alagoas, Sindicato dos Metalúrgicos (ABC paulista), Sindicato dos Portuários – Alagoas, União Estadual dos Estudantes – AL, União Estadual dos Estudantes – MG (UEE – MG), União Internacional dos Estudantes, Universidade de Brasília e Willis (indústria privada).

4.2. Artigos e Crônicas

Personalidades com prestígio no meio social alagoano, professores e correligionários ou políticos aliados a Arnon de Mello, quase sempre já conhecidos pelo jornal, compunham, em linhas gerais, o corpo de articulistas e cronistas da Gazeta de Alagoas. Tratava-se de formadores de opinião, que escreviam não só para a Gazeta, mas também para outros órgãos de imprensa, como o extinto Jornal de Alagoas, dos Diários Associados (Vide entrevista com Valmir Calheiros).

Havia ainda estudantes secundaristas que a convite do próprio Arnon de Mello, ou por indicação, tornaram-se jornalistas na Gazeta, numa época em que inexistiam cursos institucionalizados de comunicação social (Vide entrevista com Carlos Mendonça). Esse é o caso de Tobias Granja – autor de três dos textos cujos trechos seguem neste capítulo – e Carlos Mendonça e Valmir Calheiros, entrevistados nesta dissertação.

Quanto ao conteúdo, basicamente os textos submetiam-se aos seguintes critérios, segundo revela Valmir Calheiros: “(...) se fosse um artigo, combatendo um governo que o jornal era aliado, evidentemente que não saía. Ou com palavras de calão ou com impropérios”.

Articulistas do cenário nacional, publicados pela Gazeta no período do recorte temporal da pesquisa, seguem em tópico à parte.

Os dados sobre os textos de articulistas e cronistas estão agrupados por autor, com vistas a possibilitar a análise do conteúdo dos artigos e crônicas de cada colaborador.

Os textos classificados como *evasivos* são aqueles que não se furtam em comentar – ainda que de modo vago e sem menções explícitas a causas, eventos e / ou pessoas – a realidade social, política e econômica do país, sob prismas que variam de autor para autor.

4.2.1. Principais Articulistas e Cronistas

Em ordem alfabética.

Genésio de Carvalho

Natural do município de São José da Laje (AL), Genésio Marques de Carvalho foi proprietário de uma sala de cinema em Capela, na zona da mata de Alagoas. Contudo, foi como jornalista que Genésio se destacou. Foi diretor da Associação Alagoana de Imprensa, posto onde se notabilizou a ponto da entidade de classe dos jornalistas em Alagoas ser chamada, hoje, de “a casa de Genésio Carvalho”. Politicamente, foi udenista e, nas palavras de Valmir Calheiros (vide entrevista), “ultraconservador”, o que – de fato – pode ser constatado por meio da leitura de sua coluna *Retratos da província*, publicada regularmente na Gazeta de Alagoas no período investigado pela dissertação.

Sobre a militância das esquerdas na primeira metade da década de 1960, Carvalho escreveu em 5 de maio de 1963, no artigo *Movimento dos bispos*:

“Estamos diante de um dilema gravíssimo, presentes os agitadores a serviço das bandeiras estrangeiras, empenhados em transformar o país numa célula do poder absoluto, de uma ditadura moldada em cartilhas vermelhas, na confusão em que a importância da família unida está ameaçada.

Ajudemos todos à campanha, cujo resumo é favorecer uma luta contra o comunismo ateu, contra a sovietação do Brasil (...)”.

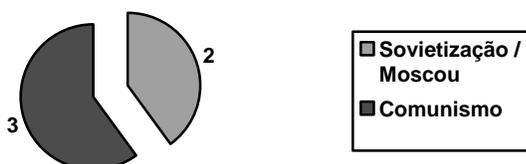
Seus escritos não apenas criticavam o movimento de disputa da hegemonia pelas esquerdas como também convidava os leitores a reagirem contra o “avanço do comunismo”. O olhar atento do cronista o fez escrever, ainda, sobre o vizinho estado de Pernambuco, fortemente influenciado por Miguel Arraes, um dos líderes do bloco reformista do qual Goulart representava.

O Movimento feminino anticomunista em Alagoas, que surgia sob o comando de Rosinha Pereira do Carmo e sob inspiração da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) mereceu - da mesma forma - um artigo entusiasmado de Genésio Carvalho, publicado em 31 de março de 1964.

Após o golpe da madrugada do dia 1º de abril, mais precisamente na edição da Gazeta de Alagoas de 4 de abril de 1964, Genésio comemorou a deposição de João Goulart no artigo *A vitória da democracia*.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
5 de maio de 1963	Comunismo	Desfavorável
	Sovietização	Desfavorável
22 de janeiro de 1964	Comunista	Desfavorável
	João Calmon	Favorável
	Moscou	Desfavorável
	Entidades Representativas do Comércio, Indústria e Campo	Favorável
3 de março de 1964	Gov. do estado de Pernambuco	Desfavorável
26 de março de 1964	Comunismo	Desfavorável
	Reformas	Favorável c/ Ressalvas
	Leão XIII	Favorável
	João XXIII	Favorável
31 de março de 1964	Mov. Feminino Anticomunista	Favorável
	Comunismo	Desfavorável
4 de abril de 1964	Golpe	Favorável
	Liberal	Desfavorável
	Colonização Portuguesa	Favorável

Nomes, Causas, Instituições ou Eventos mais mencionados pelo autor (por número de textos):



Mara

Mara – pseudônimo adotado por Ilza do Porto Lages –, além de escrever regularmente para a Gazeta de Alagoas, publicou diversos livros, de gêneros variados – do conto à poesia. Ilza – sobrinha do jornalista Luiz Silveira (Vide entrevista com Valmir Calheiros), fundador do extinto Jornal de Alagoas e da Gazeta de Alagoas – deixa transparecer em suas crônicas dominicais, uma postura conservadora e permeada por referências religiosas.

O governo comunista cubano é uma dos alvos preferenciais da cronista. Na edição de 25 de agosto de 1963, no texto *Crônica dominical: Cuba, religião e falsidade*, “Mara” faz críticas ao governo cubano e até mesmo ao embaixador da ilha no Brasil. Na edição de 8 de março de 1964, em sua *Crônica dominical*, a autora torna a citar o governo de Cuba, responsabilizando-o por planos terroristas.

Seu apoio à campanha contra a militância comunista e aos argumentos desta foi o mote para as crônicas publicadas nos dias 15 e 22 de março de 1964. Em ambas, “Mara” reproduz um diálogo, por meio do qual tece seus argumentos. Na edição da Gazeta de Alagoas de 26 de março de 1964, “Mara” demonstra sua preocupação com o comício em defesa das reformas, previsto para o dia 29 de março de 1964, no centro de Maceió. Promovido pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal e a União Estadual dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA), o comício – que acabaria proibido pelo governo do estado – deveria contar com a presença dos líderes esquerdistas Leonel Brizola e Miguel Arraes.

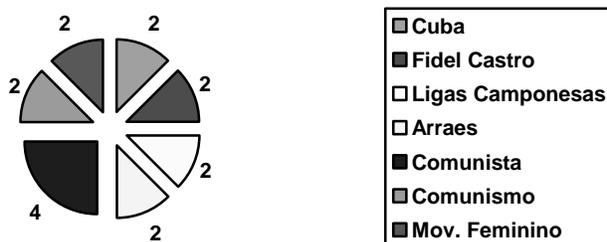
Na edição da Gazeta de Alagoas de 29 de março de 1964, as vésperas do golpe, por meio da *Crônica dominical: Comício, comodismo e atitudes*, “Mara”, por entre assertivas críticas, divulga a realização de um comício anticomunista, organizado para ser a contrapartida do comício pró-reformas – previsto para o mesmo dia. Ainda nesta crônica, destaque para o chamamento da última linha, destinado ao público feminino: “P.S. – Mulheres do Movimento Democrático Feminino! A postos!”.

Na edição da Gazeta de Alagoas de 5 de abril de 1964, o título do texto de “Mara”, *Crônica dominical: Vitória, aviso e convocação*, indica a concretização do golpe de 1º de

abril. Aqui, além de tecer comentários sobre os vencidos, clama para que as “mulheres do movimento democrático” mantenham-se alertas contra o “perigo” do comunismo.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
25 de agosto de 1963	Cuba	Desfavorável
	Fidel Castro	Desfavorável
	Raul Roa Khouri	Desfavorável
	Dep. Magalhães Castro	Favorável
8 de março de 1964	Fidel Castro	Desfavorável
	Cuba	Desfavorável
	Autoridades Pernambucanas	Desfavorável
	Ligas Camponesas	Desfavorável
	Francisco Julião	Desfavorável
	Arraes	Desfavorável
	Moscou	Desfavorável
15 de março de 1964	Ligas Camponesas	Desfavorável
	Comunistas	Desfavorável
	Lindolfo Collor	Favorável
22 de março de 1964	Comunismo	Desfavorável
	Capital Estrangeiro	Favorável
	Estados Unidos	Favorável
26 de março de 1964	Comício Comunista (Comício das Reformas – AL)	Desfavorável
	Comunistas	Desfavorável
	Brizola (Brizolista)	Desfavorável
	Reforma de Base	Desfavorável
	Presidente	Desfavorável
	Governador de Pernambuco	Desfavorável
29 de março de 1964	Côn. Hélio Lessa	Favorável
	Governo	Desfavorável
	Reforma Agrária	Desfavorável
	Reforma Urbana	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Socialista	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	Juscelino	Desfavorável
	Magalhães Pinto	Desfavorável
	Mov. Democrático Feminino	Favorável
	Comício do Mov. Democrático Anticomunista (29/mar.)	Favorável
	5 de abril de 1964	Comunistas
Golpe		Favorável
Mov. Democrático Feminino		Favorável
Generais		Favorável

Nomes, Causas, Instituições ou Eventos mais mencionados pela autora (por número de textos):



Rosinha Pereira do Carmo

Diplomada em Contabilidade, Rosinha Coelho Pereira do Carmo (1906 – 2000) integrou a Associação Alagoana de Imprensa e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Presidiu a Rede Feminina de Combate ao Câncer, a Associação de Cronistas Teatrais de Alagoas e foi vice-presidente da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino. Ativa articulista de jornais e revistas, consta que já aos 14 anos Rosinha colaborava com a página literária do extinto Jornal de Alagoas (CHALITA, 2000).

Rosinha não se furtava de emitir – com clareza – a sua opinião. Foi assim já em 6 de janeiro de 1963, quando por meio do artigo *O plebiscito*, na Gazeta de Alagoas, a articulista defendeu abertamente o regime presidencialista, ante o referendo que derrubou o ato adicional que instaurou o parlamentarismo no país. A opção pelo retorno do presidencialismo e, conseqüentemente, pela atribuição de poderes efetivos a João Goulart, não significou, por parte de Pereira do Carmo, o apoio desta à causa reformista preconizada pelo presidente.

Ao contrário, a escritora demonstraria em textos posteriores um posicionamento conservador e de irrestrito apoio a oposição engendrada pelo bloco modernizante-conservador. Foi assim no artigo *Enquanto é tempo...*, de 18 de agosto de 1963. Escrito em tom apocalíptico, o texto louva os movimentos de reação conservadora à investida do bloco social-reformista.

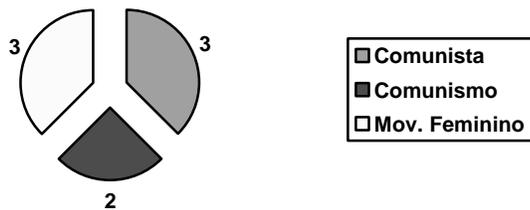
Amiga íntima da esposa de Arnon de Mello, Leda Collor (vide entrevista com Valmir Calheiros), Rosinha levou o seu engajamento para além das páginas da Gazeta de Alagoas, tornando-se uma das iniciadoras e líderes do Movimento Feminino Anticomunista de Alagoas, versão regional da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

Devotada articulista, Pereira do Carmo escreveu sobre o movimento em que tomara parte. Foi assim em 15 de março de 1964, com o texto *Grande movimento feminino*:

“A exemplo do que vem se fazendo em São Paulo e em Minas, aqui também toma vulto um grandioso movimento das mulheres alagoanas, de todas as categorias sociais, em defesa da integridade de nossa pátria, e de nossos lares ameaçados de destruição. E assim, das mais humildes às mais cultas, numa solidariedade comovente e rara, vão eles se agrupando, tomando posição, frente ao inimigo que bate às nossas portas, ousado, atrevido, capaz de todas as iniquidades, para atingir o fim que tem em mira”.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
6 de janeiro de 1963	Presidencialismo	Favorável
	Parlamentarismo	Desfavorável
18 de agosto de 1963	Comunista	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
15 de março de 1964	Mov. Feminino Anticomunista	Favorável
22 de março de 1964	Mov. Democrático Feminino	Favorável
	Comunismo	Desfavorável
29 de março de 1964	Jornalista Nascimento Brito	Favorável
	Rússia	Desfavorável
	Estados Unidos	Favorável
	Comunista	Desfavorável
5 de abril de 1964	Mov. Democrático Feminino	Favorável
	Comunistas	Desfavorável

Nomes, Causas, Instituições ou Eventos mais mencionados pela autora (por número de textos):



Teófanos Barros

Educador e religioso, Pe. Teófanos Barros foi chefe da Diretoria de Ensino – equivalente da atual Secretaria de Educação – durante o governo de Arnon de Mello (vide entrevista com Valmir Calheiros). Idealizou, em 1971, a Fundação Educacional Jayme de Altavila (FEJAL), instituição particular de ensino superior, cujo propósito original era o atendimento noturno à demanda composta pelos trabalhadores do comércio e da indústria (A INSTITUIÇÃO..., 2009). Na ocasião, contou com o apoio do então senador Arnon de Mello, em ação junto ao Ministério da Educação (vide entrevista com Carlos Mendonça).

Embora sem fazer concessões aos postulados comunistas – antes reforçando o discurso generalizado do bloco modernizante-conservador de estigmatização da tese marxista – o educador religioso faz críticas ao modo de produção hegemônico e questiona a omissão dos que se dizem cristãos diante do vasto *hall* de problemas sociais instalados no Brasil.

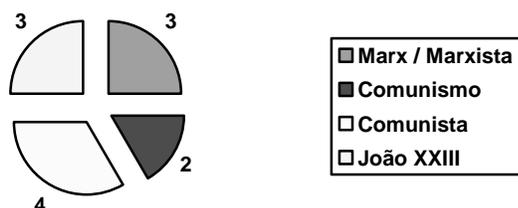
O escrito *Anticomunismo*, de 13 de novembro de 1963, traz, em seu conteúdo, uma síntese do pensamento questionador de Pe. Teófanos Barros. Aqui, a despeito de manter a sua oposição ao comunismo, o religioso não hesita em questionar o prisma ortodoxo dos que se declaram anticomunistas.

Pe. Teófanos Barros, secretário de Estado no governo Arnon de Mello (vide entrevista com Valmir Calheiros), também escreveu sob a inspiração de temas factuais. Em artigo publicado no dia 13 de agosto de 1963 – *Ao Padre Bastos Ávila* – o autor dirige-se, em meio a louvações, ao sociólogo conservador Pe. Fernando Bastos de Ávila, chegado a Maceió, oriundo do Rio de Janeiro, em agosto de 1963 com vistas à realização de conferências destinada as classes produtoras do estado.

Em consonância com suas críticas ao *estabeleshiment*, sem, porém, posicionar-se claramente em favor do bloco reformista de Goulart, Teófanês faz concessões ao ministro da educação Paulo de Tarso no artigo *Bravo, senhor ministro*, de 14 de setembro de 1963. Na ocasião, entretanto, a defesa a Paulo de Tarso não se choca com os interesses do proprietário da Gazeta de Alagoas, uma vez que um dos filhos de Arnon de Mello, Leopoldo Affonso Collor de Mello, então estudante de Direito, fora agraciado pelo ministro com o cargo de oficial de gabinete.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
13 de agosto de 1963	Pe. Bastos Ávila	Favorável
	Marx / Marxista	Desfavorável, Favorável
	Comunismo	Desfavorável, Favorável
	Comunista	Desfavorável
	Capitalista	Desfavorável
	João XXIII	Favorável
	Ibadista	Desfavorável
	Pe. Humberto	Favorável
21 de agosto de 1963	Latifundiários	Desfavorável
	João XXIII	Favorável
	Comunista	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Marx	Desfavorável
	Concentração de Renda	Desfavorável
13 de setembro de 1963	I Seminário de Reformas de Base e Problemas Estudantis	Favorável
	UESA	Favorável
	Sudene	Desfavorável
	Aliança para o Progresso	Desfavorável
14 de setembro de 1963	Ministro Paulo de Tarso	Favorável
8 de novembro de 1963	João XXIII	Favorável
	Paulo VI	Desfavorável
	Comunistas	Desfavorável
	Distribuição de riquezas	Favorável
13 de novembro de 1963	Marxista	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável

Nomes, Causas, Instituições ou Eventos mais mencionados pelo autor (por número de textos):



Wanillo Galvão

Wanillo Galvão, germanófilo e simpatizante do partido Nazista durante a juventude, segundo admitiu no artigo *Decisão político-partidária*, publicado na Gazeta de Alagoas do dia 16 de janeiro de 1964, liderou em Alagoas o Partido da Representação Popular (PRP), agremiação inspirada pela Ação Integralista Brasileira.

Sobre a sua formação política, escreveu no mesmo artigo:

“Continuava no mundo das interrogações. Não encontrava nada de positivo e concreto. Foi quando li *Madrugada de Espírito*, de Plínio Salgado. Daí por diante, encontrei o verdadeiro caminho para lançar-me na política brasileira. Absorvi mais de sessenta obras do mesmo escritor e sociólogo nacional”.

Galvão criou a Patrulha Nacional-Cristã, movimento por meio do qual condenaria o bloco-histórico reformista de Brizola e Arraes, e em nome da qual comandou o programa “Alerta, Brasil!”, levado ao ar semanalmente pela rádio Gazeta de Alagoas. Fundou ainda a diocese alagoana da Igreja Católica Brasileira, onde foi bispo (vide entrevista com Valmir Calheiros). Antes, havia sido professor do Liceu Alagoano e irmão Marista (vide entrevista com Carlos Mendonça).

Na Gazeta de Alagoas, Wanillo Galvão publicou regularmente diversos artigos, muitos dos quais – dentro do intervalo de tempo previsto pela pesquisa - sobre política. Como na edição de 4 de maio de 1963, da Gazeta de Alagoas. Aqui, Galvão comentou, em seu artigo *Arraes repudiado em Alagoas*, a visita de Miguel Arraes a Alagoas por ocasião do I Seminário Operário-Estudantil-Camponês:

“A recente visita do sr. Miguel Arraes às Alagoas, quando do encerramento do fracassado I Seminário Operário-Estudantil-Camponês, demonstrou o repúdio do povo alagoano aos métodos predatórios e revolucionários que, ora, lavram tão perigosamente, em Pernambuco”.

Escrevendo em nome de sua Patrulha Nacional-Cristã, no artigo *Um idealista democrata-cristão*, de 9 de julho de 1963, Wanillo Galvão profere elogios ao proprietário do jornal e da rádio Gazeta – veículos que lhe abrem espaço –, Arnon de Mello, por ocasião do ingresso deste no Partido Democrata Cristão. O Partido Democrata Cristão, do conservador Arnon de Mello volta a ocupar a temática dos escritos de Galvão em 20 de julho de 1963, no artigo *Democracia cristã*, por ocasião da Convenção Municipal do PDC. Os postulados do partido são elogiados e apontados como coadunes aos da Patrulha Nacional-Cristã. Além das habituais críticas ao socialismo, aparecem, aqui, referências negativas ao capitalismo.

Na edição de 7 de agosto de 1963 da Gazeta de Alagoas, outro evento de cunho esquerdista é criticado veementemente por Galvão. Desta feita, no artigo *Entreguismo vermelho*, o alvo é o Congresso do Mundo Subdesenvolvido, realizado em julho de 1963, em Salvador. No mesmo artigo surgem fervorosas críticas a ala progressista da Igreja Católica: “O interessante é ter-se visto, dias antes, gente rezando, fervorosamente, o Santo Rosário, na praça da Sé, e depois, tramando com os russos e chineses contra a soberania nacional”.

A ala progressista da igreja tornou a ser abordada por Galvão em 20 de agosto de 1963, no artigo *Aproveitadores de Encíclicas*, onde são criticadas as interpretações de cunho social das Encíclicas, em especial aquelas redigidas pelo Papa João XXIII. A ala reformista da Igreja Católica parecia preocupar Wanillo Galvão, a ponto de tornar-se tema recorrente de seus artigos. Em “*O catolicismo ainda é cristão?*”, de 15 de outubro de 1963, Galvão dirige-se “aos católicos que se vangloriam e dizem que são da esquerda”, ao resenhar a obra “*O Catolicismo ainda é cristão?*”, do padre progressista Aloísio Guerra.

Em seus artigos, Galvão demonstrava simpatia à pessoa e a causa de João Calmon, político então ligado ao bloco modernizante-conservador e importante executivo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Por ocasião do advento da “Rede da

Democracia”, cadeia radiofônica – que envolviam emissoras como as rádios Globo e Tupi – de apoio ao discurso modernizante-conservador e de oposição ao reformismo de Goulart, Wanillo publicou o artigo *Réplica ao monólogo*, na Gazeta de 13 de novembro de 1963, em que louva as transmissões.

No mês de novembro de 1963, por ocasião do aniversário da Intentona Comunista, empreendida em 1935, Wanillo Galvão relembrou o episódio em duas oportunidades, sempre do ponto de vista oficial, emitindo duras críticas ao movimento e a alguns de seus participantes, como o comunista gaúcho Luis Carlos Prestes, ao passo que enaltece o Exército.

Clamores aos “bons” brasileiros e especialmente à juventude, contra o “perigo” do comunismo são recorrentes nos textos de Wanillo Galvão. Todavia, no artigo *Convocação da juventude*, de 8 de janeiro de 1964, tal chamamento é elevado ao patamar de carro-chefe. Aqui, os jovens rotulados de “playboy”, “safadão” e até “malandro” são vistos como potenciais aliados contra os comunistas – estes sim, verdadeiramente nocivos, na ótica do autor.

Nos artigos dos dias 29 de janeiro de 1964, 5 de fevereiro de 1964 e 15 de fevereiro de 1964, em meio a críticas ao reformismo e ao comunismo, Wanillo Galvão se opõe de forma confusa e evasiva ao liberalismo. A julgar pelo conteúdo dos textos, o autor não possuía domínio sobre tal conceito. Em todo caso, as críticas partem de uma perspectiva conservadora, inspirada pela formação integralista do autor. O liberalismo é novamente atacado – no artigo *Dois inimigos da humanidade*, de 27 de fevereiro de 1964 – e com ele, o capitalismo e o comunismo, com maior destaque negativo para o último.

Quanto à possibilidade da legalização do Partido Comunista – tema em discussão na época com o apoio do presidente João Goulart –, Galvão, como previsível, posicionou-se contrário, na medida em que tal concessão, de fato, representaria um avanço de posição do bloco antagônico àquele preconizado pelo articulista no tabuleiro da disputa pela hegemonia.

Em 6 de março de 1964, Galvão surpreende em seu artigo *Revolução cubana*, ao afirmar, a despeito de várias ressalvas do articulista, que a Revolução Cubana “foi – no termo exato, uma rebelião contra a tirania de Batista que, despoticamente, sufocava o seu povo”. O tom de reconhecimento, entretanto, não passa das primeiras linhas. A seguir, o autor afirma:

“Porém, tudo não passou de uma farsa de Fidel Castro, pois substituiu uma ditadura por outra muito pior ainda. Aproximou-se do comunismo internacional. Declarou, publicamente, que fizera uma revolução socialista e, logo, aderiu ao bloco soviético”.

Coincidentemente, com a aproximação do movimento golpista da madrugada de 1º de abril de 1964, os artigos assinados por Wanillo Galvão, na Gazeta de Alagoas, passam a ter como diapasão, clamores e chamamentos. O artigo *Ação patriótica da mulher*, de 17 de março de 1964, comemora o lançamento do Movimento Feminino Anticomunista de Alagoas, grupo – de ação regional – nos mesmos moldes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

Se no artigo de 17 de março o chamamento é destinado prioritariamente às mulheres, no texto *Toque de reunir*, de 26 de março de 1964, Wanillo Galvão faz uma conclamação genérica. Faltava menos de uma semana para que a mais recente das ditaduras brasileiras fosse proclamada.

Doze dias após o golpe articulado pelo bloco modernizante-conservador, em 12 de abril de 1964, Wanillo Galvão publica o artigo *E a batalha continua...*, onde, além de louvar o golpe, continua convidando os “bons” brasileiros a manterem-se atentos contra o comunismo.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
4 de maio de 1963	Miguel Arraes	Desfavorável
	Reformas	Desfavorável
	Comunizado	Desfavorável
7 de maio de 1963	Jacobinismo	Desfavorável
	Nazismo	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Karl Marx	Desfavorável
15 de maio de 1963	Marxista / Karl Marx	Desfavorável

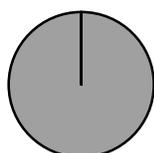
	Revolução Francesa	Desfavorável
27 de junho de 1963	Socialismo	Desfavorável
	Pio XII	Favorável
	Paulo VI	Favorável
	João XXIII	Favorável
9 de julho de 1963	Patrulha Nacional Cristã	Favorável
	Arnon de Mello	Favorável
	PDC	Favorável
	Comunismo	Desfavorável
20 de julho de 1963	Leda Collor	Favorável
	PDC	Favorável
	Patrulha Nacional Cristã	Favorável
	Comunista	Desfavorável
	Capitalismo	Desfavorável
	Socialismo	Desfavorável
7 de agosto de 1963	Congresso do Mundo Sub-desenvolvido	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	Marxismo	Desfavorável
	Fidel Castro	Desfavorável
	Kruschev	Desfavorável
	Rússia	Desfavorável
	China / Chineses	Desfavorável
	Socialistas / Socialismo-Cristão	Desfavorável
20 de agosto de 1963	João XXIII	Favorável
	Socialistas	Desfavorável
	Comunistas	Desfavorável
	Padre Lage	Desfavorável
22 de agosto de 1963	Capitalismo	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Burguesia	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
30 de agosto de 1963	Plínio Salgado	Favorável
15 de outubro de 1963	Pe Aloísio Guerra	Desfavorável
	Frei Josaphat	Desfavorável
	Pe. Lage	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Karl Marx	Desfavorável
	Programa Alerta Brasil!	Favorável
	Patrulha Nacional Cristã	Favorável
	UNE	Desfavorável
29 de outubro de 1963	Comunismo	Desfavorável
	Partido Comunista	Desfavorável
	Rússia	Desfavorável
	CGT	Desfavorável

13 de novembro de 1963	Rede da Democracia	Favorável
	Rádio Tupi	Favorável
	Rádio Globo	Favorável
	Rádio Jornal do Brasil	Favorável
	João Calmon	Favorável
	Brizolista	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
19 de novembro de 1963	Comunista	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Marxista-leninista	Desfavorável
	Capitalismo	Desfavorável
	Liberalismo	Desfavorável
	Kruschev	Desfavorável
	Luta de Classes	Desfavorável
26 de novembro de 1963	Hitler	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	John Kennedy	Favorável
	Lênin	Desfavorável
	Stálin	Desfavorável
	Mao-Tse-Tung	Desfavorável
	Fidel Castro	Desfavorável
27 de novembro de 1963	Luiz Carlos Prestes	Desfavorável
	Exército	Favorável
	Intentona Comunista	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	David Capistrano	Desfavorável
	Gregório Bezerra	Desfavorável
	Moscou	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
3 de dezembro de 1963	Forças Armadas	Favorável
	Intentona Comunista	Desfavorável
	Rússia	Desfavorável
8 de janeiro de 1964	Comunismo	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	Burguesia	Desfavorável
	Capitalista	Desfavorável
	Karl Marx	Desfavorável
	Kremilin	Desfavorável
16 de janeiro de 1964	Integralismo	Favorável
	Plínio Salgado	Favorável
	Partido de Representação Popular (PRP)	Favorável
	Ação Integralista Brasileira	Favorável
29 de janeiro de 1964	Liberalismo	Desfavorável
	Reformistas	Desfavorável

2 de fevereiro de 1964	João Calmon	Favorável
	Rede da Democracia	Favorável
5 de fevereiro de 1964	Rússia	Desfavorável
	Cuba	Desfavorável
	Fidel Castro	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Liberalismo	Desfavorável
15 de fevereiro de 1964	Integralista	Favorável
	Liberalismo	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	CGT	Desfavorável
19 de fevereiro de 1964	Partido Comunista	Desfavorável
	Programa Alerta Brasil!	Favorável
	Magalhães Pinto	Desfavorável
27 de fevereiro de 1964	Capitalismo	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Liberalismo	Desfavorável
	União Soviética	Desfavorável
6 de março de 1964	Revolução Cubana	Desfavorável, Favorável
	Batista (Fugêncio)	Desfavorável
	Fidel Castro	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Socialista	Desfavorável
	Bloco Soviético	Desfavorável
17 de março de 1964	Comunista	Desfavorável
	Patrulha Nacional Cristã	Favorável
	Mov. Feminino Anticomunista em Alagoas	Favorável
	Rosinha Coelho Pereira do Carmo	Favorável
26 de março de 1964	Patrulha Nacional Cristã	Favorável
	Programa Alerta Brasil!	Favorável
	Moscou	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	Reformista	Desfavorável
12 de abril de 1964	Golpe	Favorável
	Brizolista	Desfavorável
	Comunização / Comunismo	Desfavorável

Nomes, Causas, Instituições ou Eventos mais mencionados pelo autor (por número de textos):

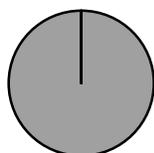
Comunista / Comunizado / Partido Comunista



15

 Desfavorável

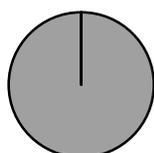
Comunismo / Comunização



12

 Desfavorável

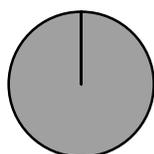
Karl Marx / Marxista / Marxismo / Marxista-Leninista



6

 Desfavorável

Rússia / União Soviética / Moscou / Kremlin / Bloco Soviético



9

 Desfavorável

4.2.2. Outros Articulistas e Cronistas

Em ordem alfabética.

Amélia Rebelo

Filha de José Rebêlo – outro colaborador da Gazeta de Alagoas – e, atualmente, procuradora aposentada (Vide entrevista com Valmir Calheiros), Amélia Rebêlo dedicou-se a escrever sobre um tema factual em 26 de setembro de 1963, o Seminário de Reformas de Base e Problemas Estudantis, realizado pela União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas na primeira quinzena de setembro em Palmeira dos Índios (AL), cidade onde residia a autora.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
26 de setembro de 1963	Seminário Estudantil em Palmeira dos Índios (de Reformas de Base e problemas estudantis)	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável

Anilda Leão

Atriz e poetisa, Anilda Leão foi uma das fundadoras da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, integrou a Associação dos Cronistas Teatrais de Alagoas e colaborou ativamente com o movimento teatral de Alagoas. Integrante de uma família tradicional do estado, é filha do ex-deputado e ex-prefeito de Maceió Joaquim Leão (Vide entrevista com Valmir Calheiros). Os artigos assinados por Anilda refletem uma postura progressista, especialmente se relativizados no contexto das publicações da Gazeta de Alagoas no período analisado pela pesquisa.

No escrito *Comentários*, publicado na Gazeta em 19 de janeiro de 1964, por exemplo, Anilda Leão – embora não se declare uma intelectual do bloco reformista – ironiza a cerrada oposição ao comunismo.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
19 de janeiro de 1964	Evasivo	
23 de fevereiro de 1964	Evasivo	

Cândida

Jornalista responsável pela coluna social diária da Gazeta de Alagoas.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
4 de abril de 1964	Forças Armadas	Favorável

	Golpe	Favorável
	Comunismo	Desfavorável
	Patrulha Nacional Cristã	Favorável

Delza Leite Góes

Assim como José Rebêlo, Francisco Rizzo e José Arnaldo Lisboa Martins, Delza Leite Góes ateve-se à situação político-social brasileira na primeira metade da década de 1960, valendo-se, para tal, de argumentos e lugares-comuns em seu *O Brasil atual*, de 20 de março de 1964, que conta com um diapasão apocalíptico para expor uma análise pessimista da realidade brasileira.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
20 de março de 1964	Bloco Reformista	Desfavorável

D. Fernando Iório

O religioso maceioense Dom Fernando Iório Rodrigues é, desde meados da década de 1980, bispo da Diocese de Palmeira dos Índios. Foi professor de Língua Portuguesa na Universidade Federal de Alagoas e mestre e doutor em Língua portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (RJ). Autor de diversas obras – dentre as quais *O linguajar matuto* e *Passos de Mariana* – é membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (OS PALMEIRENSES..., 2009). Atualmente, integra o Conselho Estratégico da Organização Arnon de Mello, instância esta presidida por Carlos Mendonça.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
7 de fevereiro de 1964	Concentração de Renda	Desfavorável

Eraldo Prezado

Eraldo Prezado, assim como Waldir Cipriano, escolhe abordar o polêmico tema da reforma agrária. Enquanto o primeiro faz ressalvas ao modelo de reforma agrária, defendendo suportes suplementares à distribuição de terras, o segundo adota uma postura mais conservadora e de defesa da propriedade privada.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
21 de junho de 1963	Reforma Agrária	Favorável c/ Ressalvas

Francisco Rizzo

Em sua intervenção na Gazeta, Francisco Rizzo – em tom de pessimismo exacerbado – não poupa João Goulart de críticas e ironiza a postura trabalhista do presidente.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
4 de setembro de 1963	Presidente	Desfavorável

Hermann Tôrres

O ex-deputado estadual Hermann Tôrres foi vice-presidente do diretório regional do Partido Democrata Cristão (PDC) em Alagoas e suplente de Arnon de Mello no Senado Federal.

Escrevendo em nome de seu partido, Tôrres, no artigo *Porque urgem as reformas de base*, publicado na Gazeta de Alagoas de 13 de julho de 1963, discorreu sobre as reformas, chegando a defender um modelo “democrata-cristão”, ao passo em que, na prática, seu grupo político, liderado por Arnon de Mello, adotava uma postura de oposição ao bloco reformista e de apoio direto ao golpe modernizante-conservador.

A polêmica amplificada pelo presidente João Goulart – que se demonstrou simpático a legalização do Partido Comunista – recebeu atenção de Hermann Tôrres no artigo *A legalização do Partido Comunista*, publicado em 8 de março de 1964. Aqui, após algumas considerações, o autor – como esperado – posiciona-se contra a medida.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
13 de julho de 1963	PDC	Favorável
	Comunistas	Desfavorável
	Forças de Direita	Desfavorável
	Reformas de Base	Favorável c/ Ressalvas
8 de março de 1964	Partido Comunista	Desfavorável
	Moscou	Desfavorável

Jarbas da Rosa Oiticica

Membro do Lyons Clube de Maceió. Envolveu-se em uma polêmica com Anilda Leão, ao refutá-la durante uma reunião-asmbléia do clube por considerar a palestra da escritora e atriz “um hino de louvor ao socialismo soviético”.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
25 de setembro de 1963	Anilda Leão	Desfavorável
	Rússia	Desfavorável
	Lyons Clube de Maceió	Favorável

João Alfredo

Em seu texto, João Alfredo noticia – não sem entusiasmo – o jantar dedicado ao conservador João Calmon quando de sua visita a Maceió, oferecido por empresários e comerciantes locais, cedendo generoso espaço para transcrição de discursos do homenageado.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
24 de janeiro de 1964	João Calmon	Favorável
	Governo	Desfavorável
	Livre Iniciativa / Classe Empresarial	Favorável
	Estatização	Desfavorável
	Comunistas	Desfavorável

José Arnaldo Lisboa Martins

Engenheiro de tráfego, com livros publicados sobre o assunto, Lisboa Martins aborda - em *O Brasil cresce com fome*, de 23 de novembro de 1963 - a contradição entre o desenvolvimento econômico brasileiro e os indicadores sociais.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
23 de novembro de 1963	Patrões	Desfavorável

José Medeiros

Médico, escritor e professor, José Medeiros ocupou cargos governamentais, dentre os quais a Secretária de Estado da Educação e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) (Vide entrevista com Valmir Calheiros). Textos políticos de José Medeiros são escassos nas páginas da Gazeta de Alagoas e tornam-se ausentes antes mesmo do advento do golpe de 1964.

Embora sob o diapasão conciliador, Medeiros, em seus artigos publicados na Gazeta de Alagoas, defendeu a reforma agrária e as demais reformas de base. É o que pode ser constatado no texto *Democratização das terras* – de 5 de maio de 1963, onde afirma: “A

reforma agrária é uma necessidade. E não só a agrária. As outras reformas de base, também. Esperamos que dessa vez a coisa vai”.

Na edição de 19 de maio de 1963, no artigo *Nobel para João XXIII*, Medeiros discorre sobre a União Nacional dos Estudantes, fazendo concessões – especialmente à iniciativa desta entidade estudantil de lançar João XXIII ao Nobel da Paz – ao passo em que reduz, por meio de sugestão, a convicção ideológica de seus militantes à mera “psicologia juvenil”.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
5 de maio de 1963	Reforma Agrária	Favorável
	Reforma de Base	Favorável
19 de maio de 1963	Governador Carioca	Desfavorável
	Papa João XXIII	Favorável
	UNE	Favorável, Desfavorável
28 de maio de 1963	Amaral Neto (UDN – GB)	Desfavorável
	Reformas	Favorável
	Reforma Agrária	Favorável c/ Ressalva

José N. de Carvalho

Em seu texto, Carvalho discorre sobre I Congresso Regional dos Círculos Operários do Norte – Nordeste, que seria realizado em outubro de 1963, em Fortaleza (CE), e aproveita para expor – sob uma ótica progressista – o tema da reforma agrária, um dos prováveis pontos de discussão a ser elencado no evento.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
29 de setembro de 1963	I Congresso Regional dos Círculos Operários no Norte Nordeste	Favorável
	Reforma Agrária	Favorável
	Latifúndios	Desfavorável

José Pinto de Barros

Colaborador freqüente da Gazeta de Alagoas e membro de família tradicional do agreste do estado, José Pinto de Barros foi prefeito de Palmeira dos Índios (AL) de 1941 a 1947, elegendendo-se, em seguida, deputado estadual (JOSÉ PINTO..., 2009).

Ao escrever para a Gazeta, protagoniza uma atitude ousada, ao louvar o desgastado Instituto Brasileiro de Ação Democrática, entidade vinculada ao bloco modernizante-conservador, no artigo *Louvável Missão*, de 10 de maio de 1963. Na ocasião, afirma: “Merece louvores a campanha que vem sendo empreendida pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática em favor do homem do campo”.

Em *Sejamos unidos*, de 1º de agosto de 1963, José Pinto de Barros tece comentários sobre a situação político-social brasileira em meados da década de 1960. Aqui, deixa transparecer uma postura moderada – quase conservadora – em relação ao fenômeno de democratização fundamental por qual passa o país.

O assassinato de John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, em 22 de novembro de 1963, sensibilizou o articulista, que dedicou, em 1º de dezembro de 1963, o texto *Estadista do século* ao idealizador do programa “Aliança para o Progresso”.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
10 de maio de 1963	IBAD	Favorável
1 de agosto de 1963	Luta de Classe	Desfavorável
1 de dezembro de 1963	John Kennedy	Favorável
	Aliança para o Progresso	Favorável

José Rabelo

Advogado autodidata e colaborador de jornais, foi vereador em Palmeira dos Índios por cinco legislaturas (OS PALMEIRENSES..., 2009).

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
18 de junho de 1963	Governo	Desfavorável

J. Silveira

Geógrafo e professor do antigo Liceu Alagoano, J. Silveira Camerino escrevia regularmente para a Gazeta, especialmente sobre temas internacionais (Vide entrevista com Valmir Calheiros).

É o que ocorre, por exemplo, no artigo *Nossas esperanças*, veiculado na Gazeta de Alagoas em 12 de abril de 1964; no pós-golpe, portanto. Aqui, J. Silveira dedica-se a louvar

o golpe e o Exército Brasileiro a partir de uma análise crítica do regime cubano, comandado por Fidel Castro.

Meses antes, na Gazeta de Alagoas de 17 de julho de 1963, por meio do artigo *Notas avulsas: Bossa nova e reformas de base*, o professor do Liceu Alagoano põe em dúvida a reforma agrária proposta pelo governo reformista de João Goulart.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
12 de abril de 1964	Golpe	Favorável
	Exército	Favorável
	Russos	Desfavorável
	Cuba	Desfavorável
	Fidel Castro	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável

Júlio França

Ex-deputado estadual e amigo de Arnon de Mello, no texto *Tópicos*, de 3 de agosto de 1963, Júlio França é abrangente ao comentar as reformas, embora frise a reforma agrária.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
3 de agosto de 1963	Reformas	Favorável
	Reforma Agrária	Favorável
	Getúlio Vargas	Favorável
	Eurico Dutra	Favorável

L. R. de Paiva Lima

Sobrinho de Fernandes Lima, ex-governador do estado de Alagoas, Luiz Renato de Paiva Lima era bacharel em Direito e foi repórter da Gazeta de Alagoas (Vide entrevista com Valmir Calheiros). Politicamente conservador – era ligado a UDN – Paiva de Lima se opôs – por meio de seus artigos – ao governo de João Goulart e ao bloco reformista, do qual simpatizava o presidente.

Em alguns casos, sua postura alinhada ao bloco modernizante-conservador era exposta de forma pouco clara, como no artigo *Natal – 1963*, publicado em 25 de dezembro de 1963, data emblemática para o cristianismo ocidental.

Em outra oportunidade, entretanto, sua oposição à gestão de Goulart é exposta de forma acintosa, como no artigo *Dobram os sinos pela democracia*, de 24 de março de 1964.

No plano internacional, o artigo *Morre um líder*, publicado em 6 de dezembro de 1963, discorre sobre John Kennedy, por ocasião de seu assassinato ocorrido no mês anterior. Trata-se de uma homenagem póstuma de Paiva Lima ao líder norte-americano.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
6 de dezembro de 1963	John Kennedy	Favorável
25 de dezembro de 1963	Governo	Desfavorável
24 de março de 1964	João Goulart	Desfavorável
	Comunismo	Desfavorável
	Comício das Reformas (13/mar)	Desfavorável

Mário Lyra

Membro de uma tradicional família de agropecuaristas, Mário Lyra possuía propriedade rural no município de União dos Palmares (AL). Com o golpe civil-militar de 1964, tornou-se, posteriormente, secretário de Estado da comunicação do governo Afrânio Lages (Vide entrevista com Valmir Calheiros).

Com familiares agroindustriais e, ele próprio, proprietário rural, Lyra dedicou-se, em seus artigos publicados na Gazeta de Alagoas, à oposição ao governo Goulart, especialmente a política agrária do Ministério da Agricultura, e à reforma agrária. Mário Lyra também condenou lideranças reformistas, valendo-se, para tal, de críticas generalizadas ao cenário político-social brasileiro.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
31 de maio de 1963	Ministério da Agricultura	Desfavorável
21 de junho de 1963	Reforma Agrária	Desfavorável
	Governo Federal	Desfavorável

Messias de Gusmão

Autor do livro *Boca da grotta*, sobre política regional (Vide entrevista com Valmir Calheiros), Messias de Gusmão exerceu cargos públicos e foi presidente da Associação dos Plantadores de Cana-de-açúcar de Alagoas, engajamento que se fez refletir no conteúdo de seus artigos para a Gazeta de Alagoas, como no texto *Reforma agrária sem dinheiro?*, de 9

de junho de 1963, em que questiona o modelo de reforma agrária requisitada pelos movimentos sociais, cujos militantes são rotulados de “agitadores subversivos” pelo autor.

A relação entre patrão e empregado foi uma tônica constante dos escritos de Messias de Gusmão. Sob o prisma do interesse patronal, o autor argumenta em favor da “harmonia” e da mitigação de tensões que remetam a luta de classe. Em *A palavra da Igreja*, de 22 de fevereiro de 1964, Messias de Gusmão vale-se de referências religiosas – artifício utilizado também em artigos anteriores – em seu esforço classista pela mitigação das tensões provocadas pela luta de classes.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
9 de junho de 1963	Reforma Agrária	Desfavorável
18 de agosto de 1963	Proprietário Rural	Favorável
	Trabalhador Rural	Desfavorável
22 de novembro de 1963	Luta de Classes	Desfavorável
22 de fevereiro de 1964	Luta de Classes	Desfavorável
	Marxista	Desfavorável

Ramos Teixeira

Acompanhou e cobriu para a Gazeta de Alagoas o I Seminário de Reformas de Base e Problemas Estudantis, realizado na primeira quinzena de setembro de 1963 na cidade alagoana de Palmeira dos Índios.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
19 de setembro de 1963	I Seminário de Reformas de Base e Problemas Estudantis	Favorável
	Reformas de Base	Favorável

Rui Sampaio

Articulista distinto em meio ao grupo de colaboradores da Gazeta de Alagoas, Rui Sampaio foi um dos poucos publicados pelo jornal de Arnon de Mello a defender, abertamente, postulados encampados pelos movimentos sociais aglutinados em torno do bloco reformista de Goulart, Brizola e Arraes.

Em uma série de três artigos publicados dentro de cinco dias, Sampaio argumenta a favor da reforma agrária. No primeiro deles, *As quatro verdades da reforma agrária – I*, de

31 de julho de 1963, o autor desenvolve a sua tese pró-reformista por meio de uma resposta à série de artigos publicadas na própria Gazeta, pelo agropecuarista Mário Lyra, em que este – membro de tradicional família de usineiros (vide entrevista com Valmir Calheiros) – condena a reforma agrária e a plataforma reformista do governo federal.

Foram poucas as aparições de Rui Sampaio em textos políticos nas páginas da Gazeta de Alagoas, especialmente a partir do desfecho de 1963. Numa dessas escassas ocasiões, em 15 de novembro de 1963, no texto *Lá como cá*, o articulista condena a postura do então governador paulista, o modernizante-conservador Ademar de Barros, de ordenar a apreensão de cópias de livros da coleção “Cadernos do povo brasileiro”, por considerá-la “subversiva”.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
2 de agosto de 1963	Reforma Agrária	Favorável
31 de julho de 1963	Reforma Agrária	Favorável
	João XXIII	Favorável
4 de agosto de 1963	Reforma Agrária	Favorável
	Roosevelt	Favorável
15 de novembro de 1963	Governador de S. Paulo (Ademar de Barros)	Desfavorável

Tobias Granja

Francisco Guilherme Tobias Granja, natural de Palmeira dos Índios (AL), foi jornalista e advogado. Na imprensa, iniciou sua carreira na Gazeta de Alagoas, na primeira metade da década de 1960, por indicação do colega Valmir Calheiros (Vide entrevista com Valmir Calheiros). Posteriormente, no Rio de Janeiro, escreveu para revistas nacionais, como *Manchete* e *Cruzeiro* (ASSEMBLEIA CRIA..., 2009). Acabou assassinado em Maceió, no ano de 1982, por envolver-se – como advogado – em um conflito entre famílias.

Embora já escrevesse em profusão para a Gazeta de Alagoas, nos anos 1963 e 1964 Tobias Granja ainda era estudante e nessa condição envolvia-se no movimento estudantil. Seu engajamento reflete-se no conteúdo de seus textos publicados na Gazeta no período analisado pela pesquisa, mais progressista que a média das publicações do jornal.

No texto *No “Seminário de Reformas” – 3: Descompromissada juventude – Ao lado da verdade – Os ibadianos*, de 2 de outubro de 1963, por exemplo, Tobias Granja

condena – em nome da juventude – o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade congênere do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e uma das bases da campanha modernizante-conservadora contra o reformismo de Goulart:

“Ponto de vista da maioria consciente da juventude é de que o IBAD, máquina [de] desonestidade política, prostitui consciências, degenera o que nos resta de democracia. Aqueles que têm suas candidaturas financiadas pelo vil dinheiro nos fazem lembrar Judas e as trinta moedas. No parlamento nacional temos 160 Judas. Traidores do povo e, por isso mesmo, anti-povo e, ainda mais, (em consequência), antipatriotas”.

O jornal *Gazeta de Alagoas* publicou também, em 5 de dezembro de 1963, sob o título *Juventude e revolução*, o discurso proferido por Tobias Granja na solenidade de encerramento das atividades do Centro de Estudos Jacques Maritain, em 30 de novembro daquele ano, no Teatro Deodoro, em Maceió. Na ocasião, o jornalista-estudante defende as reformas.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
2 de outubro de 1963	IBAD	Desfavorável
	I Seminário de Reformas de Base e Problemas Estudantis	Favorável
	Carlos Gomes (Dep. Federal)	Desfavorável
	Segismundo Andrade (Dep. Federal)	Desfavorável
	Medeiros Netto (Dep. Federal)	Desfavorável
	Ivan Hasslocher	Desfavorável
	Paulo de Tarso (Dep. Federal)	Favorável
	José Aparecido (Dep. Federal)	Favorável
	João Dória (Dep. Federal)	Favorável
17 de novembro de 1963	Direitismo	Desfavorável
	Marx	Desfavorável
5 de dezembro de 1963	Reformista	Favorável
	Frei Carlos Josaphat	Favorável
	Latifundiário	Desfavorável
	João XXIII	Favorável
	Extremismo de Esquerda	Desfavorável
	Extremismo de Direita	Desfavorável

Waldir Cipriano

Membro da Associação Alagoana de Imprensa.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
25 de julho de 1963	Reforma Agrária	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	Proudhon	Desfavorável
	Marx	Desfavorável
	Engels	Desfavorável
	Lênin	Desfavorável

4.2.3. Articulistas e Cronistas do Cenário Nacional

Nos meses anteriores ao evento da madrugada de 1º de abril de 1964 a Gazeta de Alagoas publicou também textos de personalidades eminentes do cenário nacional – quase sempre alinhadas ao bloco modernizante-conservador de oposição ao então presidente João Goulart. Boa parte de tais artigos foram transcritos de outros veículos nacionais, em especial do jornal carioca O Globo, das organizações Globo, forte aliado do bloco modernizante-conservador. Aqui, os autores seguem dispostos em ordem alfabética.

Augusto Frederico Schmidt

Poeta e editor carioca, Augusto Frederico Schmidt (1906 – 1965) escreveu o artigo *A beira da ruína*, veiculado nas páginas da Gazeta em 10 de julho de 1963.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
10 de julho de 1963	Petrobrás	Desfavorável
	Presidente	Desfavorável
	Comunistas	Desfavorável
	Socialistas	Desfavorável

Eugênio Gudín

Transcrito de O Globo, o artigo *A investida contra a iniciativa privada*, de Eugênio Gudín, foi publicado originalmente no diário carioca em 21 de agosto de 1963, chegando às páginas da Gazeta de Alagoas em 24 de agosto de 1963.

Economista carioca, Eugênio Gudín Filho (1886 – 1986) foi um dos mais engajados militantes do bloco modernizante-conservador. Engenheiro por formação, trabalhou em diversas empresas estrangeiras em atuação no Brasil. No campo acadêmico, exerceu o magistério na Universidade do Brasil, e foi designado, em 1944, para redigir o projeto de lei de institucionalização do curso superior de Economia no país.

Partidário intransigente do capital estrangeiro, da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior e do controle da inflação fundada na redução de investimentos públicos e na restrição ao crédito, Gudin foi notório opositor da criação da Petrobrás (EUGÊNIO GUDIN..., 2009). Alinhado politicamente à União Democrática Nacional (UDN), engrossou – em meados da década de 1950 – com críticas a Getúlio Vargas, então presidente da república, a campanha que culminou com o suicídio do líder trabalhista. Ironicamente, na década de 1960, Gudin tornar-se-ia vice-presidente da Fundação que leva o nome do ex-presidente – Fundação Getúlio Vargas. O economista liberal apoiou ainda a deposição de João Goulart, especialmente por meio da publicação sistemática de artigos na imprensa, dentre os quais o texto *A investida contra a iniciativa privada*.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
24 de agosto de 1963	Iniciativa Privada	Favorável
	CGT	Desfavorável
	PTB	Desfavorável
	Petrobrás	Desfavorável
	Comunistas	Desfavorável
	Presidente da República	Desfavorável
	Socialismo	Desfavorável
	Reforma Agrária	Desfavorável
	Forças Armadas	Favorável

General A. C. Moniz de Aragão

O General A. C. Moniz de Aragão, que, segundo Valmir Calheiros (vide entrevista), mais tarde participaria do movimento de deposição de João Goulart, igualmente publicou nas páginas da Gazeta. O jornal de Arnon de Mello veiculou, do general, o artigo *Lágrimas, suor e sangue? Não, basta trabalho, esforço e honestidade*, em 27 de julho de 1963.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
27 de julho de 1963	Reformas de Base	Desfavorável
	Luta de Classe	Desfavorável

Glycon de Paiva

De O Globo de 21 de dezembro de 1963 foi copiado o artigo *Espoliação*, de Glycon de Paiva, publicado na Gazeta de Alagoas em 24 de dezembro de 1963. Geólogo mineiro, Glycon de Paiva foi uma das figuras mais atuantes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), entidade da qual foi vice-presidente. Ocupou ainda diversos cargos

governamentais, como a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1956. Além de propugnar o controle da natalidade, Glycon defendia a “... coexistência de capitais estrangeiros para o desenvolvimento dos recursos minerais no país...” (ASSIS, 2001, p.65).

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
24 de dezembro de 1963	Comunista	Desfavorável
	Estados Unidos	Favorável

João Alberto Leite Barbosa

Outro publicado pela Gazeta foi João Alberto Leite Barbosa, “economista de O Globo e da CONSULTEC – consultoria liderada por Roberto Campos responsável por elaborar projetos de investimentos governamentais no final dos anos cinquenta” (BRISO NETO, 2008, P.182).

No artigo *Aos homens de empresa (III)*, veiculado em 5 de março de 1964, Barbosa exerce seu papel de intelectual modernizante-conservador, ao escrever:

“É preciso reagir enquanto é tempo. A livre empresa está sob ameaça contínua e, a cada dia que passa, vemos desmoronar baluartes que caem sem resistência, apáticos, dominados pelo medo e coagidos pela força. É tempo de lutar, não contra alguém ou qualquer coisa, mas a favor de seus direitos e de suas legítimas reivindicações”.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
5 de março de 1964	Lucro	Favorável
	Livre Empresa	Favorável

Ney Braga

Militar do Exército, Ney Amintas de Barros Braga, que teve uma profícua carreira política, foi outro publicado. Chegou a ser eleito, em 1960, governador do Paraná, através do Partido Democrata Cristão – agremiação política da qual foi presidente nacional. Político próximo de Arnon de Mello no cenário nacional, apoiou o golpe de 1964 e, durante a ditadura, ocupou pastas ministeriais em duas oportunidades: o Ministério da Agricultura, em 1965, e o Ministério da Educação e Cultura, em 1974.

Na Gazeta de Alagoas de 27 de junho de 1963, Braga publicou *Saudação*, pequeno texto destinado ao público alagoano.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
27 de junho de 1963	PDC	Favorável
	Arnon de Mello	Favorável

Otávio Gouveia de Bulhões

Ativo intelectual do bloco modernizante-conservador, o carioca Otávio Gouveia de Bulhões (1906 – 1990) teve o seu artigo *Visibilidade limitada* transcrito do Boletim Cambial. Graduado e doutorado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Bulhões notabilizou-se como economista. Especialista em Economia em Washington e liberal convicto, ocupou diversos cargos técnicos no aparelho estatal. Logo após o golpe de abril de 1964, Bulhões foi nomeado ministro da fazenda pelo presidente interino Ranieri Mazzili, pasta em que se manteve durante o governo do militar Humberto Castelo Branco. Na época, o economista foi um dos responsáveis pelo Programa de Ação Econômica do Governo, que, sob a pecha do combate à inflação, “promoveu uma severa contenção do crédito e instituiu uma nova fórmula salarial, que, na prática, provocou uma acentuada deteriorização do poder de compra dos salários” (OTÁVIO GOUVEIA..., 2009). Mais tarde, foi presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Em seus artigos, Gouveia de Bulhões exerce o típico papel de um intelectual orgânico do bloco modernizante-conservador. No artigo *Visibilidade limitada*, transcrito pela Gazeta de Alagoas na edição de 16 de janeiro de 1964, o economista prega o engajamento do empresariado contra o avanço da intervenção estatal no mercado.

Na edição de 7 de abril de 1964, portanto já após o golpe militar, a Gazeta de Alagoas volta a publicar um artigo de Otávio Gouveia de Bulhões. Sob o título *Aceleração no movimento de retrocesso*, o economista torna a defender a propriedade privada.

Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
16 de janeiro de 1964	Iniciativa Particular	Favorável
	Controle da Remessa de Lucros para o Estrangeiro	Desfavorável
	Estatização	Desfavorável

7 de abril de 1964	Estados Unidos	Favorável
	Europa	Favorável
	Propriedade Privada	Favorável
	Concentração dos Meios de Produção	Favorável

Tristão Athayde

Escritor fluminense, Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983) – intelectual católico, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-simpatizante da extrema direita –, após ser fortemente influenciado pelas encíclicas progressistas do papa João XXIII, adotou concepções liberais e chegou a apoiar as reformas propostas por Goulart (ALCEU AMOROSO..., 2009). Em seu artigo *Apelo ao bom senso*, veiculado em 28 de fevereiro de 1964, o autor, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, mostrou-se preocupado com o embate ideológico acintoso que marcou a primeira metade da década de 1960.

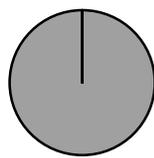
Data do Texto	Referências feitas pelo texto	Status das referências
28 de fevereiro de 1964	Mudança na Estrutura Fundiária (Reforma Agrária)	Favorável
	Reformas de Base	Favorável

4.2.4. Temas mais mencionados nos Artigos e Crônicas (por número de textos):

Comunismo / Comunização



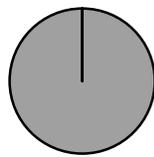
Comunista / Partido Comunista / Comunizado



36

Desfavoráveis

Fidel Castro



7

Desfavoráveis

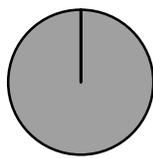
Marx / Marxista / Marxista-Leninista



12

Favoráveis
Desfavoráveis

Mov. Feminino Anticomunista (Nacional / Alagoas) / Mov. Democrático Feminino



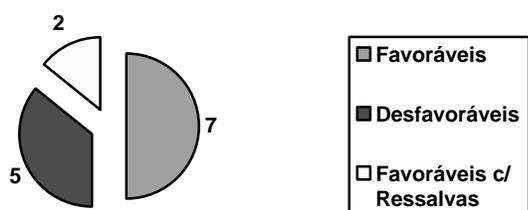
7

Favoráveis

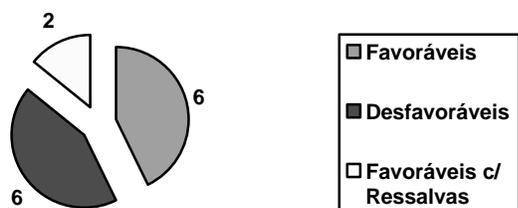
Papa João XXIII



Reforma Agrária / Mudança na Estrutura Latifundiária



Reformas de Base / Reformas / Bloco Reformista / Reformistas



Rússia / União Soviética / Moscou / Kremlin / Bloco Soviético / Sovietização / Russos



Socialismo / Socialismo-Cristão / Socialista



4.3. Convocações, Notas e Manifestos

As convocações, notas e manifestos seguem abaixo – e ordem alfabética – com os seus respectivos títulos e com as denominações divulgadas das entidades, personalidade ou grupo anunciado como responsável pela sua confecção.

Agência para o Desenvolvimento Internacional: Agradecimento

John Dieffenderfer – Diretor da Agência para o Desenvolvimento Internacional no Nordeste do Brasil

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
28 de novembro de 1963	John Kennedy	Favorável
	Aliança para o Progresso	Favorável
	Lyndon Johnson	Favorável

Ao Povo Alagoano

Movimento Popular pela Democracia

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
De 26 a 29 de março de 1964	Comício Comunista – AL (29/mar.)	Desfavorável
	Moscou	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	Florian Peixoto	Favorável

Atenção Professor Secundário

Secretaria de Educação e Cultura do Governo da Guanabara

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
3 de dezembro de 1963	Governo da Guanabara	Favorável

A Voz da América: Programação

Publicado sem qualquer assinatura de responsável. Possivelmente trate-se de um material veiculado pela iniciativa do próprio jornal.

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
Casualmente entre agosto e setembro de 1963	Voz da América	Favorável

Convocação Contra a Reforma da Constituição

Associação Paulista de Criadores de Bovinos

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
30 de maio de 1963	Reforma Agrária	Desfavorável
	Comunização	Desfavorável
	Propriedade Particular	Favorável

Manifesto do I Congresso Circulista Norte-Nordeste

Congressistas do I Congresso dos Círculos Operários da Região Norte – Nordeste do Brasil

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
11 de outubro de 1963	Reformas	Favorável
	Comunismo	Desfavorável
	Capitalismo	Desfavorável
	Reforma Agrária	Favorável

Nossos Rosários Contra o Ódio...

Movimento Popular pela Democracia

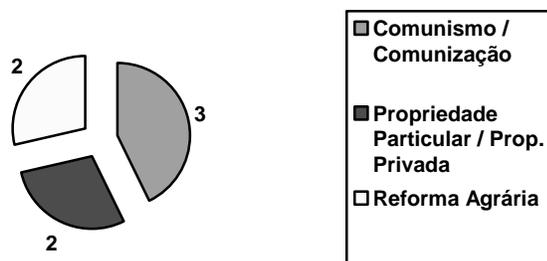
Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
De 25 a 29 de março de 1964	Comunismo	Desfavorável
	Brizola	Desfavorável
	Arraes	Desfavorável

Propriedade São os Bens Necessários à Conservação e ao aperfeiçoamento da Pessoa Humana

Publicado sem qualquer assinatura de responsável. Possivelmente trate-se de um editorial do próprio jornal.

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
4 de agosto de 1963	Propriedade Privada	Favorável

4.3.1. Temas mais mencionados nas Convocações e Manifestos (por número de textos):



4.4. Informes Partidários (PDC)

Os Informes Partidários do Partido Democrata Cristão (PDC) não são assinados, e, em regra, em seus conteúdos os textos falam em nome do Partido. Também, de modo geral, possuem um caráter doutrinário e, até certo ponto, didático, sem nunca deixar de abordar os temas segundo o prisma ideológico das lideranças cerradas em suas fileiras.

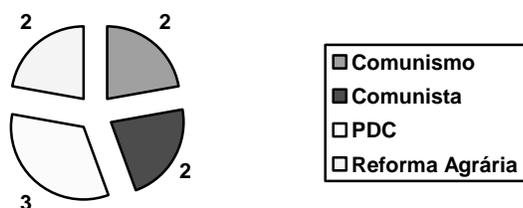
Os artigos *assinados* que se referem ao Partido Democrata Cristão – como os de autoria do presidente regional de PDC em Alagoas, Hermann Torres – encontram-se no item *Artigos e Crônicas*.

É de bom alvitre frisar que o Partido Democrata Cristão (PDC) era, na ocasião do recorte temporal da pesquisa, a agremiação política a qual Arnon de Mello – proprietário da Gazeta de Alagoas – estava oficialmente vinculado.

Data de publicação	Referências feitas no texto	Status
7 de julho de 1963	Comunismo	Desfavorável
	Comunista	Desfavorável
	Marx	Desfavorável
	Soviético	Desfavorável
9 de julho de 1963	Augusto Frederico Schimidt	Favorável
	PDC	Favorável
	Comunistas	Desfavorável

	Comunismo	Desfavorável
	Distribuição	Favorável
10 de julho de 1963	Homens de Empresa	Favorável
	Reformas	Favorável
14 de julho de 1963	Reforma Agrária	Favorável c/ Ressalvas
	PDC	Favorável
24 de agosto de 1963	PDC	Favorável
	Encontro Democrata Cristão do Nordeste	Favorável
	Ney Braga	Favorável
	Paulo de Tarso	Favorável
	Franco Montoro	Favorável
	Reforma Agrária	Favorável

4.4.1. Temas mais mencionados nos Informes Partidários (por número de textos):



4.5. Números Totais (Todos os Textos)

Os números apresentados neste item dizem respeito ao conjunto de todos os textos analisados, abrangendo, assim, as Matérias, os Artigos e Crônicas, os Manifestos, Notas e Convocações e os Informes Partidários.

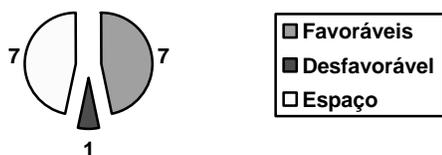
Voltamos a frisar que, em função do fato de alguns pares de termos não serem distinguidos apropriadamente pelos textos do jornal Gazeta de Alagoas no período pesquisado – como *Partido Comunista* e *Comunistas*, ou ainda *UNE* e *Presidente da UNE*, onde seus usos nos textos representam, não raro, o mesmo significante –, algumas expressões estão agrupadas, aqui, dentro de um mesmo tópico. Nestes casos, as expressões agrupadas são separadas por barras. Recordamos, da mesma forma, que um mesmo texto pode trazer menções em circunstâncias favoráveis e desfavoráveis de uma pessoa, causa, evento ou instituição, bem como ceder espaço para exposição de teses, denúncias, etc.

4.5.1. Personalidades com maior número de menções no Total dos textos analisados

Ademar de Barros / Governador de São Paulo

Número de Textos em que é mencionado: 9

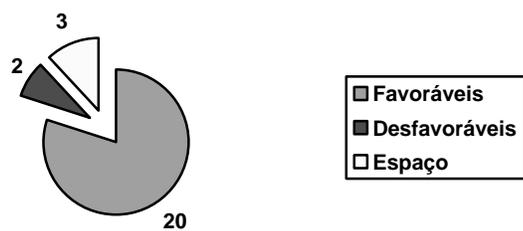
Não estão inclusas, aqui, as menções ao cargo (Governo de São Paulo).



Carlos Lacerda / Governador Carioca / Governador da Guanabara

Número de Textos em que é mencionado: 23

Não estão inclusas, aqui, as menções ao cargo (Governo da Guanabara).



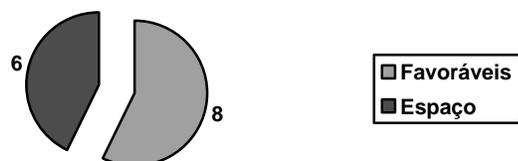
Fidel Castro

Número de Textos em que é mencionado: 10



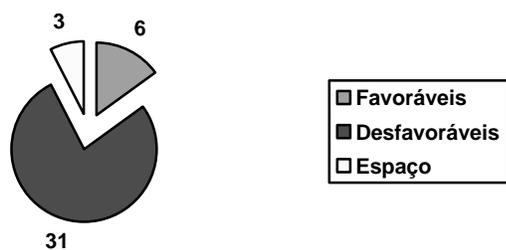
João Calmon

Número de Textos em que é mencionado: 12



João Goulart / Jango / Presidente / Chefe de Governo / Chefe do Executivo

Número de Textos em que é mencionado: 38



Karl Marx / Marxista / Marxista-Leninista

Número de Textos em que é mencionado: 13



Leonel Brizola / Brizolista

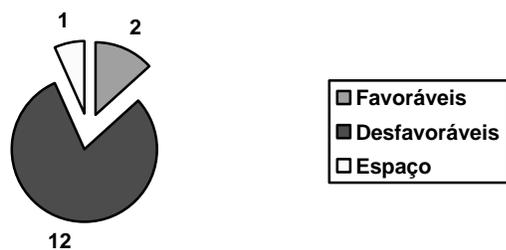
Número de Textos em que é mencionado: 24



Miguel Arraes / Governador de Pernambuco

Número de Textos em que é mencionado: 14

Não estão inclusas, aqui, as menções ao cargo (*Governo de Pernambuco*).



Papa João XXIII

Número de Textos em que é mencionado: 9



4.5.2. Causas, Instituições e Eventos com maior número de menções no Total dos textos analisados

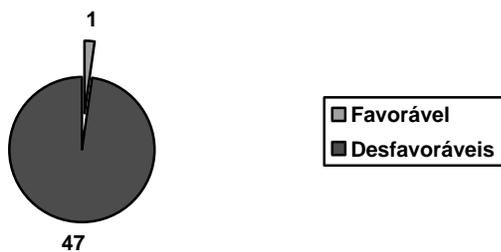
CGT

Número de Textos em que é mencionado: 19



Comunismo / Comunização / Ideologia Comunista

Número de Textos em que é mencionado: 47



Cuba / Embaixada de Cuba

Número de Textos em que é mencionado: 9



Esquerdas / Esquerdistas / Esquerdizantes / Esquerda Radical / Extremismo de Esquerda

Número de Textos em que é mencionado: 14



Forças Armadas / Exército / Generais

Número de Textos em que é mencionado: 15



Governo / Governo da União / Governo da República / Governo Federal

Número de Textos em que é mencionado: 20



Iniciativa Privada / Industrial / Homens de Empresa / Fortunas Particulares / Propriedade Particular / Propriedade Privada / Elites

Número de Textos em que é mencionado: 13



Movimento Democrata Feminino / CAMDE / Mov. Feminino Anticomunista (Nacional / Alagoas)

Número de Textos em que é mencionado: 10



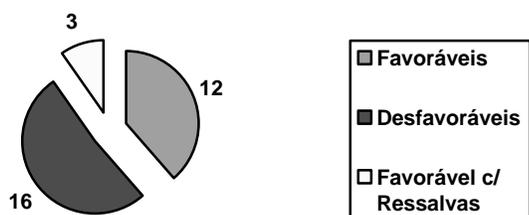
Partido Comunista / Comunista (s) / Comunizado

Número de Textos em que é mencionado: 83



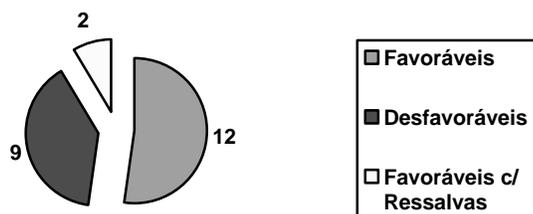
Reforma Agrária / Projeto de Expropriação de Terras / Mudança de Estrutura Latifundiária

Número de Textos em que é mencionado: 31



Reformas de Base / Reformas / Reformistas / Bloco Reformista

Número de Textos em que é mencionado: 23



Supra

Número de Textos em que é mencionado: 11

Não estão inclusas, aqui, as menções a *João Pinheiro Neto / Presidente da SUPRA*.



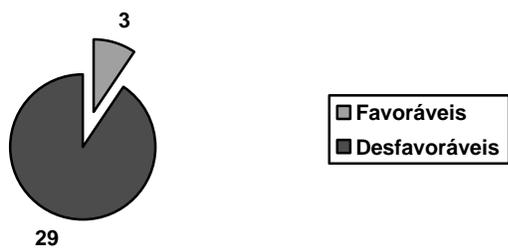
UNE – União Nacional dos Estudantes / Presidente da UNE

Número de Textos em que é mencionado: 14



União Soviética / Rússia / Moscou / Kremlin / Representações Soviéticas / Soviético / Russos / Sovietização / Bloco Soviético

Número de Textos em que é mencionado: 29



Considerações finais

*“Nossos rosários contra o ódio
Nossos rosários contra a corrupção
Nossos rosários contra o comunismo
Nossos rosários contra os Brizolas e Arrais [sic]
(Divulgação do movimento popular pela democracia).”*

Nota publicada no rodapé da 1ª página do jornal Gazeta de Alagoas de 25 a 29 de março de 1964

No bojo do modo de produção capitalista, os meios de comunicação social de exploração privada não apenas fornecem um entretenimento que abstrai – ao passo que possibilitam uma fuga que pode cooperar para arrefecer a luta por uma transformação da realidade –, como, ainda, configuram-se como difusores de ideologias de seus proprietários e / ou associados e da classe a qual pertence, representam interesses comerciais e políticos e possuem um processo de produção igualmente subordinado a vínculos econômicos e políticos.

Nada disso, entretanto, impede que os meios de comunicação de massa exerçam influência sobre os indivíduos, auxiliando a formação de opiniões e decisões destes e pautando os assuntos que as pessoas debaterão durante o dia e, inclusive, nos debates dos pleitos eleitorais, como sugere o clássico estudo de Maxwell Mccombs e Donald Shaw (1972). Além da faculdade de legitimação, a mídia atua como mediadora entre as experiências coletivas e as individuais, contribui com a atividade do consumo, integra um novo conjunto de instituições produtoras e emissoras de sentido nas sociedades modernas e ocupa o posto de arena dos debates políticos. Os artigos e crônicas publicados pela Gazeta de Alagoas, por exemplo, cumpriam este papel, embora de forma desequilibrada, na medida em que simpatizantes do bloco modernizante-conservador eram maioria e contavam com o suporte ideológico das matérias, espaço onde o jornal exprimia sua condição de incontestado aliado do grupo de oposição ao reformismo diligenciado por Goulart.

O fato é que, a despeito do mito da imparcialidade, no Brasil do pré-1964 os meios de comunicação atuaram como importantes aliados na confecção de um consenso mínimo em torno das causas propugnadas pelo bloco modernizante-conservador – artífice do golpe de Estado que assolaria o país naquela década.

Na ocasião, pode-se dizer que a sociedade brasileira protagonizou um episódio típico do fenômeno de “ocidentalização pelo alto”, ao qual pode ser atribuída ainda a alcunha de “revolução passiva” ou “revolução restauradora”. Esta ocorre como uma reação da classe dominante ao processo de “subversivismo esporádico” – nas palavras de Gramsci – ou, ainda, de “democratização fundamental” – nas palavras de Paulo Freire – e acarreta, aliada a aceitação de algumas demandas das classes populares, na preservação de elementos anacrônicos, repostos sob contornos novos e conciliados com o moderno.

No campo econômico, aspecto modernizante-conservador de um arquétipo vinculado a este fenômeno político foi o emblemático processo, testemunhado em Alagoas, de transformação dos antigos engenhos de cana-de-açúcar nas contemporâneas usinas, modernização que, entretanto, não alterou o cenário de concentração fundiária e a ótica elitista no tocante a relação do latifundiário com os trabalhadores, além de manter a cana-de-açúcar e seus provenientes como elementos centrais da economia do estado.

Apesar de serem engendradas por meio de ditaduras sem hegemonia, calcadas na coerção, “atropelando” qualquer indício – ainda que incipiente – de “sociedade civil” e de seus “aparelhos privados”, as “revoluções restauradoras” ou “pelo alto” não podem prescindir de, pelo menos, um consenso mínimo, oportuno em meio aos esforços de agregação entre as diferentes frações da própria classe dominante. Tal agregação resultará na composição de um bloco histórico que liderará a “revolução passiva”, liderada por uma fração hegemônica.

Em Alagoas, a composição do bloco da classe dominante arregimentou a insípida camada dos industriais urbanos – detentores de menor poder político e econômico – e os estratos de agropecuaristas – como plantadores de cana (fornecedores das usinas) – sob a liderança do influente estrato dos agroindustriais da cana-de-açúcar. Os usineiros eram hegemônicos no estado desde a materialização da modernização dos ancestrais engenhos de cana-de-açúcar.

Admite-se que o Brasil, no início da década de 1960, testemunhava o processo de democratização fundamental de sua sociedade, o que ocasionou uma manifesta tensão social. Tal como observado por Paulo Freire (1979, P.37), a recepção da classe

dominante à movimentação de democratização fundamental, protagonizado pela população brasileira, dá-se, em certa medida, marcada por uma hostilidade. Mesmo embriões de organização dos trabalhadores são mal-vistos pelas matérias e pela maioria dos cronistas e articulistas da Gazeta de Alagoas, que não conseguem enxergar os movimentos sociais além da pecha de “instrumento de subversão”.

Tal animosidade aplica-se, até mesmo, às “pressões dentro da ordem” oriundas do próprio radicalismo burguês. Logo, qualquer causa que possa, porventura, alijar os interesses das camadas abastadas é sumariamente identificada como ilegítima, subversiva, imoral e, ainda, comunista (FERNANDES, 1975, p. 330).

Integrante de uma família tradicional do estado e filha do ex-deputado e ex-prefeito de Maceió Joaquim Leão, a atriz feminista Anilda Leão podia ser considerada uma expressão local do radicalismo burguês. Apesar de não muito contundente nas páginas da Gazeta, Anilda ironizava, em plena Guerra Fria, o fervor com que se demonizava o comunismo e os países do leste europeu. Da mesma forma, chamou a atenção e incitou os mais reacionários com seus relatos e entrevistas sobre a viagem que encetara à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por ocasião do Congresso Internacional de Mulheres – na primeira metade da década de 1960. Aqui, relativizou a condenação ocidental ao comunismo e, até mesmo, desmistificou algumas crenças bastante apregoadas, como quando afirmou que existe, na URSS, “(...) em plena atividade, a Igreja Católica”, e, portanto a liberdade de culto (afirmação proferida em entrevista à própria Gazeta, em 2 de agosto de 1963).

Já na edição de 25 de setembro de 1963, Jarbas da Rosa Oiticica – membro de família não menos influente e integrante do Lyons Clube de Maceió – teceu duras críticas a Anilda Leão, por sentir-se incomodado com uma afirmação da atriz – em palestra – de que “(...) a doutrina socialista se aliava ao seu espírito cristão”. Oiticica aproveitou a oportunidade para criticar, igualmente, a Rússia e as suas reformas. Na mesma época, Anilda não ficou imune a ser rotulada como “comunista”, chegando, inclusive, a ser questionada a este respeito em outra entrevista à Gazeta de Alagoas (14 de agosto de 1963). No ensejo, a entrevistada reconheceu saber “(...) de antemão que isso ia suceder (...)”, e que é justamente para evitar esse tipo de rotulação que “(...) muitos apregoam que por lá não há nada que preste”.

Não à toa o termo comunista aparece na Gazeta de Alagoas em profusão como mero adjetivo pejorativo – não raro destituído de toda a sua carga teórico-conceitual. O jornal chega a dedicar espaços privilegiados – em manchetes – para afirmações exasperadas, como aquela publicada em 12 de abril de 1964, já após o golpe, em que se lê: “*D. Jaime Câmara: Eliminar comunismo é como matar em legítima defesa*”.

Nesse contexto, o então presidente da república, João Goulart, era alvo da oposição do bloco modernizante-conservador, que se empenhava na manutenção do capitalismo dependente do país, além de labutar pela conquista da liderança do consenso, que fundaria o novo bloco histórico, pretendo condutor do capitalismo brasileiro dali para diante.

No cenário alagoano, por seu turno, dois blocos-históricos antagônicos disputavam o poder de Estado. Eram eles: o bloco populista-trabalhista e o tradicional bloco conservador. Embora fossem marcados pela heterogeneidade, tais blocos mantinham-se – cada qual – coesos por ideais que seguiam a tendência do embate verificado no cenário nacional: trabalhismo-reformista versus conservadores-modernizantes.

No final de março de 1964, entretanto, prevaleceu, como se sabe, o golpe de Estado –, engendrado pelo bloco modernizante-conservador em nível nacional. O movimento golpista contou com o apoio do então governador de Alagoas, Luiz Cavalcante, que integrava o bloco conservador.

O advento do regime ditatorial modernizante-conservador culminou com a desmobilização dos movimentos sociais e das esquerdas no estado de Alagoas (MIRANDA, 2004, p.10) e com o sepultamento do bloco populista-trabalhista – da forma como era concebido no pré-1964 –, que, completamente desarticulado pela ditadura, encerrou o seu ciclo no estado.

Apesar de seu caráter de ditadura sem hegemonia, uma série de esforços com vistas à obtenção de um consenso mínimo – necessário para, ao menos, amainar a oposição popular à autocracia burguesa – precederam o golpe de 1964. Como meios de produção privados, grupos de mídia importantes como os Diários Associados – de Assis Chateaubriand –, a Folha de São Paulo – de Octavio Frias –, O Estado de São Paulo – membro de um grupo que detinha ainda o Jornal da Tarde e a rádio Eldorado de São

Paulo –, O Globo – de Roberto Marinho, que possuía ainda a rádio Globo –, o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa – o qual um dos sócios era o político conservador Carlos Lacerda –, o Correio do Povo, do Rio Grande do Sul, e as emissoras de televisão Record e Paulista (DREIFUSS, 1986, p.233), dentre outros, relacionaram-se – diretamente ou por meio de algum membro diretor - com a causa modernizante-conservadora articulada em torno do complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Em Alagoas, como se viu, o envolvimento de meios de comunicação de massa com o movimento que culminaria com a madrugada de 1º de abril de 1964 não foi exceção à regra. Especialmente o já extinto Jornal de Alagoas – integrante dos Diários Associados – e a Gazeta de Alagoas único diário remanescente do período, prestaram-se a causa modernizante-conservadora.

De propriedade de Arnon de Mello, ex-governador do estado e, na ocasião do pré-1964, senador da república, a Gazeta, além de promover politicamente o seu dono, apoiou o movimento golpista. Nos dias que antecederam a deposição de João Goulart, o jornal estampou matérias adversas ao presidente eleito, reproduzindo em nível local a postura de jornais do cenário nacional.

Em 3 de abril, o primeiro exemplar da Gazeta de Alagoas a circular após êxito do golpe trouxe impresso, em sua primeira página, manchetes que expunham de forma inequívoca a sua postura reacionária – debelando de uma vez por todas, quaisquer dúvidas, sobre o seu posicionamento, que, eventualmente, ainda insistissem em perdurar: *Democracia brasileira vence mais uma etapa da agitação comunista e De Minas partiu brado de defesa da democracia: a proclamação de C. Pinto.*

A pesquisa encetada no acervo da Gazeta de Alagoas, com exemplares publicados nos períodos entre 6 de janeiro de 1963 a 10 de janeiro de 1963 e de 1º de maio de 1963 a 12 de abril de 1964, revela que Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e João Calmon – ligados ao bloco modernizante-conservador – e João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes – identificados com o bloco reformista-trabalhista – foram as personalidades mais mencionadas no bojo das matérias veiculadas. Ainda entre as matérias, as causas, eventos e instituições mais mencionados foram: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Comício das reformas (em 13 de março de 1964), o

Governo federal, a Reforma agrária, as Reformas de base, a Superintendência da Política Agrária (Supra), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Soviética e suas representações e os conjuntos de conceitos “Comunismo / Ideologia comunista / Comunização”, “Esquerdas / Esquerdistas / Esquerdizantes / Esquerda radical”, “Forças Armadas / Exército / Gerais” e, finalmente, “Partido Comunista / Comunistas”.

As personalidades, causas e instituições ligadas ao bloco modernizante-conservador ou pleiteadores do movimento golpista que culminou com o 1º de abril receberam, de modo geral, conforme descrito no capítulo 4, tratamento favorável, ao passo em que os mencionados ligados ao bloco oposto, apesar de aparecerem mais, são abordados em circunstâncias desfavoráveis.

O mesmo ocorre – como já antecipado – entre os artigos e crônicas publicados, cujos autores são, em sua maioria, nitidamente conservadores e partidários de Arnon de Mello. O mais devotado dos articulistas, Wanillo Galvão, apesar de grande entusiasta do golpe, sequer pode ser considerado modernizante-conservador, em função de sua postura extremista incompatível até mesmo com o grau de “tolerância progressista” admitida pelos intelectuais forjadores da revolução passiva que modernizou – peculiarmente – o capitalismo brasileiro.

Convocações, notas e manifestos, além de informes do partido político do qual era filiado o então senador Arnon de Mello, completam a miríade de textos veiculados pela Gazeta.

Entre todos os textos analisados, algumas unanimidades em citações em circunstâncias favoráveis e desfavoráveis. Praticamente nenhuma surpresa, no entanto. Fidel Castro aparece em circunstâncias desfavoráveis em todos os textos analisados em que é citado. O mesmo ocorre com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Cuba e suas representações, Superintendência da Política Agrária (Supra) e o conjunto de conceitos correlatos “Esquerdas / Esquerdistas / Esquerdizantes / Esquerda Radical / Extremismo de Esquerda”. O conjunto de termos “Comunista / Partido Comunista / Comunizado” é destaque entre as unanimidades negativas, com surpreendentes 83 textos com menções em circunstâncias desfavoráveis.

Por outro lado, apesar de inspirar a esquerda Católica, João XXIII aparece em circunstâncias favoráveis em 9 textos. Destes, todos foram confeccionados por

articulistas e cronistas – certamente não postulantes a qualquer indisposição com a Igreja, cujo líder local, o conservador D. Adelmo Machado, integrava os altos círculos da sociedade.

Outra improbabilidade é o relativo equilíbrio apresentado nas menções do conjunto de termos “Reforma Agrária / Projeto de Expropriação de Terras / Mudança de Estrutura Latifundiária”, também fruto das intervenções dos cronistas e articulistas. Entre os artigos e crônicas, a causa da “Reforma agrária / Mudança na estrutura latifundiária”, por exemplo, contou com louváveis sete menções favoráveis contra cinco desfavoráveis. Todavia, tanto no caso específico da reforma agrária como em um âmbito mais geral, os escassos articulistas que se demonstravam simpáticos às causas progressistas acabaram desaparecendo das páginas da Gazeta com a aproximação do 1º de abril de 1964. Dentre eles, merece friso o colaborador Rui Sampaio, que em três de seus quatro artigos – analisados pela pesquisa – fez referências, em circunstâncias favoráveis, à reforma agrária.

Da mesma forma, as menções às reformas de base – e termos correlatos, como “Reformas”, “Reformistas” e “Bloco Reformista” – foram marcadas por uma curiosa margem favorável: 12 textos com menções em circunstâncias favoráveis contra 9 desfavoráveis, além de duas ocasiões com circunstâncias favoráveis com ressalvas. Tais números são resultantes não apenas das crônicas e artigos, mas, também, de textos em formato de matérias, o que não ocorre nos casos envolvendo João XXIII e a reforma agrária – anteriormente descritos. Tais dados podem ajudar a entender o porquê da inclusão de algumas demandas reformistas na plataforma do bloco modernizante-conservador. Tratava-se de uma causa que urgia por reflexão e que poderia ser útil, até mesmo, à burguesia, como bem lembra Florestan Fernandes (1975, p. 333-334).

Em contrapartida, as Forças Armadas e suas entidades, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e seus congêneres e o conjunto de conceitos correlatos “Iniciativa Privada / Industrial / Homens de Empresa / Fortunas Particulares / Propriedade Particular / Propriedade Privada / Elites”, configuram-se como unanimidades positivas, com todas as menções em textos analisados em circunstâncias favoráveis.

O caráter propugnador da manutenção do modelo de dependência do Brasil às potências capitalistas mundiais – tópico que integra o compósito de ideologias que permeiam o bloco modernizante-conservador – também pode ser desanuviado no conteúdo das matérias da Gazeta de Alagoas. A Aliança para o Progresso é mencionada em circunstâncias favoráveis em quatro matérias, contra apenas uma matéria com circunstâncias desfavoráveis. Os presidentes norte-americanos John Kennedy e Lyndon Johnson contaram com cessões de espaço e, igualmente, protagonizaram matérias em circunstâncias favoráveis.

Isso ao passo que Cuba, União Soviética, comunismo, etc, são apresentados como assaz nocivos, justamente por, dentre outros motivos alegados, atentarem contra a autonomia / soberania da nação brasileira. O conjunto de termos “União Soviética / Rússia / Moscou / Kremlin / Representações Soviéticas / Soviético / Russos / Sovietização / Bloco Soviético”, por exemplo, é mencionado em circunstâncias desfavoráveis em 29 textos, contra, apenas, menções favoráveis em três textos.

A marginalização de causas populares e de movimentos sociais e a legitimação de ensejos particulares de determinadas classes transformou o Brasil por cima. E o apoio dos meios de comunicação de massa – dos grandes impressos do eixo Rio – São Paulo à Gazeta de Alagoas, sediada em um estado modesto, somou esforços imprescindíveis, com as suas sucessivas manchetes, não raro desastradas, como pudemos ver neste trabalho. Mesmo após o golpe, artigos cautelosos pediam atenção para o perigo da “ameaça comunista” em meio a manchetes ufanistas e de júbilo pela investida dos militares. Tal contexto festivo, apresentado pela Gazeta, contrastava com a já desproporcional violência utilizada pelas forças de segurança na “caçada” aos “subversivos resistentes”. Também contrastava com a agonia de líderes de movimentos sociais que assistiram ruir suas pautas reivindicatórias e suas honras perante os familiares e a sociedade, que aquela altura já apedrejava a sede de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro.

No dia 10 de abril de 1964, a Gazeta de Alagoas noticiou de modo discreto e em poucas linhas, entre manchetes garbosas que anunciavam as ações do Comando Supremo da Revolução e o primeiro Ato Institucional, um evento fatal que possivelmente seria a síntese da melancolia que adviria das torturas e censuras dos anos de chumbo:

Suicida-se líder do CGT

Rio, 9 – Um homem ainda jovem, de 25 anos presumíveis, cuja identidade foi confirmada posteriormente como sendo o líder sindical Antônio Pascoal Viana, membro do CGT, do Maranhão, atirou-se do quinto andar do hospital do IAPETC, na Avenida Brasil, indo projetar-se na área interna do hospital, morrendo instantaneamente.

Referências bibliográficas

ACIOLI JÚNIOR, Rosalvo. Jornal de Alagoas: memória e tradição. In: **Jornal de Alagoas, 80 anos**. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988.

A INSTITUIÇÃO de ensino. Fundação Educacional Jayme de Altavila. Disponível em <<http://www.fejal.com.br/instituicao/sobre.php>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

ALAGOAS também apoiou o presidencialismo. **Gazeta de Alagoas**. Maceió. p.1. 9 de janeiro de 1963.

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 2000.

ALCEU AMOROSO Lima. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_alceuamorosolima.htm>. Acessado em 6 de agosto de 2009.

ALVES, Eliezer. Mídia e poderes: política de concessões de rádio e TV – uma abordagem sobre os MCM e o campo dos media: o caso do Piauí. In: ROCHA, Felon (org.). **Comunicação e sociedade: a influência da comunicação na imagem, na política e na identidade cultural do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Tradução: Clóvis Marques. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDRADE, Jeferson Ribeiro de. **Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ANTUNES, Américo. Democratização da informação. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo. **Informação e poder**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

ASSEMBLÉIA CRIA a Comenda Tobias Granja. **Tribuna do Sertão**, Palmeira dos Índios. Disponível em <<http://www.tribunadosertao.com.br/noticias.asp?id=4047>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

ASSIS, Denise. **Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)**. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2001.

BALLOUSSIER, Marco A. **Almanaque Brasil**. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2000.

BARROS, Francisco Reinaldo de. **ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas**. Tomo I e II. Brasília: Senado Federal, 2005.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Tradução: Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRANDÃO, Elizabeth. O desafio das relações públicas no Brasil. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina. **Comunicação: discursos, práticas e tendências**. São Paulo: Rideel, Brasília: Uniceub, 2001.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil – 1964**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística / IBGE, 1964.

_____. **VII Recenseamento geral do Brasil – 1960: Sinopse preliminar do censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. **O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da ditadura militar (1961 – 1966)**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado apresentado ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2008. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/Joaquim_Luiz_Pereira_Briso.pdf>. Acessado em 6 de agosto de 2009.

BRITTOS, Valério & MIGUEL, João. Indústria cultural: conceito, especificidades e atualidade no capitalismo contemporâneo. In: BRITTOS, Valério & CABRAL, Adilson (org). **Economia política da comunicação: interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

BUARQUE, Cristovam. Parabólicos e metabólicos. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo. **Informação e poder**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

CAJU, Sandoval. **O Conversador (memórias)**. 2ª edição. Maceió: Sergasa, 1991.

CALDAS, Breno e MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CALHEIROS, Valmir. Arnon de Mello, pioneiro da informação. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. E2, 25 de fevereiro de 2007.

_____. Arnon de Mello, um comunicador nato. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. E9, 25 de fevereiro de 2007.

_____. Arnon: uma sucessão de iniciativas pioneiras. **Gazeta Especial**. Organização Arnon de Mello: Maceió, p. 4, 24 de setembro de 2002.

_____. Da literatura em Maceió à projeção nacional. **Gazeta Especial**. Organização Arnon de Mello: Maceió, p. 5, 24 de setembro de 2002.

_____. Gazeta: 73 anos de dedicação ao leitor. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. E1, 25 de fevereiro de 2007.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. 3ª edição. São Paulo: Summus, 1986 (Novas buscas em comunicação; v.10).

CARNEIRO, Glauco. **Brasil, primeiro – história dos Diários Associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. E Lord Jones morreu – discurso por controles democráticos ao poder dos meios de comunicação. In: _____. **Informação e poder**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

CHALITA, Solange. Pelo Caminho das sete estrelas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 16 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://anteriores.gazetaweb.com/2000/Set/16/col/mulher/mulher.htm>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

COBERTURA ampla e precisa. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. A71, 30 de março de 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____ & NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Gramsci e a América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992 (Polêmicas de nosso tempo).

_____. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981 (Fontes do pensamento político; v. 2).

_____. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. **Lua Nova** [On line], São Paulo, 2001, nº 54, pág. 103 – 113. Acessado em 24 de setembro de 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n54/a05n54.pdf>>.

_____. Exposição de Carlos Nelson Coutinho. In GARCIA, Marco Aurélio (org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1986 (Pensamento crítico, v.66).

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Política de comunicação no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação: realidade e mito**. Tradução: Maria Cândida Diaz Bordenave... [et al]. São Paulo: Nacional, 1979 (Biblioteca universitária; série 2: ciências sociais; v. 55).

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é a segurança e o processo é desenvolvimento (1964 – 1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; v. 46)

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado _ ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

EM DEFESA dos direitos da mulher. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. A56, 30 de março de 2009.

EUGÊNIO GUDIN. Centro de Pesquisa e Documentação de história contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_eugeniogudin.htm>.
Acessado em 29 de julho de 2009.

FARAONE, Roque. Meios de comunicação de massa na América Latina. In: WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação: realidade e mito.** Tradução: Maria Cândida Diaz Bordenave... [et al]. São Paulo: Nacional, 1979 (Biblioteca universitária; série 2: ciências sociais; v. 55).

FAUSTO NETO, Antônio. Quando a ética toma forma: Estratégias discursivas do “jornalismo de combate”. In: PAIVA, Raquel (org.). **Ética, cidadania e imprensa.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Tradução: Moacir Gadotti & Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (col. Educação e comunicação; v.1).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores associados: Cortez, 1985 (Polêmicas do nosso tempo; v. 4).

FREITAS, Jânio de. Prefácio. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo. **Informação e poder.** Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

GAIA, Rossana & LOPES, Boanerges. Arnon de Mello: o repórter que se tornou empresário. In: MELO, José Marques de (org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história.** Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de S. Paulo, 2005.

GOUVEIA, Rodrigues de. Desafiando a censura. In: **Jornal de Alagoas, 80 anos.** Maceió: Jornal de Alagoas, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI e TOGLIATTI. Democracia operária. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci.** Porto Alegre: L & PM, 1981 (Fontes do pensamento político; v. 2).

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____ (org.). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Sociologia crítica: alternativas de mudança.** 58ª edição. Porto Alegre: EDPUCRS, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: BENJAMIN, HORKHEIMER, ADORNO, HABERMAS. **Textos escolhidos**. Tradução: José Lino Grünnewald ... [et al.]. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores).

HULTENG, John. **Os desafios da comunicação: problemas éticos**. Tradução: Susana Maria Fontes... [et al.]. Florianópolis: Edit. UFSC, 1990.

JORNAL DE ALAGOAS, 80 anos. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988.

JOSÉ PINTO de Barros, o 15º prefeito de Palmeira dos Índios. **Tribuna do Sertão**. Palmeira dos Índios. Disponível em <<http://www.tribunadosertao.com.br/colunas.asp?id=6322>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001 (Verbum).

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação**. Trad. Rafael Varela Jr. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LIMA, Venício. Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, vol. 30, nº 51. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/853/1106>. Acesso em: 27 de outubro de 2009.

LINS, Enio. **Alagoas: pastoril de trágicas jornadas**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em < http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_alagoas_01.pdf > Acessado em 29 de setembro de 2009.

LOPES, Boanerges. 1963: Conflitos, ameaças e tiroteio. In: MELO, José Marques de. **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de S. Paulo, 2005.

LOSURDO, Domenico. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Tradução: Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LOUZEIRO, José. O Ipês faz cinema e cabeças. In ASSIS, Denise. **Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)**. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2001.

MARX e ENGELS. **Ideologia alemã: Feuerbach – a oposição entre as concepções materialista e idealista**. Tradução: Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MCCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. **The agenda-setting function of mass media. Public Opinion Quarterly**, Vol. 36, 1972, p. 176 – 187.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo. A trajetória de um farsante: memórias**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MELO, José Marques de. **Comunicação e modernidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

MIRANDA, Anivaldo de. **Alagoas e o golpe de 1964**. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista, 2004.

_____. **Alienação: a nova cara da informação**. Maceió: EDUFAL, 1998.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil contemporâneo**. Recife: Editora Universitária / UFPE, 2008.

MORAES, Antonio C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Denis de. A comunicação na batalha das idéias. **Política Democrática**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, nº 24, pág. 78 – 84, agosto, 2009.

_____. Cultura tecnológica, mídia e consumo globalizado. In: BRITTOS, Valério & CABRAL, Adilson (org). **Economia política da comunicação: interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

NORDENSTRENG, Kaarle, VARIS, Tapio. Inventário internacional da estrutura dos programas de televisão e circulação internacional dos programas. In: WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação: realidade e mito**. Tradução: Maria Cândida Diaz Bordenave... [et al]. São Paulo: Nacional, 1979 (Biblioteca universitária; série 2: ciências sociais; v. 55).

NOVAES, Washington. Informação e cidadania. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo. **Informação e poder**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

OLIVEIRA, Nilton de. **Eu fui testemunha (vinte anos de política)**. Maceió: Ed. Universidade Federal de Alagoas, 1979.

OS PALMEIRENSES que mais se destacaram no séc. XX na literatura. Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Disponível em <<http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/cultura.htm>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

OS PALMEIRENSES que mais se destacaram no séc. XX na área da justiça. Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Disponível em: <<http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/cultura.htm>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

OTÁVIO GOUVEIA de Bulhões. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/biografias/Otavio_Gouveia_de_Bulhoes.asp>. Acessado em 29 de julho de 2009.

PINHO, J. B. **Comunicação em Marketing: princípios da comunicação mercadológica**. Campinas: Papyrus, 2001.

Primeira Página. 1ª edição. São Paulo: Folha de São Paulo, 1985.

QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da história das Alagoas.** 2ª edição. Maceió: Catavento, 1999.

REIS, Andréa. **Meios de comunicação e processo político: o começo de uma pesquisa.** Disponível em:

<<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/1260/1/R0449-1.pdf>>.

Acessado em 17 de julho de 2008.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 (Descobrimos o Brasil).

SAID, Gustavo Fortes. Os mediadores culturais e a globalização: proposta para análise de discurso do jornalismo piauiense. In: ROCHA, Felon (org.). **Comunicação e sociedade: a influência da comunicação na imagem, na política e na identidade cultural do Piauí.** Teresina: EDUFPI, 1999.

SANDRONI, Cícero. **180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva.** Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História da imprensa em Alagoas (1831 – 1981).** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SARTI, Ingrid. Comunicação e dependência cultural: um equívoco. In: WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação: realidade e mito.** Tradução: Maria Cândida Diaz Bordenave... [et al]. São Paulo: Nacional, 1979 (Biblioteca universitária; série 2: ciências sociais; v. 55).

SCHILLER, Herbert. Libertação do livre fluxo. In: WERTHEIN, Jorge (org.). **Meios de comunicação: realidade e mito.** Tradução: Maria Cândida Diaz Bordenave... [et al]. São Paulo: Nacional, 1979 (Biblioteca universitária; série 2: ciências sociais; v. 55).

SEABRA, Roberto. Produção da notícia: a redação e o jornalista. In: DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** São Paulo: Atlas, 2002.

SERQUEIRA, Carla. Gazeta comemora 73 anos de liderança. **Gazeta de Alagoas,** Maceió, p. D3, 25 de fevereiro de 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução: Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. Existe consciência ética na imprensa? In: PAIVA, Raquel (org.). **Ética, cidadania e imprensa.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SUCURSAIS premiadas. **Gazeta de Alagoas,** Maceió, p. A73, 30 de março de 2009.

SURUAGY, Divaldo. **Chefe de Estado.** Brasília: Senado Federal, 1994.

_____. **Rui Palmeira – o político**. 3ª edição. Maceió: Imprensa Oficial de Alagoas, 2007.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão)**. Maceió: Ed. Universidade Federal de Alagoas, 1995.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRINDADE, José Damiano de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

UM JORNALISMO independente, até na ditadura. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. A42, 30 de março de 2009.

VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder: o I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto do Estado do Ceará, 1994.

WEY, Hebe. **O processo de Relações Públicas**. 4ª edição. São Paulo: Summus, 1986. (Novas buscas em comunicação; v. 12).

YUNES, Eliana e PONDÉ, Gloria. **Leitura e leituras da literatura infantil**. 2ª edição. São Paulo: FTD, 1989 (Por onde começar?).

ZAIDAN, Tiago Eloy. “Deu tudo errado”. **Desvendando a história**. São Paulo: Escala educacional, n. 9, p. 36-39, sem data.

Fontes primárias (jornais) utilizadas no capítulo 4 (A análise dos exemplares do acervo da Gazeta de Alagoas: de 6 de janeiro de 1963 a 12 de abril de 1964)

Gazeta de Alagoas, Maceió: Organização Arnon de Mello, de 6 de janeiro de 1963 a 12 de abril de 1964. *Material consultado nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da Biblioteca Pública do Estado de Alagoas.*

Anexo 1 - Entrevista com: Carlos Mendonça

Advogado por formação, Carlos Mendonça foi professor e diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alagoas. Ingressou na Gazeta de Alagoas em 1956, como revisor, a convite do proprietário, Arnon de Mello, amigo de seu pai. Na Gazeta, foi membro do conselho editorial e atualmente ocupa a presidência do conselho estratégico da Organização Arnon de Mello. Também acumula a vice-presidência do Instituto Arnon de Mello, braço social da Organização.

A entrevista com Carlos Mendonça foi realizada em julho de 2009, na sede da Organização Arnon de Mello, em Maceió.

Considerações iniciais do entrevistado.

Eu, aqui, não sou um funcionário antigo da Gazeta. Sou um amigo antigo da Gazeta, onde estou desde o ano de 1956, quando, ainda muito jovem, fui convidado pelo proprietário da Gazeta de Alagoas, que havia comprado recentemente, o senador Arnon de Mello. “Jovem, venha aprender português”, eu fui ser revisor, da Gazeta de Alagoas, como outros jovens também foram. Isso data do ano de 1956. Daí em diante, nunca mais deixei de ser amigo da Gazeta, amigo da família, de participar de toda a vida da Gazeta. Fui membro do Conselho Editorial da Gazeta de Alagoas e hoje sou do Conselho Estratégico da Organização Arnon de Mello, onde, por uma deferência especial dos acionistas, eu sou o presidente.

Sou vice-presidente executivo do Instituto Arnon de Mello. O Instituto Arnon de Mello é uma instituição privada da família, que está vinculada à Organização Arnon de Mello. Não tem fins lucrativos, só tem objetivos sociais, e com isso tem feito um grande trabalho na área social, na área educacional; educacional-social. Nós temos ajudado muito as escolas mais pobres, as escolas que necessitam de auxílio literário, de auxílio bibliográfico, de orientação; isto está com o Instituto Arnon de Mello. O Instituto Arnon de Mello é uma instituição para preservar a memória do fundador das Organizações Arnon de Mello, doutor Arnon de Mello, e também com o objetivo de dar vazão àquilo que o senador Arnon de Mello gostava tanto de fazer que era ajudar a sociedade alagoana, ajudar os mais carentes, os mais necessitados aqui no estado. Então a família resolveu criar, depois do falecimento do senador Arnon de Mello, O Instituto Arnon de Mello para este objetivo.

A organização Arnon de Mello constitui esses organismos de comunicação: a Gazeta de Alagoas, as rádios AM e FM de Maceió, FM de Arapiraca e AM de Pão de Açúcar, a TV Gazeta de Alagoas – que é também uma afiliada da rede Globo de televisão – e, hoje, o grande passo da atualidade, uma Web, que está se saindo muito bem, como os outros organismos da Organização Arnon de Mello. Está, no estado de Alagoas, a Gazeta de Alagoas, há 75 anos. A TV Gazeta, já há mais de 30 anos, as rádios também; então dessa estrutura, a mais jovem é a Web, que é agora de cinco anos passados. Essa estrutura de comunicação é uma estrutura que pertence ao povo alagoano, como quis o seu fundador. A família continua preservando todos os princípios, que orientam a honestidade da informação, a veracidade da notícia, tudo isso em função da sociedade alagoana. É nesse organismo que nós convivemos diariamente; estamos aqui como amigos. E como órgãos de comunicação mais antigos do estado, eles tem uma vantagem superior, pela experiência adquirida. Hoje a Gazeta de Alagoas tem, talvez, o maior parque gráfico do Nordeste, aqui no Tabuleiro dos Martins.

O maior do Nordeste?

Talvez, o parque gráfico da Gazeta de Alagoas.

Inclusive é o nome de um gráfico antigo...

É um nome em homenagem a o mais antigo do estado de Alagoas, Zacarias Santana. Lá foi construído esse parque gráfico, compradas novas rotativas, estão lá, máquinas de transmissão das matérias, recepção e entrega das matérias às máquinas, [...], que é uma coisa fantástica, o jornalista está fazendo aqui, ele dando a matéria como pronta, com um simples botão no computador a matéria já vai para o nosso parque gráfico, já é exibida pela própria máquina, pelo próprio computador de lá, pela própria estrutura, já é impressa a placa, já é passada essa placa para os gráficos... Quer dizer, essa estrutura é uma estrutura de segmento como sempre quis o senador Arnon de Mello, que a Gazeta de Alagoas fosse sempre atualizada, sempre uma Gazeta do futuro. Nós estamos com esse impresso, naturalmente, com essa regra, completando o que desejava, o que queria, o senador Arnon de Mello. A nossa estrutura toda – de Web, de rádio, de TV – também são atualizadas permanentemente. Agora mesmo nos estamos tratando da parte digital da televisão. E tudo isso é uma estrutura que funciona sem grandes objetivos de lucro,

porque o que a Gazeta de Alagoas faz, o que a TV faz, o que as rádios fazem, são reinvestidos, todos os recursos aqui dentro.

Nosso pessoal é praticamente todo estável. Entram jovens jornalistas, jovens funcionários, mas não tirando o antigo. Ele pode sair por uma aposentadoria, ou qualquer coisa que decidir ele, mas a Gazeta tem por esse objetivo, preservar o seu quadro de funcionários sempre, de técnicos, de servidores administrativos; tudo isso é uma diretriz já nascida com a própria Organização Arnon de Mello. Então, os acionistas têm, na sua base de decisão, que isso aqui é uma família, e essa família deve estar reunida, deve estar trabalhando coesa, e não com a cabeça pensando se poderá ser excluída amanhã. Esse é um princípio fantástico da Organização Arnon de Mello. Aqui não se ouve tratar dessa história de demissão de funcionário. A não ser quando, por uma decisão própria do funcionário ou por deixar de existir uma atividade na Organização, ninguém pode ficar com aquele especialista naquele assunto. Então, sempre com essa diretriz, que vem do senador Arnon de Mello, continua a Organização Arnon de Mello.

Na verdade, a nossa estrutura compreende todo um conjunto homogêneo, ninguém é dissociado aqui. O que a Gazeta de Alagoas escreve, as rádios falam, a Web registra, a televisão, também, projeta as imagens, quer dizer, “ta” tudo sonorizado, é uma música só. Não há dificuldade para a gente ter dentro de uma casa de comunicação pura, falta de comunicação. Essa é uma estrutura fantástica da Organização Arnon de Mello. Por outro lado, há, praticamente, o automatismo diário das decisões de cada um, em seu setor, sem a necessidade de estar consultando a direção. Quer dizer, cada um é autônomo para realizar o seu trabalho, e com eficiência. Aqui, a Gazeta de Alagoas, a Organização Arnon de Mello, só não permite que você publique o que você não viu, o que não assistiu, o que você não registrou. Aí tudo é publicado, tudo é mostrado a sociedade.

A Gazeta de Alagoas tira, diariamente, a tiragem dela, diária, está na ordem de 10 mil exemplares na semana, e de 15 a 20 mil exemplares nos domingos, dependendo das matérias.

Esta é uma tiragem que nós temos garantida, aqui, para a Gazeta de Alagoas. Por outro lado, nos fazemos também grandes projetos para a sociedade, com a combinação do Instituto Arnon de Mello com a Gazeta de Alagoas, os organismos, nós, anualmente, temos publicado um projeto grande, um trabalho exaustivo. Agora mesmo estamos publicando “Fazer popular”; é um trabalho que vai ser uma verdadeira enciclopédia, vai ser uma obra de referência para Alagoas, onde nós estamos mostrando toda a estrutura

do artesão alagoano. Um trabalho que eu considero de grande valor porque na minha idade, na minha participação no poder público, eu me acostumei a ver o sofrimento desses artesãos, ao trocar muitas peças que eles levam dias e mais dias fabricando, fazendo aquilo com a mão, sem ferramenta quase nenhuma, e depois trocar aquilo, às vezes, pelo valor de um prato de comida, uma camisa; e essas peças, muitas vezes, você encontra elas nos grandes hotéis, nos salões dos hotéis, enfeitando as residências, os hotéis [...]. Nós estamos registrando isso, em um trabalho de peso, que tem esse nome: “Artesãos de Alagoas: Fazer popular”, e esse trabalho já está sendo publicado. Fazemos isso em consonância com a Gazeta de Alagoas. O trabalho está sendo publicado semanalmente, durante 10 semanas, encartados na Gazeta de Alagoas, depois é feito o compêndio e distribuído com os pontos sociais onde há interesse. Fazemos isso, entregamos primeiro aos assinantes da Gazeta de Alagoas, que é uma forma que o Instituto Arnon de Mello consegue, porque não tem dinheiro, consegue através da Gazeta de Alagoas, com alguns patrocínios, publicar esses trabalhos em favor do estado. Nós já fizemos outros trabalhos, já fizemos “Maceió século XXI”, onde apresentamos à sociedade e ao poder público todas as oportunidades que dispõe Maceió; coisas que ninguém conhecia, essas oportunidades todas, então estão lá, esse trabalho “Século XXI”, que é um trabalho totalmente esgotado, até para a Gazeta de Alagoas, praticamente para o Instituto; por exemplo, o meu está no Instituto, o meu, pessoal, colecionado em casa, está no Instituto, porque não sobrou nada; foram feitos muito poucos e não sobrou. Foi um trabalho sem nenhum patrocínio, sem nada, que nós fizemos. Nós fizemos um trabalho, [...], que é a Enciclopédia dos Municípios Alagoanos. A repercussão disso é internacional. Alguns membros do Itamaraty ficaram abismados com esse trabalho de Alagoas, porque, hoje, qualquer consulado que disponha de uma obra dessas, qualquer embaixada, consulado, ele poderá falar de um dos estados brasileiros completamente, mostrando todos os seus municípios, mostrando todas as suas atividades dos municípios, mostrando toda a estrutura social, onde está a educação, onde está o IDH, tudo isso tem na Enciclopédia dos Municípios. O Instituto também fez um trabalho, que é um trabalho fantástico, que foi uma determinação pessoal do presidente Fernando Collor; foi a recuperação da Igreja dos Remédios. Pessoalmente o presidente decidiu, determinou e fez a reforma da Igreja, que está no meio do mato, aqui, mas é do ano de 1852; tava totalmente destruída, praticamente totalmente destruída; e ele resolveu que deveria recuperar a Igreja e durante metade de um ano foi fazer esse trabalho com pessoas de fora, todo o material sendo levado,

devidamente colecionado para restauradores em São Paulo. Restaurou-se tudo, os altares, os móveis, o piso, tudo, tudo. A igreja é pequena.

Onde fica a igreja?

[...].

Ela fica já no município de Coqueiro Seco, onde tem um rio chamado rio dos Remédios.

[...].

Ela [a Igreja] tem algum significado especial, particular, para Fernando Collor?

Ela é um patrimônio histórico. E o presidente é apaixonado por patrimônio histórico; ele acha que não se deve destruir nem uma folha de papel comum, que seja de nossa história, portanto nós preservamos tudo [...]. O Instituto tem toda a papelada, todas as fotos, tem tudo isso, mas é uma coisa da família, a gente não pode apresentar. Então, nós temos todos os exemplares da Gazeta de Alagoas, desde 1934; estão agora sendo digitalizados para poderem ser consultados, para poderem ser vistos pela sociedade; porque o material papel, mesmo, não pode, porque você pega e ele se desmancha, e esse é um patrimônio que agente não pode abrir mão. Há alguma época, autorizaram que se pesquisasse nesse papel, então, muita gente de faculdade, universidade, pesquisou, mas tivemos um prejuízo muito grande, porque muita gente era do comodismo, arrancava devagarzinho aquela parte e acabou com agente. [...].

[...].

Atualmente o Instituto não está disponibilizando nenhum acervo?

Nada, nada. Nós estamos numa transição. Não sabemos ainda onde vamos ficar. Porque o nosso acervo bibliográfico, nós passamos todo para o acervo do presidente Collor. Ele tem o acervo dele, particular.

Então o acervo do Instituto foi passado...

Porque o acervo que era do Instituto já era particular. Nós estamos só com a história das Organizações Arnon de Mello, da Gazeta...

No Instituto?

No Instituto.

Então esse material da história das Organizações está disponível para consulta?

Não. Não ta por causa disso. Esse material é todo muito velho... Então, a gente não disponibiliza porque a responsabilidade é muito grande. A gente se tivesse quadro de pessoal que pudesse mostrar com cuidado aquilo ali, mas nós não temos. Nós só temos o material. Não temos quadro de pessoal porque nós não temos dinheiro para pagar pessoal. Nós vivemos assim de ajuda da Gazeta, da Organização Arnon de Mello, mas é uma coisa muito relativa, porque aqui é uma empresa. Já ajuda muito, quando a gente tem uma obra... Nós temos, por exemplo, um projeto onde nós levamos nas comunidades escolares um ônibus com uma biblioteca para as crianças. Então elas passam dois, três dias ali, vivendo aquela biblioteca. É o “Expresso do saber”. É uma coisa muito interessante que o Instituto disponibiliza, e já é um sacrifício grande, mas, a Organização nos ajuda para a gente fazer isso. A gente não tem ajuda externa nem dinheiro de ninguém. Os nossos funcionários, dois ou três, eles são pagos pela Gazeta de Alagoas.

[...] Os projetos especiais que são liderados pelo Instituto Arnon de Melo, por que as tiragens deles são tão limitadas? Por que, por exemplo, o Instituto não os comercializa pela internet?

Não dá resultado.

A Enciclopédia dos Municípios Alagoanos...

Nós tentamos alguns patrocínios do governo para a gente dar esse material para as escolas do estado de Alagoas. Não conseguimos. Conseguimos muito pouco. Só naquela hora do lançamento nós conseguimos fechar. Mas não conseguimos mais. Assim mesmo, o presidente Collor resolveu que todo o estoque que nós tínhamos nós deveríamos dar as escolas, escolas públicas. E nós entregamos. Entregamos ainda em 76 municípios; agora, a três, quatro escolas, porque você não pode dar um volume a uma

escola, você tem que dar quatro, cinco volumes dependendo da escola. E aí já é na área do secundário, na área mais do interesse dos alunos e também dos professores. [...].

O Instituto é o filho pobre da organização Arnon de Mello. Nós vivemos basicamente de acordos, de camaradagem, poderíamos dizer assim, e dessa consideração que a Organização tem com a gente, em termos de Instituto. Mas, também, não podemos fazer uma exigência porque empresa é empresa. A empresa não pode ir além das suas pernas. Ela tem que ficar ali, onde ela tem os seus recursos.

Não é viável colocar esse material do Instituto à venda?

Não, porque é muito caro. Hoje você compra um bom livro por 20, 30 Reais. Para você fazer aquela Enciclopédia, cada volume custa 73 Reais; custava. Preço do material.

Ja ter quer vender por cerca de 100 Reais. Não ia ficar viável?

100 Reais para você distribuir, pra você... Quer dizer, tem coisas que o governo tem que patrocinar. Porque isso é de interesse público. Isso não é um interesse privado. [...]. Eu passei 30 anos no gabinete do governador do estado. Durante esses anos que eu passei aí no estado de Alagoas, eu fui, muitas vezes, muitas e muitas vezes, solicitado, pelo chefe do poder para que eu dissesse qual era a população do município tal, qual era o eleitorado do município... E isso nós fazíamos; tínhamos que telefonar. Vamos ver uma parte com a Secretaria de Educação, outra parte com o IBGE, outra parte com o Departamento de Estradas e Rodagens. Cada um sabia uma parte. Hoje, você pega a Enciclopédia dos Municípios você vê onde tem estrada, onde tem rio, como é a cidade, qual é a população, o IDH, o alunado primário, o alunado secundário, qual o percentual de pessoas com o nível superior, com nível secundário. Tudo isso você tem em um único volume. Um diplomata disse a mim: “se nós dispuséssemos disso para toda a diplomacia do Brasil, no mundo inteiro, de todos os estados, nós teríamos, inclusive, uma estrutura para mostrar ao mundo quem somos. Quer dizer, cada estado podia fazer a sua parte.

[...].

A pesquisa da Enciclopédia foi feita pelos jornalistas da Gazeta?

As pesquisas, nós fizemos, todas elas, em várias etapas, mas coordenados por doutores *Stricto Senso*; quatro doutores - cada um numa área - fez o seu grupo de pesquisa, privativamente, vendendo à Gazeta de Alagoas.

Prestavam serviço à Gazeta?

Prestavam serviço à Gazeta. Isso, nós tivemos, paralelamente, grandes encontros com pessoas dos municípios, estruturalmente, e, também, com a imprensa, com os jornalistas da Gazeta de Alagoas, para armar o quadro. Agora, isso partiu de um grande organograma: cada município você tinha que ver isso, obrigatoriamente isso, e podia se espalhar, de um quadro daquele, para se ver outras coisas, dependendo da característica de cada município. Depois, o grande trabalho foi sintetizar isso, porque senão não daria para fazer. [...].

Quanto à Gazeta, tudo começou com um jornalista pernambucano, o Luiz Silveira. O senhor tem alguma lembrança da Gazeta sob a administração de Luiz Silveira?

Eu tenho noção, mas nenhuma lembrança. Porque, como eu lhe disse, entrei com Arnon de Mello.

Quando a Gazeta de Alagoas passou às mãos de Arnon de Mello? O senhor recorda?

Nos idos de 1950. 53, 54.

O senhor entrou logo em seguida?

É; eu entrei em 56.

O senhor lembra qual foi a abordagem do senador Arnon de Mello? Como foi que ele lhe convidou?

Ele era amigo do meu pai. Eu era menino, ainda. Era menino colegial. Então, ele contando essa história de como funcionava a Gazeta... Eu tinha já alguns amigos,

porque a cidade era pequena, eu já tinha amigos que, inclusive, andavam pela Gazeta, tinham parentes que trabalhavam na Gazeta; eu conheci inclusive o seu Zacarias Santana. Então, ele dizia a mim: “olha, a melhor coisa para aprender português é fazer revisão de jornal”. E eu fiquei interessado, eu gostava muito. Então ele me levou para lá, e eu a noite, com mais dois outros colegas, ajudávamos na revisão das matérias; que as matérias eram impressas em chumbo, derretia-se o chumbo, [...], e ela vinha numa prova. Vinha a matéria e o original do autor. E ali, era lido e conferido com o que estava ali.

[...].

O pai do senhor escrevia para a Gazeta?

Não. O meu pai nunca escreveu. Meu pai, nessa época, ele era procurador geral do estado. Era promotor público, professor da universidade, mas não escrevia não. [...].

[...].

Parece-me que, na época – quando ainda não havia o curso de jornalismo -, Arnon de Mello gostava muito de contratar estudantes, para fazer o trabalho de redação. Tobias Granja era estudante, Valmir...

Muita gente, muita gente.

Eram mais estudantes que ele contratava?

Não eram “mais estudantes”. Os estudantes era um complemento que ele dava oportunidade, como no meu caso. Ele era uma pessoa que primava pela cultura, pelo jornalismo e pela sociedade. Então, isso somava para ele, quando ele tinha muito encontro com estudantes, e ele queria que a Gazeta desse essa oportunidade. Muita gente aprendeu a escrever na Gazeta, muita gente foi jornalista na Gazeta, porque não havia curso de Comunicação. O curso de Comunicação, aqui de Alagoas, nasceu comigo diretor da universidade. Eu era o diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Adjalma era diretor de outro Centro, mas nossos centros eram no campus Tamandaré, e ali nós decidimos. Nós éramos membros do Conselho Universitário. E ali

nós decidimos fazer o curso de Comunicação. Fiz o curso de Administração, curso de Comunicação...

O senhor foi diretor já na Federal de Alagoas?

Do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, durante 10 anos.

Qual a sua formação?

Direito. Formei na Universidade Federal. Fui professor lá, durante muitos anos.

O senador Arnon de Mello sempre esteve na política?

Ele foi empresário, por muitos anos. Jornalista, no Rio de Janeiro. Ele formou-se em Direito no Rio de Janeiro, onde ele foi próspero empresário, no Rio de Janeiro, na área imobiliária; mas nunca esqueceu Alagoas. Enquanto ele estava no Rio de Janeiro ele foi escolhido para Academia Alagoana de Letras; ele escrevia em jornais, depois foi diretor de jornais, no Rio de Janeiro, veio ser diretor do Jornal de Alagoas, aqui em Maceió.

Dos Diários Associados?

Diários Associados.

Antes de investir na comunicação, o ramo dele era o imobiliário, no Rio de Janeiro?

Bom, muito antes, mas, sem esquecer, lá, a imprensa.

[...].

Ele tinha uma amizade com Roberto Marinho?

Muito grande.

Ele chegou a trabalhar no O Globo?

Ele dirigiu outros jornais, mas O Globo não. N'O Globo ele escreveu como qualquer jornalista; escrevia assim, esporadicamente. Ele era muito amigo do doutor Roberto. Mas, não tenho notícia de que eles tenham sido sócios não.

Mas ele chegou a trabalhar para o Assis Chateaubriand?

Do Chateaubriand... Ele foi diretor do jornal do Assis Chateaubriand. Ele era amigo, também, do Assis Chateaubriand.

Como foi que seu deu a compra do jornal Gazeta de Alagoas? O senhor tem alguma notícia de como se deu a compra?

A Gazeta tava fechada, praticamente. Já nessa época ela pertencia a uma cooperativa. E ofereceram a ele; ele era empresário lá no Rio de Janeiro, tinha sido governador aqui do estado, aí resolveu e comprou a Gazeta de Alagoas.

O investimento imobiliário, lá, ele se desfez, e com o recurso ele aplicou aqui, na compra da Gazeta?

Tudo dele. Ele vendeu tudo dele.

Ele abandonou de vez a área imobiliária? Ficou só na comunicação?

Aí ele entrou na política... E na política.

Ele foi deputado federal...

Não, ele não foi deputado federal. Ele foi eleito, foi o único, que foi eleito ao mesmo tempo deputado federal e governador do estado de Alagoas, no ano de 1950; mas optou pelo Governo do estado. Depois, quando saiu do governo, foi eleito senador até morrer.

Ele ficou no senado até...

Três vezes.

Como ele conseguia conciliar a carreira política dele com a de empresário da comunicação? Como se dava a gestão da Gazeta?

Ele estruturou bem... Inicialmente era só a Gazeta de Alagoas, depois vieram as rádios, e ele foi estruturando bem; vieram os filhos, cresceram também; mais tarde foi mais fácil, os filhos tomando conta. E essa estrutura organizacional, hoje, praticamente vai assim, pela mão dela mesmo.

Todas as unidades, aqui da Organização, são financeiramente independentes?

São financeiramente independentes.

Cada uma tem o seu orçamento próprio, que se reúne em um orçamento, depois, para a Organização Arnon de Mello, prestar contas. Fazer estruturação, melhorar os seus prédios, os seus equipamentos. Quem toma conta é a Organização Arnon de Mello.

Um dos momentos chaves para a comunicação no Brasil foi o episódio da revolução de 1964. Abril de 64. Como foi que a Gazeta passou por aquele momento?

A Gazeta não sofreu absolutamente nada; por causa desse princípio da independência, da notícia correta, tudo isso... E a estrutura pública respeitou a Gazeta plenamente.

Naquela época o senhor atuava na redação da Gazeta?

Não, não atuava não. Vivia aqui, mas eu era do Governo do estado.

Não havia problema com a Gazeta. A Gazeta era sempre quem dava as notícias e, veja, a revolução precisava dos organismos de imprensa corretos. E a Gazeta dava aquilo que eles rigorosamente mandavam. Teve nenhum problema. Esse problema, daquele período, não abalou em nada a Gazeta de Alagoas. A Gazeta de Alagoas ultrapassou tranquilamente todo... Isso era um princípio do doutor Arnon. Ele não admitia que você dissesse: “olha, Tiago é feio”, você sendo bonito. Entendeu? Isso aí não.

Na pesquisa ao acervo da Gazeta, feita no Instituto Histórico, tenho observado nomes de articulistas que aparecem com recorrência, nomes que eu nunca ouvi falar, como – por exemplo – Wanillo Galvão. Que é Wanillo Galvão?

Professor do Estado e depois foi bispo, aqui, da Igreja Católica Brasileira. Ele era professor do Liceu Alagoano. O Wanillo Galvão foi seminarista, foi irmão Marista, e depois deixou tudo...

Deixou a Igreja Apostólica Romana e foi para a Igreja Brasileira?

É. Foi para a Igreja Brasileira; fundou a Igreja Brasileira aqui.

Ele foi o fundador da Igreja Brasileira...

É. Foi bispo, aqui, da Igreja Brasileira. Tem filho, que até um dia desses ficou sucedendo ele aí. Tem uma igreja, lá na Ponta Verde, que era a igreja dele, parece que fizeram até, já, um edifício, não sei...

Ele é falecido?

Já é falecido.

Ele era amigo pessoal de Arnon de Mello?

Não. É uma pessoa que escrevia; aquelas matérias dele.

Tinha o Teófanis Barros, que escrevia muito também, na época. Ele foi o fundador do CESMAC [...].

Cesmac foi doutor Arnon que ajudou ele a fazer.

As organizações Arnon de Mello são sócias do Cesmac?

Não. O doutor Arnon como senador, ajudou a ele aprovar o Cesmac lá... No Ministério da Educação.

Arnon de Mello foi amigo de Paulo de Tarso, ministro da educação de João Goulart?

Chegou. Amigo de muita gente. Conheceu aquele povo todo.

O Arnon de Mello era filiado ao PDC, o Partido Democrata Cristão?

É. Ele foi filiado a outros partidos também. Porque há uma estrutura política que às vezes é conveniente você não ficar; porque os grupos são mutáveis. Então a pessoa, às vezes, não tem interesse naquele grupo. Mas doutor Arnon, aqui no estado, foi sempre uma linha só, em qualquer partido em que ele tava.

A Gazeta chegou a fazer oposição a João Goulart, naquele período?

Não. A Gazeta nunca fez oposição a ninguém. Só ouve um período, onde um grupo de governo era contrário direto ao partido do doutor Arnon, mas a Gazeta, mesmo... A Gazeta tem essa vantagem, a independência da notícia.

[...].

Dos filhos de Arnon de Mello, parece-me que quatro enveredaram pela comunicação...

Todos. Todos eles passaram uma época aqui.

Mas na lida diária, com mais frequência, foram o Collor e o Pedro Collor...

Mas o Leopoldo também passou aqui por um período. Ana Luisa é jornalista também, é presidente das Organizações Arnon de Mello, presidente do Instituto.

O jornal não precisou de concessão para funcionar...

[...].

Não há nada mais caro do que fazer um jornal. Nada. Especialmente com essa estrutura que a gente tem, hoje, na área de comunicação para jornalista. O jornalista hoje é um privilegiado. Para a gente não importa que o ministro tenha decidido que não precisa curso de Comunicação. A gente não vai jamais contratar aqui uma pessoa que não seja jornalista. Para fazer jornal, não pode. O jornalista tem hora limitada de trabalho, salário fixado preventivamente.

[...].

Na organização você saberia dizer quantos jornalistas trabalham?

Na minha cabeça eu não tenho. E tanta gente que eu não tenho.

Quantos funcionários – por cima –, possui a Organização?

De 700 a 750.

Diretos?

Diretos.

Fora os indiretos?

Indireto você nem conta. Multiplique isso por três, no mínimo, de indireto.

Anexo 2 - Entrevista com: Valmir Calheiros

Nascido em Atalaia (AL) em 23 de março de 1944, Valmir Calheiros de Siqueira debutou no jornalismo no começo da década de 1960, como colaborador do extinto Jornal de Alagoas, de Maceió. Na capital do estado, foi revisor do Jornal Hoje, também extinto, e integrou a diretoria eleita da União dos Estudantes Secundários de Alagoas. Por volta de 1962, ingressou no jornal Gazeta de Alagoas, a convite do próprio Arnon de Mello, proprietário do veículo. Na Gazeta, Valmir desempenhou as funções de repórter, repórter setorista, chefe de reportagem e, finalmente, redator-chefe, em meados da década de 1970. Considerado especialista na história da Organização Arnon de Mello, o jornalista atalaiense é o habitual autor de artigos institucionais da Organização e, atualmente, trabalha em um livro sobre a história da Gazeta de Alagoas.

As entrevistas com Valmir Calheiros foram realizadas em junho e julho de 2009, no edifício do Tribunal Regional Eleitoral, em Maceió, onde Calheiros atua como assessor de comunicação.

Como e quando o senhor entrou para o jornalismo?

[...].

Quando é um dia eu pego o primeiro jornal que eu li, envolto em uma barra de sabão. Esse jornal era a Voz do Povo, jornal do Partido Comunista – PCB, primeiro jornal que li e do qual me tornei leitor. Toda semana eu comprava.

[...].

Quando é um belo dia, fiz uma crônica lá, “Retratos de uma comuna”, comuna a gente sabe que é sinônimo de um município; e mandei para o caderno literário do Jornal de Alagoas, isso nos anos 50, 60. Eu tinha 13, 14 anos. Eu estava ainda na transição do curso primário para o ginásio, fazendo o curso de admissão que se tinha. Era uma espécie de vestibular da época. Resolvi mandar o artigo. Escrevi à mão, lógico. Pedi para ao tabelião de Atalaia botar isso na máquina, mandei. Saiu com algumas corrigendas; alguém corrigiu lá na redação. Na outra semana, mandei outro. Ninguém corrigiu mais. O editor responsável – que recebia esse material no Jornal de Alagoas – era um dos mais respeitados jornalistas desse estado, o professor Carvalho Veras – mestre de tordos nós. Não sei como foi que ele descobriu o meu endereço lá em Atalaia e pediu para eu colaborar sempre, semanalmente. Eu fui escrevendo para o Jornal de Alagoas.

Num belo dia eu vim para Maceió, continuar o ginásio em Maceió. Contíguo o Colégio Estadual, depois o Hélio Lemos, e fui eleito para a diretoria da UESA – União dos Estudantes Secundários de Alagoas – e ao mesmo tempo da Casa do Estudante Secundário que a UESA mantinha. Quando me chega um motorista da Gazeta procurando, dizendo que o senador Arnon de Melo queria falar comigo. Fui na Gazeta. Aí o Arnon disse “menino, você é interessante. Eu tenho uma colocação para você aqui. Quer trabalhar com a gente?”.

Isso foi quando?

Isso foi entre os anos 1962,1963.

Eu cheguei e disse, “senador, lá na Casa do Estudante tem mais dois ou três colegas que têm jeito para escrever”. “Traga eles amanhã para a gente conversar”. Aí eu levei Tobias Granja, o irmão dele, Paulo Granja e o Zito Cabral, do Pilar. Levei e eles ficaram. E ao mesmo tempo fui revisor do Jornal de Hoje – era o jornal fundado em 1961 por Jorge Assumpção, instalado inicialmente lá em Bebedouro. Eu fui revisor. Revisava o Jornal de Hoje e comecei como “foca” na Gazeta de Alagoas. Isso em 62, 63. Quando eu fiz 18 anos, o doutor Arnon me chamou para ser o secretário de redação. Nesse tempo o secretário de redação era o editor de hoje. Eu disse, “senador, eu não tenho condições. Porque eu nunca entrei na redação de um jornal”. Aliás, eu escrevia para o Jornal de Alagoas como correspondente, mas nunca estive nem na redação. A primeira redação de jornal que eu conheci foi da Gazeta. “Eu não estou maduro para isso. Só conheço duas cidades. A minha cidade – Atalaia – e Satuba – porque eu passo quando venho de Atalaia para Maceió”. Passou. Aí eu fui repórter, repórter de setor, chefe de reportagem. Daí, mais outro ano o senador me chama e perguntou se eu aceitaria. Eu disse, “bom, se o senhor confia em mim”. Aí eu assumi a chefia de redação da Gazeta. Isso foi em 73, 74.

Quando eu cheguei lá na Gazeta, o secretário de redação era o Rodrigues de Gouveia – ainda ta vivo aí. Ta em Fortaleza. Um mestre excelente. Depois foi o Zadir, que já tinha sido secretário de redação antes do Gouveia. Eu tive a sorte de ter excelentes figuras como mestres. Depois tive o José Alves de Oliveira, que foi secretário de Estado, deputado federal. Depois do Zé Alves, tive como chefe lá na nossa redação o nosso desembargador Antônio Sapucaia, que começou praticamente comigo também. A mesma idade, sendo que ele escrevendo do Pilar e eu escrevendo de Atalaia. Depois de

Sapucaia foi Edvaldo Faria de Menezes; chamava-se Tito – foi promotor público. Depois de Tito, fui eu.

[...].

Em que ano a família de Arnon de Melo assumiu o comando da Gazeta?

Década de 50. Existe a questão da dúvida quanto ao dia e o mês, porque a Gazeta de Alagoas foi fundada em 1934, por Luís Silveira, que era pernambucano – já tinha fundado o Jornal de Alagoas, em 31 de maio de 1908. Em 33 o Silveira se desfez, disse que tava cansado, sem estímulo; aí se desfez do Jornal de Alagoas, que foi adquirido por um grupo ligado ao palácio, ligado à política, em 33. Mas ele descobriu que não podia ficar sem jornal. Isso é uma cachaça, tanto é que ainda eu to lá. Aí criou a Gazeta de Alagoas. O Silveira, quando lançou a Gazeta em 34 já lançou a Gazeta como o jornal mais moderno da época. Já com composição mecânica, perdendo apenas para o Diário Oficial, porque era do Estado. As primeiras, as melhores e mais modernas linotipos e tal. Silveira, que tinha Arnon de Melo como correspondente, do Rio de Janeiro, da Gazeta. O Arnon foi um dos primeiros funcionários da Gazeta.

Desde que a Gazeta foi fundada o Arnon já trabalhava para ela como jornalista?

Sim. O Arnon de Melo foi jornalista. Com 14 anos o Arnon de Melo já era revisor do Jornal de Alagoas, revisando trabalhos de quem: de Jorge de Lima, de Graciliano Ramos, de Raquel de Queiroz – que teve passando um tempo morando aqui –, José Lins do Rego, de Aurélio Buarque de Holanda.

Isso no Jornal de Alagoas?

No Jornal de Alagoas. Porque a década de 20, 30, em Alagoas, essa década teve a geração mais talentosa, eu diria até, desse país. Essas pessoas foram para o Rio e tal.

[...].

O Arnon com 19 anos, já era homem de confiança de Chateaubriand. Já publicava best-seller. O best-seller da época foi Arnon quem produziu. Cinco livros reportagens (...). E foi Arnon que botou na cabeça de Assis Chateaubriand para adquirir o Jornal de Alagoas, transformar o Jornal de Alagoas em veículo dos Diários Associados. E foi

Arnon que botou a primeira rotoplana do Jornal de Alagoas. O Arnon morava no Rio, mas dirigia o Jornal de Alagoas d'aqui. Quando tinha um problema o Arnon ia resolver lá. A rádio Tupi; o Arnon foi o primeiro diretor da rádio Tupi. Foi diretor do Associado Diário de Notícia do Rio Grande do Sul. Tinha uma crisisinha ele ia lá, resolvia, e ficava lá como diretor. Também foi do Jornal de Alagoas, de 1936 a 42. Mas o ponto básico aqui, nosso, o nosso foco é a Gazeta de Alagoas. A Gazeta de Alagoas que, quando foi adquirida pela família do Arnon de Melo, década de 50, 52, 54, era um verdadeiro boletim político. Não vendia mais que 200 exemplares, seguia a orientação palaciana, do governador Silvestre Péricles – cheio de palavrões, cheio de palavras obscenas. Chagava na casa de família, não podia ser lido. Não vendia mais de 200 exemplares. Pertencia a uma cooperativa. Foi o primeiro jornal de cooperativa desse estado.

O Silveira era o proprietário?

Silveira não. Silveira já havia se desfeito da Gazeta de Alagoas. Silveira criou a Gazeta em 34, aí o Silveira foi eleito deputado federal, essas coisas todas, e quando Silvestre assumiu o governo, em 46, aí se criou uma cooperativa e a Gazeta passa a pertencer a uma cooperativa. Já não era mais do Silveira. Silveira morreu pobre e cego em 55.

Mesmo sendo deputado?

Sim. Ele tava deputado, mas já estava bastante idoso. Tem até umas cenas interessantes, curiosas, de quando Silveira era deputado, estava já sem visão; tinha uma visão muito ruim.

O Silveira era aliado de Silvestre Péricles?

Era. (...). [O jornal Gazeta] sempre foi político. Aliás, 90 % dos veículos de comunicação, desde o império até agora, sempre teve como pano de fundo, base ou como motivação a política partidária. Tanto assim é que a maioria dos jornais foram natimortos. Foram surgindo e morrendo, nascendo e morrendo.

Como o senador Arnon de Melo sempre foi jornalista antes de tudo, tinha o jornalismo nas veias – foi repórter no Rio de Janeiro, foi correspondente de guerra, foi um cara que

em plena guerra mundial, segundo me consta, teria sido o único jornalista a entrevistar Roosevelt na Casa Branca – ele lançou três livros, todos eles sendo verdadeiros livros reportagens. Um conta a própria revolução de 30 (...), também “São Paulo venceu”, sobre a revolução Constitucionalista de 32 em São Paulo, e também “África”, uma espécie de viagem, que ele viajou representando a ABI – Associação Brasileira de Imprensa – do qual ele era conselheiro nessa época. E ele foi o jornalista brasileiro que acompanhou a comitiva de visita à África, que naquele tempo era colônia portuguesa; o presidente Carmona, o general Carmona, ditador Carmona na visita à África, aí ele fez o livro “África”. Era assim, tudo o que ele via fazia o livro.

Aí o senador adquiriu, a família do senador adquiriu a Gazeta. E já em 60, pela vasta experiência do senador Arnon de Melo como repórter – primeiro como revisor do jornal – depois como repórter, depois como próprio jornalista – na vanguarda – em outros jornais da grande imprensa, Diários Associados, do jornal, também em razão dele ter sido proprietário do Diário Carioca, do Rio de Janeiro. Esse Diário Carioca foi que produziu no Brasil a questão do lide e do sub-lide, foi que implantou o primeiro manual de redação do jornalismo. A partir do Diário Carioca, começou a haver a verdadeira modernização dos jornais brasileiros. (...). O Diário Carioca terminou fechando.

[...].

Teria que existir Arnon de Melo, que eu diria que é um Chateaubriand alagoano, entendeu, para que a comunicação de Alagoas, por todos os meios, por todas as formas, chegasse no patamar que está hoje.

A Gazeta de Alagoas pertencia a Silveira, que era aliado de um inimigo político de Arnon de Melo...

A Gazeta de Alagoas surgiu já, como próprio Silveira dizia, como o veículo de um paladino, que seria ele, da democracia; era combatendo a oligarquia Malta. Ele apoiando o Fernandes Lima, que era do Partido Democrata. Isso na década de 30. Esse próprio grupo do Fernandes Lima já vinha na política desde a década anterior, e já tinha o seu próprio jornal. (...). Sempre a política esteve por trás dos jornais.

[...].

Os Góes Monteiro estão presentes na cena política alagoana desde o final da década de 20 até 50. O irmão dele chegou a ser o ministro da guerra e foi o segundo homem mais influente desse Brasil depois de Vargas.

O avô de Collor também foi ministro do governo Vargas...

Lindolfo Collor, sogro de Arnon de Melo, ministro do trabalho. A amizade de Arnon de Melo com Lindolfo Collor, o pai da dona Leda, começou quando Arnon, como repórter, entrevistou o Lindolfo Collor, numa entrevista lá no Rio Grande do Sul, coisa e tal, e, de repente, aparece – lá na sala – a senhorinha Leda Collor. E daí nasceu toda a paixão e eles se casaram quando Lindolfo Collor tava no exílio, na Europa, e o Arnon e dona Leda se casaram em Lisboa.

A Gazeta era de Silveira, que era aliado de Silvestre Péricles, que era inimigo político de Arnon de Melo. Silvestre Péricles entregou o jornal para uma cooperativa?

A cooperativa seguia a orientação dele. Era ele que fazia revisão de editoriais. Ele continuava por trás do jornal. Quem comandava era a irmã dele, a Rosita. Ela quem comandava. Tava no nome dela. Ela, o então deputado José Lopes Duarte – o Zeca Lopes, que foi prefeito de Atalaia várias vezes –, o D. Souza – que foi prefeito de Rio Largo e foi prefeito de Atalaia também –, essas pessoas pertenciam antigamente, esses políticos, ao PSD. Eram do partido do Silvestre, depois ao PTB (...).

Silvestre Péricles tinha muito poder?

Poder? É, Silvestre tinha um gênio, um temperamento. Ele era meio brabo e era meio jocoso também; irreverente. O cara que entrega o palácio ao sucessor; para entregar, sujou de merda.

Foi verdade isso?

Verdade verdadeira.

E como é que a Gazeta, que tinha Silvestre Péricles por trás, foi parar na mão de Arnon de Melo?

Se você tem um jornal que lhe faz oposição, aí o que é que você faz para calar esse jornal? Se eu for mandar soltar uma bomba lá dentro, se a polícia prender, ta, ta, ta, arrebentar tudo, você ta sendo ditador, ta sendo bagunceiro, bandido, antidemocrático, antiético, entendeu; não quer enfrentar a oposição, não aceita nada ao contrário, só você que é o certo, que é o correto. O senador Arnon de Melo sempre foi democrata; sempre foi muito democrático, entendeu. E liberal. Evidentemente que ele não ia se insurgir com a Gazeta; até porque o Arnon era maior do que isso naquela época. O Arnon tinha respeito nacional, entendeu. Tinha aliados. Aliado do Costa Rego, aliado de Carlos Lacerda, dos grandes políticos daquele tempo. Admirado pelos grandes repórteres, pela Cruzeiro, David Nasser, (...), apoiado pela imprensa do sul, pela maioria da imprensa do sul. Simpático, atraente, educado, sócio de Roberto Marinho. O Arnon de Melo, ainda na sua juventude, praticamente, investiu no ramo imobiliário, no Rio de Janeiro, então a capital do país, e foi sócio de Roberto Marinho do primeiro shopping feito no Rio de Janeiro.

Isso antes dele vir para Alagoas?

Ele saiu para o Rio para vencer, para terminar o curso. Lá no Rio de Janeiro ele tornou-se advogado, formou escritório; teve até essas ocasiões que o próprio Lindolfo Collor – o sogro dele – trabalhou com ele, foi sócio dele.

Então ele comprou a Gazeta de Alagoas?

Eu não diria que ele comprou, até porque não tenho nenhum documento em mãos sobre isso e as pessoas nunca são claras nas suas histórias.

Então é um mistério, essa transação?

Não... O que eu sei é o seguinte – to contando apenas o que eu sei –, o que eu sei é que a Gazeta era oposição ao Arnon, porque Silvestre não fez o sucessor para o governo. O Arnon, ao mesmo tempo, elegeu-se – naquele tempo se podia ser candidato para dois cargos –, elegeu-se deputado federal, elegeu-se governador. Aí fez a opção pelo governo; foi carregado nos braços do povo, foi carregado mesmo nos braços do povo, assim, na posse, coisa e tal, pelo comércio; uma verdadeira multidão acompanhava.

Porque ele já vinha naquele combate, combatendo aquelas coisas todas, entendeu. Se não podia combater por aqui, combatia por lá, mas combatia, dava repercussão nacional aos desmandos de Alagoas na época. Numa época em que Silvestre Péricles... Por exemplo, o Tribunal de Justiça deixou de funcionar por garantia; fechou várias vezes. Agora Silvestre, pelo que eu sei... Eu não conhecia o Silvestre, eu não me entendia de gente, eu era criancinha, eu tinha, o que? 3, 4, 5 anos, mas pelo que eu li, pelo que eu sei, pelo que eu pesquisei, Silvestre, como administrador, foi belo governo, belo administrador.

[...].

O Arnon não comprou a Gazeta do Luís Silveira. Ela já estava na mão de uma cooperativa?

A Gazeta era a cooperativa. Ela era regida por trás, pela política. Aí isso fez com que a cooperativa tivesse dificuldade de sobreviver. Até porque não era conduzida por jornalistas verdadeiros, porque não tinha jornalistas à frente dela; não tinha. Tinham pessoas que escreviam. Naquele tempo todo mundo escrevia, não era? Bastava ter uma noçãozinha, “pou”, escrevia lá. Tinham colaboradores esses jornais. Tinha uma coluna violentíssima lá, “cipó de fogo”. Essa coluna era a coluna mais lida do jornal na época, porque ela era mesmo para arreentar e dizem que só quem escrevia nessa coluna era o Zeca Lopes, que era deputado na época; o Zé Lopes Duarte, meu conterrâneo de Atalaia. Mas outros dizem que outras pessoas também escreviam, entendeu. E eu não posso discutir isso, até porque, antigamente, era costume mais do pessoal, não sei por falta de coragem ou não, escrever mais por pseudônimos. Não assinava. É pseudônimo.

O Arnon de Melo já era governador quando comprou a Gazeta de Alagoas?

Quando a família comprou a Gazeta, a família Farias de Melo, o Arnon já era governador. E quem passou a ser gerente, passou a administrar a coisa, foi o Euclides Afonso de Melo – primo, parece que era irmão do Arnon, ou era primo, alguma coisa assim. A família dele foi quem administrou. Aí depois passou a seguir a orientação do próprio Arnon de Melo, quando o Arnon deixou o governo e coisa e tal.

Aí a linha editorial do jornal mudou? Porque antes ela era pró-Silvestre Péricles.

Aí desapareceu. Esse aí desapareceu.

Esse mandato de Silvestre Péricles – antes do Arnon – foi o último de Silvestre como governador?

Como governador foi. Mas aí ele venceu para o senado. Foi senador.

Sobre o Silvestre Péricles: pode-se dizer que a sua saída do campo de influência da Gazeta coincidiu com a sua queda política?

Não, não. Até porque [a Gazeta] não tinha essa influência toda. Se você for ver, ainda hoje, o quantitativo de alagoanos que lê jornal, você vê que o jornal não tem essa influência política toda hoje. Têm grupos – grupos de jornais, têm os aglomerados – tem alguma influência porque tem a televisão, tem o rádio, tem esse conjunto de mídias que a influência cresce um pouco. Mas só o jornal, especificamente, não.

Revolução de 1964: como foi que quem estava dentro da Gazeta assistiu a tudo aquilo?

A Gazeta apoiou.

Como grande parte dos jornais...

Quem tentou não apoiar (...), pouquíssimos jornais, tinham que fechar as suas páginas não com notícias, mas com poesias, com um bocado de coisas, porque era verdadeira censura; verdadeira.

Quando João Goulart era presidente da república, naquela briga pelo parlamentarismo, qual foi a posição da Gazeta?

Rapaz, não me recordo não. A posição da Gazeta foi a posição da situação; sempre foi da situação. A Gazeta só foi grande órgão de oposição – verdadeiro, marcante – no governo Muniz Falcão e, antes do governo Muniz Falcão, no governo Silvestre, mas já

sob a orientação do senador, já no finalzinho do governo Silvestre; e antes, com o primeiro proprietário, com o Silveira, na oligarquia Malta.

Em 63 – 64 a Gazeta fez oposição a João Goulart?

Não. Até eu não. O Arnon era PSD ou UDN, aquela coisa toda. E não chegou a ser. Não foi o tempo suficiente para implantar um... Ter uma oposição forte. A oposição que surgiria um pouco depois, que seria o golpe de 64, de lideranças militares apoiadas por civis. Não foi ditadura... O governo foi militar, mas eu não diria uma ditadura militar. Não foi ditadura militar. Uma banda da igreja estava por trás também. Não lideranças, como D. Helder Câmara, essas coisas todas, mas um pedaço da igreja tava com aquela campanha, tava também. Tinha um pedaço da igreja que era progressista. Tinha a mocidade, a Juventude Católica; era progressista, mas as pessoas com mais idade, da igreja, apoiaram, entende.

A Gazeta sofre muita censura no regime militar? Muita intervenção do governo?

A censura era geral. Como a censura era geral, eu mesmo – quando tava na frente da redação –, raro era o dia quando ia lá para o Exército, chamavam lá, “como é que é esse negócio?”. Fora disso eu recebia mais aqueles recados dos censores, “não publica isso, não publicar aquilo”, ou senão ia para reuniões na Polícia Federal, e aí tinha. Tinha dois ou três censores sempre na redação. Parecia que era repórter, entendeu, de tão freqüentes que era as suas visitas às redações. Ele ia de tarde lá, na redação, “não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”. E no outro dia bebia com todos eles. Tomava cerveja com todos eles.

Silvestre Pércles se utilizou muito do jornal Gazeta de Alagoas quando esteve por trás da cooperativa. Quando o Arnon adquiriu o jornal ele se utilizou – de alguma forma – politicamente daquele jornal?

O Silvestre se utilizou da Gazeta para atacar Arnon de Melo, quando Arnon de Melo surgiu como provável candidato à sucessão dele. A animosidade Silvestre – Arnon surgiu daí. Ele queria eleger o sucessor dele. O sucessor de Silvestre Pércles seria o

Campos Teixeira. Ele queria fazer o sucessor dele. Surgiu daí. E depois disso, cadê os Góes Monteiro? Ninguém fala mais.

[...].

O Arnon de Melo chefiou a Gazeta até que período?

O Arnon de Melo sempre foi o proprietário da Gazeta. Ele sempre foi o grande comandante, até a morte dele em 83.

Então até a morte dele ele vivia o dia-a-dia do jornal?

É, o Arnon se preocupava tanto. O Arnon tava de férias em Araxá, na estação de férias em Minas Gerais; de férias. 5 da tarde ele ligava para mim quando eu tava na redação, “ô Valdir, na página tal, tal, tal, no lugarzinho tal, coluna tal, tem uma vírgula errada. Aquilo não é vírgula. Veja ali onde cabe vírgula”.

Como ele tinha acesso a esse jornal?

O pessoal mandava para ele. Eu não sei como chegava. Eu sei que mandavam para lá e ele lia.

Havia influência dele no conteúdo editorial do jornal? De o jornalista escrever uma matéria e ele fazer alguma interferência no conteúdo daquela matéria? Experiência particular sua...

Nós próprios sabíamos qual era a Lei do jornal. Nós sabíamos quais eram os adversários do senador. Nós sabíamos. Tinham alguns que a gente sequer tratava o nome, se referia. “– Fica lá; tu, não existe”. Sabiam quais eram os adversários dele. Isso porque também não tinha... Por exemplo, tinha o jornal – que diziam que era um jornal imparcial – o Diário Associado, mas o dono do jornal era político; político, o Chateaubriand, que pelo amor de Deus, entendeu. Não existia aquela imprensa totalmente livre. (...).

[...].

Arnon de Melo era profissional, como diretor da Gazeta, do ponto de vista financeiro?

O Arnon nasceu para ser empresário e repórter.

Os salários dos jornalistas sempre em dia? Tinha problema com o pagamento de salário dos jornalistas?

Não. (...). No final de 50, de 60 foi que teve negócio de salário mesmo. Se organizou, coisa e tal. Criou-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Com o falecimento de Arnon, quem assumiu o dia-a-dia da redação do jornal?

A família do senador, a maioria dos filhos sempre teve qualquer participação ali dentro. O senador, o Arnon, não podia tá ao mesmo tempo com a cabeça no senado e a cabeça aqui, na Gazeta. O Arnon era o cérebro da coisa. Mas aí mandava, começou a pegar o filho dele e preparar para isso. Primeiro o filho dele começava como foca na grande imprensa.

Todos eles?

Collor, Pedro, Ana Luiza, Leopoldo. A outra filha, dona Leda, casou-se logo com um embaixador, vivia viajando aí. Mas aqueles que ficaram em casa mesmo, sempre tiveram oportunidade; alguma tarefa. Primeiro era foca. (...).

Quando Arnon deixou de ser governador, no senado, que os filhos começaram a crescer, ficar maior de idade, assim que ficaram maiores de idade, “aí você vai pra lá também, vai tomar conta do nosso patrimônio”. Aí foi botando um, botando o outro...

Mas quem foi que ficou na linha de frente do jornal?

O senador sempre teve a sorte, até porque sempre foi leal... A Gazeta de Alagoas, desde a sua criação – e depois que passou para o senador –, tinha funcionários do primeiro dia do jornal que continuaram na Gazeta. Um deles foi o Zacarias Santana – gráfico, terminou o secundário... (...). Esse cara terminou como vice-presidente da Organização.

Esse cara tinha pouca leitura, mas era prático demais. Esse cara era quem, quando o senador mudava o pensamento dele em relação a isso ou aquilo, dizia: “Zacarias, é assim amanhã”. Ele já chegava e reunia o pessoal: “olha pessoal, a linha agora é essa, é essa e essa”. Zacarias Santana, esse foi o mentor, essa coisa toda. E também o gerente, o gerente Cavalcanti, já da parte financeira, já tinha sido guarda livro, já tinha sido contador da cooperativa, aí já sabia de todos os meandros, de todas as coisas, de todos problemas financeiros da empresa. Tinha o Renan Rosas, que começou, na Gazeta, menino, com o Silveira ainda, com o pai dele, Oséas Rosas, e terminou sendo todos mantidos pelo senador. Ta aí outra grande qualidade do senador: a lealdade, a confiança no seu operário, no seu trabalhador. O senador era incrível. Você tava repórter, tava assinando o texto lá, ele olhava o texto assim, via, olhava, lia. Você tava fazendo uma merda, uma porcaria, ele olhava assim e dizia, “olhe, ta bom. Mas você tem condições de fazer melhor do que você fez”. Não dizia: “você ta burro; isso não presta”. Não fazia isso. Aí você cresce.

E atualmente, quem está na lida do jornal Gazeta? O Collor?

Filhos dele, netos. É o Collor. Evidentemente que o Collor. Mas o Collor está, também, muito dedicado à política, mas tem outras pessoas de confiança. O Luiz Amorim, o Carlos Mendonça; e agora, até a coordenação editorial geral entregue ao Ênio; funcionários antigos também. Pessoas que vestem a camisa.

Ana Luiza tem alguma participação efetiva?

Tem. Ela participa. Ela é a presidente de honra. Ela viu a Gazeta crescer, acompanhou... É jornalista, escreve muito bem. Eu não sei porque ela não continua escrevendo. Têm livros publicados. Aliás, tem um livro excelente sobre o Marechal Rondon.

O Pedro Collor, doente, continuou na lida do jornal?

Ele morreu nos Estados Unidos...

Mas na ocasião era ele quem tava à frente da família?

Nessa época era. Também, o senador deu uma responsabilidade terrível ao Pedro. Pedro, garoto, Pedro tinha menos de 20 anos quando o senador me chamou lá no senado federal, lá em Brasília, aí me chamou lá, no gabinete dele; eu até me recordo, como hoje: “Valmir, to implantando a televisão em Maceió. A quem devo entregar”. “Senador, a decisão é do senhor. Quem sou eu pra dar uma opinião dessa. O senhor tem aí o Leopoldo, seu filho. O próprio Fernando. O Pedro eu já não digo, porque o Pedro... É seu filho também, lógico; herdeiro também. Mas o Pedro tinha uns 18,19 anos. Muito novo; não é? Não tem essa experiência toda”. Ele chegou e disse: “mas vou entregar a ele. Vou entregar a ele para começar a assumir responsabilidade logo cedo. Vou entregar”. E o Pedro – com um ano à frente – deu conta do recado. Da planta até a inauguração.

[...].

De todos os órgãos que ele possuía, tinha aquele que ele tinha um carinho especial?

Eu diria que sempre o jornal. Até porque foi logo o embrião da empresa. A primeira criança da organização Arnon de Melo.

O último empreendimento da Gazeta foi a GazetaWeb. Existe alguma perspectiva de criação de algum novo órgão pela Gazeta? O senhor já ouviu algo a respeito?

Se for na área de comunicação, o que seria mais, agora?

Uma editora, para publicar livros...

Já teve editora. Teve editora excelente. Teve uma que funcionou inicialmente na rua do Comércio, vizinha ao prédio onde funcionava o jornal. Era a gráfica editora São Pedro. Aí, quando a Gazeta, jornal, subiu, foi lá pro tabuleiro, aí o Arnon chegou, ampliou, coisa e tal, e surgiu a gráfica editora Gazeta de Alagoas.

Mas não emplacou?

Chegou a ser a gráfica mais moderna do estado. Saíram algumas belas obras de lá, da própria organização, produzidos pela própria organização e, também, de serviços

particulares. Agora, razões porque deixou de funcionar, eu nunca penetrei. Até porque não faz parte da minha filosofia.

Entrevista 2 – **Valmir Calheiros Siqueira**

Na pesquisa realizada no acervo da Gazeta – da década de 1960 – encontrei textos de diversos autores. Colocarei os nomes desses autores e gostaria que o senhor falasse algo sobre eles, caso tenha conhecido ou ouvido falar.

Wanillo Galvão

Morreu. Ele era um dos dirigentes da União Nacional Integralista e depois fundou aqui a Patrulha Nacional Cristã, aqui em Maceió. Depois foi Bispo, fundou, aqui, a Igreja Brasileira; que não evoluiu. Ele, inclusive, fez a própria sepultura dele. Sepultou-se de pé, como queria – como se fosse uma múmia – atrás da igreja que ele criou, ali na Ponta Verde; aquela igreja bem acanhada na Ponta Verde.

José Medeiros

Está assumindo, hoje, a Academia Maceioense de Letras. É professor, médico. Ele é presidente do conselho daquele órgão de pesquisa do estado, FAPEAL. Está filiado, hoje, a Academia Alagoana de Letras. É meu amigo particular. Foi coordenador da comissão que escreveu a Constituição do estado vigente, em 99; está fazendo agora 20 anos. Médico, intelectual, de Pão de Açúcar, de família de intelectuais. Foi secretário de educação do estado, foi deputado. José Medeiros ainda escreve.

José Pinto de Barros

Morreu. Foi deputado estadual; foi colaborador ativo da Gazeta, de Palmeira dos Índios.

Donizete Calheiros

Era meu parente, meu primo, ainda. Escrevia a coluna “Converse comigo”. Ele levou uma surra de Silvestre Péricles. Perdeu a perna em consequência de um acidente. Dizem

que foi Silvestre que mandou, mas não foi não. Quando apanhou do Silvestre Péricles – foi espancado pela polícia de Silvestre Péricles, dos Góes Monteiro – ele já não tinha perna; só tinha uma perna. Escrevia muito bem. Era polêmico. Era udenista e era filho do famoso professor Agnelo Barbosa. [...].

Mário Lyra

Mário Lyra morreu. Foi secretário de Comunicação do governo Afrânio Lages. Tava começando a vida como agropecuarista. Família Lyra – tradicional do estado. Ele tinha uma fazenda em União dos Palmares. Rapaz novo, elegante, bonitão, descobriu-se impotente, deu um tiro no ouvido e morreu.

Mara (possivelmente um pseudônimo)

Mara é a escritora Ilza do Porto Lages. Ilza Porto. Ele morreu recentemente. Era cronista, colunista da Gazeta. Era uma mulher fabulosa, escrevia muito bem, tem vários livros publicados – livros de conto, romance, poesia. Parece que chegou até a fazer parte da Academia de Letras. Era sobrinha do Major Bonifácio da Silveira - grande figura, o Major Bonifácio -; do Luiz Silveira, fundador do Jornal de Alagoas, sobrinha.

José Rabêlo

José Rebêlo. José Rebêlo Torres. Natural de Viçosa; passou o resto da vida em Palmeira dos Índios. Escritor, colaborador da Gazeta, exerceu vários cargos públicos e a filha dele ainda é viva hoje.

[...].

Hermann Tôrres

Foi deputado, inclusive era deputado da Assembléia quando... Hermann Tôrres foi deputado estadual e foi suplente de senador. [...].

Valdir Cipriano

Morreu agora há pouco. Esse rapaz era chefe do escritório da fábrica Otonni Bezerra de Melo, lá de Fernão Velho, e depois ele era o chefe, o diretor daquele Cotonifício Nogueira, aquela fábrica de saúde, lá no norte, e representava essa firma aqui em Maceió. Escrevia também, e era membro da Associação Alagoana de Imprensa.

General A. C. de Moniz de Aragão

Esse cara era nacional. Inclusive participou daquele golpe da ditadura militar e escrevia aqui esporadicamente.

Rui Sampaio

Alagoano. Também escrevia esporadicamente na Gazeta; era colunista.

Júlio França

Deputado; gostava de tomar uma cachaça danada. Foi deputado estadual. Era muito amigo de Arnon de Mello; escrevia belissimamente bem.

[...].

Rosinha Coêlho Pereira do Carmo

De família tradicional, escrevia muito bem. Era daquele pessoal dos Mascarenhas de Moraes. O pai dela foi comerciante aqui muito tempo; família tradicional, forte. Escrevia muito bem; era uma dessas pessoas que melhor escreviam aqui nesse estado. Vivia só de escrever mesmo.

[...].

Francisco Rizzo

Francisco de Moura Rizzo. [...].

Ramos Teixeira

Manuel Ramos Teixeira. Esse cara eu nunca mais eu vi. Era correspondente da Gazeta em União dos Palmares.

Amélia Rebêlo

Filha de José Rebêlo. Era promotora aposentada. Vive ainda aqui. Mora aqui na Ponta Verde.

[...].

Tobias Granja

Morreu. [...]. Fui eu que influí, com Arnon de Mello, para levar ele para a Gazeta de Alagoas. Trabalhou no Cruzeiro, trabalhou na Manchete. Foi o melhor repórter investigativo desse Norte-Nordete. Começou pela Gazeta.

Teófanés Barros

Era educador. Foi o cara mais disseminou educandários neste país. Foi secretário de educação do governo Arnon de Mello. Foi um dos fundadores da Campanha Nacional de Educandários... Que agora é a Campanha Nacional de Educadores da Comunidade. Padre.

Messias de Gusmão

Que fabuloso esse cara. Foi procurador de Estado, foi secretário de Estado, uma das melhores memórias desse estado. Morreu também. Tem um livro, que todo alagoano devia ler, que é Boca da Grotta, porque tem toda a história das efervescências políticas, das agitações políticas, desde o começo de 1900 até 1950 em Alagoas. Quem quiser conhecer, tem que ler esse livro dele.

José Arnaldo Lisboa Martins

Está vivo ainda. Engenheiro. Ele tem empresas de pesquisa. Ainda escreve para o Extra, aquele semanário Extra; é meu amigo particular, um pouco doidão, mas amigo particular. Ele é o autor, ele é o criador daquele projeto daqueles símbolos de trânsito:

Pare, Continue, Contramão, apito, é ele. É alagoano. Está aposentado, já foi engenheiro. Ele tem várias obras sobre o assunto.

L. R. de Paiva Lima

Luís Renato de Paiva Lima. Grande sujeito. Bacharel em Direito. Sobrinho do ex-governador Fernandes Lima. Foi repórter da Gazeta por muito tempo, no tempo dele. Era udenista; era ligado à UDN.

[...].

Rosinha Coêlho Pereira do Carmo se envolvia politicamente?

Ela tornou-se colega íntima da primeira dama do Arnon, que era a Leda Collor.

[...].

Anilda Leão

Essa está “vivinha da silva”. Memória fabulosa. Viúva do Carlos Molitéro - aquele poeta -, atriz de cinema, atriz de teatro, memória fabulosa, tem vários livros. Alagoana, filha do ex-deputado Joaquim Leão, que também foi prefeito de Maceió. O pai dela era da UDN, mas ela sempre teve aquela conduta de protestante, de protestar. Ela foi fundadora da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, ao lado daquela primeira deputada alagoana [Lili Lages]. Ela é progressista até hoje.

Genésio Carvalho

Genésio Marques de Carvalho, natural de São José da Lage, teve cinema em Capela. Esse cara foi um dos diretores que mais permaneceu e deu alma à Associação Alagoana de Imprensa. Esse tinha sentido de classe e de liderança. Esse cara foi quem lançou, pela primeira vez aqui no estado, o célebre Concurso de Crônicas e Reportagens, antecedendo até o prêmio Esso de Reportagem. Udenista, totalmente udenista. Ultraconservador.

[...].

O padre Teófanés Barros foi secretário de Arnon de Mello, no governo?

Foi de Educação. Naquele tempo era Diretoria de Ensino, que chamava.

E ele foi o fundador do Cesmac?

Foi.

José Barros Neto

Foi advogado, colaborador de jornais. Só fazia escrever para jornais. Membro da Associação de Imprensa e foi juiz de Direito.

[...].

Cândida, que assinava uma coluna social.

Foi a coluna social que mais permaneceu na ativa em Alagoas. Ela começou na Gazeta em 63, por aí assim, e morreu agora. Ela foi colunista social por mais de 40 anos. Maria Cândida Coêlho Palmeira. Parenta do Rui Palmeira, pessoal; ela era tia desse Léo Palmeira. Irmã da Maria José Palmeira, que ainda escreve; tia do Léo.

J. Silveira

J. Silveira Camerino. Geógrafo, professor do antigo Liceu Alagoano, jornalista de escol. Porque naquele tempo jornalista eram os intelectuais. Escreviam coisa e tal. Ele passou a maior parte do tempo dele, na Gazeta, escrevendo sobre acontecimentos internacionais; escrevendo e comentando.

Muita gente publicava na Gazeta de Alagoas. Havia muitos artigos. Naquela época havia algum critério de seleção para publicar um artigo? Qualquer pessoa podia mandar um artigo para a Gazeta?

Por exemplo, se fosse um artigo, combatendo um governo que o jornal era aliado, evidentemente que não saía. Ou com palavras de calão ou com impropérios. Mas,

geralmente essas pessoas eram pessoas que o jornal já conhecia, de algum contato, de alguma coisa.

Então não era qualquer pessoa que escrevia?

Não. Esses caras, a maioria desses caras, ao mesmo tempo em que mandava colaboração, hoje mandaria para a Gazeta, amanhã mandaria para o Jornal de Alagoas.

Então eles tinham acesso à imprensa alagoana de forma geral?

Tinham, até porque eram figuras respeitadas na sociedade; figuras que eram professores de várias gerações, eram políticos, aliados do dono do jornal, correligionários.

No final de 1963, a Gazeta noticiou um conflito envolvendo Arnon e Silvestre. E na ocasião, os dois acabaram passando um tempo detidos em Brasília. Nesse período em que Arnon esteve detido, numa base aérea – em Brasília –, ele continuava influenciando o jornal? Continuava revisando o jornal? Ele acompanhava o jornal?

O Arnon sempre acompanhava. Até porque ele era, acima de tudo, jornalista. [...].

Então ele, mesmo lá em Brasília – nessa base aérea –, continuou influenciando o conteúdo editorial do jornal?

Sim, porque afinal de contas não precisa nem... Orientando. Até porque a própria equipe da Gazeta já sabia qual a conduta a fazer. Já tinha condutas pré-estabelecidas.

Mas como ele tinha acesso ao jornal lá em Brasília?

Malote. Pelo correio. Ou por telefone: “fulano, saiu assim, está assim, está assado...”.

Nas Gazetas, do dias 25 de março de 1964 ao dia 29 de março de 1964, os exemplares da Gazeta nesse período, no rodapé, traziam a seguinte mensagem: “Nossos rosários contra o ódio / Nossos rosários contra a corrupção / Nossos

rosários contra o comunismo / Nosso rosários contra os Brizolas e Arraes. (Divulgação do Movimento Popular pela Democracia)”. Esse material era um conteúdo editorial ou um conteúdo publicitário?

...

Rapaz... Eu não posso comentar isso, sem eu está vendo. Agora, se eu vejo, pela linguagem, eu lhe digo. Se eu ler, pela filosofia que encerra a frase, aí eu lhe digo. Eu não sei se saiu só na Gazeta. Porque deve ter saído também em outros jornais. Até porque a Gazeta se aliou; a Gazeta não se insurgiu contra o golpe. A maioria dos jornais, para poder sobreviver, não reagiu contra o golpe. O senador era político. O Arnon era político, era da UDN depois passou para o PSD. Quando surgiu o golpe e surgiu o partido da ditadura, a Arena, ele filiou-se a Arena. Então ele não podia contestar.

Anexo 3 - Entrevista com o professor: José Alberto Saldanha de Oliveira

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o historiador Alberto Saldanha é mestre em história pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Daniel Aarão Reis Filho, reputado estudioso do golpe de Estado de 1964. O próprio Saldanha tem enfatizado, em sua trajetória acadêmica, o estudo da história do Brasil república e, atualmente, coordena o projeto de pesquisa Memórias Reveladas: As Lutas Políticas em Alagoas (1964-1985). Tem ainda dois livros publicados: *A UNE e o Mito do Poder Jovem* (Maceió, Edufal, 2005) e *A Mitologia Estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano* (Maceió, Sergasa, 1994), além de vários artigos publicados em coletâneas, jornais e revistas. A entrevista com o professor Alberto Saldanha foi realizada em setembro de 2009, no campus do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes da UFAL, em Maceió.

Qual era o bloco político do prefeito Sandoval Caju?

Ele é um Cícero Almeida antigo, no sentido em que ele é um comunicador. Ele vem de um programa de rádio e vai ascender politicamente. Ele vai atuar dentro daquele universo dos governos trabalhistas, vinculado mais ao projeto nacional-desenvolvimentista ou nacional-estatista que João Goulart está representando. Sandoval vai assumir politicamente a prefeitura e vai construir uma tradição ou uma atuação política a partir da prefeitura, a partir do cargo de prefeito. E como tal ele comunga de idéias que na época estariam dentro desse universo do trabalhismo. Mas não tem uma construção anterior de envolvimento dele com o movimento sindical. Ele ganha popularidade pela atuação como radialista e aí, politicamente, ele terminará sendo prefeito afastado e cassado porque defenderia a visão das reformas de base do governo do João Goulart.

É verdadeiro afirmar que, na ocasião do pré-1964 havia dois blocos antagônicos em Alagoas: um populista-trabalhista, com Muniz Falcão e Silvestre Péricles, e do outro lado o bloco dos políticos das famílias tradicionais: Arnon de Mello, Rui Palmeira e Teotônio Vilela, entre outros?

É (...). A gente tem uma rivalidade entre dois projetos ao longo desse período de 1945 – da redemocratização – até 1964. De um lado um bloco que acredita no desenvolvimento nacional, com uma forte intervenção do Estado, assegurando os direitos sociais e os direitos políticos aos trabalhadores – do ponto de vista político o PTB representa essa proposta, mas junto a ele, outros partidos menores, com esse ideário: o Partido Social Progressista (PSP), que aqui no estado de Alagoas é o partido que o Muniz controla, o Partido Social Trabalhista (PST), então alguns partidos menores que, com o emblema do trabalhismo, se agrupam politicamente e que fazem alianças com o centro, o PSD, que é a tônica da política da política nacional. Esse bloco foi quem elegeu Vargas em 50, Juscelino em 55, com João Goulart vice, e que perde para Jânio Quadros; mas depois, João Goulart, como vice, naquela conjuntura, vai voltar a ser essa expressão.

E do outro lado você tem um bloco liberal-conservador que é a não intervenção do Estado, porque acha que o Estado faz mal, intervém mal, não deve gastar o recurso para isso, portanto para o desenvolvimento é necessário haver a associação com o capital internacional, e que vai progressivamente criando um viés elitista tentando impedir a participação social dos trabalhadores. Então é aquilo: “os trabalhadores são manipulados pelos líderes carismáticos; por direitos trabalhistas trocaram a sua liberdade”. Esse discurso é o discurso da direita, dos liberais-conservadores.

Então, esses blocos se digladiam ao longo desse período democrático. Em terras alagoanas, a gente vai ter, inicialmente, Silvestre Péricles, que vai vencer o governo do estado a partir de 1946, que é da família Góes Monteiro – que está em evidência desde depois de 30 (...) – e procura levar a diante um ideário nacionalista. Mas o Silvestre, como todos os políticos que vieram desse ideário do tenentismo, era muito anticomunista. Ele acusa todos os seus opositores de comunista e de udenista. Ele criou aquela expressão “denocomunista”. Então ele manda prender tanto os comunistas como mandava o “cacete” no Tribunal de Justiça e na outra parte da elite alagoana.

Passado o fim do Estado Novo, a oposição liberal à Vargas tinha uma grande expectativa de vencer as eleições no plano nacional – presidente da república, o brigadeiro Eduardo Gomes vai ser candidato e o Vargas declara apoio ao Eurico Dutra, e o Dutra vence. Aqui o cenário é esse também. Os liberais pensam em vencer aqui. Aí vem Silvestre Péricles e derrota. Então se torna um inimigo, um calço. Só que Silvestre Péricles não amplia esse universo trabalhista. Quem vai começar a ser o construtor disso é o Muniz Falcão.

Em terras alagoanas esses dois projetos passam a se rivalizar, com as características próprias daqui, com os interesses coronelistas. O Muniz Falcão vai ser governador derrotando o candidato do Arnon. Silvestre faz um governo que é popular, mas um desastre do ponto de vista das relações com o mundo político, que ele não amplia; e o jeito do cara – ele facilmente é caracterizado como um governo desastroso. Aí vem um governo de salvação, com um discurso de salvar, é o Arnon. O Arnon é o cara que vem de fora, do Rio de Janeiro – tava lá jornalista, corretor de imóveis – aí vem pra cá, Rui Palmeira o convida. Então vem o Arnon para ser a união. (...). O Arnon tem contra ele o Silvestre Péricles e o Muniz Falcão. O Muniz Falcão vai vencer em 55. O Arnon apresenta como sucessor o Afrânio Lages – que depois será governador biônico no regime militar – e é derrotado pelo Muniz.

A partir do governo do Muniz – que vai de 56 a 60 – é quando você tem materializado, efetivamente, aqui no estado, esse projeto nacional do Estado no desenvolvimento nacional, da inclusão dos trabalhadores; porque o governo do Muniz é o governo que amplia a relação entre o trabalhismo e os comunistas, que é uma coisa que a elite alagoana não engole. E aí vem aquele processo, a questão do impeachment. Abrem um processo de impeachment porque o Muniz Falcão tem uma proposta de taxar mais os setores produtivos para poder ter verba para as questões sociais. O jornal A Voz do Povo não é empastelado. É o período que o jornal melhor vive, o jornal dos comunistas, é o período do Muniz. Porque o Silvestre empastelava, o Arnon também, do mesmo jeito, e aí os caras conseguem manter o jornal, sede na rua do Comércio, distribuição... Então, nesse momento, você tem essa presença de um Muniz que quer modernizar Alagoas levando em conta o discurso nacional do trabalhismo - ou seja, o Estado deve intervir, modernizar - aí cria a CEAL, CODEAL – a Companhia de Desenvolvimento Econômico – (...). Então Muniz reúne, pela primeira vez no estado, o projeto nacional do trabalhismo, porque ele é um cara que construiu sua trajetória política na relação com os sindicatos, porque ele foi delegado regional do trabalho no Estado Novo. No Estado Novo ele tava aqui impondo a legislação trabalhista para os usineiros. Então os caras não engoliam o Muniz Falcão por isso. E a diferença: porque foi o único governante que não pertencia à elite alagoana. Ele vem de Pernambuco.

E aí como é que um cara que vem de fora vira um líder político aqui dentro? Justamente por esse fato, dele ter sido delegado regional do trabalho, durante a ditadura do Estado Novo, (...). E aí o Muniz vem aplicar, fazer valer a lei trabalhista aqui dentro, aí ele bate de frente com as usinas, com o setor sucroalcooleiro. Então os caras não aceitam esse

cidadão. É aquela imagem do Jango, o líder trabalhista, o ministro do trabalho de Vargas, o cara que representa os sindicatos e tal: “Esse cara é uma pedra no caminho”, a pecha do Muniz vai ser essa. Então eles passam a chamar o Muniz de “forasteiro”.

Então se chega em 64 e a existe esses dois blocos que você ta falando. O Muniz e o Silvestre formam um bloco.

O Muniz vence em 56, governador, e ele faz em seguida senador, o Silvestre, derrotando o Arnon. Então os caras não engolem esse negócio. O grande problema é que o bloco que Muniz constrói se divide na eleição de 60, que elege o major Luiz. O bloco se divide. Silvestre é candidato, Abrahão de Moura é candidato, então isso criou um problema porque um teve mais voto na capital e o outro no interior, mas o major Luiz ficou em segundo nos dois e teve mais votos. Então você tem esses dois blocos.

Porque no mandato que levou ao impeachment o Muniz vence com apoio dos coronéis do interior e parte do setor sucroalcooleiro. Eles apoiaram o Muniz e romperam com ele quando o Muniz apresenta a taxa pró-economia.

Você tem um processo em que os setores, aqui, da UDN, reproduzem o mesmo discurso nacional. (...) O Arnon faz o mesmo tipo do trabalho de Lacerda, ele vai pra imprensa e mostra lá no Rio de Janeiro matérias que mostram Alagoas dominada pelo caos, o banditismo, a violência o governador que não controla. O mesmo estilo. Construía o imaginário da crise. Então esse pessoal da UDN, aqui, atua da mesma forma. Então você chega em 64 com esses blocos divididos entre, um que tem a idéia do projeto nacional de desenvolvimento com a inserção dos trabalhadores e o outro que fala que a democracia precisa ser depurada desses trabalhadores. Então isso estará representada com a vitória do major Luiz com o Teotônio, que é vice do Major Luiz, em 61.

E o Major - que antes de virar governador sobe de patente, termina general - será um dos governadores importantes na articulação golpista. (...). O governador exercerá um papel importante na articulação de forças internas, porque esse é um estado espremido entre Arraes e Seixas Dória em Sergipe.

Então naquela época havia uma disputa de blocos-históricos diferentes em Alagoas? Porque existe um mito – que eu não sei até que ponto é mito ou não - de que Alagoas sempre foi um estado conservador, que não houve disputas de blocos aqui, que sempre foram as mesmas correntes, sempre os mesmos políticos tradicionais...

Gosta-se de dizer isso. Porque a sua elite realimenta uma trajetória de uma Alagoas que ao mesmo tempo é porta-voz do novo, de grandes momentos, e ao mesmo tempo íntegra. Então é a terra dos marechais. Do Marechal Deodoro, do Floriano. É o berço da república, imagine! Era o berço da república onde todo mundo aqui era monarquista e depois virou republicano assim que veio a república.

Há uma forte capacidade de transformismo aqui em que a elite vai se adaptando aos novos tempos para nada mudar. Então, todos eram monarquistas e viraram republicanos. (...).

É por isso que se fala que a revolução de 30 só chega aqui depois de 50. Ela chega exatamente nesse governo do Muniz. Que aí é um momento de ruptura. Analisando o processo político, a gente pode dizer que as duas oportunidades das esquerdas na história alagoana se encontram no período da experiência do Muniz e na chegada de Ronaldo Lessa e Heloísa Helena em 1998. Experiências que sinalizavam a possibilidade de ruptura. Terminou a do Ronaldo se adaptando, reproduzindo isso aí. Agora, a do Muniz está inserido nesse contexto maior dos projetos nacionais de desenvolvimento, naquela conjuntura. O Muniz disputa, o regime militar ainda permite a eleição de 65, a eleição e ganha a eleição. Só que – a velha e boa sacanagem que se tentou o tempo todo nas eleições de 50 e 55: a UDN, os liberais-conservadores, como não conseguem vencer no voto, querem derrubar o governo. Querem ganhar no tapetão. Qual é a proposta? É a intervenção militar. É uma forma de tentar depurar. Em 50 e em 55, quanto Getúlio venceu, e Juscelino, eles disseram, “não pode tomar posse, porque ele não teve a maioria absoluta”. Mas a constituição não dizia que tinha que ter dois turnos ou a maioria absoluta. É maioria simples. Então, argumentando que não era a vontade da maioria absoluta, os caras tentam impedir a eleição. É o argumento da eleição do Muniz.

O Muniz se elege na eleição de 65 para governador derrotando o Arnon, o Rui Palmeira e tem mais outro, três caras do lado de lá. Ele derrota os caras. Aí os caras dizem isso, questionam: “há, ele não pode tomar posse porque ele não tem maioria absoluta. O questionamento tem que ser respondido pela Assembléia Legislativa”. Aí a Assembléia Legislativa, que ia aos interesses dos caras, diz “não”, “não pode”. Aí, nessa confusão, o regime coloca um interventor. Aí o governo acaba com a eleição direta e ela passa a ser feita pela Assembléia Legislativa, que elege o Lamenha Filho.

A classe operária alagoana existe nos trabalhadores fabris, nas fábricas de tecido, Rio Largo, Fernão Velho... Isso reúne uma massa de trabalhador superior à cana-de-açúcar.

E, naquela ocasião, são empresas enormes, porque estão no processo de desenvolvimento do auge da indústria têxtil. Então, você tem o Partido Comunista, um governo que fala do trabalhismo e uma organização operária. Esse bloco é um bloco que assusta. Então ele rivaliza até 64. É o grande momento de ruptura. Que, do ponto de vista interno, os aliados políticos não conseguem entender o papel que estão exercendo e aí as disputas internas levam a derrota eleitoral. Mas o Muniz continua sendo a expressão da liderança desse universo.

As coisas voltam a “normalidade” a partir do momento em que o major vence a eleição e em seguida vem o processo do regime militar.

O bloco do Muniz e do Silvestre é um bloco que surgiu na própria burguesia. Nós podemos dizer que se trata de uma burguesia radicalizada?

Claro, o Muniz não é um comunista. A família do Muniz vem da agropecuária, mas a condição dele ter vivenciado o processo da implantação da legislação trabalhista como delegado regional do trabalho propicia a construção da sua liderança política. Porque os Góes Monteiro, no caso de Silvestre, é da elite alagoana. Na revolução de 30 o Estado Novo dá um poder aos Góes Monteiro absoluto. A política passa a ser regida conforme o aval dos Góes Monteiro. (...). Os Góes Monteiro é uma família alagoana, é daqui.

(...).

O Estado Novo tenta convencer as elites locais de que o desenvolvimento do país interessa a todos; a todos, leia-se, todos mesmo: o empresário, o agricultor, o latifundiário, os trabalhadores. Então o Estado tenta dizer o seguinte: um projeto está sendo montado aqui e tem que ter a participação de todos, e a valorização dos trabalhadores é um dos pilares disso. E eu só posso mostrar que o trabalho tem valor se o trabalhador se sentir amparado. Agora, essa é a vontade do Estado, não necessariamente a vontade dos capitalistas individuais. O cara da Usina diz: “agora deu! Agora vai dizer como é que eu trato com os meus trabalhadores, aqui. Que agora tem que ter carteira de trabalho assinada”. Então a cooperativa do açúcar fica “puta” da vida com a Delegacia do Trabalho querendo cobrar; senão é multa. Então essa conjuntura de um poder centralizado vai permitir com que os tentáculos do Estado atuem de uma forma como antes não tinha existido. Então, nessa ponta aí, a Delegacia Regional do Trabalho é a expressão maior dessa valorização do trabalho. Só foi possível Muniz se transformar num político importante porque ele tem esse papel. E a sua ação é uma ação

beneficiadora aos trabalhadores. Então quando ele se elege governador (...) ele cria o palácio do governador, na Levada [bairro de Maceió], para dar uma sede aos sindicatos dos trabalhadores; que boa parte dos sindicatos não tinha sede. (...). Então a elite diz: “que conversa é essa. Que demagogia é essa”. Só uma conjuntura como essa, que propicia a Delegacia do Trabalho atuar pela legislação trabalhista durante o Estado Novo, que vai fazer com que um cara que venha de fora, que não é da elite local, construa uma trajetória política.

E aí, qual é a grande diferença dele em relação a Silvestre: é porque o Muniz é como o João Goulart. (...). O João Goulart é um grande negociador. O Muniz, como delegado do trabalho, defendendo a legislação trabalhista e o direito do trabalhador, ele é um cara constantemente num processo de negociação, que é a dimensão maior que o Muniz tem que o Silvestre está fora. O Muniz não é anticomunista. E, a partir de 55, você tem a aliança, porque o Partido Comunista deixa de brigar com o PTB, por quem conduziria os sindicatos, porque o Partido Comunista achava: “A classe operária está enganada porque deveria estar com a gente, nós somos o verdadeiro partido da classe operária”. Aí quando os caras começam a entender que existem mais pontos comuns entre o PTB e o PCB, que é o projeto nacional de desenvolvimento e industrialização do país, porque senão nunca vai chegar no socialismo, aí ao caras começam a estabelecer aliança. Os comunistas viram deputado pela legenda do PTB, pela legenda do PSP. Aqui, você pega os resultados eleitorais, por exemplo, o Jaime Miranda – principal líder comunista (...) – o Jaime foi candidato pelo PSP. Então os comunistas passam a atuar por esses partidos e passam a se eleger. E essa aliança, portanto, fortalece-se. É isso que leva a conjuntura de 64, em que você tem um movimento sindical e popular muito forte, cobrando as reformas de base, é fruto desse processo aí. Então o Muniz tinha a visão do tipo do João Goulart. É possível construir um consenso e nesse consenso cabem setores nacionalistas do empresariado como cabem os trabalhadores e suas representações. O Muniz trabalha com essa perspectiva.

A família Góes Monteiro é da tradição urbana ou rural?

Rural.

No pré-64 o capitalismo já havia chegado em Alagoas ou estava em processo de fortalecimento, ainda?

O que seria esse capitalismo... De uma forma geral existiu sempre muita resistência da elite brasileira à própria modernização capitalista. Isso no geral. No Brasil; agora, muito mais ainda em uma formação em que há uma concentração em torno da monocultura do açúcar e, portanto, numa concentração econômica e política de representação. Numa sociedade de uma atividade econômica mais diversificada você tem mais capitalista disputando espaços. A gente não diversificou. Aí o que é que acontece? É um estado federalizado, porque a massa de recurso federal é duplamente superior que a massa salarial paga pela cana, pela usina. Então: bolsa família, previdência social é duas vezes mais ao que se paga de salário na usina - nesse universo em que o cara tá empregado de setembro a janeiro, fevereiro, e depois desaparece. Mas, politicamente isso não se altera, porque há um processo de concentração de poder que é realimentado por esse discurso da tal da vocação (...). Todos os choques modernizantes terminaram se adaptando a partir de 30.

Vargas: Instituto do Açúcar e do Alcool - qual a visão do Estado Novo? Modernizar o campo. Tem que dar um choque de capitalismo nesse negócio. Não necessariamente fazer reforma agrária; é mais modernizar o campo, fazer os caras entenderem que tem de investir em tecnologia, pagar melhor o trabalhador, porque os negócios vão prosperar e o país vai ganhar. Aí o problema é o seguinte. Esse discurso racional chega aqui e bate com o “vivo”: “pra que. Tem essa massa de miseráveis aqui. Esse cara não tem para onde ir. Se eu tenho uma mão de obra abundante de miseráveis, pra que eu vou tá dizendo, ‘não, vamos aqui gastar em tecnologia, para fazer o negócio mais rápido com menos mão de obra’ se eu tenho esses caras todos aqui e o custo vai ser menor. Então toca fogo no canavial”. (...). Então, a modernização, aqui, como ela não vai ao fundo da questão, ao fundo da raiz, os caras aqui passaram a ter uma relação recíproca: “o Estado central precisa da gente. Na hora do voto, precisa da gente”, então eles vão aprisionado as políticas públicas.

(...).

Qual era a fração da classe dominante alagoana que liderava o bloco conservador?

Se você for contar, do ponto de vista da representação dos setores econômicos, você vai ter usineiros, plantadores de cana e uma parte empresarial, mas que é – em função da época – muito pequena. Por exemplo, a Confederação das Indústrias era comandada

pela cana. O Muniz apóia o Napoleão Barbosa, que depois, quando vem o regime militar adere ao regime militar (...). O Napoleão era representante do sindicato dos fabricantes de movelaria; o Muniz apóia o grupo. A coisa é justamente colocar em disputa os destinos do estado com mais parceiros, e não fortalecendo um setor que já é próspero. Mas, é claro que o setor que é próspero e politicamente tem mais força chia.

E aí sempre existiu a relação de dependência entre plantadores... Os plantadores são fornecedores de cana para as usinas. A deturpação ideológica de classe. Ficaram no meio do caminho. Não eram usineiros, mas se achavam elite. O padrão caiu assustadoramente. Perderam o seu status. E hoje, os caras estão endividados, lascados, com medo do Movimento Sem Terra tomar as terras, pedindo socorro, e não sabem o que fazer. Mas é o resultado de um processo antigo.

Politicamente você vai ter lideranças como o Arnon e o Rui Palmeira, que são uma liderança mais letrada. São urbanos. Da elite urbana. Já é a geração que se intelectualiza, se escolariza, mas que tem raízes aqui, familiares, com a cana.

O Arnon é da fração hegemônica dentro do bloco que apoiou o golpe em nível nacional?

É. Da elite urbana. Que é aquele que procura a modernização com a abertura para o capital internacional. O moderno é a associação com o capital internacional: “porque essa modernização é muito mais proveitosa pra própria modernização do país e pros nossos negócios”. O pensante está aí. Mesmo sendo o major Luiz o candidato dessa elite contrária do bloco trabalhista, mas o seu governo vem pra dar continuidade... A idéia é a seguinte: Alagoas precisa se desenvolver, precisa criar as estruturas. O estado tem que ter as estruturas para tal, que antes não tinha. Então, no fundo no fundo a diferença não é o crescimento do estado, da máquina do Estado para melhor gerir o desenvolvimento. A diferença está na relação com os de baixo. É a visão elitista de baixo. Mas o major quer o Estado atuando para abrir as fronteiras. Como o governo do Arnon – que é o governo que interliga o estado. (...). Então, modernização. É claro que ele fez isso endividando o estado todo, mas é a utilização da máquina do Estado, da capacidade que o Estado tem de investir na infraestrutura, para modernizar o Estado. A modernização visando bons negócios; e de quem serão esses negócios... E a visão elitista principalmente com relação aos trabalhadores, aos de baixo: “nessa modernização os trabalhadores vão ganhar alguma coisa, mas tem de se comportar. Esse

negócio de ação de sindicato...”. A mentalidade dessa turma, que é em todo o país, mas que em determinadas regiões é mais complicada, é a da escravidão, especialmente da monocultura da cana, do *plantation*, do escravo: “esse negócio do cara com direito”. É aquela mesma que fica regulando as relações da empregada doméstica, trabalhista, o cara não assina a carteira de trabalho da empregada, faz de escrava: “folga é de 15 dias!”, bota menina pequena pra tomar conta do filho, “pra que ir para escola. To ajudando ela. Quer morrer de fome”. Então esse pessoal resiste a isso. O grande problema dessa elite liberal é que ela achava que os outros, Vargas e os que seguiram, seriam os grandes enganadores e que, portanto, enganam as massas, as massas, portanto, “não conseguem enxergar, e a gente é que tem a melhor proposta, nós os liberais, a sociedade livre, a democracia e tal. Aí a massa fica votando nesses caras. Das duas, uma: ou a massa é burra ou alguém está manipulando”. Aí qual é a idéia: é descredenciar essa democracia. Lacerda começa a dizer: “isso é uma pseudodemocracia, porque, na gênese dela, os trabalhadores trocaram os direitos trabalhistas e sociais e deixaram com eles os direitos políticos, por isso que eles não pensam direito, não defendem a liberdade. Então é preciso mudar essa democracia, porque ela já nasceu errada”. Então, cada vez mais, a idéia é o seguinte: os males da democracia é esse crescimento dessa participação política. Só que a própria concepção liberal é quem ta trazendo, porque quanto mais o país se moderniza, se urbaniza, mais se escolariza, e aí é que vai acontecendo isso. O PTB, o trabalhismo, vai crescendo do ponto de vista eleitoral e, conseqüentemente, ocupando espaços. O PTB tava chegando em 64 como o partido mais votado e fazendo o maior número de deputados. Olha o problema. Aí os caras começam a dizer que isso só estava acontecendo por conta de um problema lá atrás. É a visão conservadora.

Então o Arnon e o Rui Palmeira são a parte moderna e intelectual de um projeto que fala de uma modernização dependente do capital estrangeiro e que em Alagoas tenta levar adiante uma modernização, evidentemente sem quebrar a força do setor sucroalcooleiro, da qual eles dependem – do dinheiro, dos votos, onde se projetam para fazer os seus discursos. (...).

Daí o major dá continuidade a um processo de modernização do estado, onde ele vai surgir com Divaldo Suruagy - os “meninos do major”. A formação técnica é importante. O Divaldo Suruagy era economista, o José de Melo, foi do Tribunal de Contas e professor da UFAL, economista. Os caras recrutam, dentro de sua elite, os caras que estão, como homens do seu tempo, imbuídos num processo de modernização.

São intelectuais orgânicos?

Exatamente, intelectuais orgânicos dessa burguesia, que querem, todos estão querendo a modernização; ninguém é contra a modernização. Aí o major recruta esse pessoal. Aí vem a estrutura que o regime militar vai montar, ela já é a expressão de uma modernização-conservadora atrelada ao capital internacional que vai ter nos estados o seu desdobramento. É a partir daí que Divaldo Suruagy vai se destacar como o político que vai ser o condutor do processo durante o regime militar das relações políticas.

No cenário nacional, dentro do bloco histórico conservador-modernizante, o estrato rural, do latifúndio, estava um pouco marginalizada. Estava integrando, mas não estava liderando. Já no cenário alagoano, este estrato rural lidera o bloco?

O setor sucroalcooleiro reúne as duas coisas. Porque o processo de transformação já é um processo moderno, só que lê tem a sua base presa à monocultura, a grande propriedade e a superexploração da mão de obra servil.

Porque que interessa também a ajuda do Estado nessa modernização? Porque é um setor vinculado aos negócios externos, o açúcar não é para aqui, é para lá. Desde a colonização é voltado para o mercado internacional, cada vez mais para lá. (...). A modernização que lhes interessa, ao setor. Porque é uma ajuda subsidiada pelo Estado, que me faz ampliar os meus negócios, mas mantendo a mesma base anterior. Eu modernizo a indústria, eu amplio, compro terra, incorporo ao invés de ficar com essa história de terra de fornecedor, eu compro a terra, ou eu terceirizo e expulso aquele trabalhador que vivia dentro da minha usina que eu tinha de alimentar, tudo financiado pelo Estado. Modernizo, a rentabilidade cresce, amparado, subsidiado pelo Estado.

Esse setor econômico é o predominante no estado, o setor sucroalcooleiro. Ele tem a sua representação política. Ao mesmo tempo você tem o setor moderno urbano, mas é mais um setor de serviço, já um desdobramento dessa dependência econômica, já a ação do Estado.

O regime militar impõe um poder centralizado autoritário. O regime quer modernizar o país. Os militares querem transformar num Brasil potência. A perspectiva é essa. Por isso eles não abrem mão de instrumentos que eram associados ao nacionalismo, a Vargas, a Goulart: o estatismo. Os militares não abrem mão do estatismo. Eletrobrás, a

Petrobras continua estatizada, Telebrás - as comunicações -, é estratégico, tem um projeto de nação, conservador, autoritário, mas tem um projeto. Os caras querem transformar o Brasil numa potência que dispute mercado, que tenha força política. Mas essa modernização conservadora é o que? Cassando os comunistas e todos os opositores do regime. Quem é contra o Brasil: “ame-o o deixe-o”. E, internamente, nas regiões, as políticas públicas aprisionadas a serviço da modernização. Então chega pros grupos aqui e diz: “ô velho, vocês tem de politicamente nos apoiar porque a Sudene vai botar dinheiro, o IAA vai continuar”. O regime militar não quer mudar as estruturas profundas, e quem ta em baixo aqui, dependente local, também não está querendo, muito menos isso. Chia. Mas tem um poder autoritário aqui que: “então eu tiro a política, agora não tem empréstimo, dinheiro subsidiado, não tem porcaria nenhuma”, ou, politicamente, “eu casso os direitos de vocês”. Então os caras se submetem, mas se submetem numa relação de troca, de vantagem.

(...)

Suruagy é considerado um técnico do regime, mas a sua postura é diferente da de Glycon Paiva e Eugênio Gudim, por exemplo, porque ele - como governador - inchou o Estado...

Ele não é um tecnocrata desse nível, não. A sua origem é de um técnico. Ele vai ascender porque ele vai ser um recém-formado, ele é prefeito da capital e vai ser posto pelo regime. (...). Ele é um político. Agora, a origem do Suruagy é um cara que o pai trabalhava em escritório de usina. (...). Mas não era de elite da cana, a origem. E o detalhe é que Antônio Carlos Magalhães tem os filhos e tem o neto, Suruagy só teve filha e não tem sucessor. Ele não tem um grupo empresarial, não tem uma fortuna própria. É um cara que acreditava muito no que tava fazendo. E gostava... Claro, aí tem o prazer do negócio. Ele gostava do negócio. (...). É um cara que surge do estudo, a formação, o esforço familiar e que se associa ao mundo da elite e que vai dentro desse mundo ser um dos expoentes dessa elite. Claro, ele para ter a força que vai ter como governador precisava do regime militar, porque ele não tinha a força de um representante da cooperativa do açúcar (...).

No pré-1964, como se articulava a imprensa alagoana? Tinha a Gazeta e o Jornal de Alagoas, que faziam parte do bloco conservador. E o Diário de Alagoas?

O Diário de Alagoas é o jornal do bloco do lado de cá, do lado do Muniz; e que vai sobreviver até o início dos anos 70.

E ele conseguia vender tanto quanto os outros ou ele integrava a chamada “imprensa nanica”?

Não. Acho que justamente por representar... (...). Antes de 64 os jornais assumiam publicamente a postura, que é o que se cobra hoje – você vai assistir o Bom Dia Brasil e ao Bom Dia Alagoas e aí tá lá a Mirian Leitão, o Alexandre Garcia, os caras editoriais, como se fosse notícia, e dando a posição da empresa. Não é abrir um editorial e dizer “as Organizações Globo acham isso”, não é dessa forma; é camuflado. Antes não. Os jornais expressavam um projeto. (...). Então o Diário ele tem uma importância porque ele é a expressão desse lado de cá. Ou seja, o bloco de cá tinha que ter um veículo para se expressar. Então não é um jornal de pouca circulação. (...). Quem é um jornal menor é o A Voz do Povo, do Partido Comunista. Agora, o A Voz do Povo, por ser o jornal do Partido Comunista, ele não tinha a tranquilidade suficiente para existir. A sua circulação, às vezes, estava clandestina.

(...)

Muniz Falcão hesitava em envolver-se com Arraes e Brizola?

É porque Arraes está governador. Muniz não está. Mas não tenho informação.